

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PARA ONDE FOI A CUT?
DO CLASSISMO AO SINDICALISMO SOCIAL-LIBERAL (1978-2000)

RODRIGO DIAS TEIXEIRA

Niterói
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RODRIGO DIAS TEIXEIRA

PARA ONDE FOI A CUT?

DO CLASSISMO AO SINDICALISMO SOCIAL-LIBERAL (1978-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Fontes

PARA ONDE FOI A CUT?
DO CLASSISMO AO SINDICALISMO SOCIAL-LIBERAL (1978-2000)

RODRIGO DIAS TEIXEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Fontes

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (orientadora) – UFF

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – UFF

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida – UERJ-FFP

Prof. Vito Giannotti - NPC

Niterói 2009

PARA ONDE FOI A CUT?

DO CLASSISMO AO SINDICALISMO SOCIAL-LIBERAL (1978-2000)

RODRIGO DIAS TEIXEIRA

RESUMO

Esta pesquisa analisa as permanências e mudanças na trajetória da CUT desde o processo de sua fundação, até o seu 7º Congresso Nacional, no ano de 2000. A Central Única dos Trabalhadores sempre teve correntes sindicais diversas em seu interior, o que forjou disputas em torno de quais seriam os referenciais práticos e teóricos que dirigiriam sua política. Dentre estes referenciais destacamos enquanto recorte de nossa dissertação a relação da CUT com o Estado, tendo em vista a sua formulação teórica em e as relações que a Central construiu com àquela. A partir da década de 1990, devido a uma nova conjuntura de descenso, e maior ênfase na participação nos conselhos tripartites, de convênios internacionais, e na disputa de recursos do Fundo de Apoio ao Trabalho (FAT) para implementação de cursos na área de formação profissional, a CUT reformulou sua concepção sobre o Estado, modificando, de forma correlacionada, a sua prática. De um sindicalismo classista e de lutas, a CUT, que passou a ser dominada pela corrente Articulação Sindical, tornou-se, gradativamente, uma central social-liberal, aplicando enquanto seu o programa estratégico das classes dominantes. Como parte destas transformações enfatizamos a relevância da construção pela CUT de “espaços públicos não estatais”, que em geral são associações da entidade civil que recebem recursos públicos para fornecerem serviços sociais privatizados.

ABSTRACT

This research analyzes what remains and what changes in the trajectory of the CUT since the process of its foundation until its 7^o National Congress, in the year of 2000. The United Union of the Workers always had diverse organizations in its interior, and it forged disputes around which would be the practice and theory that would direct its politics. Amongst these conceptions, we choose for our research the relation between CUT and the State, in view of its theoretical formulation in and the relations that the Union constructed with that one. From the decade of 1990, it was a new conjuncture, and greater emphasis in the participation in the advice tripartites, of international accords, and in the dispute of resources of the FAT for implementation of courses in the area of professional formation, the CUT reformulated its conception about State, modifying, of correlated form, its practices. Of a representative unionism, the CUT, that passed to be dominated by the current “Articulação Sindical”, became, gradually, a social-liberal union, applying the strategical program of the ruling classes. Between these transformations, we emphasize the relevance of the construction for CUT of “not state public spaces”, that is in general associations of the civil entity that receive resources public to supply privatized social services.

PRINCIPAIS SIGLAS CITADAS

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Popular e Sindical
AFL-CIO – Federação Americana do Trabalho - Congresso das Organizações Industriais
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ASS – Alternativa Sindical Socialista
CC – Capacitação de Conselheiros
CCQ – Círculo de Controle de Qualidade
CEDAC – Centro de Ação Comunitária
CEE – Comissão Estadual de Emprego
CGT – Central Geral dos Trabalhadores (Brasil)
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores (Brasil)
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores (França)
CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CMP – Central de Movimentos Populares
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CNMT – Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora
CME – Comissão Municipal de Emprego
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAFOR – Coletivo Nacional de Formação da CUT
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT – Congresso Nacional da CUT
CPNF – Conferência da Política Nacional de Formação da CUT
CSC – Corrente Sindical Socialista
CTR – Central de Trabalho e Renda
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIAP – Departamento Intersindical de Ação Parlamentar
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENAFOR – Encontro Nacional de Formação
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional

FS – Força Sindical
MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul
MP – Medida Provisória
MTb – Ministério do Trabalho (denominação até 1995)
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego (denominação a partir de 1995)
MST – Movimento dos Sem Terra
NT – Núcleos temáticos da CUT
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG's – Organizações Não Governamentais
ORIT – Organização Interamericana de Trabalhadores
PACTI - Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria
PLANFOR - Plano Nacional de Formação do MTE
PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCDA - Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores
PDV – Plano de Demissão Voluntária
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PID - Programa Integrar de Formação de Dirigentes
PL – Projeto de Lei
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação Profissional
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
PNF-CUT – Política nacional de Formação da CUT
PNM – Programa Nacional de metodologias da CUT
PNQP/CUT – Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT
PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNQP – Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
PROGER Rural - Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
SDRT – Sistema Democrático de Relações de Trabalho
SDS – Social Democracia Sindical
SMABC – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
SMSBC – Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema
SPE – Sistema Público de Emprego
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
USI – União Sindical Independente

Para Dina, Mariana, Maurício e Miriam

Em memória de Mery e Maria

Agradecimentos

Meus agradecimentos, como não poderia deixar de ser, são coletivos. Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos os companheiros e companheiras que estiveram comigo na militância. Foi através da luta que aprendi a valorizar a Universidade Pública, sentindo a necessidade da construção de um mundo diferente, que tenha como pilar fundamental a vida e não o lucro. Agradeço, especialmente, a Daniel do Vale, Madureira, Taiguara, Gustavo Dantas, Rafael D'Oliveira, Juliana Gagno, Vinicius Almeida, Carlos Bittencourt, Flavio Serafini, Vinicius Codeço, Fernanda Affonso, Fernando, Keila, Danielzinho, Raquel Junia, Zé Rodolfo, Rodrigo “Ninja”, Thiago Mello, Manuela Green, Suellen, Martha, Lucas, Gabriel, Danielle Jardim, Miguel, Laryssa, Luis Arthur, Maria Raquel, Clarice, Paulo Eduardo, Renatinho, Pedrinho, Miúdo, Marcus, Juninho, Cláudia, Morales e Genilce.

À Professora Doutora Virginia Fontes, pelo trabalho de orientação e construção coletiva de conhecimento nos últimos cinco anos. Virginia e suas críticas sempre contundentes, que me colocavam a necessidade de pensar o todo sem perder as especificidades do particular, me colocando sempre no “chão” quando meus objetivos iam para além das minhas capacidades.

Ao GTO – Grupo de Trabalho e Orientação – coordenado pela Virginia, no qual participavam graduandos, mestrandos e doutorandos, realizando uma verdadeira “orientação coletiva”, baseada na discussão de capítulos, projetos e roteiros de redação, além de textos gerais e temas que nos guiavam, em geral voltados aos debates em torno do marxismo. Reuniões que se repetiam em até mesmo três dias seguidos, sempre com hora pra começar, mas não para acabar. Foi neste espaço que aprendi a valorizar a construção coletiva de conhecimento, o qual, infelizmente, é deixado de lado em um momento no qual a “academia” tornou-se um grande mercado de vendedores de livros e ilusões. Agradeço especialmente a Demian e Danilo, com os quais aprendi muito em nossos intensos debates.

Obrigado, aos que aceitaram participar da banca:

Ao Professor Dr. Marcelo Badaró, companheiro de longa data, o qual sempre mostrou-me a importância de se conjugar teoria e prática, dividindo idéias e lutas em comum.

Ao Professor Vito Giannotti, que apesar da visão elitista da academia, demonstrou aguerridamente na luta da vida a real função da produção de conhecimento.

Ao Professor Dr. Gelsom Rozentino, que com suas importantes críticas nos fez avançar na consolidação da pesquisa e de sua redação.

A todos e todas, meu OBRIGADO!

Rodrigo Dias Teixeira

ÍNDICE

Introdução.....	11
1. A CUT classista e a década das lutas (1978-1989).....	14
1.1 A Conferência Nacional das Classes Trabalhadores – CONCLAT.....	19
1.2 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - I CONCLAT.....	23
1.3 O Iº CONCUR: construindo o sindicalismo classista e de luta.....	25
1.4 O início da Secretaria Nacional de Formação da CUT.....	29
1.5 O II CONCUR: avançar nas lutas.....	24
1.6 O III CONCUR.....	45
2. As transformações da CUT e início da década neoliberal (1989-1995).....	60
2.1 O IV CONCUR: tensões e golpes.....	72
2.2 O Plano Nacional de Formação da CUT (1991).....	90
2.3 As Câmaras Setoriais.....	96
2.4 O V CONCUR.....	104
2.4.1 A Política Nacional de Formação e a Formação Profissional da CUT: rumo ao sindicalismo cidadão”.....	108
3. A CUT social-liberal e a hegemonia capitalista (1995-2000).....	120
3.1 A 7ª Plenária Nacional: A CUT e a implementação da Formação Profissional através dos recursos do FAT.....	135
3.2 O VI CONCUR.....	156
3.3 O Programa “Integral”: A primeira grande Parceria Nacional entre a CUT e o FAT.....	166
3.4 A 9ª Plenária Nacional: consolidando os novos rumos.....	176
3.5 O Plano Nacional de Qualificação da CUT.....	181
3.6 A CUT e a atuação na área de intermediação de mão-de-obra: a fundação da Central de Trabalho e Renda como “espaço público não-estatal”.....	187
3.7 A 1ª Conferência da Política Nacional de Formação da CUT.....	192
3.8 Unitrabalho: construindo a rede de assessoria e pesquisa da CUT em formação profissional e cooperativismo.....	195
3.9 A CUT e a atuação na área do cooperativismo: a fundação da Agência de Desenvolvimento Solidário ADS/CUT.....	197
3.10 A CUT e a fundação da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL).....	199
3.11 O VII CONCUR: A CUT social-liberal.....	203
Conclusão.....	217
Bibliografia.....	231
Fontes.....	235

Introdução

Por que, neste momento, um estudo sobre o sindicalismo brasileiro, mais especificamente sobre a Central Única dos Trabalhadores – CUT?

Este estudo tem o objetivo de corresponder às angústias e mudanças de uma nova conjuntura política, a qual fecha um ciclo dentro da organização dos movimentos sociais no Brasil. Se no período de transição pós-ditadura o sindicalismo demonstrava força e capacidade de mobilização, na década de 1990 a avalanche neoliberal gerou importantes modificações no interior do mundo do trabalho, debilitando as entidades das classes subalternas.

Atualmente, a tendência mais geral é de diminuição da quantidade de estudos sobre o sindicalismo brasileiro, passado o “boom” das pesquisas em torno do “novo sindicalismo”. Uma das conseqüências da queda da capacidade de mobilização e influência do sindicalismo é a diminuição dos estudos sobre as entidades sindicais e suas formas de organização. Em contrapartida, crescem os estudos sobre a reestruturação produtiva, os “novos” movimentos sociais e ONG’s, os supostos agentes desse “mundo globalizado”. Entretanto, é necessário destacar que, apesar das mudanças fundamentais que estão em processo, não podemos deslocá-las como se não fossem conseqüência de um período anterior. As mudanças geradas pelo ajuste neoliberal da década de 1990 não nasceram “em si”, mas foram fruto de grandes disputas no terreno da luta de classes, os quais não necessariamente iniciaram-se naquela década. O mais provável, inclusive, é que seja parte de um processo mais amplo, no qual a década de 1990 é um marco fundamental, derivado das modificações no patamar da correlação de forças entre as classes, na forma de organização destas e dos seus mecanismos de disputa de hegemonia.

Nesse sentido, não podemos entender a debilidade do movimento sindical, a reestruturação produtiva, e as modificações na organização do Estado, sem procurarmos saber os motivos que os geraram, quais processos estão envolvidos que, de forma correlacionada, possibilitaram estas mudanças. Precisamos analisar a correlação existente entre o avanço do ajuste neoliberal e a diminuição da capacidade de organização das classes subalternas, mais especificamente no movimento sindical. Não seria possível a reestruturação produtiva e o processo de remodelagem do

mundo do trabalho sem o aumento do controle sobre os trabalhadores, sendo necessário, portanto, diminuir sua capacidade de organização autônoma. Este não é um mecanismo direto e de mão única, mas, ao contrário, é um processo complexo, de múltiplas determinações. *Ou seja, tanto a debilidade da CUT determinou a possibilidade de existência da política neoliberal, quanta esta acabou por enfraquecer a luta dos trabalhadores.* Se fossemos destacar um dos lados que detêm maior ênfase nesta equação, acreditamos que seria o aspecto objetivo, já que a conjuntura, mesmo na década de 1980, era adversa na maioria dos países europeus e em grande parte dos latino-americanos; foi a força de organização dos trabalhadores naquele período que garantiu um patamar de resistência e conquistas importantes, apesar das dificuldades existentes. Assim, se a capacidade de pressão dos movimentos sociais garantiu uma resistência em 1980, o mesmo não foi realizado durante a década seguinte, com o avanço do neoliberalismo como alternativa das classes dominantes à crise existente. Isto se deve as relações entre o sindicalismo e a conjuntura do período, as disputas internas no interior do sindicalismo, e as mudanças mais gerais na conjuntura nacional e internacional, as quais não se encontram no âmbito deste estudo. A Reestruturação Produtiva, por esta ótica, não é vista apenas pelas vontades intrínsecas de um suposto Estado-sujeito, pronto para realizar aquilo que seja mais adequado às classes dominantes. Como nos enfatiza Sônia Mendonça:

“ O essencial para a análise do Estado e das políticas públicas é tomá-las enquanto resultado do embate entre frações de classes distintas, em disputa pela inscrição de seus projetos junto às agências do Estado em seu sentido restrito. (...) Logo, (...), para chegar-se ao Estado em seu sentido estrito, deve-se partir da Sociedade Civil e não o contrário”¹.

Ao invés de perceber meramente a influência do processo de reestruturação produtiva no interior da CUT, este estudo busca contribuir também para outro enfoque de análise: *em que medida a mudança de atuação da CUT viabilizou a reestruturação produtiva no Brasil, tanto do ponto de vista ideológico quanto político?* Ou seja, partir dos aparelhos privados de hegemonia, da Sociedade Civil, para chegar ao Estado no sentido amplo, percebendo seus conflitos e mudanças de rota.

¹ MENDONÇA, Sônia (org). O Estado Brasileiro: Agências e Agentes. Niterói: EdUFF/ Vício de Leitura, 2005 Pág 13

Nosso objetivo mais específico, então, foi construir um apanhado geral das pesquisas existentes sobre as mudanças ocorridas na CUT, sua atuação na conjuntura e as disputas realizadas em seu interior, tendo como objeto mais delineado as tensões sobre a relação da Central com espaços tripartites, as propostas de pacto social existentes, e os conflitos no que tange a defesa do classismo. Dentro dessa perspectiva, priorizamos a relação da CUT com o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, o maior fundo público brasileiro, do qual a Central participava de seu Conselho Deliberativo, o CODEFAT.

Acreditamos que, ao invés de apenas nos focarmos nos agentes sociais mais “em voga” no período neoliberal, precisamos perceber em que medida ocorreu transmutações de um mesmo processo, os quais modificaram a conjuntura e sua correlação de forças. Para nós, a conversão da CUT, deixando de ser um espaço de organização autônoma dos trabalhadores para tornar-se um aparelho de manutenção da ordem, foi o principal fator de transmutação da conjuntura entre as décadas de 1980 e 1990. Não conseguiremos retomar, de um ponto de vista amplo, uma maior mobilização das classes subordinadas, sem entender seus espaços de organização e os mecanismos das classes dominantes que buscam desconstruí-los: para conseguirmos avançar na organização dos trabalhadores enquanto classe precisamos entender quais foram os processos que produziram a conversão da CUT.

Optamos, portanto, por um estudo que buscasse construir uma cronologia da relação entre as mudanças ocorridas na CUT e as modificações na conjuntura do país. Gostaríamos de destacar, também, que o título dessa Dissertação, que remete ao importantíssimo livro organizado por Vito Giannotti “Para Onde Vai a CUT?²”, foi proposto pelo próprio autor na banca de Qualificação: ficamos muito orgulhosos pela referência e agradecemos enormemente ao Vito pela sugestão. Esperamos fazer jus a sua trajetória coerente e engajada que já está marcada na história do sindicalismo brasileiro.

1. A CUT classista e a década das lutas (1978-1989)

² NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. Para Onde Vai a Cut? São Paulo: Scritta. 1993

A década de 1980 inaugura-se no plano da conjuntura internacional sob a duplicação dos preços do petróleo e da elevação das taxas de juros, as quais prenunciavam um período de crise. O impacto da recessão mundial iniciada pela política de valorização do dólar refletiu sobretudo na deteriorização das relações de troca entre os países, com um grande aumento nos preços de importações e diminuições dos preços de exportações no que concerne aos países periféricos. A escassez de recursos reforçava a crise interna vivenciada no Brasil, já que grande parte do financiamento que viabilizava as políticas econômicas do país no período tinha proveniência externa e do superávit na balança comercial, que no período entre 1980-1985, a título de exemplo, teve uma queda de 27%.

Demonstrava-se, assim, a artificialidade dos mecanismos econômicos que possibilitavam fortes crescimentos do Produto Interno Bruto (PIB), o chamado “Milagre Brasileiro”. A tônica deste processo de expansão de economia brasileira foi dada por dois suportes: 1) a abundância de recursos no mercado financeiro internacional; 2) o favorecimento das empresas multinacionais na estrutura industrial do país³. Somou-se a este processo a dinâmica da “transição tutelada” da ditadura empresarial-militar para regime representativo burguês, marcada por revezes como a confirmação de eleições indiretas para os governadores e para 1/3 do Senado, e o aumento da pressão exercida pela oposição, com a conquista das eleições nos principais Estados em 1982. Ao longo dos anos 1980, entretanto, os desdobramentos deste processo ultrapassariam a capacidade de controle “pelo alto”, como na campanha das Diretas Já.

Iniciada em 1983 com a emenda institucional Dante de Oliveira, a “Diretas Já” tinha como objetivo eliminar as eleições indiretas por intermédio de um Colégio Eleitoral. Tornou-se uma frente da Oposição, com a participação de partidos como o PMDB, PT e PDT, e incorporando as mais diversas associações e entidades políticas. A emenda foi derrotada, mas novos agentes sociais começavam a entrar em cena, modificando a correlação de forças existentes na sociedade: dentre estes agentes, destacava-se a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

³FONTES, V. . ; MENDONÇA, S. R. . História do Brasil Recente: 1964-1990. 4. ed. SÃO PAULO: ÁTICA, 1994. Pág 52

Depois de um intenso período de silêncio imposto pela ditadura empresarial-militar, as greves começaram a ressurgir em várias partes do país e em diversos segmentos econômicos, sendo o mais expressivo o movimento metalúrgico da região do ABCD paulista. As greves ocorridas desde maio de 1978 na Scania Vabis, em São Bernardo do Campo, espalharam-se para outras grandes fábricas de automóveis. Duas semanas depois, as greves chegaram à capital paulista, organizadas pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Formou-se uma nova onda de lutas sindicais, as quais impulsionaram a necessidade de construção de novos espaços de organização dos trabalhadores.

As reivindicações não eram apenas de cunho econômico, mas também político. Exigia-se aumento dos salários para compensar os anos de arrocho, além do direito de organização no interior do local de trabalho, liberdade e autonomia sindical, direito de greve e fim da Ditadura Militar. As lutas, que inicialmente eram isoladas em algumas fábricas, foram pouco a pouco se expandindo territorialmente, avançando na unificação dos trabalhadores e nas suas conquistas. Segundo Eduardo Noronha, o processo de avanço das greves teve altos e baixos, partindo do setor privado para o público:

“1. nos dois primeiros anos estouraram várias e importantes greves concentradas no setor privado, cujo efeito de longo prazo será a definição desses traços comuns – nesse sentido, as greves desse ano têm um caráter inaugural; 2. a segunda fase (1980 a 1982) é marcada pela retração do movimento grevista em função de particulares alterações políticas e econômicas: início do período recessivo, a instabilidade do processo de transição e o aumento das reações governamentais e empresariais às pressões sindicais; 3. a terceira fase (1983 e 1984) caracteriza-se pela relativa retomada das greves do setor privado e, particularmente, pela extensão definitiva desse tipo de conflito para o setor público”⁴.

Apesar de ser um momento de ascenso das lutas sindicais e das greves, a relação direta que essas tinham com a conjuntura do país trazia diversos complicadores, especialmente em relação a inexistência de garantia de direitos políticos, como o direito de greve. Ao mesmo tempo em que as lutas eram expandidas, a reação das classes dominantes legitimando o código legal da ditadura civil-militar trazia dificuldades, gerando um conflito permanente. *Não podemos, então, caracterizar essas greves como*

⁴NORONHA, Eduardo. “A Explosão das Greves na Década de 80”, in Boito Jr., Armando (org), O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra. Pág 103

meramente “econômicas”, isto é, como “corporativas”. Tanto o seu alcance quanto seus objetivos tinham relação com a conjuntura mais geral do país e a necessidade de avanço das classes subalternas e de seus espaços de organização.

Em junho de 1978, ocorreu o 10º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas (MG), e uma de suas resoluções indicava que “as entidades sindicais deverão ser coordenadas por uma Central Única de Trabalhadores”. Depois, em junho do mesmo ano, foi marcante a posse da nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, resultado da vitória da oposição contra os interventores. Nela, 32 dirigentes sindicais divulgaram uma declaração conjunta, expressando o processo de articulação do sindicalismo combativo⁵.

Em Outubro de 1978, o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo reafirmava a necessidade de unidade dos trabalhadores e da construção de uma central:

“Aos poderosos grupos empresariais, organizados e unidos na defesa de seus interesses comuns, deverá se contrapor a unidade da classe trabalhadora, através de uma central única dos trabalhadores de âmbito nacional.”⁶

Neste Congresso, os sindicalistas também reconheceram que *o principal obstáculo para uma maior atuação sindical era a sua dependência do Estado*. Para eles, devia-se partir “(...)do princípio de que a organização da classe trabalhadora deve se dar independentemente das amarras que a prendem ao Estado, tendo o seu começo, meio e fim decididos pelo próprios trabalhadores (...). Na verdade, o avanço da organização do trabalhador na luta em defesa de seus mais legítimos interesses é barrada por uma estrutura sindical que foi justamente montada, há mais de quarenta anos, com este objetivo: impedir a organização da classe trabalhadora independentemente da tutela do Estado.”⁷

Cinco meses depois, em março de 1979, ocorreu o I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP). Este campo sindical foi o principal impulsionador da primeira greve da categoria metalúrgica após o golpe de 1964⁸. O Congresso também reafirmou a disposição de unificar os lutadores em âmbito nacional:

⁵ GIANNOTTI, VITO. História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X: 2007. Pág 236

⁶ Resoluções do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo. Retirado de GIANNOTTI, VITO. CUT – Por dentro e Por fora. Petrópolis, Vozes: 1999. Pág 29

⁷Resoluções do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo. Retirado de RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT. São Paulo, Scrita: 1997. Pág 77

⁸ Este greve metalúrgica ocorreu na capital paulista, em outubro de 1978.

“À medida em que forem surgindo direções independentes e que pratiquem a ruptura com a atual estrutura, as oposições devem ir se unificando a elas, para centralizar a força dos trabalhadores. Esse processo irá crescendo até o momento em que os trabalhadores sentirem forças para fundar a sua central sindical⁹”

Dessa forma, *neste processo de crescimento das mobilizações, formaram-se dois “campos” no interior do sindicalismo de luta: as “oposições sindicais” e os “sindicalistas autênticos”.*

O Encontro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo indicou a “convocação de um encontro nacional de todas as oposições sindicais”, para “estabelecer um programa de lutas comuns e dirigir um debate nacional entre os trabalhadores sobre organização sindical”. Assim surgiu o “Encontro Nacional das Oposições Sindicais”, o ENOS, ocorrido no início de 1980. O ENOS juntou trabalhadores do campo e da cidade, com a participação de diversas categorias, como bancários, jornalistas, metalúrgicos, professores e trabalhadores da construção civil. Um encontro ousado, sendo o primeiro com este caráter após o golpe de 1964. Como símbolo trágico, o lavrador Raimundo F. Lima, o “Gringo”, que participou do ENOS, foi assassinado por jagunços de latifundiários logo após sua volta do encontro.

Paralelamente, ocorreu em fevereiro de 1980 o “Encontro de Monlevade”, sendo um marco no esforço de articulação nacional dos “sindicalistas autênticos”. O Encontro foi realizado no Sindicato dos Metalúrgicos da cidade e dele participaram, além dos sindicalistas combativos, lideranças de movimentos populares e das pastorais operárias. Além de defender a crítica à estrutura sindical oficial e ao regime, sob a perspectiva da defesa da “liberdade e autonomia sindical” e da “democratização da estrutura sindical”, o Encontro também apontou para a necessidade das lideranças presentes impulsionarem uma organização nacional de caráter intersindical, incentivando a “articulação entre as lutas do movimento sindical e as lutas do movimento popular, na cidade e no campo”¹⁰.

Em maio de 1980, milhares de trabalhadores, provenientes de diversos locais, se reuniram no então desconhecido Estádio da Vila Euclides para dar apoio a uma greve dos metalúrgicos do ABC, naquele momento a maior concentração de operários da indústria automobilística da América Latina. Constituíam-se uma luta de

⁹Resoluções do I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Retirado de: GIANNOTTI, VITO. CUT – Por dentro e Por fora. Petrópolis, Vozes: 1999. Pág 30

¹⁰ Idem, ibidem. Pág 34

massas, que ampliava seus horizontes políticos, deixando de ser uma greve de apenas uma categoria, para representar uma mobilização contra o arrocho imposto pela ditadura empresarial-militar que estava com sinais de esgotamento.

Em julho do mesmo ano, ocorreu o “Encontro de São Bernardo”, basicamente com o “sindicalismo autêntico” local, também discutindo a necessidade da construção de uma nova central. Em momento posterior foi realizado também outro encontro em Vitória/ES. Estes dois encontros, em conjunto com o realizado em Monlevade, resultaram na constituição da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical – ANAMPOS. Apesar de toda uma elaboração produzida nesses encontros no sentido de se fundamentar uma relação orgânica entre o movimento sindical e os movimentos populares, após o “Encontro de Vitória” se estabeleceu uma distinção entre a Anamos Sindical e a Anamos Popular. As dificuldades de unificação geraram uma diferenciação de seus espaços organizativos.

De início, *os “sindicalistas autênticos” tentaram trazer para a ANAMPOS os sindicalistas do PCB, que tinha a frente Arnaldo Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos.* Entretanto, esta tática mostrou-se inviável, e os “autênticos” aproximaram-se cada vez mais das oposições sindicais.

Foi a partir dessa congruência, resultado também da aproximação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo nas greves de abril e maio de 1980, que ocorreu o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES, em setembro daquele ano. Sua função partia da crítica ao ENOS, devido ao seu caráter restritivo para apenas as oposições sindicais. Todavia, este “encontro unitário” não surtiu muito efeito. Demonstrou-se na prática que *apesar do avanço nas lutas, o movimento sindical combativo ainda tinha dificuldades em seu processo de unificação.*

1.1 A Conferência Nacional das Classes Trabalhadores – CONCLAT

Em um ato público realizado em São Bernardo, em fevereiro de 1981, contra a cassação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, cerca de 60 entidades sindicais convocaram uma reunião mais ampla para março do mesmo ano, com o objetivo de discutir a realização de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadores – CONCLAT¹¹. Na reunião de março, 183 entidades, de 13 estados, lançaram a convocatória “Aos Trabalhadores Brasileiros”, marcando a CONCLAT para os dias 21 a 23 de agosto de 1981.

Antes do CONCLAT, ocorreram Encontros Estaduais das Classes Trabalhadoras - Enclats, realizados em 16 Estados, mais o DF, envolvendo cerca de 3.500 participantes e 1.010 entidades. A Conferência Nacional ocorreu, em Praia Grande, no litoral de São Paulo, na data prevista, reunindo 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais de 22 Estados, mais o Distrito Federal.

O processo do CONCLAT de 1981 possibilitou uma maior unificação entre os “sindicalistas autênticos” e as “oposições sindicais”, construindo o “bloco combativo”, base do que viria a ser chamado “novo sindicalismo”. Esta unificação ocorreu também devido a necessidade de oposição às propostas da *Unidade Sindical* (Composta pelo PCB, PC do B e MR8), que também participou da Conferência. Estava também presente uma parcela importante de não alinhados aos dois grupos¹². Ou seja, *se no momento anterior, a unidade dos setores combativos tinha dificuldades para ser realizada, a necessidade concreta da luta contra as propostas da Unidade Sindical foi um fator fundamental para a maior convergência.*

Todo o debate da Conferência esteve marcado pela polarização entre os dois blocos. De um lado, o “bloco dos combativos”, que tinha um posicionamento claro

¹¹É importante destacar que ocorreram dois “CONCLAT”, o primeiro, em 1981, denominado Conferência Nacional das Classes Trabalhadores, e o segundo, em 1983, denominado 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Foi no “segundo” CONCLAT em que se fundou a CUT.

¹²OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002. Pág 116

de independência e de crítica à estrutura sindical, ao governo e ao projeto de “transição tutelada”. Do outro, a Unidade Sindical, a qual defendia “maior cautela”, pois o mais importante seria não comprometer a “transição democrática”, nem “dividir” o movimento sindical. Além disso, os membros da Unidade Sindical não viam com “bons olhos” a participação das “oposições sindicais” no Encontro: o fundamental era fortalecer a atuação dos sindicatos legais.

O momento mais tenso ocorreu quando se discutiu a composição da Comissão Nacional Pró-CUT, formando-se duas chapas. Com os delegados divididos, estabeleceu-se um impasse pela impossibilidade de definir uma chapa vencedora. Ao final, chegou-se a um acordo e encaminhamento de uma chapa única, composta por 56 membros (1/3 dos quais identificados com o setor combativo)¹³. A tarefa principal da Comissão, além de encaminhar nacionalmente o Plano de Lutas aprovado, era a de organizar o congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que seria realizado em agosto de 1982. A CONCLAT aprovou também a luta pela convocação de uma nova Constituição, a substituição da CLT por um Código Nacional do Trabalho, a estabilidade no emprego, o seguro-desemprego, o direito de greve, a convenção coletiva de trabalho, o salário-mínimo real unificado, a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário, liberdade e autonomia sindical, reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores rurais, entre outras bandeiras¹⁴.

No processo que se seguiu à Conclat, as tensões no interior da Comissão Nacional Pró-CUT intensificaram-se. Cada vez mais duas chocavam-se duas visões a respeito da “transição democrática” e da reforma sindical. Para o “bloco dos

¹³Idem, *ibidem*, pág 118. A composição da chapa única, 56 membros, teve seu maior ponto de conflito na exigência, por parte dos membros da chapa 2, em excluir Joaquim dos Santos Andrade, substituindo-o por Waldemar Rossi (que havia concorrido e perdido as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo). O acordo terminou por excluir os dois.

¹⁴CUT. *Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora*. 1981 in: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

combativos” (“autênticos” e oposições sindicais”) , a Unidade Sindical, majoritária na Comissão, não se empenhava efetivamente na condução do Plano de Lutas, nem na realização do congresso de fundação da CUT. Além disso, o bloco dos combativos avaliava que a US apostava na “abertura política” , pois tinham receio de que uma maior radicalização por parte dos trabalhadores pudesse provocar rupturas no processo institucional. O apego da US ao sindicalismo oficial, especialmente seus órgãos de cúpula (federações e confederações) era marcante.

A reunião da Comissão, realizada em setembro daquele ano, foi tensa. Definiu-se ali nova data para o Conclat (agosto de 1983). A partir dessa reunião o bloco combativo divulgou documento intitulado “Aos companheiros da cidade e do campo”, relatando os fatos, denunciando a maioria da Comissão Nacional Pró-CUT e defendendo “a unidade dos trabalhadores”. Defendia que tal unidade só poderia ser construída em torno das lutas, e não na defesa da estrutura sindical oficial. Reivindicava a continuidade da construção da CUT e a prática democrática, em particular a garantia da “participação das bases” como condição da unidade.

Dessa forma, após diversos conflitos, a Comissão Pró-CUT formada em 1981 acabou rompendo. O bloco que depois veio a fundar a CUT defendia uma Central formada por Sindicatos Oficiais, por Oposições e por Associações de trabalhadores. O bloco que recusou a participação da CUT exigia a participação apenas no interior da estrutura sindical oficial, com a proposta de uma Central formada apenas pelos Sindicatos Oficiais e pelas Federações e Confederações constituídas no âmbito estatal. Entretanto, como nos diz Vito Giannotti, não podemos reduzir o racha do sindicalismo brasileiro no ano de 1983 apenas às questões de estrutura sindical:

“O problema é bem mais profundo. O pessoal que se recusou a participar do Congresso de São Bernardo, onde se fundou a CUT, era conhecido, dentro do movimento pró-CUT, como “pessoal da reforma”. (...) As pessoas, diretamente ligadas, ou na área de influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), defendiam que a mudança política rumo a um regime democrático seria obtida através de uma reforma gradual do sistema. (...) Junto com o PCB,

estavam os sindicalistas alinhados com o PC do B. (...) Estes, o PCB e o MR8, eram apelidados, em bloco, de reformistas. (...). Os que se juntaram a CUT defendiam uma via de transformação “revolucionária”. Essa palavra estava bastante imprecisa, indefinida e vaga. Servia, na época, para marcar uma posição e diferenciá-la da defendida pelos denominados, pejorativamente, de “pessoal da reforma”¹⁵.

As divergências não eram apenas de cunho organizativo, mas de concepção político-programática. *Desde o processo de formação da CUT, as diferenças em torno da política estratégica da Central tinham como questão fundamental a relação com o Estado.*

Não apenas o debate sobre a estrutura sindical definiu os princípios que nortearam a formação da CUT, mas também sobre de que maneira os trabalhadores deveriam relacionar-se com o sistema vigente. Só uma parte da Comissão Pró-CUT tocou de fato a primeira greve geral, puxada em julho de 1983, a qual teve a participação estimada em dois milhões de grevistas. Esta greve geral demarcou, de forma definitiva, as divergências existentes no interior do sindicalismo, tendo como consequência a fundação da Central Única dos Trabalhadores trinta e três dias depois, em agosto de 1983.

1.2 - 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, I CONCLAT

O 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o I CONCLAT (1983), teve a participação de 5.059 delegados provenientes de 912 entidades diferentes, representando 12.192.849 trabalhadores. O I CONCLAT deliberou um Plano de Lutas, uma Coordenação, Executiva e Direção Nacional, além dos Estatutos da CUT. No Capítulo 2, chamado “Objetivos e Princípios da CUT”, assim a Central definia sua política estratégica:

¹⁵ NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. Para Onde Vai a Cut? São Paulo: Scritta. 1993 Pg. 24

“Artigo 2: Uma sociedade sem exploração e democrática

A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros, bem como do povo explorado.^{16”}

Nesse sentido, na CUT tinham ficado aqueles que queriam uma Central para a defesa dos interesses dos trabalhadores, uma Central classista, profundamente crítica em relação à política de conciliação de classes construída pelas lideranças sindicais do período da ditadura empresarial-militar:

“Artigo 4: Unidade de classe

A CUT defende a unidade da classe trabalhadora e objetiva representá-la em nível nacional, com respeito absoluto pelas convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. A CUT tem como tarefa avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais (exploradores e explorados), lutando por sua independência econômica, política e organizativa.^{17”}

Do ponto de vista da estrutura organizativa, estavam presentes desde poderosos sindicatos, frutos da estrutura sindical oficial em vigor, até oposições sindicais e associações de trabalhadores que a estrutura oficial não contemplava, como os funcionários públicos. *A CUT nascia, portanto, com um pé fora e outro dentro da estrutura sindical oficial.*

O Plano de Lutas aprovado tinha diversos pontos, dentre os quais: fim da política econômica do governo; rompimento dos acordos com o FMI; liberdade e autonomia sindical; liberdade de organização política; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; não pagamento da dívida externa; fim da Lei de Segurança Nacional; fim do Regime Militar e por um governo controlado pelos trabalhadores; eleições diretas para Presidente; estabilidade no emprego e salário-desemprego; direito de organização

¹⁶CUT – Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

¹⁷CUT – Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983 In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

no local de trabalho, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário, extinção da hora extra, contra o arrocho salarial, em defesa do direito à habitação e legalização imediata das áreas ocupadas; dentre outros¹⁸.

Paralelamente a esse processo, os setores articulados em torno da Unidade Sindical marcaram um Congresso próprio para os dias 4 a 6 de novembro de 1983. Para a US, o bloco dos combativos era, na verdade, “vanguardista”:

“estes companheiros (...) têm desenvolvido intervenções – sobretudo aqueles que obedecem aos consignas de “greve geral” e a “CUT já” – que lhes custaram duros golpes, com efeitos negativos para o movimento (recordem-se as greves de Paulínia(SP) e as intervenções em sindicatos mais recentes.¹⁹”

Além disso, para a Unidade Sindical, a melhor tática em torno do avanço do regime democrático era uma saída negociada baseada na pressão e não no confronto²⁰. Mesmo assim, após estas divergências e da construção de espaços paralelos, a CUT entregou a Unidade Sindical uma carta defendendo a “unidade na luta” em torno do Plano de Lutas aprovado no I CONCLAT e a participação de todas as entidades sindicais nos congressos estaduais e regionais preparatórios para o I Congresso Nacional da CUT, marcado para agosto de 1984. Dessa forma, buscava-se uma possível reunificação:

“O Conclat traçou um Plano de Ação que julga ser o caminho mais correto para atingir os objetivos mais imediatos e futuros dos trabalhadores da cidade e do campo. Dentro desta perspectiva de luta concreta, a CUT está disposta a somar forças com todos os setores do movimento sindical e está aberta ao debate²¹”

Entretanto, o processo de divisão entre a CUT, de um lado, e os setores agrupados na Unidade Sindical, de outro, foi mantido.

Nesse 1º CONCLAT, as decisões foram tomadas, em geral, por consenso ou por ampla maioria. O tema mais polêmico foi a definição da forma da direção da

¹⁸ CUT. Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983 In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

¹⁹ Voz da Unidade, 11/8/1983. Retirado de: GIANNOTTI, VITO. CUT – Por dentro e Por fora. Petrópolis, Vozes: 1999. Pág 39

²⁰ “Assim como uma saída democrática para a crise brasileira requer hoje soluções negociadas à base da pressão organizada das massas e não na aposta no confronto, ela também requisita a unidade dos trabalhadores.” Idem, ibidem. Pág 39.

²¹ Jornal da CUT. São Paulo, n. 01. Retirado de OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Op.cit.* Pág 129

CUT. Delinearam-se duas posições: uma, em favor da eleição de uma diretoria, com nomes e cargos definidos; outra em defesa da eleição de um colegiado, sem definições de cargos. No final houve um acordo de elegerem-se sete nomes para a Coordenação Nacional, incluindo um coordenador geral, Jair Meneguelli. Dentre os escolhidos, a maioria era de metalúrgicos (4 de 7)

No processo de construção do I Congresso da CUT foi impulsionada a conformação de CUT's Estaduais e Regionais. Ou seja, *ao invés de uma concepção “de cima pra baixo”*, o I Congresso teve como pressuposto a consolidação de espaços organizativos mais próximos das bases sindicais. Até a Plenária Nacional, realizada em maio de 1984, foram criadas 20 CUTs Regionais, em 8 estados, e 5 CUTs Estaduais. Além disso, vários outros congressos regionais e estaduais estavam marcados naquele momento²².

1.3 – O Iº CONCUR: construindo o sindicalismo classista e de luta

Em agosto de 1984 foi realizado o I Congresso Nacional da CUT, o I CONCUR, contando com 5.222 delegados, de 937 entidades diferentes, representando 11.288.655 trabalhadores. Dos Delegados, 65,9% eram provenientes da Base, e 34,1% das direções dos sindicatos.

Nas discussões deste primeiro Congresso, apesar de certa unidade na maioria dos temas, existiam diferenças no que tange a ênfase de certas propostas. Ou seja, a grande maioria das deliberações era consensual, mas havia divergências na forma que seriam colocadas em prática. Um exemplo marcante era a relação com o Colégio eleitoral e com a luta das Diretas Já.

Mesmo após a derrota da Emenda “Dante de Oliveira” no Parlamento, a qual defendia a eleição direta pra presidente, a CUT manteve a luta pelas “Diretas já”, defendendo um boicote ao Colégio Eleitoral e a necessidade de novas eleições realmente democráticas. Sua política era denunciar a farsa colocada, e criticar as candidaturas do Colégio Eleitoral, tanto Tancredo quanto Maluf.

²² Idem, ibidem. Pág 130

Para a Tese da “CUT Regional I – Campinas, Sorocaba, Americana, Piracicaba”, o fundamental da campanha das “Diretas Já” era manter a luta pela democracia nas mãos do povo, e questionar os políticos de direita:

“A CUT acha que a luta pelas Diretas já, que a luta pela democracia é de interesse primeiro da classe trabalhadora. Nós não podemos deixar a bandeira da liberdade, da democracia, nas mãos destes pseudopolíticos que dizem defender nossos interesses e acabam fazendo acordos espúrios para repartir entre si o poder. (...) Temos que exigir que as Diretas sejam marcadas Já. Temos que repudiar o Colégio eleitoral”²³.

A contribuição do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, e Sindicato da Construção Civil de São Bernardo do Campo, tem maior ênfase na posição de classe das candidaturas colocadas no colégio eleitoral:

“A oposição burguesa tenta fazer os trabalhadores aceitarem a candidatura de Tancredo pelo Colégio Eleitoral como a única alternativa real para o país. NÃO! O congresso da CUT deve afirmar que não é a “nação” que está unida junto com o Tancredo, e sim a burguesia que está unida em torno do Colégio Eleitoral com seus dois candidatos Tancredo e Maluf. (...) Nem Tancredo nem Maluf. Fora os candidatos biônicos dos patrões. Só os trabalhadores podem levar a luta contra os militares até o fim”²⁴.

Defende também, mesmo que de forma cuidadosa e incipiente, que a postura da direção da CUT foi vacilante em relação às greves gerais:

“Por duas vezes seguidas(...) a direção nacional suspendeu as greves marcadas. Isto desgastou a política de greve geral e a própria CUT de tal maneira que hoje muitos ativistas duvidam, não em função da necessidade da greve geral, mas pelo marca-desmarca desmobilizante. (...) A CUT já poderia ter se transformado no organismo centralizado das lutas dos trabalhadores se tivesse aplicado a política de greve geral votada em seu congresso de fundação. Infelizmente isto não se deu.”²⁵

²³Contribuição ao 1º Congresso da CUT – CUT Regional I– Campinas, Sorocaba, Americana, Piracicaba. In: Teses para o 1º Congresso da CUT (mimeo)

²⁴ Tese do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e Sindicato da Construção Civil de São Bernardo do Campo. In: Teses para o 1º Congresso da CUT (mimeo)

²⁵ Idem, ibidem.

Fica claro, portanto, que *desde o início do processo de consolidação da CUT existiram diferenças no seu interior, especialmente no que tange a necessidade de denúncia do caráter burguês do Estado e na ênfase em torno da greve geral.*

Além disso, a Tese do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte defendia a necessidade de apresentar um “anti-candidato dos trabalhadores só pelas diretas” – Lula:

“Quando o Congresso da CUT estiver sendo realizado, todos os patrões burgueses e as outras forças políticas já terão se definido em torno de um candidato. (...) Nós propomos que este Congresso aponte Lula como candidato e abra a discussão com o PT e com todas as forças que se disponham a apoiar um candidato único dos trabalhadores, só pelas diretas. (...) um anti-candidato dos trabalhadores para um governo dos trabalhadores.²⁶ “

No final, a resolução aprovada no Congresso destacou o papel de conciliação do Colégio Eleitoral, e a preservação da política da ditadura civil-militar. No mais, não fez qualquer referência a uma “anti-candidatura” de Lula:

“A CUT lutará pelo fim do regime militar e contra a candidatura de Paulo Maluf, que expressa sua continuidade e também se posiciona firmemente contra a proposta da Aliança Democrática e a candidatura de Tancredo-Sarney, porque representa a conciliação com o regime, a preservação dos acordos com o FMI e a traição política da vontade democrática e das reivindicações mais elementares do povo brasileiro²⁷”

No I CONCUR outro ponto fundamental era a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. A Tese da CUT Regional ABC defendia que a melhor forma de unificar o movimento sindical, caminhando em conjunto com o movimento popular para disputa da opinião pública brasileira, era construir lutas que sensibilizassem os trabalhadores, baseadas em uma reivindicação principal mais detalhada, não muito genérica. Citava-se enquanto exemplo a luta dos trabalhadores metalúrgicos alemães, que através de sua Central Sindical IG Metal realizou o “maior conflito da história recente da Alemanha entre operários e patrões”, numa enorme greve que resultou na conquista da redução de jornada de trabalho de 40 horas semanais para

²⁶ Tese do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e Sindicato da Construção Civil de São Bernardo do Campo. In: Teses para o 1º Congresso da CUT (mimeo)

²⁷CUT – Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT – 1984. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

38,5²⁸. Assim, a CUT deveria recolher detalhadamente dados sobre as jornadas de trabalho no Brasil e Exterior, base de uma estratégia para sensibilizar os trabalhadores, elegendo então, uma comissão específica para este fim.

Outro exemplo reafirmado na tese era da CFDT, a Central Francesa, que tinha enquanto um dos seus slogans a luta “Para Viver melhor”, vinculando a queda da jornada de trabalho ao aumento da qualidade de vida do trabalhador, pois “alguém que trabalhe menos tem mais tempo para ele mesmo, para viver mais, (...) [isto] reduziria os efeitos de uma jornada estafante no seu próprio corpo”²⁹. Assim, *a relação internacional da CUT, neste momento, estava mais vinculada à referência das lutas e mobilizações do que uma cumplicidade orgânica com alguma outra Central:*

“Artigo 9: Solidariedade internacional

A CUT será solidária com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária. A CUT será solidária nas lutas pela emancipação da classe trabalhadora, pela emancipação dos povos e pelo fim das guerras imperialistas. A CUT manterá relações com todas as Centrais Sindicais, conservando sua autonomia e independência.³⁰”

Do ponto de vista mais prático, o único encaminhamento foi o indicativo de construção do “Encontro Latino-Americano sobre Dívida Externa”, em conjunto com a “Plenário Intersindical de Trabalhadores/Convenção Nacional dos Trabalhadores – PIT/CNT” do Uruguai e a COB Boliviana. A perspectiva era de uma “participação ampla e unitária procurando com que todas as forças sindicais participem e encaminhem um processo de luta que nos libere do peso da dívida externa e das imposições do FMI.³¹”

Neste Congresso foi eleita consensualmente uma executiva nacional com divisão de cargos, sendo estes: Presidente, Vice-presidente, Secretário-geral, Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Secretaria Relações Internacionais, Secretaria Rural, Secretaria Imprensa e Divulgação, Secretaria Política Sindical e Secretaria Formação. Na deliberação “Plataforma de lutas dos trabalhadores” destacavam-se a defesa do rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa, a exigência do fim do

²⁸ Tese da CUT REGIONAL ABC. In: Teses para o 1º Congresso da CUT (mimeo)

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ CUT – Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT – 1984. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

³¹ Idem, ibidem.

arrocho salarial e a defesa da autonomia sindical com o fim do título V da CLT³². A Central mantinha seu caráter de massas, unindo trabalhadores de diversas áreas, a defesa do classismo e necessidade de superação do capitalismo.

1.4 O início da Secretaria Nacional de Formação da CUT

No Iº CONCURTO foi também eleita a primeira secretária nacional de Formação, Ana Lúcia da Silva, professora de História da Universidade Federal de Goiás. É importante frisar que a primeira secretária nacional de Formação era *a única pessoa da direção nacional oriunda da base, e não de uma direção sindical, e sem pertencimento a nenhum agrupamento político-partidário.*

No período de sua gestão, as condições de desenvolvimento do trabalho das direções eram materialmente precárias, com pouca disponibilidade de recursos, *sem liberação sindical para cumprimento das tarefas militantes.* Ana Lúcia dispunha apenas de uma secretária, e era obrigada a viajar constantemente de Goiás, onde morava, para São Paulo, onde se localizava a sede nacional da CUT. Podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que as dificuldades materiais do início da formação político-sindical diminuía o alcance de seus objetivos, sua estrutura pouco burocrática viabilizava a manutenção de uma concepção de Central mais próxima a de movimento social, e menos de um aparelho centralizado. Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Formação deu início ao processo de discussão de uma política de formação, baseada nos princípios da Central elencados em seu estatuto. Segundo Ana Lúcia:

“A política de formação da CUT tinha que se estruturar a partir dos princípios de criação da Central e que indicavam uma CUT classista, de luta, de massa, uma CUT anticapitalista, que se entendia como instrumento na luta pela destruição do capitalismo e criação de uma sociedade socialista, uma CUT democrática, pela base. Então, minha avaliação enquanto secretária de formação, e aí eu expus tanto para a executiva como para a direção nacional... para todos os setores que estavam na fundação da CUT, era que a formação da CUT tinha que apontar para a estratégia que a CUT tinha, quer dizer, a formação tinha que ser um instrumento tático na perspectiva estratégica que estava formulada nos estatutos da CUT. E que, para isso, então, era necessário unificar, apontar uma formação que, respeitando as especificidades regionais, tivesse uma perspectiva nacional”³³

³²Idem, ibidem.

³³ Entrevista de Ana Lúcia da Silva à Paulo Sergio Tumolo. Fonte: TUMOLO, Paulo Sergio. Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista. São Paulo, Ed Unicamp, 2001., pg 144.

Dessa forma, a primeira gestão da SNF, que foi de agosto de 1984 a junho de 1986, tinha como norteador de sua política o estatuto da CUT, e seus princípios primordiais como o classismo e o anticapitalismo. A partir desses princípios que foi pensada uma política nacional de formação político-sindical na Central naquele momento.

Para sua concretização, foi realizado o Seminário Nacional para os Secretários de Formação, o qual ocorreu entre 27 e 30 de março de 1986. Além desse seminário, a SNF organizou, em 1985, cinco seminários regionais com duração de dois dias cada, tendo como objetivo debater a questão da estruturação sindical³⁴. Outra atividade desenvolvida pela Secretaria Nacional de Formação foi a organização, às vésperas do II CONCURT, de encontros estaduais, e depois, como desdobramento, um encontro nacional de mulheres, o qual apresentou ao congresso uma proposta a respeito da questão de gênero na CUT. A Secretaria também promoveu algumas atividades para debater a questão da constituinte, tema fundamental para a conjuntura da época.

Entretanto, mesmo que a SNF tenha construído um conjunto de ações em âmbito nacional, a idéia proposta era que a Secretaria apenas organizasse e coordenasse os programas de formação, que seriam executados principalmente pelas secretarias estaduais da CUT. Estas tinham melhores condições para construir os programas de formação, na medida em que as questões geográficas e materiais eram de suma importância para a Central naquele período, tendo em vista seus escassos recursos, e sua pouca centralização organizativa. A principal Secretaria de Formação estadual foi a da CUT São Paulo, destacando-se na realização de diversos cursos de formação político-sindical. Os cursos propostos por essa secretaria estadual eram divididos fundamentalmente em dois tipos: 1) cursos mais práticos, que provinham das demandas colocadas pelo movimento sindical cutista, particularmente pelas oposições sindicais, os quais davam suporte para a luta contra os “pelegos” e em relação a administração dos sindicatos, como os cursos de “administração sindical”, “negociação sindical” e “organização nos locais de trabalho”. Eram cursos relâmpago, com duração aproximada de 8 a 20 horas, solicitados pelo próprio movimento. 2) cursos mais teóricos, idealizados pela equipe de formação da secretaria estadual. O primeiro curso, que veio a ser chamado de “Questões do Sindicalismo”, era dividido em duas partes; na primeira discutia-se a sociedade capitalista e as classes sociais em luta, na segunda o sindicato

³⁴ Idem, pg. 146

como instrumento de organização e luta dos trabalhadores frente às classes dominantes. Retoma-se a história do movimento operário-sindical e de suas lutas, inserindo a CUT em um quadro mais amplo. Este curso foi dividido posteriormente em dois: “Noções básicas de economia política” e “História do movimento operário-sindical no Brasil”³⁵.

A marca característica da primeira gestão da Secretaria Nacional de Formação foi certa *autonomia relativa no que tange as disputas internas da Central*, já que sua Secretária provinha da base e não tinha uma relação de alinhamento automático com nenhum campo político, como também seu coletivo de formadores. Esta autonomia relativa e a pequena estrutura burocrática da CUT no período garantiram uma *política de formação político-sindical baseada no classismo e no anticapitalismo como princípios norteadores*, em consonância com o estatuto da Central.

Mas, apesar da certa uniformidade da trajetória política da CUT no período de sua formação, a conjuntura do país apresentava importantes mudanças. Após a eleição de Tancredo Neves de forma indireta, este foi internado às pressas na véspera de sua posse, em março de 1985, para uma cirurgia de emergência, cabendo ao vice, José Sarney³⁶, assumir interinamente a Presidência da República. Tancredo Neves acabou por falecer em 21 de abril, com 75 anos de idade, vítima de infecção generalizada. Mesmo com o slogan “Fora Daqui, com o FMI” da oposição à ditadura, de Tancredo ter dito que “não pagaria a dívida com a fome e a miséria do povo brasileiro”, a equipe econômica montada por ele e mantida por José Sarney, liderada pelo Ministro da Fazenda Francisco Dornelles³⁷ não apresentou nenhuma resistência ao modelo imposto pelo FMI.

A política econômica de Dornelles, de concepção ortodoxa e condizente com os dogmas do FMI, primava pela redução do déficit público através do corte nos gastos. Mesmo que contendo provisoriamente a espiral inflacionária, o represamento dos preços públicos em um contexto de escalada da taxa de juros e ajustes cambiais maiores agravou dramaticamente a situação do setor público estatal, aumentando seu

³⁵Idem, pg. 152

³⁶ José Sarney foi Presidente da Arena (Aliança Renovadora Nacional) em 1979, Partido de sustentação da Ditadura empresarial-militar.

³⁷ A presença de Dornelles, dentre outros aspectos da transição, demonstra a permanência de fortes características da ditadura empresarial-militar no período posterior do estado burguês representativo; as mudanças moleculares ocorridas no interior do aparelho de Estado mantiveram a presença tanto de membros do governo anterior, como de manutenção da estrutura político-burocrático do aparelho e da sua forma de atuação. Francisco Dornelles foi Procurador-Geral da Fazenda Nacional - 1975/1979, Membro do Conselho Administração do Banco do Brasil S/A - 1977/1979, Secretário da Receita Federal - 1979/1985 e Membro do Grupo de Peritos das Nações Unidas em Matéria de Cooperação Tributária Internacional - 1981/1984.

déficit e as pressões sobre ele, além de cisões entre áreas do governo afetadas pelo corte de gastos. Assim, rapidamente perdeu-se o controle sobre o déficit público e a política econômica defendida por Dornelles tornou-se insustentável³⁸.

Com o fracasso da política econômica do Ministro Francisco Dornelles, uma nova equipe econômica assumiu, liderada pelo empresário Dílson Funaro como Ministro da Fazenda. Esta nova equipe se deparava com o problema financeiro, com o aumento de gastos com pessoal e encargos em todas as esferas da administração pública e a retomada dos investimentos por estados e municípios e a hiperinflação. Para enfrentar estes problemas, dentre outros, em 28 de fevereiro de 1986 o Governo Sarney anunciou o Plano Cruzado. Esse plano econômico baseava-se na teoria da “inflação inercial”, combinando medidas monetaristas tradicionais – como taxas de juros, austeridade fiscal – e medidas intervencionistas, como o congelamento de preços e salários³⁹. Com uma intensa campanha nos meios de comunicação, a governo teve enorme aprovação da sociedade, segundo as pesquisas de opinião; surgiram os “fiscais do Sarney”, pessoas armadas de tabelas que percorriam supermercados fiscalizando os preços. Apesar das críticas que o plano passou a receber, inclusive da sua base de sustentação, que defendiam “ajustes” de preços e tarifas, em 15 de novembro de 1986 o PMDB, partido do Presidente da República, elegeu 22 dos 23 governadores.

Desde 1985, *o Governo e o empresariado procuravam de toda a forma interlocutores para realizar um pacto social*. O objetivo da classe dominante estava evidente: garantir a acumulação do capital em patamares rentáveis em uma época de crise, tornando-se necessários esforços para controlar os trabalhadores. Entretanto, *a postura ideológica da CUT, que vinha se definindo cada vez mais num sentido classista, negava qualquer possibilidade de estabelecimento de um pacto social entre as classes*. Como exemplo, temos as resoluções do II Congresso da CUT Regional da Grande São Paulo, realizado em 1985:

“Foi correta a posição da CUT de recusa do pacto social, de atuar para inviabilizá-lo por meio da própria luta e criar um sentimento de condenação da idéia de colaborar com este Governo. De fato, temos que fomentar uma oposição radical à proposta de pacto social, que visa unicamente estabelecer a colaboração de classes para estabelecer a transição em favor do capital. Nesta direção, é essencial desfazer as ilusões dos que pensam que possa existir pacto bom; todo e qualquer

³⁸ ALMEIDA, Gelson Rozentino de. *A história de uma década quase perdida: 1979-1989*. Teste (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. 2000. Pág 44

³⁹ Idem, pg 49

pacto social e ganancioso e desarma os trabalhadores para a defesa dos seus interesses históricos e imediatos.^{40c}

Em relação ao Plano Cruzado, a CUT saiu imediatamente às ruas com jornais e panfletos criticando este plano como ilusório e demagogo. Neste ataque estava implícita a negação do pacto social e de qualquer tentativa de garantir estabilidade governamental através de um acordo tripartite, entre Governo, empresariado e trabalhadores.

Em Junho de 1986 ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Metalúrgicos da CUT, na Praia Grande (SP), reunindo 173 delegados de 11 Estados. Dentre as suas resoluções estavam a luta pela incorporação na Constituinte uma única data-base, e a necessidade de uma campanha salarial unificada com um eixo político bem definido com todos os sindicatos e oposições, bem como a pauta básica comum a ser negociada e as formas de luta a serem utilizadas⁴¹. Outro ponto importante era o fortalecimento da CUT através da conquistas de novos sindicatos que não estavam filiados, sendo encaminhado um encontro das oposições metalúrgicas para planejar a conquista de novas entidades. O clima de avanço e consolidação da CUT estava colocado.

1.4 – O II CONCUR: avançar nas lutas

Em agosto de 1986 foi realizado no Ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, o II CONCUR, com a participação de 5.564 delegados provenientes de 1.014 entidades, representando 12.423.214 trabalhadores. Dos delegados, 70,51% vinham da Base, enquanto 29,49% da Diretoria dos sindicatos. Neste Congresso, a Central se definiu claramente pelo socialismo, como explicitação do que entendia por classismo e independência de classe. Entre as formulações, estavam:

“A CUT tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo. (...)”

⁴⁰ Resoluções do II Congresso da CUT Regional da Grande São Paulo – 1985. Retirado de GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT, por dentro e por fora. Petrópolis, Vozes, 1990. Pág 56.

⁴¹ CUT. Boletim Nacional Especial: 1º Encontro Nacional dos Metalúrgicos da CUT. Junho de 1986. Pág 2

A CUT faz avançar a luta de classe enquanto consegue apontar para a construção de uma sociedade socialista, (...)
A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o socialismo.⁴²”

Outra característica importante ratificada no II CONCUR foi a valorização da organização por local de trabalho. Essa organização pela base era para a CUT a maneira de viabilizar a mobilização dos trabalhadores, garantida por uma prática democrática de grandes Assembléias e a construção de diversas instâncias deliberativas.

Em relação às políticas públicas implementadas pelo Governo Sarney, a CUT teve uma postura clara de denúncia e da necessidade de seu controle por parte dos trabalhadores:

“A CUT denuncia a propaganda criminoso que o governo Sarney vem realizando em torno de políticas sociais que nunca se efetivaram. (...) A CUT exige a ampliação dos gastos sociais e controle dos trabalhadores na destinação desses recursos e na qualidade dos serviços prestados.⁴³”

Entretanto, existiram importantes diferenças em relação à concepção do que seriam realmente os espaços de organização de trabalho. A tese da Executiva Nacional da CUT defendia que só poderiam participar da comissão sindical de base os trabalhadores sindicalizados:

“As eleições sindicais para a comissão de base serão realizadas da seguinte forma:

- a) Votam todos os trabalhadores maiores de 16 anos, **em dia com as suas obrigações e que tenham se associado até a publicação do edital que convoca as eleições;**
- b) Podem ser votados **os sindicalizados maiores de 16 anos, em dia com as suas obrigações e com, pelo menos, seis meses de sócios;**⁴⁴”

A tese 2, dos Metalúrgicos da Capital Paulista, Sapateiros de Franca, Vidreiros, Coureiros, Plásticos e Frios da Capital Paulista defendia que neste espaço de base, denominado “Comissão de Fábrica ou Empresa”, qualquer trabalhador poderia participar, sindicalizado ou não:

“As Comissões de Fábrica ou Empresa devem ser construídas como organismos que **representam o conjunto dos trabalhadores daquela fábrica ou empresa, sindicalizados ou não.** Suas tarefas vão além do

⁴² CUT. Resoluções do II Congresso Nacional da CUT. 1986. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

⁴³ Idem.

⁴⁴ Questão B- Artigo 8º Sobre a comissão sindical de base in: Caderno 3 das Tese do II CONCUR. Pág 10 Grifos Nossos.

trabalho sindical na fábrica ou empresa e por isso devem ser independentes da estrutura sindical, buscando se constituírem como uma verdadeira escola de poder operário.⁴⁵”

Nesse sentido, já no II CONCUR existiram diferenças na avaliação no que tange a estrutura sindical. *Em que medida a estrutura do sindicato reflete certa burocracia, sendo necessário, portanto, espaços de organização autônomos dos trabalhadores, inclusive em relação aos sindicatos? Mesmo após a implementação de uma nova estrutura sindical, mais democrática, seria necessário a construção de espaços autônomos, por fora dos sindicatos?*

A tese da Executiva Nacional defendia um espaço de organização do sindicato mais próximo da base, enquanto a tese dos Metalúrgicos da Capital Paulista defendia um espaço de auto-organização dos trabalhadores referenciado no sindicato, mas não fazendo parte da sua estrutura de forma restrita. No final, depois de acirrado debate, uma terceira resolução foi aprovada, definindo a existência da comissão sindical de base através de trabalhadores filiados, e indicando a importância de construção também das comissões de fábrica. Assim, ambos os espaços conviveriam com caráter diferenciado:

“Além das comissões sindicais de base vinculadas à nova estrutura sindical devemos implantar as comissões de fábrica ou de empresa, mantendo sua independência e autonomia em relação ao sindicato.⁴⁶”

Esta resolução, apesar de definir na estrutura dos sindicatos Cutistas espaços de base realmente autônomos, acabou também por consolidar uma concepção das lutas dos trabalhadores vinculada à estrutura dos sindicatos. Ou seja, as contradições em relação à concepção de luta sindical já faziam parte dos debates da CUT.

Outro tema importante foi a proporcionalidade nos espaços de direção. Antes do Congresso, a Executiva Estadual de São Paulo defendeu o fim da proporcionalidade em todas as Executivas, propondo sua composição apenas pelos

⁴⁵ ibidem, pág 11

⁴⁶CUT. Resoluções do II Congresso Nacional da CUT. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

membros da chapa majoritária⁴⁷. Esta proposta não chegou a ser apresentada no II CONCUR pelo alto grau de rejeição naquele momento; mas o debate em relação à proporcionalidade já estava colocado. A tese apresentada pelo SINTEL – MG defendia que a “proporcionalidade não era uma questão de princípio”, e que esta, na verdade, inviabilizava a construção sindical:

“A proporcionalidade das executivas acaba por diluir politicamente programas, princípios e práticas muitas vezes conflitantes. (...) Tem servido até hoje, na prática, para inviabilizar o funcionamento de várias executivas. (...) Tentar confundir a proporcionalidade com democracia representa, na verdade, escamotear a vontade e a prática de algumas correntes no interior do movimento sindical no sentido de garantirem espaços nos organismos de direção para poderem encaminhar suas políticas”⁴⁸.

Outros sindicatos, ao contrário, defendiam que a proporcionalidade deveria ser ampliada, “no sentido de fortalecer a democracia interna da CUT, permitindo que todos os setores que atuam na sua construção tenham não só o direito de apresentar propostas mas também participar de sua direção cotidiana.”⁴⁹ No fim, todas as questões relativas às mudanças de estatuto no que tange a organização das direções foram deixadas de lado, reaparecendo apenas no III CONCUR.

Neste II CONCUR foi também deliberada a resolução “Princípios para a nova estrutura sindical, sua forma organizativa e seu funcionamento”. Nela, definiram-se diversas orientações para os sindicatos Cutistas, como também a indicação do processo de criação dos departamentos profissionais e o enquadramento sindical em relação à atividade econômica (agropecuária, industrial, comércio e serviços, inativos, serviços públicos, utônomos urbanos e profissionais liberais). Esta era a proposta da Tese da Executiva Nacional da CUT; entretanto, a Executiva Estadual de SP defendia a organização por Federação Estadual ou Interestadual em três setores (agropecuário, industrial e serviços), e não por departamentos profissionais.

Neste tema, a Tese dos Metalúrgicos da Capital Paulista tinha mais acordos com aquela apresentada pela Executiva Nacional: o fundamental era a criação de departamentos como órgãos sob direção da Central e não uma federação com uma

⁴⁷ Jornal Convergência Socialista 0 9/7/86. Fonte: GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991. Pág 21

⁴⁸ Tese No 4 – Sintel – Mg Caderno 3 das Tese do II CONCUR. Pág 40 Grifos Nossos.

⁴⁹ Tese No 3 – Metalúrgicos da Metalúrgicos da Capital paulista, Sapateiros de Franca, Vidreiros, Coureiros, plásticos e frios da capital paulista. Pág 40

estrutura orgânica própria e autônoma em relação à CUT. Para eles, a proposta de departamentos estaria mais ligada aos sindicatos de base, enquanto a Federação teria um caráter mais corporativo.

No Ponto 3 da Resolução aprovada, denominado “Plano de implantação da nova estrutura sindical”, um dos itens relacionados era “implantação da sustentação financeira”, baseada em:

- “a) batalhar pela abolição do imposto sindical;
- b) batalhar pelo fim gradual do assistencialismo, exigindo que o Estado assumira este papel garantindo-se a saúde e assistência médica sob o controle dos trabalhadores.⁵⁰”

Um dos maiores dilemas enfrentados pela CUT era que grande parte de seus sindicatos detinham uma estrutura que ainda guardava resquícios do corporativismo sindical da ditadura militar, ou mesmo da ditadura Vargas. Ganhar uma eleição neste sindicato não necessariamente trazia, por si só, a democratização do aparelho sindical: era fundamental implementar medidas que avançassem na crítica ao modelo burocrático anterior. Entretanto, esta não era uma tarefa fácil.

O SINTTEL/MRJ (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações do Rio de Janeiro), a título de exemplo, detinha em 1980, vinte e oito farmácias cadastradas em um sistema de crédito para financiamento de remédios aos sindicalizados. Além disso, detinha um Departamento Jurídico exclusivo para os associados, que realizou no mesmo ano 1.229 consultas, entre a área de justiça do trabalho, cível e criminal. Na área de assistência médica, tinha 18 odontólogos exclusivos, que atenderam 25.380 associados no ano de 1979, e seis médicos, que prestaram 4.816 consultas. O Sindicato ainda tinha uma parceria com o SESI para oferecimento de cursos de 2º Grau, corte e costura, trabalhos manuais, pintura em tecido, artes culinárias e doces e salgados e uma colônia de férias em Barra de São João. Entre as práticas assistenciais para o lazer também estavam as “festas e bailes”, como uma “programação social” contendo o “Show da Telefonista”, o “Festival de Samba”, a “Festa da Criança” e o “Torneio de Pelada”⁵¹. Dessa forma, *um dos principais desafios*

⁵⁰ CUT. Resoluções do II Congresso Nacional da CUT.

⁵¹ Todos os dados foram retirados da brilhante tese de JUNIOR, José Fernando Souto. Práticas Assistenciais em Sindicatos Pernambucanos e Cariocas 1978-1998. Niterói, PPGH-UFF, 2005.

colocados para a CUT estava no corporativismo e assistencialismo herdados pelos sindicatos de sua base.

A Constituinte também foi um dos debates centrais deste II CONCURTO. As diferenças, novamente, estavam na ênfase dada à disputa dos espaços institucionais ou em sua “denúncia”. Segundo a tese da Executiva Nacional, intitulada “Constituinte sem povo não cria nada de novo”, a CUT devia politizar o processo constituinte, trazendo à tona as demandas dos trabalhadores:

“A nossa participação no processo Constituinte deve, portanto, por um lado, inviabilizar as tentativas da burguesia de excluir o movimento operário e popular do processo, por outro, avançar rumo ao projeto político dos trabalhadores. Do ponto de vista dos trabalhadores a tática deve se centrar de um lado em questionar os limites que a “Nova República” põe à democracia, acentuando a necessidade de uma Constituinte livre, soberana e democrática.”⁵²

Para a Tese Nº 8, encabeçada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, o fundamental era evidenciar o caráter de classe da Constituinte:

“O Governo da Nova República e os patrões estão tentando completar a ‘obra’ o pacote desviando agora as preocupações para a Assembléia Constituinte. Aqui também se travará uma batalha entre os patrões e trabalhadores. São interesses inconciliáveis. (...) Numa greve somos inimigos e não aliados dos patrões. Também na Constituinte deve ser assim: trabalhadores de um lado, contra todos os patrões e seus partidos.”⁵³

As visões sobre a Constituinte e suas eleições demonstravam as diversas concepções existentes na CUT no que tange a disputa ou não dos espaços institucionais. *Em que medida a participação da CUT nos espaços institucionais seria uma necessidade da luta ou legitimação do Estado Burguês? Qual era o limite entre disputa de espaços e colaboração de classe?*

Dessa forma, aliado a conjuntura que vivia o movimento sindical em 1986, às vésperas das eleições para a Constituinte, ocorreu nesse momento um aprofundamento da organização e da concepção da CUT, balizadas pela atuação nos locais de trabalho, na democracia, no classismo e na luta pelo socialismo.

⁵² Teses da Executiva Nacional da CUT para o 2º CONCURTO. Pág 7

⁵³ Tese No 8 – Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, etc. pág 94

Por outro lado, o II CONCUR também se caracterizou pela formalização de tendências internas.

“Assim, aos poucos foram se aproximando politicamente os que não aceitavam promover na CUT, naquele momento, as mudanças estatutárias que o agrupamento majoritário queria impor. Também se verificou essa aproximação a propósito de posições políticas que se ligavam diretamente à visão do papel da Central na construção do socialismo. Embora as diferentes visões, dentro da CUT, já estivessem presentes desde o começo, devido ao fato que ela se formou a partir de diferentes práticas sindicais, (...) é desse Congresso que saíram estruturadas as duas principais tendências da CUT: a “Articulação Sindical”, que se deu este nome pouco tempo depois, e a “CUT pela Base”, que já estava usando esse nome desde os Congressos Estaduais que antecederam esse II CONCUR.⁵⁴”

Ou seja, se o II CONCUR representou um aprofundamento das posições de esquerda da CUT, significou também um acirramento da luta política e ideológica entre as principais correntes políticas. Na Eleição para a nova direção da Central, concorreram 3 Chapas: a Chapa 1, ligada à corrente “Articulação Sindical” obteve 59,9% dos votos; a chapa 2, representativa dos sindicalistas do “CUT pela Base”, obteve 28,95%, e uma terceira chapa, representada principalmente pelos setores alinhados à Convergência Socialista, teve 11,07%. Foi neste Congresso o último momento no qual a esquerda socialista da CUT conseguiu imprimir fortemente sua marca. A partir deste momento, os setores majoritários da Central, referenciados na “Articulação Sindical” e seus aliados, passaram a definir mais concretamente novos rumos políticos para a CUT. Como demonstração do início da disputa mais clara dos rumos da Central, temos as mudanças nos estatutos, especialmente no que tange a eleição dos delegados para o próximo Congresso da CUT, diminuindo a participação da base:

Tabela 1 - *Proporção dos Delegados– Antes do II CONCUR*

	Até 2000	De 2001 a 10.000	De 10.001 a 30.000	De 30.000 a 100.000	De 100.001 a 200.000	Mais de 200.000
Base	8	15	20	25	30	40
Direção	3	4	5	6	7	8
Proporção Base/Direção	2,6	3,75	4	4,16	4,28	5

⁵⁴ Vito Giannotti e Sebastião Negro. CUT: Ontem e Hoje. Pág. 44

Fonte: CUT. Deliberações do II Congresso da CUT. Elaboração própria

Tabela 2 –*Proporção dos Delegados– Pós II CONCUR*

	Até 2000	De 2001 a 10.000	De 10.001 a 30.000	De 30.000 a 100.000	De 100.001 a 200.000	Mais de 200.000
Base	6	10	14	18	25	30
Direção	3	4	5	6	7	8
Proporção Base/Direção	2	2,5	2,8	3	3,57	3,75

Fonte: CUT. Deliberações do II Congresso da CUT. Elaboração própria

As tabelas demonstram uma diminuição da participação da base em comparação com a direção dos sindicatos para a eleição do III CONCUR.

A partir do II Congresso a CUT passa a ser hegemônica pela Articulação Sindical, a qual concebia através da relação entre os elementos de consenso de suas propostas e a força de sua maioria numérica, a direção intelectual e moral da Central. Não ocorria uma diferenciação global entre as minorias, representadas pela CUT pela Base e pela Convergência Socialista, e a maioria representada pela Articulação Sindical. Mesmo quando colocava uma proposta para votação, a Articulação Sindical mesclava, de forma subordinada, elementos das propostas da minoria, mantendo certo consenso no interior da Central que viabilizava sua direção intelectual e política. A crença de que todos na CUT eram classistas e socialistas, apesar das divergências, era o principal elemento de coesão e consenso. *Se no plano interno, a CUT era hegemônica pela Articulação Sindical, no plano externo, colocava-se claramente em oposição as classes dominantes e seu projeto de classe. A CUT mantinha-se classista e anticapitalista. A relação das classes dominantes com a CUT era baseada mais na coerção, seja econômica ou física, do que no consenso político-ideológico: uma relação de dominação, não de direção.*

Em relação às iniciativas no terreno da política de formação da Central, o II CONCUR foi também um marco importante.

Antes do Congresso, mas ainda em 1986, foi construída a primeira escola de formação da CUT, o Instituto Cajamar (INCA). Pela primeira vez a política de formação foi constituída em um espaço não interno da Central: o Instituto Cajamar era autônomo, e tinha como objetivo realizar convênios com a CUT para formação de seus militantes. Além disso, a formação do Instituto tinha outras duas características fundamentais: 1) Foi formado por militantes componentes que vieram a fazer parte da tendência interna da CUT “Articulação Sindical”, com o possível objetivo de garantir uma formação segundo sua orientação política, independente da política da Secretaria. 2) Tanto a Secretária Nacional de Formação, Ana Lúcia da Silva, quanto a equipe de formação da CUT-SP não sabiam da construção do Instituto, dele tomando ciência apenas nas vésperas de sua inauguração. Ana Lúcia afirma que “quando soube, estava praticamente tudo criado. (...) nunca nada foi falado publicamente nas instancias da CUT”⁵⁵. Devido a este fato, a equipe de formação da CUT-SP pediu saída, sendo assim desmantelada. É o início de um período de maior disputa da CUT, e de modificações no âmbito da formação político-sindical.

No II CONCURTO a formação sindical foi eleita uma das cinco prioridades da CUT, e Jorge Lorenzetti, diretor da Associação Brasileira de Enfermagem e professor da Universidade Federal de Santa Catarina foi eleito para a Secretaria Nacional de Formação (SNF), na chapa da “Articulação Sindical”. O secretário passou a contar com equipe de dedicação exclusiva constituída de dois assessores, um agente administrativo, além de possíveis colaboradores⁵⁶.

O Plano de Trabalho da SNF para 1987, afirmava que:

“a concepção classista da sociedade e a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora será o eixo central ou o pano de fundo de toda a programação da CUT. (...) A reflexão sobre a história da luta de classes no mundo deve ser a principal fonte de saber para o entendimento da realidade e as perspectivas futuras da luta dos trabalhadores. Desta forma, o conhecimento e o estudo do capitalismo e do socialismo devem ser preocupação permanente da formação da CUT”⁵⁷.

Podemos perceber que a *concepção classista de formação* ainda se manteve após a eleição da nova Secretaria Nacional. Entretanto, a maneira pela qual

⁵⁵TUMOLO, Paulo Sergio. Op. cit. Pág 159

⁵⁶ Idem, Ibidem. Pág 163

⁵⁷ CUT- Plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação da CUT – 1987. Fonte: TUMOLO, Paulo Sergio. Op. cit. Pg. 165.

esta formação foi viabilizada na prática gradativamente modificou suas metas. Apesar da manutenção da concepção classista enquanto pano de fundo, os cursos tiveram seus eixos modificados, e sua ênfase remodelada. Neste ano, a SNF admitiu que apenas o eixo sobre sindicalismo foi desenvolvido, pois a Secretaria “não teve fôlego para desenvolver os eixos de economia política básica e planejamento, administração e ação sindical (...).⁵⁸”

Também em 1987 temos a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. A fórmula adotada de “Congresso Constituinte”, com os seus membros eleitos na eleição de 1986 e com mandatos normais, ao invés de uma investidura específica para a elaboração da nova Carta, dissolvendo-se em seguida, decorreu da preocupação da possibilidade da segunda opção estar mais sujeita às pressões populares.

Desde a sua instalação, a Assembléia Constituinte viu-se sob forte pressão do Executivo, que ainda dispunha de forte margem de atuação, viabilizado pelo chamado “entulho autoritário”. Ademais, a Assembléia refletia, em sua composição, a heterogeneidade dos agentes sociais, favorecendo o predomínio das classes dominantes. Para termos uma idéia, enquanto 32% dos congressistas eram ligados aos setores industriais, apenas 3% era profissionais manuais ou de nível médio. Segundo Diniz⁵⁹, os interesses do capital, presentes na Constituinte, chegavam a atingir 42,5% do total de participantes, enquanto que parlamentares ligados aos trabalhadores, chegavam a somente 12,15%. Temos também que levar em consideração que, apesar de um número expressivo de parlamentares vinculados aos empresários, estes expressavam, em certos momentos, divergências importantes, como a disputa em torno do modelo econômico, desenvolvimentista ou neoliberal. A formação do “Centrão”, que na realidade se posicionava “à direita”, a agressiva campanha da UDR (União Democrática Ruralista) e a formação de grande capacidade de pressão por parte do empresariado, demonstram o poder de barganha do grande capital. Do ponto de vista dos trabalhadores, em 12 de agosto de 1987, diversas entidades populares, entre elas a CUT, entregaram ao Congresso Constituinte 122 propostas de emendas populares à Constituição, que somavam mais de quinze milhões de assinaturas. No dia 3 de dezembro de 1987 a CUT participou de uma reunião em Brasília que congregou mais de duas centenas de entidades sindicais e populares, chamada “Plenária Nacional de Entidades Sindicais,

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ DINIZ, E. E BOSCHI, R. Empresários e Constituinte. In: CAMARGO, A. e DINIZ, E. Continuidade e mudança no Brasil da Nova República.

Populares e Democráticas em Defesa dos Direitos do Povo”, denunciando o então chamado golpe do “Centrão”, que tinha como objetivo aprovar medidas danosas aos movimentos sociais. A CUT também participou de uma manifestação com mais de cinco mil trabalhadores rurais em Brasília, para pressionar a Constituinte por uma legislação favorável à Reforma Agrária.

Em 1988 ocorre a consolidação de uma nova Constituição para o país. Entretanto, sua promulgação:

“após dois anos de trabalhos descentralizados, se deu, pois, sem um impacto capaz de inaugurar um novo trato das questões institucionais. Assegurou conquistas expressivas por parte dos trabalhadores e dos movimentos sociais, mas deixou clara, também, a capacidade de pressão e intransigência das forças conservadoras”⁶⁰.

No balanço da constituição podemos afirmar que todos os setores fundamentais demonstraram descontentamento com o resultado final. Não houve nenhuma força organizada da sociedade que pudesse declarar uma vitória plena, nem reclamar uma perda total. Entre aqueles que obtiveram as mais importantes propostas atendidas, temos a UDR e sua vitória da contra-reforma agrária⁶¹. Os trabalhadores urbanos, tendo em vista a capacidade de mobilização da CUT e do PT, prioritariamente, obtiveram algumas conquistas. Houve uma derrota dos setores populares na Constituinte, o que não diminui o peso da importância política de um Partido com um número bem pequeno de representantes polarizar o debate político no país, garantindo direitos sociais importantes. No âmbito do movimento sindical, o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, do “estatuto padrão” e da proibição de sindicalização do funcionalismo público foram conquistas inscritas na Constituição. Por outro lado, manteve-se a unicidade sindical, o monopólio de representação, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Ou seja, o programa da CUT não se concretizou completamente na Constituição, pois a estrutura sindical oficial, com a herança corporativista, continuou pesando sobre os sindicatos⁶². Na falta de projetos

⁶⁰MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virginia Maria. História do Brasil recente (1964-1992). 4 ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 1999. Pág 91

⁶¹“Antes mesmo da promulgação da Carta, a reação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ficara expressa no título de uma publicação sua “Transformar em Carvão a Constituição”. O MST explicitava a sua derrota para a articulação dos grupos conservadores que imprimiram no texto constitucional um retrocesso no encaminhamento da questão agrária.” Retirado de ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Op. Cit. Pág. 272

⁶² MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. Pg 84

nacionais mais definidos, ocorreu certo consenso por parte das forças ligadas às classes dominantes no sentido do desmantelamento das instituições públicas, além do crescimento de um movimento neoliberal, o qual propunha a desregulamentação da economia e a redução dos investimentos sociais.

No ano de 1988, além da nova Constituição, temos a tentativa, por parte do Governo Sarney, da realização de um amplo pacto nacional, como resposta a crise econômica que vinha em andamento. Durante cinco meses, representantes do Governo, do empresariado e líderes sindicais da CGT⁶³, da ala conhecida como “sindicalismo de resultados” preparavam, em Brasília, a formulação de um pacto social. Neste tempo, quase diariamente, o horário nobre da televisão foi ocupado por José Sarney, Mário Amato, e o líder do “sindicalismo de resultados”, Luiz Antonio Medeiros. Em outubro, Sarney, preocupado com a ausência da CUT na negociação e buscando maior representatividade ao principal negociador, Medeiros, eleva-o oficialmente a um papel nacional, como presidente da artificial Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Na primeira semana de novembro é assinado o pacto, mas seu peso foi bem pequeno. As medidas econômicas propostas foram desconhecidas pelos trabalhadores. A CUT, neste momento, teve uma postura firme contra o pacto, denunciando as intenções do governo e seu arrocho salarial.

1.3 – O III CONCURTO

Foi dentro deste panorama a realização do III CONCURTO, em setembro de 1988, contando com 6.244 delegados, de 1.157 entidades, 51% provenientes da Base e 49% da diretoria dos sindicatos. Foi o maior Encontro Sindical com delegação já realizado, marcando com força o aniversário de 5 anos da CUT.

A mudança nos estatutos do II CONCURTO fez a participação da base dos sindicatos ter importante queda no III CONCURTO; a participação geral entre base e

⁶³ A CGT foi formada pelos segmentos que não participaram da formação da CUT, rompendo a Comissão “Pró-CUT”. Tinha como base de sua formação o PCB, PC do B, MR8, além dos segmentos representados por Luis Antonio de Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Antonio Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo.

diretoria foi praticamente meio a meio, o que possibilitou um aprofundamento da política do grupo dirigente no período, a “Articulação Sindical”.

Apesar da forma que foram encaminhadas as resoluções finais deste Congresso, deliberando o conjunto das posições apresentadas pela Tese da Articulação (a qual foi definida enquanto tese guia no início dos trabalhos), ocorreram importantes debates em torno da ação política da CUT. Um dos temas mais importantes foi o balanço da atuação da Central no processo Constituinte.

Segundo a tese 10, intitulada “Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base”, referenciada no campo da “Articulação Sindical”, a posição deliberada no II CONCURT e os encaminhamentos posteriores realizados pela Central sobre o processo Constituinte foram corretos:

“(…)foi correta a política da CUT frente a Constituinte, definida democraticamente no 2º CONCURT. O esforço de coletar assinaturas populares foi um instrumento de propaganda e mobilização, além de opor a soberania popular à constituinte conservadora. Foi correta também a política de atuação de frente com outras entidades e partidos, porque sempre apontava para a organização e luta como condição básica para as conquistas dos direitos dos trabalhadores. Foi correta a denúncia incansável da CUT diante do caráter reacionário do Congresso Constituinte e frente a atuação dos parlamentares(…)”.⁶⁴

Além disso, sobre o caráter da Constituinte e a forma que a CUT deveria se posicionar em relação ao processo como um todo, a tese defendia que era necessário esperar o fim dos trabalhos; entretanto, acreditava que era possível avaliar que, no geral, o caráter da Constituinte era “antipopular”:

“A CUT deverá aguardar o término dos trabalhos no Congresso Constituinte para definir um posicionamento final, precedido de amplas e democráticas discussões. Porém, apesar de algum grau de incerteza, neste momento, quanto aos desdobramentos futuros da Constituinte, é possível fazer uma avaliação. (...) As pequenas conquistas obtidas, graças à pressão exercida, são irrisórias diante das fragorosas derrotas, tais como, a manutenção da estrutura sindical e principalmente no caso da Reforma Agrária. A CUT deve denunciar amplamente o caráter antipopular da Constituinte, (...) deixando claro que a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos continuará avançando tendo a CUT como um dos seus principais instrumentos⁶⁵.”

⁶⁴ Tese 10 - Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base. In: Teses ao III CONCURT. 1988

⁶⁵Idem, ibidem.

Por outro lado, para a tese 6, intitulada “Construir a CUT pela base”, a posição da maioria da direção da CUT na condução das lutas em relação à Constituinte foi equivocada:

“Nossa direção não soube enfrentar os desafios colocados pela Constituinte. Esqueceu que a ferramenta fundamental dos trabalhadores é a sua luta direta e não os viciados meandros das negociações (mesmo combinadas com pressões) ao nível institucional. Orientou a intervenção da CUT no processo da Constituinte, privilegiando as reivindicações no campo trabalhista em detrimento das questões de ordenamento geral da sociedade, com o que permitiu os setores mais reacionários ao “conceder” migalhas trabalhistas ganhassem espaço para reivindicar legitimidade de uma ordem jurídica e institucional que mantém os mecanismos de repressão e controle, assim como a tutela militar sobre a sociedade.”⁶⁶

Em relação ao caráter da Constituinte, a tese da CUT pela Base utilizava o mesmo lema do MST, “Transformar em carvão a Constituição” e realçava suas características conservadoras e o pouco avanço nas conquistas dos trabalhadores:

“A Constituição que está para ser promulgada pelo processo Constituinte trouxe poucas reformas que atendessem às maiores reivindicações dos trabalhadores. Ao contrário, em questões essenciais para os trabalhadores, tais como as ligadas às suas lutas sindicais, não foram conquistadas a autonomia sindical, o direito amplo de greve, a reforma agrária ou a estabilidade de emprego. (...) Essa Constituição mantém o caráter conservador e da tutela militar, iguala a propriedade privada ao direito à vida, legaliza a continuidade dos assassinatos dos trabalhadores rurais e legitima a transição conservadora de Sarney.”⁶⁷

Neste Congresso os tipos de bandeiras de luta da Central, se seriam mais “políticas” ou “econômico-corporativas”, tornaram-se um dos temas fundamentais. Para a tese da Articulação, aqueles que criticavam as lutas “econômicas” eram vanguardistas e não sabiam avaliar o que realmente mobilizava os trabalhadores. Além disso, defendia as negociações com os patrões e governos:

“Há propostas políticas que subestimam a importância estratégica das lutas reivindicatórias, as conquistas econômicas concretas das lutas sindicais para impulsionar o projeto histórico da classe

⁶⁶Tese 6 - Construir a CUT pela base. In: Teses ao III CONCUR. 1988

⁶⁷Idem, ibidem.

trabalhadora. O equívoco está em considerar que a CUT, ao negociar com os patrões ou o Governo para obter um acordo de trabalho, pratica uma forma disfarçada de reformismo. A luta dos trabalhadores por salários e melhores condições de trabalho se desenvolve hoje no interior do sistema capitalista e faz parte da natureza do próprio sindicato. Porém, se na luta reivindicatória a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas massas em movimento contra os patrões e o Estado, estarão de forma decisiva contribuindo para formar uma consciência anticapitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo.⁶⁸

Para a tese da “CUT pela base”, o que estava ocorrendo, na verdade, era a realização do pacto social por membros da direção da Central, os quais se aproximavam das práticas do “sindicalismo de resultados”:

“A posição de membros da Central, que confundem uma postura realista da defesa dos interesses dos trabalhadores com a aceitação de fato do pacto social, precisa ser combatida decididamente, não acreditam na possibilidade de a Central conquistar grandes mobilizações nacionais, mas acreditam em negociações diretas com empresários e Governo, confundindo sua prática com o reformismo do “sindicalismo de resultados”⁶⁹.

Dessa forma, *desde este III CONCURTO, em 1988, já ocorria o debate no interior da Central de que as divergências entre os campos existentes não eram apenas de cunho tático, mas estratégico*. As formas das divergências e os temas em debate mudaram de foco: se antes, a questão primordial era a “ênfase” em certas lutas e na forma pela qual essas seriam encaminhadas, a partir deste momento as escolhas das bandeiras de luta e seus objetivos tornam-se não consensuais. *Começa a ser quebrado o consenso geral que existia no interior da CUT que todos em seu interior seriam classistas e anticapitalistas*. Assim, sendo difícil para o grupo hegemônico do período, a Articulação Sindical, aplicar suas propostas através do convencimento dos grupos minoritários, a coerção exercida através da existência de uma maioria clara nas votações tornou-se aspecto cada vez mais importante. Era um momento, portanto, de transição: a Articulação Sindical, enquanto corrente política, ainda dirigia intelectual e politicamente a CUT, e mantinha-se no interior do sindicalismo combativo; entretanto, alguns de seus membros já iniciavam a adoção de práticas parecidas com o

⁶⁸ Tese 10 - Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base. In: Teses ao III CONCURTO. 1988

⁶⁹ Tese 6 - Construir a CUT pela base. In: Teses ao III CONCURTO. 1988

“sindicalismo de resultados”. Por outro lado, as correntes minoritárias iniciaram um debate de maior “denúncia” das práticas da direção majoritária, realizando uma disputa ideológica em relação à concepção de sindicalismo. Foi a maior ênfase nos debates sobre concepção de sindicalismo e a necessidade de uma maioria clara para a “Articulação Sindical” que impulsionaram as mudanças estatutárias ocorridas neste III CONCURT. Além disso, as propostas de uma nova estrutura da CUT também se casavam como uma visão de sindicalismo que dava prioridade a consolidação de um “aparelho burocrático”, mais centralizado e controlado politicamente por seus dirigentes. *A estrutura burocrática da CUT enquanto aparelho organizativo ganhava cada vez mais peso, e a forma pela qual esta estrutura seria gerida tornou-se um dos temas centrais.*

Para José Maria de Almeida, um dos dirigentes da “Convergência Socialista”, segunda mais importante corrente na minoritária da CUT, em entrevista realizada em 2003, as mudanças políticas vieram antes das mudanças de estrutura da Central:

“Ainda no Congresso de 88, (...), eu dizia “gente, essa mudança não sai de graça, essa é uma mudança política, de concepção política e essa mudança de concepção política exige uma mudança de estrutura. Para que rumo? Para o rumo que tínhamos antes, em que a concepção política vai se aproximar daquilo, volta a ser aproximar daquilo que havia antes. (...) A busca de uma aproximação, de um diálogo com os outros setores da sociedade, da parceria, da conciliação é a resultante da evolução da direção da CUT, da leitura que eles tinham da realidade e do que era possível politicamente fazer para defender os trabalhadores. Vem primeiro uma opção política, as mudanças estruturais são uma consequência. A primeira mudança que veio, no chamado novo sindicalismo, foi a mudança política”⁷⁰.

As avaliações dos rumos da Central partiam, então, da avaliação da conjuntura existente e da forma pela qual a CUT deveriam atuar neste processo. Para a Tese da Articulação Sindical, a CUT necessitava mudar sua estrutura organizativa, em direção a uma forma de organização mais “ágil” e “centralizada”. As derrotas ocorridas

⁷⁰ Retirado de: FERRAZ, Marcos. Da cidadania salarial à agência de desenvolvimento solidário. O sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. Pág 75

na Constituinte demonstravam o início de um momento mais difícil para os trabalhadores:

“A redefinição da estrutura organizativa da CUT, para permitir respostas mais ágeis e unificadas, é um elemento decisivo para o período que se inicia. Mas, o grande desafio que se coloca para a classe trabalhadora é saber avançar em um momento em que (...) as recessões econômicas são frequentes e a dívida externa impede qualquer alteração mais significativa deste quadro. ⁷¹”

Assim, o III CONCUR foi quase todo absorvido sobre a reorganização da estrutura da CUT, mesmo tendo como pano de fundo debates estratégicos fundamentais, deixando as discussões sobre conjuntura e mobilizações em segundo plano. O objetivo da maioria da direção da Central era aprovar uma mudança ainda maior no estatuto, que possibilitasse a implementação de uma nova concepção sindical. E qual seria essa concepção?

“Uma Central de representação, de negociação, mais do que uma Central de mobilização e organização para a luta ampla das massas. Uma Central que falasse apenas em nome dos sindicalizados e não se preocupasse em mobilizar e organizar os milhões de trabalhadores que sequer participam formalmente do mercado de trabalho. Uma Central dos que têm registro na Carteira de Trabalho, excluindo com isso, os 50% dos trabalhadores que estão na economia informal. A CUT optou por se aproximar do modelo das Centrais Sindicais Europeias. ⁷²”

As mudanças organizativas eram parte de uma mudança mais profunda, sobre o papel a ser desempenhado pelo sindicalismo brasileiro. Como nos diz Iram Jácome, “para a tendência Articulação e seus aliados, a central deveria ter um perfil claramente sindical, ainda que combativa, e tendo o conflito com atividade fundamental. Já a esquerda socialista – independente de suas diferenciações internas – visualizava para a CUT um papel eminentemente político, onde a luta anticapitalista e o ideário de uma sociedade socialista estariam presentes. ⁷³”

No plano de lutas, foram aprovadas definições da “Campanha Nacional de Lutas”, combinando-as com uma campanha pelo contrato coletivo em âmbito

⁷¹ Tese 10 - Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base. In: Teses ao III CONCUR. 1988

⁷² NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. Para Onde Vai a Cut? São Paulo: Scritta. 1993. Pág 42

⁷³ RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT, São Paulo, Scritta e Fapesp, 1997. Pg 112.

nacional. Os pontos de reivindicação eram: reposição imediata das perdas, reajuste mensal de salários de acordo com o índice do Dieese, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado, 40 horas semanais de trabalho, estabilidade no emprego, liberdade e autonomia sindical, a garantia e aplicação imediata das conquistas dos trabalhadores na Constituição, o não pagamento da dívida externa e o rompimento dos acordos com o FMI, a não privatização de estatais e a defesa dos serviços públicos, a garantia de abastecimento e controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade, creche gratuita para os filhos de trabalhadores até os 7 anos de idade, a não demissão de mulheres grávidas. Nestas resoluções ocorreu maior unidade entre as correntes internas da CUT, na discussão e posterior aprovação, demonstrando que ainda era possível um acordo político amplo apesar de importantes divergências. Entretanto, não podemos dizer o mesmo sobre as mudanças nos estatutos da Central.

A discussão em torno do Estatuto da Central fazia parte de uma divergência mais geral em relação à forma de organização dos sindicatos, isto é, um debate sobre a concepção de democracia operária. *Estas divergências tinham origem tanto na necessidade ou não da relação mais direta com os trabalhadores na base, e da possibilidade de atuação no interior da estrutura sindical oficial.*

A tese No 6, da “CUT pela Base”, defendia uma concepção ampla de sindicalismo democrático, que partia tanto da crítica à estrutura sindical oficial como também da forma de organização do sindicalismo combativo, o qual devia ser autônomo com relação ao Estado. Ou seja, não criticava apenas o sindicalismo “oficial”, mas também a própria “estrutura sindical em si”, inclusive no âmbito da CUT. *Acreditava-se que era possível construir uma outra forma de organização sindical, que não se limitasse aos sindicalizados e à lógica corporativa.* Em relação à organização das direções, a Tese da “CUT pela Base” defendia o fim do presidencialismo e pela utilização de um sistema colegiado:

“Exercer a direção colegiada é romper com a estrutura vertical do exercício do poder, característica que a atual estrutura sindical copiou do sistema capitalista. Esta forma democrática de exercer o poder ainda não foi assimilada por muitas direções, pois estamos habituados a um sindicalismo em que três pessoas (o presidente, o secretário-geral e o tesoureiro) decidem por toda a diretoria, e, muitas vezes, pela própria categoria. A direção

colegiada é a forma de consonância com a proposta que temos para toda a sociedade.”⁷⁴.

A tese defendia ainda a proporcionalidade em todos os espaços de direção como pressuposto da unidade de ação dos trabalhadores em luta, e o incentivo pela realização das comissões de fábrica/empresa. Esta comissão deveria ser desvinculada da estrutura sindical, isto é, auto-gerida pelos próprios trabalhadores, sindicalizados ou não.

Outro ponto importante da tese é o intitulado “A nova estrutura sindical”. Segundo o texto, após as derrotas no processo de Constituinte, a batalha por um sindicalismo autônomo e democrático estava colocada em um novo patamar:

“A Constituinte referendou a antiga estrutura sindical, o que coloca à CUT o desafio, mais uma vez, de desconhecer o direito da burguesia, através das suas leis, e estabelecer normas para a organização dos trabalhadores. Os únicos que podem deliberar sobre como estes deverão se organizar são os próprios trabalhadores.”⁷⁵

Dessa forma, *se o direito dos trabalhadores de organização autônoma em relação ao Estado não era garantido na lei em plenitude, tornava-se necessário uma organização por fora da estrutura sindical oficial*. Esta forma de organização, em grande medida em confronto com o código legal, era a garantia de um sindicalismo realmente democrático e de luta. Um exemplo importante era a orientação de que os trabalhadores que estivessem criando suas organizações sindicais, como no caso do funcionalismo público, assim o fizessem por fora da estrutura sindical oficial e dentro dos critérios estabelecidos pela Central⁷⁶. O balanço da Nova Constituição, e da relação do sindicalismo combativo com o Estado tornaram-se peças chaves para avaliação dos rumos da CUT e de quais caminhos essa deveria seguir.

Nas resoluções deste III CONCUR foi a primeira vez que apareceu um item sobre “políticas sociais”, denominado “CUT e as políticas sociais”. Com a Nova Constituição, novos espaços institucionais tiveram sua implementação iniciada, como também uma nova forma de aplicação de políticas públicas. A CUT iniciou então um

⁷⁴ Tese No 6. In: CUT Boletim Nacional Especial – Teses ao 3º CONCUR.

⁷⁵ Idem, ibidem.

⁷⁶ Idem, ibidem.

maior debate em torno de quais políticas públicas defenderia enquanto reivindicação, e de que forma conseguiria conquistá-las. Como nos diz Roberto Vêras, com o fim da Ditadura Civil-Militar, as tensões internas a Central, no que tange a relação entre ação direta e participação institucional, aumentaram:

“A tensão, desde sempre existente, entre ação direta e ação institucional, sobre a qual construíra um delicado equilíbrio, agora requeria dela nova formulação, ao mesmo tempo que recolocava o debate interno (e o equilíbrio antes conquistado) em um novo patamar.”⁷⁷

Foram aprovadas nas resoluções do III Congresso a CUT as lutas contra a privatização das empresas estatais e pelo seu controle pela população, a melhoria dos serviços públicos e a estatização imediata dos serviços controlados pelo capital privado, pois “esses serviços são um direito de todos e um elemento central para a melhoria das condições de vida da população trabalhadora”⁷⁸. Para a Central, era necessário democratizar os espaços de definição das políticas públicas, garantindo que essas estivessem sob controle dos trabalhadores e não dos governos. Como exemplo importante deste III CONCUR temos as propostas referentes ao Sistema Único de Saúde. Para o SUS, a CUT defendia o avanço do seu controle social, garantindo o custeio de seus serviços pelo orçamento da União, Estados e Municípios, e a implementação de conselhos de saúde, a nível nacional e local, os quais deveriam garantir a participação democrática dos movimentos sindicais e popular, caráter deliberativo, e autonomia para controle de gestão e controle do sistema. Ou seja, buscava-se a construção de novos espaços institucionais que garantissem a participação dos movimentos sociais no controle social sobre as políticas públicas estatais, para que estas não fossem definidas apenas pela alta hierarquia governamental. Se o Estado continuava burguês, apesar de certos direitos sociais garantidos pela Nova Constituição e o fim da Ditadura Civil-Militar, a CUT lutava por sua democratização real, a qual apenas seria possível pela atuação direta dos trabalhadores e de seus representantes nos movimentos populares e sindicais. *Neste momento, as resoluções em torno destas políticas públicas eram defendidas enquanto “direitos sociais fundamentais”, não*

⁷⁷OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002. Pág 170

⁷⁸CUT. Resoluções do III CONCUR (1988). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

existindo referências ao tema da “cidadania”, o qual se tornará comum na década de 1990.

No III CONCURT várias escolhas foram feitas, defendidas com mão de ferro pela “Articulação Sindical” e combatidas pelos setores de oposição; dentre elas as de maior destaque são as que visavam restringir a participação e o poder das bases e garantir um peso muito maior às direções oficiais da CUT e as direções dos sindicatos. A criação de um “funil” para a eleição dos delegados foi peça chave para a nova estrutura da CUT. A realização do funil dificultava enormemente a eleição de delegados da base, pois estes tinham que participar dos Congressos Estaduais, e nestes serem eleitos para o Congresso Nacional, na proporção de 2.000 sindicalizados para um delegado. Para efeito de comparação, os sindicatos que tinham como base até 2.000 trabalhadores podiam levar, no II CONCURT, nove delegados para o Congresso Nacional, sendo três da direção e seis da base. Para Jair Menegelli, representante da Articulação Sindical, o fundamental era diminuir o tamanho do CONCURT, pois Congressos muito grandes não possibilitariam uma discussão mais profunda:

“tudo na vida tem fases. Logo após a criação da CUT, era necessário realizar congressos grandiosos até como forma de afirmar a sua viabilidade, a sua força. Mas já tínhamos em mente que não poderia ser sempre assim. Se mantivéssemos os mesmos critérios de participação, chegaríamos no futuro a congressos de quinze mil ou mais trabalhadores. Este número de pessoas não permite o aprofundamento das discussões”⁷⁹.

Outra modificação importante foi sobre a periodicidade do Congresso da CUT, que passou para três anos.

A forma de quantificação dos delegados também foi modificada neste Congresso. Até o III CONCURT, o número de delegados era proporcional a quantidade de trabalhadores existentes em cada categoria; após as mudanças no Estatuto, os delegados passaram a ser eleitos tendo como referência a quantidade de trabalhadores sindicalizados. Em primeiro lugar, esta mudança trazia em si uma escolha política de privilegiar o setor formal e sindicalizado como espaço de atuação da CUT, deixando de lado os trabalhadores informais e não sindicalizados, que naquele momento já ultrapassavam o número de 50% dos trabalhadores brasileiros. Em segundo lugar, esta modificação gerava distorções grandes na relação entre o número de delegados eleitos e

⁷⁹Jair Menegelli. Entrevista concedida ao Jornal do PT, em outubro de 1988. Retirado de RODRIGUES, Iram Jacome. Op. cit. Pág 115

o peso político da atuação sindical: um exemplo marcante era a APEOSP (Sindicato dos Professores Estaduais de São Paulo), que passou a ter mais delegados do que vários Estados do Nordeste juntos⁸⁰. Aumentava-se ainda mais o peso político dos grandes sindicatos, que tinham maior estrutura burocrática e quantidade de sindicalizados, como também dos trabalhadores do setor do serviço público, que em geral detém uma maior quantidade de sindicalizados do que o setor privado. Além disso, esta definição inviabilizou uma maior participação da CUT no segmento camponês, já que grande parte desse não se organiza através de sindicalização, como o MST (Movimento dos Sem Terra) e o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros).

Outra alteração na forma de eleição das delegações dizia respeito às oposições sindicais. Até o III CONCUR, o critério de participação no Congresso das oposições sindicais era parecido com aquele aplicado aos sindicatos. A diferença era que os sindicatos levavam delegados a mais, referentes àqueles indicados pela direção, enquanto as oposições tinham direito apenas aos delegados “da base”. A partir deste momento, o peso das oposições era quantificado através da quantidade de votos obtido na última eleição sindical e não mais no tamanho da categoria (no caso de não ter participado de eleição, comparecia com uma delegação igual ao do menor sindicato da área em questão). Como nos diz Vito Gianotti e Sebastião Neto, esta proposta não abarcava as possíveis distorções geradas pelas eleições sindicais:

“Esse critério não levava em conta que, na atual estrutura sindical, quase sempre as oposições cutistas enfrentam eleições fraudadas e, além disso, são vítimas constantes de demissões orquestradas pelas diretorias pelegas em conluio com os empresários. Em muitas categorias, os pelegos impõem todo tipo de obstáculos à sindicalização. Com isso, o peso das oposições fica sensivelmente reduzido.⁸¹”

Ou seja, através de inúmeras medidas garantiu-se que a tendência majoritária na Central passasse a aumentar sensivelmente seu peso, definindo quase que exclusivamente os rumos da CUT. A participação das plenárias de base foi reduzida, possibilitando o aprofundamento da política da direção em modificar os rumos da Central. Na eleição da direção no III CONCUR, a Chapa 1, da Convergência Socialista,

⁸⁰GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991. Pág 51

⁸¹ Idem, ibidem. Pág 53

teve o apoio de 16,32%; a chapa 2 “Por uma CUT classista, democrática e de massas”, representando a corrente “Articulação Sindical” teve 60,43%, e a chapa 3, “Construir a CUT pela Base” conseguiu 23,24%⁸².

Neste CONCURTO ocorreram deliberações fundamentais, como contra o Pacto Social, a defesa do Classismo, a necessidade da liberdade sindical e reafirmação da defesa do socialismo. A CUT continuava participando das lutas fundamentais das classes subalternas em uma conjuntura de ascenso para os movimentos sociais: não há dúvidas de que a década de 1980 caracterizou-se por uma notável presença social e política do sindicalismo brasileiro. Apesar do receituário neoliberal já ser aplicado na maioria dos países da Europa Ocidental, e em importantes países da América Latina, como Chile, Bolívia, México e Argentina, no Brasil a vitalidade das organizações populares, representadas especialmente pela CUT e pelo MST, caracterizou uma resistência organizada a ofensiva neoliberal. Como exemplo importante temos a organização de quatro greves gerais no período.

A primeira greve geral ocorreu em julho de 1983, ainda sob o governo da ditadura empresarial-militar, sendo um protesto contra o decreto que alterava a política salarial, reduzindo o índice de reajuste automático das faixas salariais, além da bandeira “contra o pagamento da dívida externa”. Ela obteve a participação de 3 milhões de trabalhadores. A segunda greve geral foi realizada em dezembro de 1986, sendo um protesto contra o Plano Cruzado II, em especial contra o congelamento de preços sem recuperação salarial. A luta contra o pagamento da dívida externa foi mantida nesta greve, com a participação de cerca de 10 milhões de grevistas. A terceira greve, de agosto de 1987, foi um protesto contra o Plano Bresser, que também propunha alterações na política salarial, além de reivindicações populares, como o não pagamento da dívida externa, reforma agrária, semana de 40 horas e estabilidade de emprego, com

⁸²Num total de 5.886 votos, a chapa encabeçada por Jair Meneguelli, da Articulação, que apresentou a tese nº 10, obteve 60,4% dos votos, garantindo nove membros efetivos da Executiva Nacional e cinquenta na Direção Nacional. Para essa vitória, a Articulação contou com o apoio da tendência Força Socialista (...). O segundo lugar ficou para a chapa ‘Construir a CUT pela Base’ (tese nº 06), encabeçada por Durval de Carvalho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. Esta chapa recebeu 23,4% da votação, ficando com quatro lugares na Executiva e 19 na Direção. Expressando as posições da tendência CUT pela Base, a chapa de Durval de Carvalho teve o apoio do grupo trotskista do jornal O Trabalho e dos sindicalistas que apoiavam a tese nº 7 (‘CUT do Trabalhador’). Em último lugar, ficou a chapa ‘CUT é pra Lutar’, liderada por Cyro Garcia, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Com 16,3% dos votos, ficou com direito a dois membros na Executiva e 14 na Direção Nacional. Essa chapa resultou de uma composição entre os que apoiavam a tese nº 9 (‘Democracia e Luta’, que expressava as posições da Convergência Socialista), da tese nº 8 (‘Unir a Cidade e o Campo’, ligada ao grupo Causa Operária) e a tese nº 3 (‘Construir a CUT Classista e pela Base’, que representava as posições do PCBR)” Retirado de RODRIGUES, Leôncio Martins CUT: Os Militantes e a Ideologia, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. Pág 20

a participação de 10 milhões de grevistas. Por último, temos a quarta greve geral, realizada em março de 1989. Novamente, tratou-se de uma greve contra um plano econômico, no caso o “Plano Verão”. Esta greve deu um salto de qualidade e organização, pois durou dois dias, enquanto as anteriores duraram apenas um, além do número de grevistas ter sido o dobro da greve anterior, contando agora com 20 milhões de trabalhadores parados⁸³. Assim, podemos construir um quadro da evolução das greves gerais na década de 1980.

Tabela 3 – *Evolução das Greves Gerais (1983-1989)*

Ano	Número de Grevistas	Índice = 100
1983	2.000.000	100
1986	10.000.000	500
1987	10.000.000	500
1989	20.000.000	1.000

Fonte: Elaboração própria. Dados retirados de: BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999.

Como podemos verificar através da visualização da tabela, ocorreu um fortíssimo crescimento das greves gerais na década em questão: *tivemos, num espaço de seis anos, o crescimento de 900% na participação nas greves gerais*. Outro dado importante é o crescimento da totalidade das greves no período.

Tabela 4 – *Evolução das Greves no Brasil (1980-1989)*

Ano	Número de Greves	Índice = 100
1980	144	100
1981	150	107
1982	147	102
1983	393	272
1984	618	429
1985	927	643
1986	1.655	1.149
1987	2.188	1.519
1988	2.137	1.484
1989	3.943	2.738

⁸³O balanço das greves gerais teve como referência BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999 em especial as páginas 132/133

Fonte: Elaboração Própria. Dados retirados de: MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

A tabela 4 demonstra também *o estrondoso crescimento de 2.638% no número de greves em um período de nove anos*. Nesse sentido, temos na década de 1980 no Brasil, o forte crescimento dos movimentos sociais, em especial do movimento sindical, fortalecido pela evolução das greves gerais, do número de greves totais, e da fundação/organização da CUT. A manutenção de um perfil classista na CUT, que negava a construção de pactos sociais, sua proximidade das bases, e uma atuação de massas, deram contribuição fundamental na resistência às políticas neoliberais no período, em especial àquelas que visavam ataques ao mundo do trabalho.

Gostaríamos de destacar, portanto, que grande parte das mudanças ocorridas na CUT foi realizada na contramão da conjuntura política que se encontravam as lutas sociais no Brasil, isto é, *se por um lado a manutenção da postura combativa da CUT contribuiu para o crescimento das mobilizações e greves, por outro, as transformações da sua estrutura organizativa e da concepção de mundo de alguns de seus dirigentes caminhavam no sentido da desmobilização e do descolamento da Central da participação efetiva dos trabalhadores*. Mesmo nos momentos em que ocorriam lutas de massa, as raízes mais profundas do fenômeno burocrático já existiam.

Alguns aspectos que apareciam no início da CUT apenas enquanto tendências, pouco a pouco se consolidaram enquanto definidores de mudanças qualitativas. Os sindicatos trazem consigo o “germe” de uma burocracia, pela sua forma organizativa e estrutura (especialmente, no caso da CUT, os sindicatos que provinham da tradição assistencialista e paternalista da ditadura militar), mas por si só não se transformam “em seu contrário”, em avanço das lutas ao invés de um espaço de mobilização e organização das classes subalternas. Existem múltiplas determinações para que isso ocorra, e uma das maiores complexidades é a não linearidade do processo. Nossa busca parte então para a escolha de critérios de análise que nos auxiliem no entendimento das transformações, rupturas e permanências. Para nós, um dos principais critérios de análise é a relação da CUT com o Estado, tendo em vista: 1) As diversas

concepções existentes no interior da Central sobre o Estado 2) A relação da CUT com os espaços institucionais, a forma de participação, denúncia ou crítica 3) A estrutura da CUT e de seus sindicatos e sua proximidade com a estrutural sindical oficial.

Neste III CONCURTO, aumentaram as divergências em relação à forma de participação nos espaços institucionais; outro ponto importante é o início da “supervalorização” da CUT: a concepção da direção majoritária via a CUT mais como um espaço de representação e direção dos trabalhadores. A supervalorização das possibilidades da CUT, esquecendo seus limites intrínsecos, acabava também por supervalorizar o papel de seus dirigentes; para estes dirigentes não era tão necessário “ouvir as bases”, algo que demoraria “tempo” em uma conjuntura que necessitava de “centralização e agilidade”, pois estes “líderes”, com dezenas de anos de experiência na luta sindical, já “sabiam o que era melhor para os trabalhadores”. Entretanto, um sindicato não se torna combativo apenas por ter uma direção “comprometida com a luta”, mas na medida em que constrói uma relação orgânica e democrática com os trabalhadores, para que estes se organizem através do sindicato e escolham seus rumos.

Além disso, a supervalorização da CUT tinha também enquanto consequência o pouco apego a necessidade de espaços de organização autônomos dos trabalhadores, seja em relação a estrutura sindical oficial, seja em relação a qualquer sindicato, mesmo cutista. O sindicalismo cutista acabava por refletir em seu interior muito do sindicalismo oficial, especialmente uma forma de organização menos democrática e uma relação de maior cumplicidade com o Estado.

A discussão em torno da “parcialidade das lutas”, e das contradições das lutas econômico-corporativas e político-ideológicas, também demonstra alguns dos elementos da concepção de mundo de parte dos dirigentes da Central, que tendiam a ter enquanto horizonte apenas a “conquista de vitórias” para os trabalhadores e assim “legitimar-se” enquanto direção política e continuar no sindicato, ao invés de lidar com as dificuldades da luta de classes e da necessidade de formação política em torno dos limites da atuação sindical. A relação entre direção e sindicato tornava-se mais importante do que a relação direção-base/sindicato-base.

O fortalecimento da coerção (através da construção deliberada de maioria numérica no conjunto dos delegados) em relação aos elementos de consenso (proposições) na direção intelectual e política da CUT pela Articulação Sindical, acabava também por descolar a Central dos trabalhadores da base em geral, aumentando a especialização da direção sindical. Se no III CONCURTO a participação entre base e

direção já foi quase meio a meio, após as mudanças estatutárias realizadas, este processo de diferenciação aumentou ainda mais, como veremos a frente. A CUT mantinha-se combativa e do lado dos subalternos, participando das greves e das lutas mais gerais, mas sua estrutura já refletia grande parte das contradições da sociedade como um todo, como a divisão social do trabalho, separação entre concepção e execução, e hierarquização. *Se na década de 1980, o “oxigênio” das lutas sociais deixava estes elementos ainda pouco visíveis, pois grande parte das classes subalternas mantinha-se em movimento e participava das mobilizações, com o descenso posterior, o peso desta forma de organização sindical mais próximo a estrutura burocrática do capitalismo reafirmou-se.* Entretanto, seria possível a manutenção de uma estrutura autônoma sem garantias no interior do código legal? Em que medida a manutenção desta estrutura burocrática teve relação direta com as derrotas no processo Constituinte sobre a autonomia sindical? A votação no interior da Comissão de Sistematização da Constituinte para o Capítulo II (Direitos dos Trabalhadores), teve 5 votos a favor da autonomia sindical e 79 contra, sendo o pior resultado de todas as propostas colocadas, dentre elas as emendas populares da CUT (que incluíam direito de greve e estabilidade de emprego) e a defesa das 40 horas de jornada de trabalho

Nesse sentido, muito dos rumos adotados pela CUT teve consonância com os debates em torno da concepção de sindicalismo e da relação deste com o Estado. Se em sua formação, a CUT tinha um “pé dentro e outro fora” da estrutura sindical oficial, cada vez mais colava seus “dois pés dentro”.

2. As transformações da CUT e início da década neoliberal (1989-1995)

No pós-Constituição, um verdadeiro vácuo de poder foi formado, vindo a permitir a ascensão meteórica de um projeto como o de Collor. As direitas não tinham projetos políticos para o país, mas apenas planos de campanha eleitoral. Seu programa de governo, pretensamente “renovador”, se via reduzido a um remanejamento do quadro político e administrativo conservador, baseados num realinhamento institucional. No geral, sem uma política estratégica clara, as direitas empunhavam bandeiras conjunturais: o aspecto mais “ideológico” de sua “pregação” era a defesa do anticomunismo⁸⁴.

A defesa da “competência administrativa”, da “estabilidade social e institucional”, mescladas com a luta contra o “inimigo maior”, o comunismo, foram

⁸⁴ DREIFUSS, René. O jogo da direita. Petrópolis, Vozes, 1989. Pág 266

gradativamente somadas com as bandeiras do “moralismo”, do “combate a corrupção”, pela “modernização do país” e “austeridade nos gastos públicos”. Toda esta campanha, que eleitoralmente ainda não tinha uma vinculação direta a um candidato em seu início devido à grande gama de candidatos existentes⁸⁵, tinha como pilar fundamental a crítica à “ineficácia governamental”. Num primeiro momento, o empresariado e seus partidos, como também o campo militar, buscavam a contenção do crescimento do PT, como também cercear o candidato do PDT, Leonel Brizola.

Por outro lado, devido ao fortalecimento dos movimentos sociais, das greves e da reconstrução do espaço político-partidário de esquerda, um novo “ímã” classista, representado pelo bloco PT-CUT-MST, introduzia novos temas e debates no interior do processo eleitoral. Mesmo que de forma difusa, as eleições refletiam os diversos embates da luta de classes, catalisados pelo ascenso das mobilizações contra a ditadura militar e sua “transição tutelada”. A força desta frente já se demonstrava mesmo antes da audiência eleitoral (votação), devido à grande divisão das direitas em diversas candidaturas, enquanto as classes subordinadas unificavam-se em torno da candidatura do PT. Para além da frente PT-PSB-PC do B, apenas a candidatura de Leonel Brizola detinha aspectos programáticos de mudanças mais estruturais do ponto de vista de esquerda.

Neste panorama, na deliberação “A CUT e as eleições presidenciais” da Plenária Nacional de agosto de 1989, a Central manteve sua independência nas eleições:

“A Plenária Nacional da CUT reafirma o princípio estatutário de central sindical classista, autônoma e independente de governos, credos religiosos e partidos políticos e reforça seu compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos de toda a classe trabalhadora. A CUT enquanto entidade não apoiará candidatura ou candidaturas, mas não se manterá neutra em um momento decisivo para o futuro do país.⁸⁶”

Dessa forma, se o panorama político-conjuntural no Brasil era, em certo sentido, favorável às classes subordinadas, o mesmo não se pode dizer do quadro

⁸⁵ Os candidatos que participaram da eleição presidencial de 1989 foram Fernando Collor de Mello (PRN, PSC, PTR, PST), Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PSB, PC do B), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Salim Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL, PDC) Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD, PDN), Affonso Camargo Neto (PTB), Enéas Ferreira Carneiro (PRONA), José Alcides Marronzinho de Oliveira (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN), Livia Maria de Abreu (PN), Eudes Oliveira Mattar (PLP), Fernando Gabeira (PV), Celso Brant (PMN), Antônio dos Santos Pedreira (PPB), Manoel de Oliveira Horta (PDC do B), Armando Corrêa da Silva (PMB).

⁸⁶ CUT – Resoluções da 3ª Plenária Nacional (1989). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

internacional mais amplo. Resultado de um processo sócio-histórico de dimensões planetárias, a crise do capitalismo tardio trouxe grandes modificações na arena da luta de classes, especialmente na forma de organização da produção e reprodução da vida. Como nos diz Ernest Mandel, a crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias⁸⁷. Mas o que isto significa?

“A superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado. (...) Bruscamente, a oferta ultrapassa a demanda solvável, a ponto de provocar massivamente um recuo das encomendas e uma redução da produção corrente. É essa venda insuficiente, essa não-estocagem e essa redução de produção corrente que geram o movimento cumulativo da crise: redução de emprego, das rendas, dos investimentos, da produção, das encomendas; nova espiral da redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção, etc, e isso nos dois departamentos fundamentais da produção, o de bens de produção e o de bens de consumo.⁸⁸”

Na época de consolidação do fordismo, quanto mais se acelerava a expansão, mais se reduzia o exército industrial de reserva, tornando mais difícil o aumento da taxa de mais-valia (um aspecto fundamental para que isso ocorra é a capacidade de organização dos trabalhadores, caso modifiquem a correlação de forças no mercado de mão-de-obra a seu favor). Além disso, quanto mais longa é a expansão, mais raros se tornam os setores, ou países, onde os capitais produtivos podem encontrar uma conjuntura propícia para aumentar ainda mais a utilização de maquinaria e a produtividade. Essa lógica de expansão gerou, em um determinado momento, uma tendência a queda da taxa de lucro. A queda da taxa de lucro acabou por aumentar a competição entre os capitalistas, dando maior “vantagem” as empresas mais fortes “tecnologicamente” e do ponto de vista dos capitais investidos. Estas, por dominarem o mercado através de seu monopólio, procuram retardar ao máximo o “momento da verdade”, ou seja, tentam manter no maior tempo possível o superlucro que desfrutavam

⁸⁷ MANDEL, Ernest. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Unicamp: 1990.

⁸⁸ Idem, ibidem. Pág 212

em seu “auge”⁸⁹. Vejamos como Gramsci descreve o momento de consolidação do fordismo:

“É óbvio que os chamados altos salários constituem uma forma transitória de retribuição. A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não se pode verificar apenas através de coação social. (...) Se a situação fosse normal, o aparelho de coerção necessário para obter o resultado desejado custaria mais do que os altos salários. (...) *Mas, logo que os novos métodos de trabalho e produção se generalizem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar mais ainda, o turnover excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão.* Na realidade, a indústria americana que paga altos salários desfruta ainda do monopólio que lhe foi proporcionado pela primazia na implantação dos novos métodos; *aos lucros de monopólio correspondem salários de monopólio.* Mas o monopólio será, necessariamente, primeiro limitado, e, em seguida, destruído pela difusão dos novos métodos tanto dentro dos Estados Unidos como fora (ver o fenômeno japonês do baixo preço das mercadorias) e desse modo, desaparecerão os lucros elevados, e também os altos salários. Além do mais, sabe-se que os altos salários estão ligados a uma aristocracia operária e não são pagos a todos os trabalhadores norte-americanos.”⁹⁰

Não podemos descolar as mudanças ocorridas estruturalmente no capitalismo pós-1973 do período de expansão no pós-Segunda Guerra Mundial, o qual é considerado como os “anos dourados do capitalismo”. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, como também o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. A elevação da produtividade no cultivo agrícola foi também enorme: a produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-1980, e mais que duplicou na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático. As indústrias de pesca triplicaram suas capturas no mesmo período⁹¹.

Este grande “boom”, esta longa conjuntura de crescimento econômico foi alcançada, em certo sentido, pelo continuar de velhas tendências, ou mesmo a generalização de modelos que antes estavam restritos aos EUA. “O modelo de produção de massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos,

⁸⁹ Idem, *Ibidem*. Pág 212

⁹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere Volume 4: “Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pág 273 *grifos nossos*

⁹¹ HOBBSAWM, Eric. “*Os anos dourados*”. In: *Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras: 1995. Pág 257

enquanto o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (o Mc Donald's foi uma história de sucesso do pós-guerra)⁹². Durante esta longa onda expansiva, em condições de rápido crescimento econômico, ocorreram a realização de reformas, entre as quais as políticas de “pleno emprego” e seguridade social desempenharam um papel chave. Estas reformas foram resultado tanto de uma conjuntura de lutas dos trabalhadores e de seu fortalecimento na correlação de forças, quanto das condições materiais propiciadas pela própria expansão econômica. Entretanto, quando passamos de uma onda larga expansiva a uma onda larga depressiva, não existe mais possibilidade de assegurar o pleno emprego, a ampliação da seguridade social e “altos” salários aos trabalhadores. Quando este momento de inflexão é atingido, a luta por restabelecer a taxa de lucro mediante um forte crescimento da taxa de mais-valia se transforma na prioridade suprema das classes dominantes⁹³. A “contra-revolução antikenésiana” e o estabelecimento em larga escala do desemprego crônico (também chamado de “desemprego estrutural”), a política de austeridade fiscal e da “culpabilidade individual” são a base de uma nova política econômica que responde às necessidades imediatas e estratégicas dos capitalistas neste determinado período.

Em primeiro lugar, esta queda da taxa média de lucros desencadeou, em condições de manutenção relativa do crescimento e do aprofundamento da especulação financeira, a busca incessante ao crédito, e o agravamento do endividamento das empresas, uma vez que os bancos se esforçaram para evitar as quebras em série, as quais lhe causariam grandes perdas⁹⁴. Em segundo lugar, ocorreu uma pressão permanente para acelerar as inovações tecnológicas, já que se reduziu as outras fontes de mais-valia. Estas rendas tecnológicas são “superlucros derivados da monopolização do progresso técnico – isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias, mas não podem (pelo menos em médio prazo) ser generalizadas a determinado ramo de produção e aplicadas por todos os concorrentes devido a própria estrutura do capital monopolista.⁹⁵” Em terceiro lugar (mas não menos importante), a grande capacidade de generalização das potencialidades da “terceira revolução

⁹² Idem, *ibidem*. Pág 259

⁹³ MANDEL, Ernest. *Las ondas largas Del desarrollo capitalista – La interpretación marxista*. Madrid, Siglo XXI: 1986. Pág 87. Tradução própria

⁹⁴ Mandel, Ernest. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Unicamp: 1990. Pág 215

⁹⁵ MANDEL, Ernest. “*A natureza específica da terceira revolução tecnológica*” In: MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Nova Cultural: 1985. Pág 135

tecnológica” e do aumento da automação transformaram as forças produtivas cada vez mais em forças destrutivas: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias, contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, dentre outros⁹⁶.

Nesse sentido, o novo panorama internacional da década de 1990 tensionava fortemente para que mudanças no terreno produtivo fossem realizadas, tendo em vista a tendência de queda da taxa de lucro e a busca de sua superação pelo aumento da taxa de mais-valia. *Em outras palavras, eram necessárias uma reestruturação produtiva e uma nova estratégia político-econômica que a garantisse e legitimasse: o neoliberalismo*. Entretanto, apesar desta forte pressão, o panorama político brasileiro e a ascensão da organização dos trabalhadores abriam espaço para a consolidação de vitórias e manutenção da resistência à retirada de direitos. Um exemplo emblemático desta força foi a chegada do candidato do PT, Lula da Silva, ao segundo turno das eleições presidenciais; seu oponente seria Fernando Collor de Mello (PRN).

Mesmo antes do segundo turno, apesar das divergências entre as diversas frações das classes dominantes, a maioria do empresariado foi migrando pouco a pouco para Collor, o qual era ex-prefeito biônico de Macéio e ex-governador de Alagoas, e que já fizera parte da ARENA, PDS e PMDB, e em 1984 tinha votado em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral: um candidato já “testado” pelo empresariado. Tendo forte ressonância popular, sua candidatura foi “catapultada” através de um importante editorial de capa do Jornal “O Globo”, de autoria do jornalista Roberto Marinho, em 2/4/1989. Nele, intitulado “Convocação”, Roberto Marinho conclamava a necessidade de uma unificação em torno de uma “candidatura de consenso”, de cunho “moderno e otimista”, uma alternativa aos projetos “caudilhesco-populista” de Leonel Brizola e “sectário e meramente contestatório” de Lula da Silva⁹⁷. O editorial teve grande repercussão, gerando a migração de políticos tradicionais do PDC, PTB, PL, PFL e PMDB para a candidatura de Collor, o qual conseguiu chegar ao segundo turno em primeiro lugar, com 20.607.936 votos.

No segundo turno, as classes dominantes unificaram seus esforços em torno de Collor, sobrepujando suas divergências, pois estavam mais preocupadas com a possibilidade de ascensão de um governo popular - naquele momento representado pela candidatura de Luis Inácio Lula da Silva do PT - do que com um projeto claro para a

⁹⁶ Idem, ibidem. Pág 151

⁹⁷ O Globo – 02.04.89 – Retirado de DREIFUSS, René.Op.cit. Pág 291

sociedade. Objetivavam o direcionamento do novo governo para seu próprio projeto político, dando conteúdo programático e respaldo social aos novos condutores do Estado Brasileiro. Nessa conjuntura, a CUT optou por apoiar explicitamente, enquanto entidade, a candidatura da “Frente Brasil Popular”, encabeçada por Lula da Silva do PT. Assim, temos que ter a clareza que, apesar do avanço nas organizações dos trabalhadores, do crescimento das greves e das lutas, os 35 milhões de votos dados a Collor não foram sem razão:

“Os principais fatores psicológicos, culturais e ideológicos que permitiram que a pregação do programa neoliberal de Collor tivesse aceitação podem se resumir em três: desilusão generalizada de política, o clima resultante do desmonte das experiências do socialismo na URSS e no Leste Europeu, e, finalmente, a invasão da onda neoliberal mundial”⁹⁸.

Com Collor, os “choques recessivos”, os quais fazem parte da política de ajuste neoliberal, tenderam a levar as empresas a promoverem profundas modificações no interior da estrutura do processo de trabalho. Estas mudanças não tiveram apenas caráter defensivo, mas também estavam voltadas para um novo cenário de forte concorrência inter-empresarial. A adoção de novos padrões tecnológicos e organizacionais, baseados na terceirização e no aumento do controle social sobre os trabalhadores, adequada à nova lógica do capital mundial e da política econômica neoliberal, tinha também como objetivo criar uma divisão maior entre as classes dominadas, criando assim um terreno pouco propício para as organizações coletivas do tipo sindical. Nesse sentido:

“É possível dizer que, a partir do governo Collor, com sua orientação política neoliberal, tende a ocorrer um novo aprofundamento do processo de integração do Brasil no cenário capitalista mundial, já em avançado estágio de globalização produtiva. Ocorre um novo salto qualitativo no processo de inovações produtivas no país.”⁹⁹

A base destas modificações no processo de trabalho é a tecnologia (técnica aplicada para a produção), subordinada a uma ciência que visa à exploração do trabalho, a qual tem papel primordial, pois é através da criação de novas máquinas que, gradativamente, busca-se a utilização do menor número possível de trabalhadores no

⁹⁸ GIANNOTTI, Vito. Collor, a CUT e a pizza. São Paulo, Editora Página Aberta, 1992. Pág 18.

⁹⁹ ALVES, Giovanni. “Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa”. In: TEIXEIRA, Francisco. (Org). Neoliberalismo e Reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

interior do conjunto da produção. Ou seja, *o capital criou as condições para garantir a formação de uma nova base tecnológica*, que seria responsável pela inversão entre sujeito-objeto no processo de produção¹⁰⁰. Não foram as descobertas tecnológicas que pautaram as mudanças no processo produtivo, mas, ao contrário, foram as necessidades, por parte do capital, de reorganizar o processo produtivo, que possibilitaram a emergência de uma nova base material, como novos métodos disciplinadores no mundo do trabalho. Sendo assim, a política econômica do Governo Collor é um impulsionador do acirramento da competição inter-empresarial, a qual força a adoção de novos métodos de trabalho como saída para o cenário de recessão e crise.

Após o “Plano Collor I”, decretado em março de 1990 com o objetivo de diminuir a hiperinflação e ajustar a economia, o governo apresentou, em 26 de junho de 1990 um conjunto de medidas para a política industrial chamado “Diretrizes gerais para a política industrial e de comércio exterior (PICE)”. As propostas tinham como norte promover um processo de “modernização” da estrutura produtiva do país, uma verdadeira “ruptura com o passado”. As diretrizes da PICE apresentavam uma série de medidas de desregulamentação do comércio exterior e de reduções de alíquotas de importações. Caindo as restrições às importações, as empresas do país tendem a experimentar uma gradativa exposição ao mercado mundial, sofrendo assim com o processo de competição internacional. As empresas, portanto, deviam aumentar sua produtividade, pois “quem não mudar vai ter que fechar as portas”¹⁰¹. O programa de modernização implantado pelo governo Collor procurava, além da abertura comercial:

“incentivar e obrigar o capital privado nacional a ‘reestruturar-se e fortalecer-se’, com o apoio de créditos oficiais, ‘utilizados seletivamente e dirigidos exclusivamente para os investimentos necessários à reestruturação da indústria brasileira e a expansão do comércio exterior’¹⁰².”

Dessa forma, o Plano Collor, a profunda recessão, a abertura comercial e o processo de retirada de direitos trabalhistas, tenderam a impulsionar a reestruturação produtiva nas indústrias e bancos, com o objetivo maior de redução de custos, como no corte do quadro de pessoal. Foi a partir deste momento que se tendeu a propagar novos

¹⁰⁰ ROMERO, Daniel . Marx e a Técnica. Um Estudo dos Manuscritos de 1861-1863. 01. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005

¹⁰¹ João Maia, secretário nacional da Economia, retirado de Giovanni Alves. Nova ofensiva do capital... op cit, pg 135

¹⁰² idem

métodos de organização do trabalho, vinculados às novas tecnologias, *o que demonstra que o ajuste neoliberal teve um caráter estratégico e não meramente conjuntural*. A política de privatização, de desregulamentação e de abertura da economia ao capital transnacional transformaram-se em pilares fundamentais de um novo padrão de intervenção do Estado na economia. Não ocorreu uma “retração” ou “diminuição” da atuação Estatal, mas a mudança do padrão de sua política no que tange a organização da produção e ao processo de trabalho, adequando-os ao ajuste neoliberal¹⁰³.

No Japão, o processo de reestruturação produtiva (referência para uma “produção enxuta” conectada com os “novos ditames”) teve como pilar fundamental um início repressivo, e uma posterior integração dos dirigentes sindicais ao projeto empresarial:

“Após a repressão que se abateu sobre os principais líderes sindicais, as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo combativo e criaram o que se constituiu no *traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista: o sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, atado ao ideário e ao universo patronal*. (...) Combinando repressão com cooptação, o sindicalismo de empresa teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população da população trabalhadora) e também ganhos salários decorrentes da produtividade.¹⁰⁴”

No caso brasileiro, a principal peculiaridade da conformação inicial da reestruturação produtiva é que ela ocorre em cenário recessivo, impedindo que as empresas adotassem, com maior amplitude, novas estratégias de envolvimento dos trabalhadores, tais como bônus vinculados à lucratividade. A principal meta, então, tornou-se o “enxugamento de pessoal” e a necessidade de reorganizar o processo de trabalho¹⁰⁵, deixando “de lado” uma cooptação mais ampla, ou seja, *a coerção econômica foi um traço ainda mais característico da reestruturação produtiva tardia no Brasil*.

Em setembro de 1990, Collor começou a acenar com uma proposta de pacto nacional. Este era um período no qual aumentavam as greves de campanhas salariais, além da proximidade das eleições para o governo dos Estados e do

¹⁰³ SAES, Décio. “*O que é a política estatal neoliberal?*” in: SAES, Décio. República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Boitempo: 2001. Pág 82

¹⁰⁴ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?. São Paulo, Cortez Editora, 2002 (8ª edição). Pág 33

¹⁰⁵ ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2000. Pág 225

Congresso Nacional. Mas na plenária nacional da CUT de agosto do mesmo ano, os delegados de vários Estados do Brasil tinham rejeitado a idéia de pacto social e aprovado uma pauta de reivindicações para ser encaminhada ao governo:

“A CUT vai desenvolver, imediatamente, um Plano de Lutas envolvendo o conjunto dos trabalhadores para enfrentar de forma global e nacional o projeto Collor, com o objetivo de reverter os enormes prejuízos que o mesmo está impondo aos trabalhadores e, assim:

- derrotar o plano de arrocho, desemprego, privatizações e política industrial do governo Collor;
- criar um novo patamar de ação sindical que permita à CUT enfrentar um novo período da luta de classes no país, combinando a resistência à política neoliberal com a construção de alternativas a esse projeto que sejam hegemônicas no campo popular e que criem condições para uma disputa global com os setores conservadores, no plano da ação direta e da ação institucional;
- demarcar, na disputa eleitoral em curso, o campo dos interesses dos trabalhadores, suas bandeiras e suas lutas.¹⁰⁶”

A partir dessa plenária, entretanto, começaram a circular documentos redigidos pela “Articulação Sindical” que caracterizavam a prática sindical cutista da década de 1980 como “reativa-reivindicativa”. Iniciou-se um processo de disputa ideológica no interior da CUT de seu histórico, para que a partir de supostas análises fossem legitimadas mudanças na atuação da Central. Nesta plenária a “CUT pela base” entregou um documento intitulado “Construir uma resposta dos trabalhadores à crise”, o qual denunciava que “membros da Executiva Nacional da CUT participavam de negociações sigilosas com o governo Collor e com os patrões”. Para Gustavo Codas, em dossiê político produzido pela CUT pela Base, o que se tentava com a suposta caracterização de uma postura “reativa” da CUT na década de 1980 era legitimar uma mudança em direção a uma “CUT do Sim”, na qual uma política “propositiva-afirmativa” se encaminhava:

“para o pacto social, que a maioria das centrais européias levaram ao longo dos anos, e cuja aplicação, frente à ofensiva conservadora nos anos 80, teve resultados catastróficos. (...) O principal efeito [desta política] certamente é o da desmoralização política e ideológica de uma classe, que perde referência num projeto alternativo, para se integrar nas alternativas capitalistas. (...) Ao falar na ‘intervenção junto a outros setores da sociedade civil para a construção de uma alternativa de

¹⁰⁶ CUT. Resoluções da 4ª Plenária Nacional da CUT (1990). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

desenvolvimento’, segundo dirigentes da Articulação Sindical na Plenária de agosto de 90 de BH, esses “outros setores” eram, por exemplo, os empresários da PNBE, corrente de oposição à direção da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)¹⁰⁷”

Nesta plenária, em relação ao referido documento da “CUT pela base”, resolveu-se “a) rejeitar as acusações formuladas no referido documento; b) acatar as explicações da Executiva Nacional feitas à Plenária e remeter a ela para análise e resposta a este documento; c) remeter a resposta da Executiva e as respectivas explicações a todas as instâncias e filiados da CUT.¹⁰⁸” Entretanto, um mês depois, numa restrita reunião da Executiva Nacional, a CUT aprova por dois votos de diferença a participação do tal “entendimento” que Collor e a ministra da Economia, Zélia Cardoso, estavam propondo. Segundo Vito Giannotti e Sebastião Neto:

“O resultado deste entendimento foi nulo. O governo, porém obteve importantes frutos políticos. Ao sentar com Collor, a CUT estava confundindo os trabalhadores, legitimando um governo eleito num mar de mentiras e terrorismo político, numa operação de guerra montada por toda a burguesia. Este governo estaria, assim, acima dos conflitos das classes, preocupado com o bem-estar dos brasileiros, preocupado em não deixar afundar o navio de nome Brasil.¹⁰⁹”

É importante frisar que o PT em reunião de sua Executiva Nacional tinha indicado a Jair Meneghelli, Presidente da CUT e também petista, que seria um erro político ir até Collor. O PT, portanto, não aprovou a ida da CUT ao “entendimento” com Collor¹¹⁰.

Em 1991 a situação se mantém. Enquanto os setores minoritários da CUT insistiam na necessidade de enfrentamento com o projeto neoliberal de Collor, através de uma greve geral, o setor majoritário tentava adiar esta política. Constrói-se um jogo de “marca e desmarca” com a data da greve geral, que acaba criando desconfiança e demonstração de pouca organização, com a greve finalmente acontecendo em maio daquele ano, mas sem o mesmo grau de mobilização de antes.

Mas antes da greve, em março daquele ano, em encontro com 2,5 mil pessoas presentes foi fundada a Força Sindical. A história de sua formação vem desde a segunda metade da década de 1980 com o germe do “sindicalismo de

¹⁰⁷GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991. Pág 62

¹⁰⁸ CUT. Resoluções da 4ª Plenária Nacional da CUT.

¹⁰⁹ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. Para onde vai a CUT? São Paulo, Scritta, 1993? Pág 52

¹¹⁰ Idem, ibidem. Pág 53

resultados”. Um caso emblemático o qual demonstra como esse projeto ganhava “corpo social” foi a visita de Collor às portas das fábricas durante a campanha presidencial de 1989, levado pelos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (em carros do próprio sindicato). A partir daí, a relação entre Luiz Antonio de Medeiros, naquele momento Presidente do Sindicato, e Collor estreitava-se ainda mais. Como exemplo do pensamento de Medeiros, temos algumas de suas declarações logo após sua eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ainda em 1987:

“O capitalismo venceu no Brasil e os trabalhadores querem o capitalismo.¹¹¹”

“Não escolhi o modelo americano de sindicalismo e sim a vida real. (...) De fato o trabalhador anseia por melhores condições de trabalho e melhores salários, e não pela derrubada do capitalismo.¹¹²”

“É preciso ter capitalismo forte, patrões com lucros, para poder negociar para ganhar mais e talvez trabalhar menos¹¹³”.

“Política não dá camisa pra ninguém: o que o trabalhador quer é dinheiro no bolso.¹¹⁴”

Após a vitória eleitoral, Collor retribuiu os serviços. Medeiros, que era cogitado para ser ministro do trabalho, indicou para a pasta seu colega Antônio Rogério Magri, ex-sindicalista que foi eleito presidente da CGT em 1989, com quem Medeiros tinha grande concordância política. Através de uma atuação conjunta com o Ministério do Trabalho, a Força Sindical expandia velozmente seu “sindicalismo de resultados” e a pregação do pacto social, criando centenas de sindicatos pelo país. Para efeito de comparação, de 1990 a 1992, enquanto a CUT recebeu treze cartas sindicais a entidades filiadas, a Força Sindical foi presenteada com 132, todas sintonizadas com o sindicalismo neoliberal¹¹⁵.

O objetivo fundamental da Força Sindical era expandir um sindicalismo conservador, que contestasse a combatividade da CUT, disputando

¹¹¹ *Folha de São Paulo* – 20.8.1987. Retirado de GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Maud, 2002. Pág 51

¹¹² *Folha de São Paulo* – 23.8.1987. Retirado de GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Maud, 2002. Pág 51

¹¹³ *O Estado de São Paulo* – 26.7.1987. Retirado de GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Maud, 2002. Pág 51

¹¹⁴ Fala atribuída a Medeiros em Assembléias na categoria dos metalúrgicos. Retirado de GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Maud, 2002. Pág 48

¹¹⁵ GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Maud, 2002. Pág 83

diretamente na base das categorias os rumos do sindicalismo. O discurso pró-capitalista e de negociação sem princípios de Medeiros foi como um raio em céu azul; um céu até aquele momento dominado pela CUT, que na prática procurava através de um sindicalismo combativo ir além da simples reivindicação salarial, apostando na conscientização e organização dos trabalhadores. Entretanto, o raio trazia consigo nuvens cinzentas que pouco a pouco iam escurecendo o horizonte do sindicalismo brasileiro.

Foi este novo panorama que a CUT teve que enfrentar com o início da década de 1990. Não apenas o seu candidato, Lula, tinha sido derrotado na primeira disputa direta a presidente do período pós-ditadura; o candidato vencedor construía através da atuação governamental uma política que visava debilitar o movimento sindical, o qual começava a ter dificuldades com o aumento do desemprego e das modificações no processo de trabalho. Se na década de 1980 a conjuntura dos movimentos sociais impulsionava a CUT para frente, oxigenando sua atuação com a força das bases e de um grande crescimento das greves, a década de 1990 traz como novidade uma conjuntura adversa, na qual os capitalistas reagem às investidas dos movimentos sociais da década anterior. Collor se elegeu com o voto popular, consagrou nas urnas o projeto neoliberal que defendera na campanha e demonstrava força e disposição para aplicá-lo. Com uma nova conjuntura que trazia ventos adversos, em setembro de 1991 a CUT realizou seu 4º Congresso, o IV CONCUR.

2.1 O IV CONCUR: tensões e golpes

O IV CONCUR contou com a participação de 1.554 delegados, provenientes de 1.679 entidades. Destes, 17% eram provenientes da base, e 83% da direção dos sindicatos. Um dos aspectos mais marcantes deste congresso foi a luta interna pelo controle do poder da Central. Esta luta política, em muitos momentos era mascarada pelo setor majoritário enquanto “questões administrativas”, que envolviam a mudança dos estatutos, a mudança na eleição dos delegados e a questão da chamada proporcionalidade “qualificada”. A eclosão de tantas divergências dividiu o Congresso em dois blocos fundamentais: de um lado, a “Articulação Sindical”, em aliança com a “Nova Esquerda”, a “Vertente Socialista” e a “Unidade Sindical”, e do outro lado as outras tendências, como o “CUT pela base”, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros pequenos grupos. Os campos sindicais nos quais

participavam o PC do B e o PCB, antes presentes na CGT, a partir deste IV CONCUR iniciaram a sua participação na Central. Ou seja, para além das discussões que supostamente seriam “administrativas”:

“O que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia.¹¹⁶”

A tese da Articulação Sindical ao IV CONCUR (que tinha propositalmente o número 13, do PT), chamada “Avançar, consolidar e vencer”, realizava um balanço geral positivo da atuação da CUT no último período, inclusive sobre questões polêmicas como a ida ao entendimento com Collor. Para a Articulação, a ida ao entendimento foi correta, pois o objetivo fundamental era a disputa com o governo e os empresários:

“Em setembro de 1990, o governo volta a insistir numa negociação tripartite, desta vez acenando com a discussão de temas gerais e até consensuais como a erradicação da pobreza. (...) Após uma consulta democrática às suas instancias de base, [a CUT] compareceu ao fórum de negociações com o governo, empresários e outros setores do movimento sindical. (...) Através da tática de comparecer para disputar com governo e empresários, a CUT conseguiu impor a pauta 13 pontos da Plenária Nacional e transformar aquilo que pretendia ser um espaço para referendar a política do governo num fórum de negociações, em que a reposição das perdas, necessidade de política salarial, assentamento de trabalhadores rurais e reversão de demissão de grevistas se constituíram em prioridade de discussão.¹¹⁷”

A participação da CUT no fórum contribuiu então para o fortalecimento da Central e ao isolamento do governo:

“A participação da CUT no fórum foi um obstáculo decisivo para os objetivos do Governo, que se manteve intransigente em cima de seu projeto antipopular. A CUT contribuiu, assim, para o isolamento do governo Collor e o desmascaramento de sua política econômica.¹¹⁸”

Além disso, para a Articulação Sindical, grande parte das dificuldades da CUT nas negociações se deveu aos setores minoritários da Central, que

¹¹⁶ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991. Pág 44.

¹¹⁷CUT. Caderno de Teses ao 4º Concur (1991) – pág 90

¹¹⁸ Idem, ibidem – pág 91

“desrespeitando a democracia interna, decidiram encaminhar na base contra as deliberações da Central. Assim, cada assembleia, ao invés de organizar a mobilização dos trabalhadores, se transformava em reavaliação da deliberação de comparecer às negociações, disseminando a desinformação e confundindo propositalmente e de má-fé o processo de negociação com “pacto social”, fazendo coro com patrões e o governo”¹¹⁹.

Esta atuação que “desrespeitava a democracia interna” por parte dos setores minoritários, cumpria para a Articulação Sindical dois objetivos:

“Primeiro, para mascarar a incapacidade que esses setores têm de mobilizar a base de seus sindicatos. Assim, transferem seu imobilismo para o setor majoritário, que estaria “substituindo a mobilização por negociação”. (...)O segundo objetivo, eleitoreiro, consistia em precipitar a discussão interna a respeito da direção, visando ao 4º CONCURTO.¹²⁰”

Para a Convergência Socialista, que defendia a Tese No 5, a ida ao pacto demonstrava “um giro de 180º graus”, pois todos os Congressos da CUT até aquele momento tinham repudiado a participação em qualquer “pacto social”:

“A maioria da Direção Nacional da CUT conduzia a Central, pela primeira vez na sua história, a sentar-se à mesa de um pacto social com os patrões e o governo patronal de Collor, disfarçadamente chamado de “entendimento nacional”. Todos os congressos da CUT até hoje repudiaram por unanimidade qualquer proposta de pacto social, sempre qualificando-as, corretamente, como propostas de colaboração de classes.¹²¹”

Além disso, para a CS a avaliação positiva que a Articulação fazia, defendendo que na verdade não se tratava de um “pacto social”, mas de uma “negociação”, não condizia com a verdade:

“A direção da Articulação se defende dizendo que não se tratava de um pacto, mas de uma “negociação”. Ora, era evidente que o objetivo do “convite” do governo era muito diferente de uma negociação como a que se trava nas campanhas salariais. O verdadeiro caráter do “entendimento nacional” era legitimar e viabilizar o “Plano Brasil Novo”. (...) Além disto, qualquer dirigente sindical classista sabe que não se obtém nada em uma negociação sem uma forte mobilização que a acompanhe. Essa é a primeira e essencial condição para conquistar alguma coisa.¹²²”

¹¹⁹ Idem, ibidem – pág 91

¹²⁰ Idem, ibidem. Pág 91

¹²¹ Idem, ibidem. Pág 40

¹²² Idem, ibidem. Pág 41

No mais, para a Convergência Socialista, quem atacou a democracia interna na CUT foi a Articulação, e foi esse ataque que possibilitou a ida ao pacto social:

“Acreditamos que [a ida ao pacto] se deu porque a direção da Articulação tem burocratizado o funcionamento da tomada de decisões na CUT. Apenas oito dirigentes, que constituem a maioria da Executiva Nacional e ligados à direção da Articulação, impuseram de forma burocrática a desmarcação da greve geral e a ida ao pacto social. Não houve consulta às bases, não houve nem tem havido plenárias democráticas de sindicatos para decidir, e assim se impõe de cima para baixo tais orientações.¹²³”

Para a corrente “CUT pela Base”, que defendia a tese 16, a ida da CUT no pacto social constituía-se num “retrocesso histórico”, e que se somava a um novo caminho que a Central estava tomando:

“A ida ao pacto não foi um momento isolado na vida da Central. Corresponde a um trajeto iniciado já em abril de 90 com a assinatura de dois termos de compromisso com Medeiros e o PNBE, não deliberada por nenhuma instância da Central.¹²⁴”

A tese 16 também defendia que a CUT deveria afirmar claramente seu papel de oposição a Collor e de independência de classe, saindo do pacto social:

“A tensão hoje existente na Central entre a afirmação plena da independência de classe e as políticas que objetivamente colocam a ação da CUT circunscrita aos marcos da ordem burguesa não tem seus rumos totalmente delineados, seja pelas correntes internas que a ela se opõe seja pela radicalização do movimento de massas. O 4º CONCUR tem todas as condições para reafirmar a independência de classe da Central. Oposição a Collor, a CUT fora do pacto social!¹²⁵”

Adicionalmente, a “CUT pela base” acreditava que deveria se diminuir o sectarismo existente na disputa interna na Central, pois não se podia resumir o movimento sindical a mera busca pelo controle de aparelhos. Quando isso acontece:

¹²³ Idem, ibidem. Pág 41

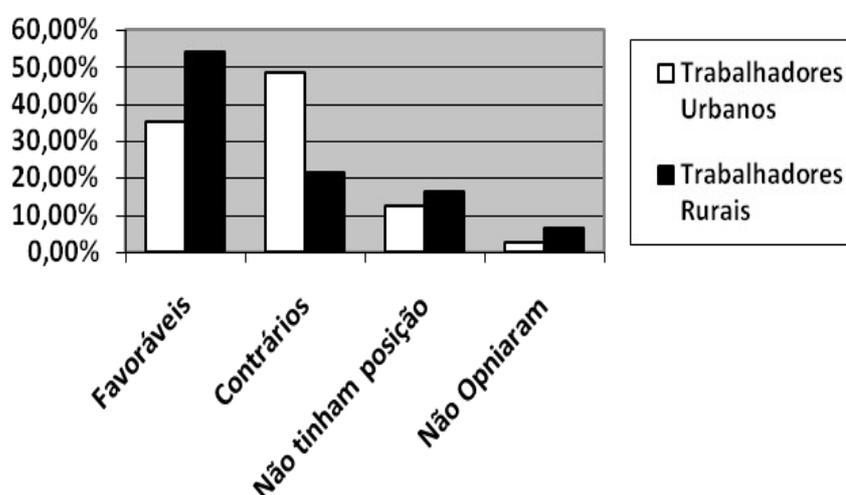
¹²⁴ Idem, ibidem. Pág 109

¹²⁵ Idem, ibidem. Pág 110

“(…)o caráter plural e democrático que necessariamente as direções sindicais devem possuir é substituído por uma postura hegemônica, excludente das posições adversárias e das minorias presentes no movimento. A disputa de mais de uma chapa cutista nas eleições sindicais vem se tornando um fato cotidiano, com efeitos desagregadores na base das categorias envolvidas em processos despolitizados e sectários.¹²⁶”

No Congresso, a proposta de resolução encaminhada pela Articulação sobre o “entendimento” foi aprovada na íntegra, sem nenhuma emenda. Entretanto, isto não significa que não existiu um forte debate no interior da CUT sobre o tema, como podemos verificar pela tabela a seguir, baseada em dados do livro de Iram Jácome Rodrigues em seu livro “Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT”:

Tabela 5 - Posição dos delegados presentes ao 4º CONCUR em relação à ida ao “entendimento nacional”:



Fonte: RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta, 1997. Pág 228

Como relatado, entre os trabalhadores urbanos 48,4% eram contra a ida ao entendimento, e 35,2% eram favoráveis (não tinham posição 12,4% e não opinaram 2,4%); nos trabalhadores rurais 54% eram favoráveis e 21,3% eram contrários. Estes

¹²⁶ Idem, ibidem. Pág 110

números caracterizam que a participação em tal reunião era bastante polêmica, além da real força das correntes minoritárias na base das categorias, inclusive na base da própria Articulação¹²⁷.

Outro ponto importante sobre as resoluções temáticas dizem respeito ao caráter do Estado e qual deveria ser a relação da Central com aquele. A tese da Articulação reivindicava a participação nos conselhos e fóruns de decisões governamentais, a ampliação de ações junto ao Congresso Nacional e a intervenção no debate sobre reforma constitucional para ampliar direitos dos trabalhadores, especialmente no *exercício da cidadania*:

“Enfrentar a discussão e elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de políticas industrial, social e em todas aquelas que afetem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador, *reivindicando ainda a participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos* e o direito de acesso à informação.¹²⁸”

“*Ampliar ações junto ao Congresso Nacional*, visando influenciar nas decisões, reforçar as instituições de caráter democrático e conter iniciativas autoritárias do Executivo.¹²⁹”

“Intervir no debate sobre a reforma constitucional, procurando garantir e ampliar os direitos dos trabalhadores, *principalmente no que se refere ao exercício da cidadania*, às conquistas sociais e aos direitos sociais.¹³⁰”

Podemos perceber que uma formulação que ganhará peso posteriormente, em relação à construção de “parcerias” com o Estado na defesa do “exercício pleno da cidadania”, mesmo que de forma marginal e não sendo o foco central do texto do ponto de vista político, já se encontrava na tese da Articulação Sindical para o IV CONCURTO.

Para a Convergência Socialista, as medidas reivindicadas por um sindicalismo classista, em sua totalidade, só poderiam ser garantidas em um Governo dos Trabalhadores. O Ponto de sua tese denominado “A CUT diante de duas estratégias: reforma ou revolução” defendia que:

¹²⁷ RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta, 1997. Pág 228

¹²⁸ CUT. Caderno de Teses ao 4º Concut (1991) – pág 90

¹²⁹ CUT. Caderno de Teses ao 4º Concut (1991) – pág 91

¹³⁰ CUT. Caderno de Teses ao 4º Concut (1991) – pág 92

“Nenhum governo patronal, ou mesmo um eventual governo de coalizão “progressista” ou de “unidade popular” que tenha patrões como Mário Covas, Brizola, Arraes, etc, irá tomar tais medidas¹³¹, porque são diretamente contra seus interesses de patrões, que são opostos aos interesses da maioria da população brasileira. (...) Só um governo dos trabalhadores pode tomar as medidas necessárias para garantir mínimas condições de vida ao povo trabalhador e assegurar o desenvolvimento do país.¹³²”

“Não há saída dentro do capitalismo. Não haverá saída sem transformações revolucionárias de fundo em nosso país.¹³³”

Para a CS, a direção da Articulação defendia reformas nos limites do capitalismo:

“A direção da Articulação Sindical, que dirige a CUT, defende uma estratégia oposta a essa [que reivindicamos]. (...) Eles dizem que é possível haver um desenvolvimento do nosso país estimulado pelo capital internacional e por um setor importante dos patrões nacionais. A realidade mostra o oposto.¹³⁴”

Para a tese da CUT pela Base, o fundamental era articular as lutas de massas com a luta institucional:

“As instituições do Estado podem ser –e em geral o são- uma barreira para nossas reivindicações e aspirações, ou podem ser uma caixa de ressonância para o projeto popular. Mas nunca o centro de elaboração e decisão sobre os rumos propostos pelos trabalhadores.¹³⁵”

A tese defendia, então, que o elemento mais positivo da luta institucional da CUT estava na ação direta:

“O 4º Concut [deve reafirmar] resoluções históricas da Central no sentido de impulsionar a ação direta dos trabalhadores contra os patrões e o Estado. O arsenal de iniciativas que já empreendemos como grandes mobilizações que questionam atos do governo, greves gerais contra atos do Executivo, Legislativo ou Judiciário, ocupações de terra que efetivem

¹³¹ As medidas aqui referidas constavam na plataforma de luta reivindicada pela tese, como reajuste mensal automático dos salários, congelamento real dos preços sob controle dos sindicatos, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, manutenção das estatais enquanto públicas, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, estatização dos bancos sob controle dos trabalhadores e não pagamento da dívida externa. *Caderno de Teses ao 4º Concut – pág 43*

¹³² Idem, ibidem, pág 43

¹³³ Idem, ibidem, pág 42

¹³⁴ Idem, ibidem, pág 43

¹³⁵ Idem, ibidem, pág 111

a reforma agrária, e outras, constituem o elemento mais positivo da ação institucional da CUT e devem ser aprofundadas nesta conjuntura.¹³⁶

Outro ponto de divergência entre as teses mais representativas foi o peso relativo do “sindicalismo de resultados” na conjuntura. A tese da Articulação Sindical apenas citava indiretamente o “sindicalismo de resultados” e de forma marginal, defendendo que as mudanças realizadas na CUT possibilitaram um avanço na sua consolidação como a mais importante Central Sindical:

“Os avanços organizativos e políticos decorrentes destas definições [do 3º CONCUR] reafirmaram a CUT como principal central sindical, contribuindo para o esvaziamento de outros projetos sindicais”¹³⁷.

A tese da Convergência Socialista também defendia o fortalecimento da CUT no último período, e a quase inexistência de um sindicalismo fora dos marcos “cutistas”:

“É um fato que do último Congresso até hoje a CUT cresceu, aumentou o número de sindicatos e a abrangência na base do movimento sindical, incorporando também correntes sindicais dirigidas pelo PC do B e pelo PCB. Quase podemos dizer que a CUT é hoje a única central, porque as CGT’s atuais são sombras da antiga e estão em total decadência, quase em extinção”¹³⁸.

Por outro lado, a tese da “CUT pela Base” tinha um longo trecho de análise sobre o “sindicalismo de resultados”, acreditando que a CUT deveria “levar a sério” a existência desse novo modelo de sindicalismo, sendo necessário seu combate de implacavelmente:

“c) Combate ao “sindicalismo de resultados”

Sob o governo Collor, o combate ao movimento sindical classista encontra um elemento fundamental no fortalecimento – com a ajuda do Estado e dos patrões – de um movimento sindical ideologicamente afinado com os interesses do capital que confronte o sindicalismo classista numa disputa política e ideológica no movimento de massas. O combate ao sindicalismo de resultados pressupõe, pois, uma estratégia de combate em três planos:

Ideológico – com a afirmação de um sindicalismo classista, autônomo, independente, democrático e organizado pela base, claramente identificado com o socialismo enquanto projeto histórico dos

¹³⁶ Idem, ibidem, pág 111

¹³⁷ Idem, ibidem, pág 89

¹³⁸ Idem, ibidem. Pág 40

trabalhadores, que articula interesses imediatos e históricos, lutas específicas e gerais, de caráter econômico e político.

Político – na denúncia de sua articulação com o projeto neoliberal e o governo Collor, sua ligação partidária com as forças de direita, sua docilidade aos interesses do capital e contra as lutas históricas dos trabalhadores (como a redução de jornada, estabilidade no emprego, comissões de fábrica e outras).

Organizativo-sindical – como fortalecimento de oposições sindicais na base de suas entidades, um trabalho de massas em suas categorias, incentivo à auto-organização dos trabalhadores na sua base em organismos autônomos por empresa e região e um trabalho unitário do conjunto das forças cutistas no combate eleitoral nestes sindicatos.¹³⁹”

Em relação à discussão programática entre as diversas teses, destaca-se também a atenção dada à questão da mulher na tese da “CUT pela Base”, única das grandes teses que analisa mais a fundo o tema. Dentre outros pontos, a tese afirma que:

“(…) o movimento sindical, construído historicamente como um espaço masculino, reproduz cotidianamente a divisão sexual do trabalho. Divide tarefas onde as mulheres em geral estão em posições secundárias ou organizativas e de infra-estrutura. Reproduz a dominação machista seja nas piadas, nas cantadas e no assédio sexual. Desvaloriza o trabalho realizado pelas mulheres, e, além disso, não reconhece que as mulheres entram para a vida política em situação de desigualdade com os homens, em função de sua socialização para a vida doméstica, de suas maiores dificuldades no mercado de trabalho, dupla jornada, e ameaça constante da violência sexista.¹⁴⁰”

A tese defendia, ainda, a criação de creches, o envolvimento do sindicato na luta contra a violência praticada contra as mulheres, a elaboração de mecanismos que dêem condições do aumento da participação das mulheres nas diversas instâncias sindicais, como também o engajamento da CUT “tanto nas mobilizações que visam socializar o trabalho doméstico (lavanderias comunitárias, restaurantes populares), como travar o debate sobre a necessidade dos trabalhadores dividirem as tarefas domésticas com suas companheiras”¹⁴¹.

O IV CONCUR estava colocado como um grande marco para definição dos caminhos que a CUT trilharia na década de 1990, sobre quais seriam suas respostas para os desafios colocados com a mudança de conjuntura do país. A centralidade desse Congresso aumentou o clima de disputa na Central, especialmente

¹³⁹ Idem, ibidem. Pág 112

¹⁴⁰ Idem, ibidem. Pág 116

¹⁴¹ Idem, ibidem. Pág 116

com o “pano de fundo” da ida da CUT ao “entendimento nacional” com Collor, como também devido às novas propostas da Articulação Sindical no que tange aos Estatutos.

A eleição do sindicato dos bancários de São Paulo, no início de 1991, foi um dos indicadores de que o nível de disputa no interior da CUT estava aumentando. Se antes, o objetivo era unificar os lutadores em chapas “cutistas” para derrotar o “velho sindicalismo”, gradativamente as diferenças no interior da Central geravam a divisão da CUT em mais de uma chapa. Numa eleição muito acirrada, de um lado estava a chapa 1, liderada por Gilmar Carneiro, secretário geral da CUT, e composta quase que exclusivamente pela Articulação Sindical. Do outro, estava um setor da Articulação, em conjunto com a “Convergência Socialista”, a CUT pela Base e o PCB. A apuração deu vitória a chapa 1 por uma pequena diferença de votos, que comemorou com a “palavra de ordem” que demonstra por si só o grau de sectarismo: “Porra, caralho, bando de cuzão, quem manda nessa porra é a Articulação”¹⁴². Na eleição dos bancários do Rio de Janeiro, o sectarismo gerado na disputa também de duas chapas, uma da situação liderada pela Convergência Socialista, e outra de oposição da Articulação em conjunto com o PDT, chegou ao ponto das acusações eleitoreiras e sem princípios. A Articulação “denunciou” que o presidente da Chapa da situação, Cyro Garcia, teria roubado “383 milhões de cruzeiros” dos cofres do Sindicato; só que Cyro também era membro da Executiva Nacional da CUT, e essa acusação irresponsável voltou a ser feita também no IV Concut. No entanto, a Executiva Nacional da CUT formalizou, a pedido de Cyro, uma comissão de moral e ética para apuração dos fatos, com o objetivo de frear o rebaixamento do debate.

Outros pontos que acabaram por aumentar a disputa foram a forma de preparação do CONCUR e suas etapas estaduais, que naquele ano elegiam os delegados ao Congresso Nacional. Em relação às etapas estaduais, foram denunciadas tanto o aumento arbitrário do número de delegados, como também corte de delegações.

Em alguns casos, existiram sindicatos que declararam número de sindicalizados superior ao real, possibilitando o “inchaço” na eleição das delegações. Na primeira relação apresentada da delegação do Pará, por exemplo, este Estado elegeria 95 delegados ao Congresso Nacional, de 1600 de todo o país, sendo considerado extremamente excessivo tendo em vista a dimensão do movimento sindical paraense. Na ocasião foi solicitada através de um documento assinado pela “CUT pela Base”, “Convergência Socialista” e “Força Socialista” uma recontagem do número de filiados

¹⁴²GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991.. Pág 64

no Estado. Após a conformação da comissão, foram colocados sob suspeita 22 sindicatos, que tiveram sua lista reformulada. Abaixo verificamos algumas das modificações realizadas pela comissão:

Tabela 6 – *Sindicalizados do Pará (após averiguação)*

Sindicato Rural	Lista Apresentada pela Executiva da CUT-Pará	Número declarado à comissão de averiguação pelos sindicatos
Bragança	30.000 filiados	13.365 filiados
Cametá	3.200 filiados	2.321 filiados
Altamira	9.476 filiados	600 filiados
Santarém	5.326 filiados	321 filiados
Óbidos	6.862 filiados	1894 filiados
Almerim	4.000 filiados	643 filiados

Fonte: GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991. Pág 71

Após as denúncias, o número de delegados foi diminuído de 95 para 57, uma redução de 40%.

Outra questão importante era a não aplicação da proporcionalidade nas eleições de delegados na base. Pelo o estatuto da CUT, não era obrigatório a utilização do critério de proporcionalidade na eleição de delegados, mesmo que essa fosse a forma de eleição mais comum. A não exigência da proporcionalidade nas eleições dos delegados provocava distorções importantes, já que a tese “vencedora” acabava por levar todos os delegados. O Jornal “Convergência Socialista” na época denunciava a principal distorção realizada através deste método, ocorrida no Sindicato dos

Metalúrgicos de São Bernardo, que declarava ter 90 mil sindicalizados, mais de 10% do total do Estado de São Paulo:

“É o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, onde todos os delegados eram da Articulação. Só com esse sindicato, a Articulação elegeu 45 delegados de sua tese para o Congresso Nacional. Se houvesse proporcionalidade, a oposição teria pelo menos 10% deles. (...)”¹⁴³

No caso dos estados de Minas Gerais e Bahia, o que ocorreu foi, ao contrário, um corte das delegações de forma arbitrária. Sua decisão, que demorou meses, foi realizada por apenas parte da Executiva Nacional da CUT, já que oito membros (representantes da CUT pela Base, Convergência Socialista, Força Socialista e PLP) se recusaram a participar da votação. Segundo José Geraldo Araújo, bancário de Belo Horizonte e membro da Executiva Nacional, o raciocínio realizado pela Articulação foi matemático:

“A Articulação fez a conta na ponta do lápis, após a realização de todos os Congressos Estaduais. Ela via que, mesmo com a aliança com a Unidade Sindical, não teria a maioria necessária para aprovar suas posições e resolveu, então, consegui-la a qualquer custo”¹⁴⁴.

Utilizando como justificativa a falta de informações sobre o pagamento das entidades filiadas à CUT, a Articulação definiu a aplicação de um “reductor” nos respectivos Estados, fixando em 113 delegados a participação de Minas Gerais, no qual a Articulação não chegou a 35% dos votos em seu Congresso Estadual. Na Bahia, a eleição de delegados foi diminuída em mais de 100, ficando com 114 delegados.

Estas fatos, dentre outros, levaram a redação do documento “Manifesto aos Dirigentes Sindicais Cutistas”, assinado por 11 membros da Executiva Nacional, o qual defendia que estava ocorrendo um “violento ataque à democracia na CUT, que pode cristalizar neste Congresso deformações irremediáveis para nossa Central e para a luta dos trabalhadores”. Para os signatários, “as regras do jogo foram alteradas quando as projeções passaram a indicar uma derrota para a corrente majoritária, que perderia a maioria absoluta.” Mesmo assim, os membros da Executiva defendiam a CUT, movidos pela convicção de “resgatar a democracia interna, como princípio essencial de nossa prática e não como instrumento de ocasião”¹⁴⁵.

¹⁴³ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991. Pág 73

¹⁴⁴ Idem, ibidem. Pág 73

¹⁴⁵ Manifesto aos dirigentes Sindicais Cutistas-mimeo. (1991)

Além das fraudes, este foi o primeiro Congresso no qual o efeito “Funil”, aprovado no III CONCUR foi testado na prática. O que ocorreu foi uma grande diminuição da participação da Base nas definições da CUT, como podemos perceber na tabela abaixo:

Tabela 7 – Evolução da participação dos delegados nos CONCUR's

	Base	Direção
I CONCUR	65,9%	34,1%
II CONCUR	70,51%	29,49%
III CONCUR	51%	49%
IV CONCUR	17%	83%

Fonte: CUT. Quadro dos Delegados aos I, II, III e VI CONCUR. Elaboração própria.

Assim, no IV CONCUR ocorreu um crescimento de 69% da participação da Direção, e uma diminuição em 66% da participação dos delegados da Base.

Com este novo panorama, o Congresso aprovou, por uma pequena maioria de 21 votos, ou 1,35%, o fim da autonomia da CUT perante as Centrais Sindicais Internacionais, abrindo espaço para a filiação da CUT a CIOSL na 5ª Plenária Nacional da CUT, em 1992. Os três primeiros Congressos da CUT reafirmaram uma postura independente e autônoma frente aos blocos sindicais mundiais:

“A CUT manterá relações com todas as Centrais Sindicais, conservando sua autonomia e independência”¹⁴⁶.

Entretanto, não era a essa a postura da “Articulação Sindical”, criticada pelos representantes da oposição, como a “CUT pela Base”:

“A concepção e prática sindical da CUT não encontram correspondência em nenhuma das Centrais Sindicais mundiais. A filiação à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), defendida por dirigentes da Executiva Nacional da CUT, e o compromisso com as concepções e práticas sindicais nela existentes são danosas à constituição de um pólo classista, combativo, solidário e democrático no plano internacional”¹⁴⁷.

¹⁴⁶ CUT – Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983

¹⁴⁷ Tese “CUT pela Base”. Caderno de Teses do IV CONCUR.

A segunda grande votação foi sobre a proporcionalidade qualificada. A oposição desejava um sistema mais democrático, no qual houvesse “revezamento” na escolha dos cargos para a direção da Central. Pelos estatutos vigentes, a chapa vencedora tinha o direito a preencher todos os cargos de acordo com o número de representantes eleitos, sendo os outros posteriormente preenchidos pela chapa perdedora. Se a proporcionalidade qualificada funcionasse, a direção espelharia melhor o equilíbrio do Congresso, pois a chapa vencedora ficaria com a Presidência, a chapa de oposição com a vice-presidência, e assim sucessivamente.

Nesta votação, na primeira contagem houve empate. Realizou-se, então, uma recontagem com a presença de fiscais atentos dos dois lados e a proposta da oposição foi vencedora: 742 votos favoráveis e 741 contrários. Entretanto, no Domingo, iniciados os trabalhos, a direção do congresso optou por anular a votação sobre a proporcionalidade porque um dos votos em separado seria “repetido”. Após a notícia da anulação, o Congresso ficou paralisado por mais de quatro horas, período no qual os dois blocos existentes na Central tiveram conflitos sérios, inclusive físicos. As confusões e brigas tiveram como estopim a votação da proporcionalidade, como também a negativa por parte da Mesa de Diretora do Congresso em ceder a possibilidade de fala para Cyro Garcia, da Convergência Socialista, tendo em vista sua defesa em relação às acusações de “roubo” proferidas pela Articulação. As confusões do IV CONCURT acabaram por se tornar manchetes de jornais de grande circulação do país:

“Nesta votação [proporcionalidade qualificada] ocorreu a primeira briga, em razão da decisão da mesa coordenadora de propor a desconsideração de votos em separado, de delegados que haviam perdido seus crachás. Os votos acabaram desconsiderados, mas dariam vitória a “Antártica”, frente anti-Articulação. A partir de então virou palavra de ordem entre as facções radicais que o congresso era fraudado.¹⁴⁸”

“Terminou em pancadaria, com pelo menos quatro delegados socorridos em hospitais, o IV Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo (...) O estopim da briga foi a recusa por parte da mesa diretoria em autorizar Garcia de se defender, em plenário, da acusação de sumir com dinheiro do sindicato.¹⁴⁹”

“A pancadaria no último dia de Congresso da CUT começou quando o ex-presidente do sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, Cyro Garcia,

¹⁴⁸ “Jornal da Tarde. 9/9/91. Retirado de: RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT, São Paulo, Scritta e Fapesp, 1997

¹⁴⁹ “Jornal do Brasil. 9/9/91 RODRIGUES, Iram Jácome. Op. cit. Pg. 269.

invadiu o palco onde estava a mesa diretora dos debates e tentou arrancar à força o microfone de um dos mediadores. Logo, outros sindicalistas invadiram o palco e houve troca de chutes, tapas, puxão de cabelo e muito choro.¹⁵⁰”

De um lado a oposição gritava “Democracia” e “apuração, apuração, agora chega de ganhar no tapetão”. De outro, a situação respondia: “olê olé olá.. racha, racha” e “racha, racha, vai pra Força Sindical”. O tempo foi passando, e chegou uma nova informação da mesa diretora dos trabalhos, avisando que o prazo para a inscrição das chapas havia sido encerrado e com apenas uma chapa inscrita, a da “Articulação Sindical”, passando-se assim para votação. O ambiente, que já estava complicado, piorou ainda mais. Após uma forte pressão da oposição, foi dado um pequeno prazo para que outras chapas se inscrevessem. Assim encerrou-se a polêmica sobre a votação da proporcionalidade, com a manutenção do estatuto da CUT, passando por cima da deliberação do Congresso que aprovara a “proporcionalidade qualificada”.

Em relação às outras deliberações do IV CONCUR, o tema da democratização do Estado é marcante, pois se tornou um dos pilares da atuação estratégica da Central, como também uma maior ênfase na defesa da “cidadania”. Na resolução “Estratégia da CUT”, em seu ponto c, defende-se o “aprofundamento da democracia” e a defesa do “direito à cidadania”, na busca por uma “alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda”:

“c) avançar na articulação com os setores democráticos populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando **uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda**. Nesse sentido, devem ser incorporados ao cotidiano da luta sindical temas como **a defesa do direito à cidadania**, o combate aos preconceitos, a busca de novos padrões de comportamento, a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, entre outros.¹⁵¹”

Além disso, a ênfase dada à democratização do Estado no ponto d da resolução demonstra o maior apelo da participação em órgãos de controle estatal e conselhos pela CUT:

“d) Lutar pela democratização do Estado. Reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e

¹⁵⁰ “O Globo” 9/9/91. Retirado de Iram Jácome Rodrigues. Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT. Pg. 269.

¹⁵¹ CUT – Resoluções do IV CONCUR. Grifos nossos

na solução dos grandes problemas sociais, negando os vícios patrimonialistas, privatistas, autoritários e as práticas descaracterizadoras da função social do Estado. No Brasil, como em todo o mundo moderno, sem a ação do Estado não haverá combate eficaz à inflação, nem retomada do desenvolvimento, nem solução da questão social. Trata-se, portanto, de promover a democratização do Estado, desprivatizando-o e colocando-o a serviço dos interesses públicos. **Para isso, é fundamental a criação e o fortalecimento de órgãos de controle da ação estatal.** Um Estado que fortaleça e organize a vida democrática, que seja transparente, que preste contas de suas decisões e explicita as intenções de seus atos.¹⁵²”

A demonstração que a maior ênfase no tema “democratização do Estado” tem também relação com a maior participação, por parte da CUT, em conselhos e órgãos de controle Estatal, fica ainda mais clara na resolução “Plano de Ação” da Central, que tinha como objetivo definir as ações de cunho tático referentes a nova conjuntura. A construção de um “sindicalismo propositivo”, tendo em vista a superação de uma suposta ação “reativa” nos anos 80 também ganha força:

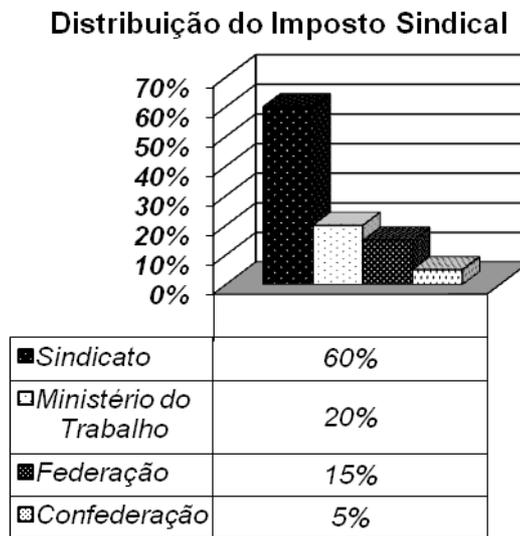
“Por outro lado, a CUT **deve elaborar propostas referentes às reformas** nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador. **Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação.** As secretarias nacionais da CUT devem sistematizar tais temas, criando grupos de trabalho e realizando encontros ou seminários que possibilitem a definição de propostas e ações específicas. Como, por exemplo, nas áreas de política habitacional e de reforma urbana, educacional, de saúde, de previdência e outras.¹⁵³”

Em relação à concepção de sindicalismo presente no IV CONCUR, outro tema que merece nossa atenção foi a devolução ou não do imposto sindical. O imposto sindical é um desconto, geralmente realizado no mês de março na folha de pagamento do trabalhador, de um dia de trabalho por ano (equivalente a 3,33% do salário). Todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, são descontados, e este dinheiro é repassado pelas empresas na seguinte forma, de acordo com o artigo 589 da CLT:

¹⁵² Idem. Grifos nossos.

¹⁵³ Idem. Grifos nossos.

Tabela 8

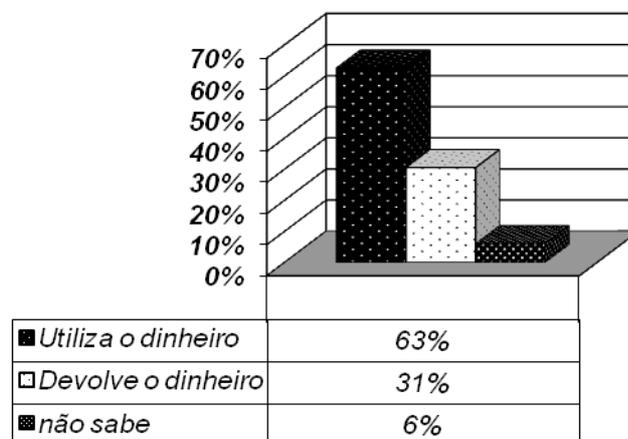


Fonte: CLT. Artigo 589

Em relação ao imposto sindical, há setores que defendiam o seu fim gradativo, outros defendiam o não recolhimento e sua devolução, como também existiam aqueles que defendiam a utilização do dinheiro. No IV CONCURTO, 80% dos delegados presentes recolhiam o imposto sindical em seu sindicato de base; entretanto, apenas 30,5% devolviam este dinheiro ao trabalhador:

Tabela 9

Utilização do Imposto Sindical dos Sindicatos presentes no IV CONCURTO



Fonte: RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT, São Paulo, Scritta e Fapesp, 1997 Pág 220

Em entrevista realizada no IV CONCURTO, um dirigente da Articulação Sindical, dizia: “Não devolvemos o imposto sindical, aplicamos. Entrou dinheiro, nós compramos sub-sedes, capitalizamos o sindicato. (...) Então o negócio tem um valor simbólico, mas tem também um valor demagógico. Porque se você pega isso e compra sub-sede, rotativa, carro de som, começa a dar pau tão grande no patrão que ele fala: como é que é...”. Por outro lado, é importante destacar que desde sua fundação, a CUT foi extremamente crítica em suas resoluções sobre o imposto sindical, avaliando que esse era “uma das bases do peleguismo, do imobilismo político e até mesmo da corrupção nos sindicatos”¹⁵⁴; no III CONCURTO a Central deliberou em sua resolução “Pelo fim do Imposto Sindical” um dia nacional de luta e devolução do imposto sindical, pois esse era considerado “o principal sustentáculo do sindicalismo oficial”¹⁵⁵.

Apenas duas chapas se inscreveram para participar do processo eleitoral neste congresso. A chapa 1, encabeçada por Jair Meneguelli, da Articulação Sindical e seus aliados, com 52,16%, e a chapa 2, liderada por Durval de Carvalho, da CUT pela Base, em conjunto com os outros setores da oposição, com 47,84%. Após a vitória do setor majoritário, assim o Secretário Geral da Central reeleito, Gilmar Carneiro, avaliou o IV CONCURTO (1991):

¹⁵⁴ CUT – Resoluções do II CONCURTO (1986) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

¹⁵⁵ CUT – Resoluções do III CONCURTO (1988) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

“Em 1983, no Congresso de fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCUR nos livramos da esquerda”¹⁵⁶.

O desgaste do Congresso foi tão grande, especialmente em relação à votação da proporcionalidade qualificada que foi aprovado, na primeira reunião da nova Executiva Nacional, o texto chamado “Bases para um compromisso”. Na resolução, apoiada por 31 dos 32 membros (entre efetivos e suplentes) foi aprovada “a constituição de uma Comissão de Ética Nacional para verificação dos acontecimentos do IV CONCUR e apresentação de propostas para uma base ética de convivência na CUT”. Além disso, foi aprovada que “a política de funcionamento da nova direção executiva deve[ria] combinar o envolvimento de todos os companheiros nas tarefas da Central de acordo com as potencialidades e disponibilidades”. No mais, a chapa da minoria acabou ficando com apenas parte dos cargos que ela teria direito de escolher, caso a votação de proporcionalidade qualificada tivesse sido realmente acatada. Assim, defendiam os membros da Executiva que “apesar dos problemas e dificuldades reveladas reafirmamos a legitimidade do IV CONCUR e o cumprimento das suas resoluções como o ponto de partida para uma efetiva unidade nas práticas da CUT.”¹⁵⁷

2.2 – O Plano Nacional de Formação da CUT (1991)

Em relação à política de Formação da Central, o Plano Nacional de Formação (PNF-CUT) de 1991 foi elaborado a partir de um processo iniciado por uma avaliação interna da equipe da Secretaria Nacional de Formação, passando por duas reuniões envolvendo as escolas sindicais (Sul e Norte), da CUT e escolas conveniadas (Inca, 7 de Outubro e Equip), culminando com o 4º Encontro Nacional de Formação (4º Enafor), realizado nos dias 1, 2, 3 e 4 de fevereiro de 1991, em Belo Horizonte, MG. As atividades previstas eram realizadas pelas Escolas de Formação da CUT e a pela própria Secretaria Nacional de Formação. Inicialmente, de 1984 a 1986, a formação sindical era realizada dentro da Própria CUT, baseada em seus próprios instrumentos de formação que foram pouco a pouco construídos. A partir de 1987, praticamente toda a formação começou a ser realizada pelo Instituto Cajamar (São Paulo), e pela Escola Sindical Sete de Outubro (Belo Horizonte). Na virada para a década de 1990, começou a ganhar força a idéia de fundação de escolas que pertencessem à estrutura interna das CUT, as *escolas*

¹⁵⁶ Jornal da Tarde. 12.9.91. Retirado de Sebastião L. Neto e Vito Giannotti. Para Onde Vai a CUT. Pg 54

¹⁵⁷ Bases para um compromisso (1991) – Mimeo.

orgânicas. Segundo Paulo Tumolo, esta movimentação de crescimento das escolas orgânicas e a queda das escolas conveniadas tem relação direta com a política da corrente majoritária da CUT, que também dirigia a Secretaria Nacional de Formação, a Articulação Sindical. As correntes minoritárias avaliavam que:

“(...)a Articulação Sindical, num primeiro momento, em 1986/1987 “jogou” a formação sindical para fora da CUT, ou seja, para escolas conveniadas – basicamente o Instituto Cajamar – tendo em vista que, naquele momento, a correlação de forças entre as tendências políticas ainda era muito equilibrada e não tinha nenhuma garantia de que a formação sindical – uma política estratégica – ficaria sob seu controle e sua orientação. Simultaneamente, a mesma corrente logrou dirigir e estruturar a Secretaria Nacional de Formação, e, num segundo momento, no início dos anos 90, quando já se consolidava não só como majoritária, mas como a tendência política hegemônica na CUT, e a formação sindical havia se organizado razoavelmente no interior da Central segundo sua orientação, o movimento se inverte, ou seja, a formação sindical começa a ser “chamada” novamente para dentro da CUT.¹⁵⁸ “

Dessa forma, o Plano Nacional de Formação da CUT de 1991 previa a transformação dos eixos prioritários do plano de 1990 em programas de formação, transformando o programa do CEPS (Concepção, Estrutura, e Prática Sindical da CUT) em seu “carro chefe”, através dos seguintes programas:

- 1) Concepção, Estrutura e Prática Sindical da CUT (CEPS)
- 2) Negociação e Contratação Coletiva
- 3) Planejamento e Administração Sindical Cutista
- 4) Processo de trabalho e Organização Sindical de Base
- 5) Comunicação e Expressão Sindical
- 6) Formação para a Direção Nacional da CUT
- 7) Formação sobre a Questão Rural
- 8) Formação sobre a Questão da Mulher Trabalhadora
- 9) Recursos Humanos, Pedagógicos, e Metodologia no Trabalho da Formação Cutista
- 10) Apoio à Estrutura das Secretarias Estaduais de Formação da CUT e às Escolas
- 11) Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional¹⁵⁹

Na tabela abaixo, podemos verificar já o grande crescimento da realização dos cursos pelas Escolas de Formação, em detrimento das atividades realizadas diretamente pela SNF:

¹⁵⁸ TUMOLO, Paulo Sergio. Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista. São Paulo, Ed Unicamp, 2001. Pág 179

¹⁵⁹ CUT. Plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação. Pág 6

Tabela 10 - *Atividades Formativas da Política Nacional de Formação – CUT (1987-1991)*

	SNF	Escolas	Centros/ Universidades	No Participantes
1987	20	10	1	672
1988	24	8	2	1.134
1989	23	14	4	1.250
1990	26	23	2	2.035
1991	13	48	2	2.116

F

Fonte: CUT. Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT. Pág 45

Dessa forma, *houve uma diminuição em 50% das atividades realizadas diretamente pela Secretaria Nacional, e o crescimento de 108% daquelas realizadas pelas Escolas de Formação.* É importante frisar que o total de atividades e número de participantes não reflete toda a política de formação cutista, já que não constam os dados das atividades formativas efetivadas pelas demais secretarias das CUT estaduais

como também as realizadas pelos sindicatos, confederações e federações; assim, seus números refletem a política de formação da CUT Nacional, mas não da CUT como um todo.

Outro dado importante é o crescimento do número de participantes nos cursos instrumentais e de formação sindical, em especial nos cursos de “formação de formadores” em Metodologia de formação Sindical, Recursos Humanos e Metodologia de Formação:

Tabela 11 - *Número de Participantes das atividades da PNF segundo programa e ano (1987-1991)*

	Formação Geral	Gestão Sindical	Operacional/Instrumental
1987	349	0	48
1988	957	0	177
1989	933	142	178
1990	885	710	416
1991	882	644	590

Fonte: CUT. Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT. Pág 193 . Elaboração Própria.

Através da tabela, verifica-se que o crescimento efetivo dos cursos de tema “operacional/instrumental” não ocorreu em detrimento dos de “formação geral”. Podemos afirmar que os cursos instrumentais cresceram em uma velocidade e proporção maior do que os cursos de formação geral na CUT entre 1987 e 1991 (*crescimento de 152% e 1.129% respectivamente*); desde 1988 os cursos de “formação geral” diminuíram gradativamente, enquanto os cursos instrumentais cresceram em todo período em questão, com “saltos” de 1987 para 1988, e de 1989 para 1990. Para

realizar os novos parâmetros definidos na Política Nacional de Formação, no IV CONCUR Jorge Lorenzetti, da Articulação Sindical, foi reeleito para a Secretaria Nacional de Formação da Central.

Dessa forma, podemos avaliar que *o IV CONCUR foi um marco na quebra do consenso geral existente no interior da CUT de que todas as suas correntes eram classistas*. A política de ida ao “entendimento” com Collor aprovada pela Articulação Sindical por uma pequena maioria em reunião da Executiva Nacional, como também as mudanças na atuação de suas direções na perspectiva de uma maior participação em fóruns tripartites, geraram profundas divergências no interior da Central. As diferenças existentes na CUT transformaram-se gradativamente em estratégicas; assim, a grande tensão que ocorreu no IV CONCUR tem relação direta com a disputa de rumos da Central e de que concepção de sindicalismo seria seu norte, não estando apenas restrita a debates administrativos ou de “método”. A Articulação Sindical, que no processo de fundação da CUT e de seus primeiros Congressos a dirigiu intelectualmente e moralmente, realizando sua hegemonia através de uma maioria numérica e da mescla de forma subordinada de elementos dos grupos minoritários nas resoluções, acabava por aumentar o uso da “coerção” na busca pelo controle total da Central.

Devido impossibilidade de consenso em torno de suas novas propostas, pois essas, segundo as correntes minoritárias, quebravam o “pacto” inicial de fundação da CUT (os princípios do classismo e da independência dos Governos e Patrões), a Articulação Sindical caminhou em direção à imposição pela força de novas resoluções, já que era majoritário no sindicalismo cutista a defesa de uma atuação classista e independente. Mesmo com a aplicação de “reduzores” pela Articulação Sindical, a diminuição da atuação das bases através do funil, o não respeito à proporcionalidade, etc, a representação das correntes que se colocaram em contraposição ao novo rumo da Central chegou muito perto dos 50% na votação das chapas. *A partir do IV CONCUR a “Articulação Sindical” iniciou seu processo de dominação da Central através de uma complexa relação entre a busca da “reescrita” da memória do sindicalismo brasileiro e da construção de um novo imaginário, baseando sua atuação pela força/coerção das fraudes e do cerceamento da democracia sindical como também pelo poder econômico dos sindicatos por ela controlados*. É um momento de transição, no qual a “Articulação Sindical” deixa de dirigir intelectualmente e moralmente a CUT para se tornar a corrente dominante, passando a controlar quase que exclusivamente seus rumos, com

um abrandamento dos pontos de consenso com os grupos minoritários. As mudanças realizadas pela CUT, portanto, tiveram relações com suas disputas internas, com a atuação prática de seus sindicatos - muitas vezes contraditórias com o projeto de sindicalismo que defendia (demonstrada pela existência do assistencialismo e utilização do imposto sindical nos sindicatos cutistas), como também com a mudança de conjuntura na passagem da década de 1980 para 1990.

Outra mudança importante, que ocorreu no pós IV CONCUR, foi a dissolução da “CUT pela Base”, a maior corrente de oposição à “Articulação Sindical”, entre o final de 1991 e primeiro semestre de 1992:

“No caso da CUT pela Base, nós, a CUT pela base, entramos em crise quando tivemos a completa mudança do modelo econômico brasileiro e da mudança do Estado. Pelo menos, de um início de mudança, com a abertura comercial indiscriminada, com a privatização do Estado. Já tínhamos avançado na idéia do Brasil e das novas tecnologias, com o impacto nos setores produtivos. E a CUT nesse momento, em minha opinião, teve dificuldades em responder estrategicamente ao período que nós estávamos entrando. A CUT pela Base, em especial, não teve capacidade de formulação. Nós tivemos nesse caso também diferenças políticas de orientação partidária, mas já não tínhamos, na mudança produtiva, uma unidade programática. Então a CUT pela Base se dissolveu em 1991”¹⁶⁰.

Logo após o Congresso, em 13 de dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo, ocorreu a “Vigília contra a Recessão”, cujo lema era “Vamos acender a chama da dignidade e da produção”. No palanque, lado a lado, trabalhadores, empresários e políticos ligados aos setores burgueses: entre os presentes, estavam Mário Amato, presidente da Federação do Comércio, e Emerson Kapaz, representante da PNBE, além de representantes da FIESP e outros empresários. Este seria o pontapé para um novo pacto da CUT com os setores empresariais para resgatar o “desenvolvimento econômico” do país, pois dois meses após, Vicentinho estava trabalhando pela criação das câmaras setoriais.

¹⁶⁰Rafael Freite Neto. Entrevista concedida a Ferraz, 2003. Retirado de FERRAZ, Marcos. Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2005. Pág 95

2.3 As Câmaras Setoriais

As câmaras setoriais foram apresentadas pelo setor dirigente da CUT como a ferramenta que salvaria o Brasil da crise, uma alternativa estratégica para o conjunto do sindicalismo da década de 1990. Pretendia-se a organização de uma câmara para cada setor da economia, e colocando representantes da CUT nas câmaras já existentes e que contavam apenas com a participação dos empresários e governo. As câmaras eram vistas, portanto, como a realização prática do contrato coletivo de trabalho, desempenhando um papel de pressão sobre os empresários e governos para políticas setoriais que interessariam aos trabalhadores, e também negociar os preços ao longo das cadeias produtivas, sendo assim um mecanismo “democrático” e pactuado de controle da inflação¹⁶¹.

As câmaras setoriais surgiram no final dos anos 80, com o objetivo, segundo seus formuladores, de estabelecer diagnósticos de competitividade setorial, identificar as causas das distorções existentes e indicar as estratégias para seu equacionamento. Ou seja, tiveram, desde o início, suas funções institucionalmente voltadas para objetivos e política industrial. No governo Collor elas foram utilizadas como instância de resolução e pactuação de conflitos, como fica claro após o segundo semestre de 1991, quando medidas do governo redefiniram a competência e abrangência das câmaras. Nesse período passaram a ser elaboradas cartas-compromisso para cada setor, que incluíam o desenvolvimento de programas do governo, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e o Programa de Competitividade Industrial (PCI) no âmbito dos setores. Assim as câmaras e suas abrangências foram ampliadas, e as cartas-compromisso foram substituídas por acordos setoriais, que tinham como objetivo tratar de assuntos que não se limitavam apenas a negociações de preços, mas abordavam questões estruturais de médio e longo prazos¹⁶².

Dessa forma, o setor dirigente da CUT, logo após o IV CONCUR, propunha como *solução para o processo de reestruturação produtiva a construção de um grande pacto entre empresários, trabalhadores e governo*. A CUT deixava progressivamente a luta e mobilização como pilares fundamentais de sua atuação política, para deixar-se levar pelos acordos de cúpula dos fóruns tripartites. Um dos

¹⁶¹ BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999. Pág 164.

¹⁶² ANDERSON, Patricia. Câmaras Setoriais: Histórico e Acordos Firmados: 1991/1995. Rio de Janeiro, IPEA, 1998. Pág 1

exemplos mais marcantes foram os acordos existentes entre os sindicalistas de São Bernardo na Câmara Setorial do setor automotivo.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo começou a participar da câmara em dezembro de 1991, e em 26 de março de 1992 foi assinado o primeiro acordo do setor automotivo pelas entidades representativas dos trabalhadores (entre elas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), do setor de autopeças, revendedores de veículos, montadoras e governo. No acordo, ficou acertada redução nos preços dos veículos em 22% válida por 90 dias, que seria alcançada da seguinte forma: 12% mediante a redução das alíquotas de IPI e ICMS; 7,5% com a redução das margens pelo setor produtivo, sendo 4,5% pelas montadoras e 3% pelos fornecedores de autopeças; e 2,5% com a redução da margem de comercialização, pelas concessionárias; manutenção do nível de emprego até 30 de junho de 1992, posteriormente podendo ser estendida até 31 de julho de 1993 e correções mensais de salário equivalentes à variação do INPC do mês anterior, resguardando diferenciações por setor (montadoras e fornecedores)¹⁶³.

Para os sindicalistas que defenderam a proposta, em São Bernardo:

“A Câmara Setorial representa uma alternativa como fórum de discussões amplas, onde, a despeito das inevitáveis divergências de diagnósticos e propostas existentes entre os vários segmentos que compõe o setor, existe a perspectiva de significativos avanços. *O aumento da produtividade é fundamental para melhorar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional.* Acreditamos que compete a uma nova política industrial, antes de mais nada, basear-se numa estratégia para o tipo de inserção do Brasil no novo cenário da economia mundial.¹⁶⁴”

Os dirigentes do sindicalismo de São Bernardo, um dos pilares fundamentais da construção da CUT, defendiam, então, que a alternativa para a superação da crise econômica do país era o aumento da produtividade da indústria brasileira, favorecendo assim a sua competitividade. Ou seja, além de construir um pacto com os empresários e governos, seu norte era baseado na proposta das classes dominantes, e não dos trabalhadores, já que *aumento de produtividade é sinônimo de aumento da exploração da força de trabalho.* A produtividade é contabilizada pela proporção entre a produção realizada e a o número utilizado de trabalhadores; assim, um dos mecanismos mais comuns de aumento da produtividade é exatamente a diminuição dos postos de trabalho, a radicalização da disciplina do processo de trabalho (com a

¹⁶³ Idem, ibidem. Pág 18

¹⁶⁴ Reestruturação do complexo automotivo brasileiro – as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial. Documento produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. 1992.

existência de mecanismos de controle, banco de horas, etc) e a utilização de novas tecnologias na produção. Dessa forma, *dirigentes do sindicalismo cutista além de participar dos fóruns tripartites, começavam a atuar nestes sob a direção intelectual e moral da burguesia, pois apresentavam enquanto seu o projeto das classes dominantes.* Das 26 câmaras setoriais existentes, a CUT participava em 14.

Em 1992 a inércia da CUT frente a crise do governo Collor e sua incapacidade de organizar manifestações sindicais para pressionar a saída do presidente, refletiam bem a mudança de postura da Central, e seu gradativo distanciamento das bases. Enquanto em São Paulo, Fortaleza, João Pessoa, Belo Horizonte, algumas instâncias da CUT puxaram o “Fora Collor”, a maioria da Executiva da Central defendia uma palavra de ordem com outro conteúdo. O maior exemplo foi a Regional de São Paulo, que desde novembro de 1991 já tinha enquanto bandeira o “Fora Collor”, realizando plebiscitos em diversas categorias com as alternativas: 1 – Fora Collor já!, 2- Oposição sistemática até 94 e 3- Fica Collor. O primeiro plebiscito foi realizado com os trabalhadores da Cervejaria Antártica, e com mais de 1 mil votos, o “Fora Collor” teve 82%, contra 13% do “oposição sistemática” e apenas 5% do “Fica Collor”. No total, os plebiscitos somaram mais de cem mil votantes, e as porcentagens não variaram muito tendo em vista a proporção da primeira votação¹⁶⁵.

As expressões usadas foram várias: “Diga não a Collor”, “Basta de Collor”, “Chega de Collor”, “Não dá mais”. Quando o Brasil já estava organizando maiores manifestações, após as denúncias de corrupção, a “Articulação Sindical” tentava manobrar a palavra de ordem, com o “Não Colla Mais”. Desde aquele momento, a direção da Central se preocupava com a repercussão de suas movimentações no panorama eleitoral:

“No fundo, a maioria da Executiva da CUT estava apostando, não no “Já” do Fora Collor e Eleições Gerais, mas em um “Feliz 94”. Nesta visão o movimento não deveria partir para um confronto mais profundo, o que poderia por em risco a eleição do candidato do projeto democrático-popular em 94, mas acumular forças neste sentido. Aquele já implicava uma radicalidade que poderia por esse caminho a perder”¹⁶⁶.

Dessa forma, a atuação da Central, preocupada mais em não arranhar a imagem da candidatura de Lula da Silva, acabou por não impor uma dinâmica mais

¹⁶⁵ GIANNOTTI, Vito. Collor, a CUT e a pizza. São Paulo, Editora Página Aberta, 1992. Pág 91

¹⁶⁶ NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. Para Onde Vai a Cut? São Paulo: Scritta. 1993. Pág 59

enfática e organizada do movimento “Fora Collor”, deixando-se levar pelos acontecimentos sem imprimir grande força política. A CUT não conseguiu dar uma resposta à altura da propaganda e atuação neoliberal, além de acenar em diversos momentos para pactos sociais que “salvariam” o país. *O quadro de recessão econômica com desemprego e arrocho salarial colocaram os trabalhadores na defensiva, agravada pela postura vacilante e conciliadora da CUT.*

O Impeachment venceu, devido ao amplo apoio popular, com manifestações massivas nas ruas, a movimentação de alguns setores da burguesia que deixavam o apoio a Collor para fortalecer os atos pela sua saída, e pela atuação incisiva de alguns parlamentares do PT, que viabilizaram a abertura da CPI, levando-a às últimas conseqüências. Entretanto, após a saída de Collor, a esquerda como um todo, incluindo a CUT, estava em dúvida sobre o que fazer, e a direita rapidamente articula um pacto capaz de garantir a manutenção do vice de Collor, Itamar Franco. Moldando o espírito de crítica a Collor em uma expectativa positiva no Governo Itamar, no qual “tudo seria diferente”, a classe dominante conseguiu estabilizar o regime, e manter a conjuntura política sobre relativo controle. Assim o Governo Itamar ascendeu em um clima de forte consenso no país.

No mesmo ano de 1992, ocorreu a 5ª Plenária Nacional da CUT, em 15, 16, 17 e 18 de julho, em São Paulo, com a participação de 297 delegados de todos os Estados do país, representando as 1.837 entidades filiadas. Nesta plenária ocorreu a aprovação da filiação da CUT a CIOSL, tendo em vista a abertura a filiação à alguma Central Sindical Internacional aprovada no IV CONCUR:

“A filiação da CUT a uma central sindical internacional resulta da necessidade de respondermos aos problemas concretos colocados para os trabalhadores representados pelos nossos sindicatos. Nossa filiação não significa um alinhamento político-ideológico a qualquer das correntes que disputam a hegemonia do movimento sindical internacional. Ela expressa a nossa vontade de confrontar, no plano internacional, essa nossa concepção e prática sindical com a de outras centrais. (...) A CUT entende que a CIOSL é hoje a única central mundial suficientemente pluralista e representativa capaz de aglutinar as diversas concepções e distintas culturas sindicais existentes no mundo”¹⁶⁷.

Na resolução aprovada, a “nova sociedade” que a CUT buscava construir internacionalmente em conjunto com a CIOSL teria diversas características, mas o

¹⁶⁷ CUT. Resoluções da 5ª Plenária Nacional da CUT (1992). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

adjetivo “socialista”, ou mesmo uma sociedade “sem classes”, são deixados de lado. O importante seria ampliar a capacidade do movimento sindical:

“(…)na construção de uma nova ordem baseada na autodeterminação dos povos, na preservação da paz, na superação das desigualdades mundiais, no fortalecimento da democracia e na valorização dos recursos naturais e do meio ambiente, e que não será possível sem a participação dos trabalhadores e da sociedade civil organizada”¹⁶⁸.

É importante destacar também, que em conjunto com a “valorização da cidadania” e o “fortalecimento da democracia”, que apareceram em deliberações anteriores, a defesa da “sociedade civil organizada” começa a marcar o vocabulário das deliberações da CUT.

Além disso, tendo em vista as grandes divergências existentes na Central com a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo na Câmara Setorial do Setor Automotivo, a “Articulação Sindical” propôs, e aprovou nesta plenária, uma resolução que legitimava a atuação da CUT nesses espaços:

“A CUT reafirma a orientação pela participação nas câmaras setoriais como espaço onde se disputa com o projeto neoliberal de reestruturação produtiva e modernização conservadora e onde os sindicatos, representando os trabalhadores e alicerçados na sua mobilização, buscam deter a implantação desse projeto e acumular forças no sentido de um projeto alternativo, através de novas conquistas trabalhistas e sociais”.

Em março de 1993, já com Itamar eleito, a reunião da Direção Nacional aprovava uma política em relação ao Governo: *nem ser oposição, nem situação*. A direção da CUT não queria enfrentar diretamente o novo governo eleito, mas apenas suas políticas:

“Assim, para a CUT está colocada a urgência de lutar contra as diretrizes da política econômica conservadora que está sendo implementada pelo Governo Federal. É preciso dar continuidade à mobilização, introduzindo a luta contra a miséria, a fome e contra o arrocho salarial, a inflação e a continuidade da recessão, que provocaram esse quadro de crise social, de forma combinada com a apresentação de nossa pauta, que é a pauta das ruas e da população, *em todos os espaços de negociação*.¹⁶⁹”

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁹NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. Para Onde Vai... Op. cit. Pág 64.

A CUT, então, colocava-se apenas contra a política econômica do governo, mas não contra o governo. Além disso, mantinha em sua forma de atuação a participação nos espaços de pacto social, imprimindo uma postura cada vez mais conciliadora com a ordem vigente. Um exemplo desta postura foi a proposta de “negociação ampla” do governo Itamar Franco, em julho de 1993. Surgiu como manobra do governo para desorganizar a oposição, pois planejava vetar o projeto de reajuste mensal de salário de acordo com a inflação, aprovada na Câmara. Partindo da necessidade de discutir políticas alternativas, o governo tentou ampliar a discussão para uma série de pontos, como política de renda, política fiscal, tarifas públicas e seguridade social. Entretanto, a “Agenda Brasil” foi só uma maneira de o governo ganhar tempo, e imprimir sua política.

Outra negociação ocorrida no governo Itamar foi a suposta disposição do Ministro do Trabalho, Walter Borelli, de implantação do contrato coletivo e trabalho. Ocorreram inúmeras reuniões com os sindicalistas, foram publicados pela Central diversos textos sobre o assunto. Este processo envolveu a CUT e as demais centrais sindicais durante mais de um ano. Por fim, deixou tudo de lado e decidiu demitir-se do Ministério para apresentar sua candidatura a Câmara Federal. E a CUT, apesar da traição realizada, não esboçou nenhuma reação.

E no dia 5 de abril de 1993, não mais de duzentas pessoas compareceram ao ato público, convocado pela CUT, na cidade do Rio de Janeiro, para protestar contra a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), demonstrando que a Central já não conseguia mobilizar como antes. O 1º de maio de 1993 de nada lembrou os outros primeiros de maio que a Central organizou durante sua primeira década de existência. Mesmo quando a CUT ia às ruas, sua capacidade de mobilização era a menor da última década. Ocorria, portanto, uma conjuntura ainda mais desfavorável, com forte queda das greves:

Tabela 12 - Greves no Brasil (1989-1993)

Ano	Número de Greves	Índice = 100
1989	3943	100
1990	2357	59,77
1991	1399	35,48
1992	554	14,05
1993	653	16,56

Fonte: MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. Elaboração Própria.

Como nos mostra a Tabela, ocorreu uma forte queda do número de greves no país após 1989. Se até 1989 podíamos avaliar o período enquanto de crescimento do movimento sindical e de resistência, após 1989 temos uma queda da força política do movimento sindical, e de forma correlacionada, a viabilização na prática do projeto neoliberal pelas classes dominantes. *Foi esta mudança na correlação de forças que viabilizou a concretização do projeto neoliberal no Brasil pós-1989.*

Ainda em 1993, ocorreu a 6ª Plenária Nacional da CUT, de 24 a 28 de agosto, em São Paulo, com a presença de 349 delegados (27 membros da Executiva, 240 delegados eleitos nas plenárias estaduais e 82 eleitos pelos departamentos e confederações). O texto da “Articulação Sindical” para a Plenária avaliava que o balanço de 10 anos da CUT, especialmente após o III CONCURT, abria espaço para uma nova visão estratégica, que obrigava:

“(…)articular a ação reivindicativa e de resistência com uma postura propositiva, presente na atuação das câmaras setoriais, nos conselhos de gestão dos fundos sociais, nas negociações dos povos da Amazônia, nas jornadas de luta dos trabalhadores rurais, no fórum de defesa da escola pública, nas conferências de saúde, na luta pela universalização da previdência social. Em todos esses fóruns, a CUT vem demonstrando seu papel de articulação da sociedade civil, construindo espaços onde os interesses corporativos são equacionados no interesse da classe trabalhadora”¹⁷⁰.

Para Miguel Rosseto, ex-membro da Cut pela Base, e que posteriormente viria a compor a Alternativa Sindical Socialista (ASS), o resultado político das negociações das câmaras setoriais:

“(…)tem representado um afastamento das categorias envolvidas do processo mais amplo de contestação do projeto neoliberal. Do ponto de vista de método, a CUT foi à reboque de uma posição que não passou adequadamente por seus fóruns de discussão. As câmaras não tem se prestado ao enfrentamento de conjunto com as políticas econômicas do

¹⁷⁰ “*Texto 1 – CUT 10 anos: balanço e perspectiva.*” In: CUT. Textos preparatórios para a 6ª Plenária Nacional da CUT. (1993) Mimeo

governo federal, e sim ao isolamento de categorias de ponta, em relação às demais, assim como em relação às disputas mais gerais da sociedade”¹⁷¹.

Entretanto, na deliberação vitoriosa sobre o tema da “reestruturação produtiva”, a CUT propunha enquanto saída o aumento na participação nos espaços institucionais:

“A Plenária definiu que, até o 5o Concut, a Central deverá ter diretrizes de política industrial e estratégia frente às novas formas de produção. Por isso, autorizou a CNTA/SPS a elaborar um relatório sobre as novas formas de organização da produção. A Executiva também deverá impulsionar a realização de debates sobre a participação da Central, não só nas câmaras setoriais, mas também nos fóruns institucionais (FAT, FGTS etc). A CUT deve intervir nas câmaras setoriais, contrapor suas propostas às políticas neoliberais do governo e, assim, trazer benefícios a todos os trabalhadores, tal e qual faz no setor automobilístico e naval”¹⁷².

Em 19 de maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso foi escolhido Ministro da Fazenda do Governo Itamar, e em 24 de fevereiro de 1994, o governo anunciou o Plano Real. A instituição da nova moeda era a última etapa de um grande programa de estabilização da economia que estava sendo posto em prática desde dezembro de 1993 por uma equipe de economistas da PUC-RJ. Pelas novas regras monetárias, o Real seria uma moeda forte e para isso contava com o fim da indexação, ou seja, o fim do repasse automático da inflação mensal aos salários, prestações, aluguéis e contratos em geral. Além disso, a nova moeda estava vinculada ao dólar. De fato, o plano previa que a emissão de novos reais seria possível apenas se existisse um volume equivalente de dólares no cofre do Banco Central. Ao mesmo tempo, mantinha-se o cambio elevado, chegando a marca de 1 para 1, ou seja, um dólar passou a equivaler a um real.

A manutenção de uma taxa de cambio equilibrada era garantida pelo Banco Central, com a intervenção no mercado de cambio, vendendo grande quantidade de dólares e forçando uma queda no seu valor. O funcionamento do plano dependia, portanto, da existência de grande reserva de dólares na mão do governo. Ou seja, apesar do êxito imediato do Plano Real, seu prosseguimento dependia da manutenção das reservas de dólares e isso somente seria possível pela permanência de elevadas taxas de juros no país, para atrair a circulação do capital internacional especulativo. A

¹⁷¹ “*Texto 4 – 10 anos da CUT: Balanço*”. In: CUT. Textos preparatórios para a 6ª Plenária Nacional da CUT. (1993) Mimeo

¹⁷² CUT – Resoluções da 6ª Plenária Nacional da CUT.

especulação financeira cresceu enormemente, colocando em risco a valorização monetária nacional, além da abertura de novas rodadas de importações, com o governo defendendo a “integração internacional” como forma de baixar a inflação e aumentar a eficiência da indústria nacional.

O plano Real sustentou-se através da especulação financeira e no aumento da dívida pública para a manutenção da reserva de dólares no Banco Central, e da recessão econômica. Com o aumento da competição inter-empresarial, como na abertura realizada pelo Governo Collor, a tendência era de cortes nas indústrias para sua manutenção no mercado, aumentando-se o número de falências e do desemprego. A queda da inflação acontecia então pela forte situação recessiva, com baixo crescimento da indústria, juros altos, especulação financeira e aumento da dívida pública.

Entretanto, os aspectos positivos do plano, como a queda da inflação foram sentidos de imediato, enquanto o lado negativo, como as falências e o desemprego, só seriam percebidas a médio prazo. O ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso transformou-se em figura de apoio popular, com um forte sustento midiático. Em torno de sua candidatura à presidente compôs-se uma frente de partidos, com o destaque para o PFL, vinculando o PSDB às oligarquias do Nordeste e a antigos colaboradores do regime militar. Com o sucesso do plano e o respaldo político generalizado, nas eleições de 3 de outubro de 1994, FHC foi eleito presidente da República no primeiro turno, com quase 55% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado, Lula da Silva do PT, apoiado pela CUT e a grande maioria dos movimentos sociais do país, atingiu 37% dos votos. É interessante destacar que Lula da Silva chegou a deter 42% das intenções de voto em maio de 1994, enquanto FHC detinha apenas 16%, construindo assim uma forte arrancada baseada no plano Real e no apoio em bloco das classes dominantes.

2.3 – O V CONCURTO

O ano de 1994 acumulou mudanças também no interior da CUT. As derrotas sofridas nos governos Collor e Itamar, a fraqueza da campanha contra as privatizações, o aumento do desemprego e do arrocho salarial, e a diminuição das greves, colocavam a Central em um momento difícil, agravado pelas saídas encontradas pelo seu setor majoritário. Foi então realizado, em maio de 1994, o V Congresso Nacional da CUT, reunindo 1.918 delegados representando 2.235 entidades.

Como nos lembra Marcos Ferraz¹⁷³, quando analisamos as resoluções do V CONCURT, duas questões logo nos chamam atenção: o volume do caderno de resoluções e o temário do congresso. As resoluções do V CONCURT foram distribuídas em 82 páginas, contra as 24 páginas do Congresso anterior. Além disso, no IV CONCURT os delegados discutiram 7 tópicos que foram objeto de deliberação: balanço político e organizativo da CUT, estratégia da CUT, Conjuntura Nacional e Internacional, plano de ação, estatuto da CUT, temas específicos e manifestos; em 1994, os delegados sistematizaram seus debates em dezoito tópicos e mais dois anexos: situação internacional, situação nacional, a CUT no período 1983/1993, estratégia, plataforma da CUT, ações para implementar a estratégia, política organizativa da CUT, política internacional da CUT, política nacional de formação da CUT, gestão e finanças da CUT, meio ambiente, seguridade social, criança e adolescente, formação profissional, política de comunicação da CUT, mulher trabalhadora, política anti-racista, e organização do trabalho. Podemos avaliar que esta mudança, mais do que um simples “aumento” do número de deliberações, resultou da transformação da análise da maioria da direção da CUT sobre o Estado, tendo em vista tanto o avanço neoliberal quanto as novas estratégias de consolidação do “sindicalismo cidadão”. Nesta nova perspectiva o Estado não era mais visto apenas enquanto “burguês”, sendo necessária a independência do sindicalismo em relação aos seus espaços e o combate a maioria de suas intervenções; agora, o fundamental era disputar as políticas públicas e reivindicar a necessidade do Estado organizar a economia e propor alternativas de desenvolvimento que integrem plenamente os cidadãos. Daí então a formulação de propostas em diversas áreas que, em certo sentido, extravasavam o “mundo sindical”. Estas propostas eram também defendidas pela maioria da direção cutista como base de uma nova forma de atuação do sindicalismo, o qual pretendia uma maior aproximação da CUT aos trabalhadores informais, precarizados, já que as mudanças geradas tinham reconfiguravam o perfil do mundo do trabalho:

“O capitalismo atual, ao mesmo tempo em que poupa o trabalho humano (o capital torna os seres humanos supérfluos), leva a exploração do trabalho social produtivo para além da centralidade operária e da fábrica, generalizando a luta de classes, que se estende da pesquisa ao consumo e redefine o perfil do mundo do trabalho”¹⁷⁴.

¹⁷³ FERRAZ, Marcos. *Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2005.

¹⁷⁴ CUT. *Resoluções do V Congresso Nacional da CUT (1994)*. In: *CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM*.

O V CONCUT (1994) foi realizado também numa perspectiva de comemoração dos 10 anos da Central (1983-1993), e a partir deste marco fazia um balanço do período. No ponto “A CUT no período 1983-1993”, a resolução analisava o papel decisivo que a CUT imprimiu, sendo um dos principais agentes sociais nas lutas pela democratização política e social do país. Cada vez mais na Central, e este V CONCUT faz parte desta perspectiva, ganhava força a idéia de que os primeiros dez anos foram marcados por uma política reativa, e que para enfrentar a nova conjuntura, o importante não seria apenas questionar as políticas neoliberais do governo, mas sugerir alternativas:

“Hoje é cada vez mais vital que os trabalhadores não só combatam a implantação do projeto neoliberal como também formulem suas diretrizes alternativas visando um novo Brasil, a partir da agenda de reformas estruturais que há muitos anos vem sendo construída pelos vários movimentos que compõem o campo popular e democrático.”¹⁷⁵ “

O que estava colocado, entretanto, não era apenas a construção de possíveis planos alternativos a política neoliberal, já que desde sua fundação a CUT demonstrou grande capacidade de formulação política, propondo respostas de cunho popular às crises econômicas existentes, construindo uma importante disputa de hegemonia com as classes dominantes. *A política da maioria da Direção da CUT era conceber um novo imaginário no interior da Central que legitimasse a participação nos fóruns tripartites.* Dentro deste imaginário, se destacaria a necessidade de projetos para o país, os quais teriam seu campo de disputa não mais na sociedade como um todo, organizando os trabalhadores de um ponto de vista popular, mas através da atuação nos espaços de pacto social. E sua atuação nesses espaços mantinha uma postura subordinada à política das classes dominantes, pois via a reestruturação produtiva como algo inexorável. A deliberação **“Reestruturação produtiva com desenvolvimento econômico e social”** defende a modernização da indústria brasileira, que estava “obsoleta”, tendo como centralidade a dimensão social da política industrial através da incorporação dos marginalizados:

“A busca de um novo modelo de desenvolvimento deve ter como objetivo central a incorporação plena dos trabalhadores e dos marginalizados à vida econômica e social. Para isso deve ser enfrentada a questão da reestruturação produtiva na indústria e na agricultura, tendo em vista o esgotamento, há vários anos, do aparato produtivo brasileiro e

¹⁷⁵Idem, ibidem.

a introdução, em vários setores, de novos processos e tecnologias. Como diretriz geral, a reestruturação deve pautar-se pela dimensão social da política industrial, educacional, agrícola e agrária, de pesquisa e desenvolvimento, de comércio exterior e de fortalecimento e ampliação do mercado interno, com a ampliação e a democratização das formas de produção e de apropriação dos bens e serviços produzidos”¹⁷⁶.

Além disso, era necessário estimular o crescimento econômico e a modernização através do aumento da produtividade, e estabelecer a ampliação da participação da CUT nos fóruns tripartites:

“No que se refere à questão industrial, o principal objetivo deve ser o estímulo conjunto e articulado ao crescimento econômico, ao desenvolvimento social e à *modernização produtiva, compatibilizando as necessidades da reestruturação em novas bases* com uma significativa redução das desigualdades regionais e de renda. Com isso, busca-se a incorporação dos trabalhadores e da massa de excluídos à condição plena de produtores, consumidores e cidadãos. Para isso *é preciso elevar os níveis de produtividade*, mas com base nos investimentos, principalmente públicos, em educação, em conhecimento técnico, em saúde, em tecnologia e em pesquisa; *modernizar e expandir* a infra-estrutura econômica e social (transportes, energia, telecomunicações, habitação e saneamento); e, principalmente, estabelecer formas democráticas e ampliadas de formulação e gestão de todas as políticas que atuam sobre o desenvolvimento industrial – a exemplo do que hoje está pautado nas experiências das câmaras setoriais, do Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), do Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e do Conselho Nacional de Informática (Corin).¹⁷⁷”

Destaca-se na deliberação a utilização das definições neoliberais sobre a reestruturação produtiva, assim chamada enquanto “modernização produtiva”. Ou seja, a CUT compunha sua proposta de forma subordinada aos elementos das classes dominantes, em *especial a defesa da inevitabilidade da reestruturação produtiva e da elevação da produtividade nas empresas*. O importante não seria barrar o processo de reestruturação produtiva, baseado no aumento da exploração do trabalhador, no corte dos direitos sociais e na expansão do desemprego, mas propor possíveis soluções que *amenizassem o seu impacto*.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁷ Idem. Grifos Nossos

Para José Gerônimo Brumatti, da CONTAG e da Direção Nacional da CUT, membro da Articulação Sindical, a nova postura, chamada de “sindicato cidadão”, estaria vinculada ao avanço da Central em setores que não estariam ligados às categorias profissionais:

“Hoje você tem a maior parte da sociedade que não está ligada a categorias profissionais. Então você tem que ter a preocupação de que essa parte da sociedade também esteja envolvida nos processos de discussão das propostas de políticas públicas. (...) Acho que a CUT-cidadã vem com essa proposição de além dessas categorias que você já tem, dos sindicatos, das confederações, das federações que tem acesso e que discutem, você tem que ter projeto que vai além disso e que vá discutir com a associação de moradores, com a associação de produtores rurais, de agricultores, e que vá discutir com o desempregado, que vá dialogar com a Igreja, com as comunidades, etc”¹⁷⁸.

Para Ricardo Antunes, em texto de 1993, o que ocorria de fato era a perda gradativa de uma postura anti-capitalista pela Articulação Sindical:

“Ganha cada vez mais força, dentro da Articulação Sindical, a postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em busca de uma acomodação dentro da ordem, daquilo que, dizem, é o possível. O culto à negociação, às câmaras setoriais, ao programa econômico para gerir pelo capital a sua crise, está inserido no projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social-democrática”¹⁷⁹.

2.4.1 A Política Nacional de Formação e a Formação Profissional da CUT: rumo ao sindicalismo “cidadão”

Dentre as principais mudanças forjadas no V CONCUR na perspectiva de um “sindicalismo cidadão”, temos as deliberações em torno das Políticas de Formação Sindical e de Formação Profissional. Durante a década de 1980 a CUT tinha como espaço de discussão interno da Formação Profissional a Comissão Nacional de Tecnologia e Automação (CNTA), vinculada à Secretaria de Política Sindical. Discutia-se a formulação de um projeto tecnológico alternativo para os trabalhadores, e, geralmente, criticavam-se o avanço da automação, a qual conduzia à desqualificação do trabalho¹⁸⁰. Em 1990 a Secretaria de Política Sindical e CNTA gerou a organização do seminário “Tecnologia e Organização do Trabalho: a resposta dos trabalhadores”, que

¹⁷⁸ José Gerônimo Brumatti. Entrevista concedida a Ferraz, 2003. Retirado de FERRAZ, Marcos. Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2005. Pág 100

¹⁷⁹ ANTUNES, Ricardo. A CUT entre o classismo e a social democracia. In: NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. Para Onde Vai a Cut? São Paulo: Scritta. 1993. Pág 90

no entanto avançou muito pouco sobre o papel da educação e da formação profissional na CUT. O início da construção de um programa mais detalhado em torno da formação profissional ocorreu apenas em 1991, com a criação do Grupo de Trabalho sobre Reestruturação Produtiva, ligado à Secretaria de Política Sindical e envolvendo sindicalistas e assessores principalmente do setor industrial, técnicos do Dieese e acadêmicos. Em 1992, foi constituída a Comissão de Educação, vinculada Secretaria de Políticas Sociais, envolvendo basicamente representantes das entidades cutistas da área da Educação, articulados em torno do Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação – DNTE¹⁸¹. Esta Comissão produziu, no mesmo ano, o texto “Diretrizes para uma política de Formação Profissional da CUT”: o documento, por ter sido escrito por profissionais da educação, refutava a dicotomia entre Formação Profissional e formação básica, já que a Formação Profissional deveria ser a culminância, em nível superior, do processo regular de ensino. Além disso, no texto o Estado era considerado o único responsável pela oferta da Formação Profissional, cabendo aos trabalhadores a disputa por espaços nas instancias definidoras de políticas públicas na área da Educação, fiscalizando e cobrando a realização das ações estatais. Entretanto, como nos afirma Claudia Affonso, mesmo que este texto tenha sido “encomendado” pela Direção Nacional da CUT, não necessariamente essa tinha concordância integralmente com seu conteúdo, já que:

“o texto foi redigido por Ignez Navarro de Moraes, Flávio Aguiar e Maria de Fátima Felix, representantes do ANDES-SN na Comissão (...). Destaco, como marca, o fato do texto ter nascido no seio de profissionais da educação, o que “especializa” o discurso e faz ligações com a educação regular, numa concepção que **não é automaticamente compartilhada pela Direção da Central**”¹⁸².

Existia um debate em torno a Formação Profissional, a ser vinculada à área de Educação, ou em torno das preocupações gestadas pela Reestruturação Produtiva. Segundo um dirigente que estava diretamente envolvido no debate, ocorria:

¹⁸⁰ AFFONSO, Cláudia, (2001). A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Pág138

¹⁸¹ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002. Pág 453

¹⁸² AFFONSO, Claudia. A CUT Conselheira: Tripartismo e Formação Profissional: Concepções e práticas sindicais nos anos 90. Tese-UFF. Pág 141

“um tensionamento que (...) vem de antes do processo de formulação do primeiro documento, que levou ao Congresso Nacional de 94, e que é um debate que se apresentou como sendo o pessoal da educação de um lado e o pessoal da indústria do outro. E por que se apresentou dessa maneira? Porque foi uma coisa muito curiosa de que os membros da Executiva que tinham a experiência de terem sido alunos do Senai defendiam uma visão profissional como uma política específica, enquanto que os membros da Executiva da área da educação, dos sindicatos da área de educação, defendiam, na verdade, que isso tinha que ser absorvido pelo Sistema Educacional Público, gratuito, laico, universal, etc e tal (...) O pessoal da educação tem uma visão muito externa a formação profissional, aos dilemas, aos problemas, e se tem uma premissa, mas tem pouca intervenção nessa área (...) A CUT lançou uma campanha pela educação pública, mas é uma campanha dos Sindicatos da educação, não é uma campanha dos sindicatos em geral. Então a CUT nacional acaba compondo posições, e isso se expressa nessas composições tensionais nos documentos, mas de fato, no dia-a-dia sindical isso não tem desdobramento e isso vai dificultar em grande medida que se resolva, na vida, aquilo que o texto tenta compor e evidentemente isso leva a um estranhamento entre os setores... estranhamento político, aí não tem a ver com corrente, tem a ver com práticas sindicais...”¹⁸³”

Existiam divergências no interior da CUT sobre qual rumo deveria seguir o debate sobre Formação Profissional: se a Central deveria cobrar dos Governos a realização de políticas públicas na área de educação na qual constassem a Formação Profissional, ou se a própria CUT deveria realizar cursos nesta área. Com a participação da CUT, desde 1992, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), do Ministério de Indústria Comércio e Transportes, e do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) do Ministério de Ciência e Tecnologia, na comissão de Emprego, Educação e Tecnologia, ocorreu gradativamente a vinculação da discussão em torno da Formação Profissional aos debates sobre qualidade e produtividade, aproximando-se, assim, do “pessoal da indústria”, em detrimento do “pessoal da educação”. Esta contradição existente no interior gerava também, em suas deliberações, textos confusos ou mesmo incoerentes, em certo sentido. Na resolução “Formação Profissional” deste V CONCUR, que pela primeira vez definiu a posição da CUT sobre o tema, a Formação Profissional é vista como:

¹⁸³LIMA, Almerico (1999), Rumo ao Sindicato Cidadão? – Qualificação Profissional e Políticas Públicas em Tempos de Reestruturação Produtiva, Salvador, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/UFBa. Pág 199 Retirado de OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002. pág 454

“parte de um projeto global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como exercício de uma concepção radical de cidadania. A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou como mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos.¹⁸⁴”

Além disso, em consonância com esta concepção, a Central não se via enquanto executora de Programas de Formação Profissional, mas enquanto fiscalizadora:

“Isso significa que a formação profissional deve estar submetida ao controle direto do Estado e que os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento e da avaliação das políticas e dos programas de formação profissional.¹⁸⁵”

No mais, a Formação Profissional seria um patrimônio social e deveria, portanto, estar diretamente vinculada ao sistema regular de ensino:

“A formação profissional é patrimônio social e deve ser colocada sob a responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino, na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional brasileiro. Pública e gratuita com o Estado assumindo as suas responsabilidades, porém com a efetiva participação da sociedade na sua gestão pedagógica e administrativa”¹⁸⁶.

Entretanto, no que tange aos sindicatos que executam cursos de formação profissional que são filiados à CUT, esta não tem uma postura de condenação, ou mesmo crítica. Para ela o importante seria:

“Avaliar as experiências de formação profissional realizadas em sindicatos filiados à CUT na perspectiva de subsidiar a vinculação entre educação e trabalho.¹⁸⁷”

Ou seja, no V CONCURT, ao mesmo tempo em que a CUT colocou-se na defesa de uma formação profissional financiada através de fundos públicos e executada pelo Estado, não condena diretamente que sindicatos de sua base realizassem cursos de

¹⁸⁴ CUT. Resoluções do V CONCURT (1994). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*.

formação profissional. É importante destacar que muitos sindicatos que realizavam estes cursos tinham seu aparato burocrático vinculado às políticas corporativistas, tanto da Era Vargas quanto da Ditadura Militar, não rompendo totalmente com o passado burocrático, mesmo com a mudança de sua direção política. Para Almerico Lima, esta deliberação foi interpretada como uma legitimação, por parte da Direção da CUT, de que os sindicatos e ela filiados realizassem atividades de Formação Profissional:

“Para os sindicatos do setor privado (particularmente metalúrgicos e bancários), a resolução do V CONCURTO, serviu como um ‘sinal verde’, para que se sentissem ‘autorizados’ em prosseguir nas suas experiências em qualificação profissional. Estas experiências estavam acontecendo de forma tímida, principalmente pela pressão das bases, tendo, como já assinalamos, a ausência de formulação levado diversos sindicatos cutistas a procurarem o que conheciam em termos de qualificação profissional: o sistema S. Os dirigentes não estavam, entretanto, satisfeitos com esta prática, e com o aprofundamento da discussão, inclusive com a divulgação da experiência internacional e das escolas de trabalhadores, ficava patente a fragilidade e a falta de autonomia com que se tratava uma questão considerada cada vez mais importante”¹⁸⁸.

Dessa forma, muito do “novo sindicalismo” ainda convivia com o “velho”, o qual era visto enquanto uma prática sindical institucionalizada e burocratizante. É necessário também frisar que, de um ponto de vista geral, as deliberações no que tangem a “Formação Profissional” do V CONCURTO têm uma ênfase maior na ação institucional relacionada à ocupação dos espaços nos fóruns tripartites, em comparação com períodos anteriores.

Em relação à Política Nacional de Formação, o V CONCURTO também teve uma resolução específica sobre o tema, o qual deliberou uma nova estrutura de organização, assim dividida:

a) Estruturas

A organização convencional das atividades de formação ficaram a cargo das seguintes instâncias:

- Secretaria Nacional de Formação (SNF)
- Secretarias Estaduais de Formação (SEF's)
- Secretarias Regionais de Formação (SRF's)
- Departamentos/Federações e Confederações
- Sindicatos
- Escolas de Formação

¹⁸⁸LIMA, Almerico (1999), Rumo ao ... Op. Cit. Pág 462

b) Fóruns de decisão

Naquele período os rumos da PNF eram definidos pelo Congresso e Plenárias Nacionais, Direção Nacional e Executiva Nacional, em ordem decrescente de importância. A partir daí as decisões cabem a fóruns específicos da área de formação:

- Encontros Nacionais de Formação (ENAFOR)
- Coletivo Nacional de Formação (CONAFOR)
- Coordenações Nacionais dos Programas de Formação
-

Ainda no eixo de “Política Nacional de Formação da CUT”, temos o esquecimento da referência a uma formação classista e anticapitalista, que tenha como objetivo o entendimento da organização da exploração na sociedade e a possibilidade de sua superação. Os termos “classe”, “anticapitalismo”, “socialismo”, não são sequer citados. O necessário seria superar “a visão de sindicato como “correia de transmissão”, praticar a autonomia como um valor permanente e situar a CUT como sujeito estratégico na sociedade,[sendo assim] fundamental uma política de formação própria, orgânica e com capacidade metodológica crítica.¹⁸⁹” Esta “política de formação própria” estaria vinculada às diretrizes no documento “Um balanço de 6 anos da PNF-CUT no aniversário de 10 anos da CUT”. Mais um entre os documentos produzidos pela Central para o balanço de sua atuação, o documento reivindicava a necessidade de se forjar um “novo cutista”:

“Qualificando um novo cutista - Necessitamos, para assumirmos a responsabilidade histórica que em nós está depositada, de pessoas com compreensão não só do projeto ideológico-político-sindical da CUT, mas que também sejam competentes em suas áreas de atuação específica, organização, economia, política industrial, formação, comunicação, negociação, finanças, educação, etc. Para qualificação desse “novo” sujeito histórico que a CUT está pondo em cena, é fundamental, mas insuficiente, a sua experiência de luta”¹⁹⁰.

Adicionalmente, no ponto “Princípios e papel da Política Nacional de Formação”, do mesmo eixo, temos:

¹⁸⁹CUT. Resoluções do V CONCUR (1994). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

¹⁹⁰ CUT. Um balanço de 6 anos da PNF-CUT no aniversário de 10 anos da CUT. Pág 4

“A Política Nacional de Formação, desde seus debates iniciais em 1987, sempre se colocou como uma política estruturada para atender as necessidades político-organizativas da CUT; afirmou-se como espaço de reflexão e capacitação crítica, espaço de debate pluralista do projeto da CUT em construção, de seus avanços, obstáculos, indefinições e desafios. A experiência da Política Nacional de Formação reflete a identidade da CUT, onde os trabalhadores são sujeitos da construção e da reconstrução permanentes do projeto sindical cutista..¹⁹¹”

Este ponto deflagra algumas características importantes da avaliação da formação sindical cutista no período. Em primeiro lugar, defende-se que os debates iniciais da Política Nacional de Formação deram-se em 1987, ou seja, *tenta-se apagar da memória da CUT o período anterior a ocupação desta secretaria pela “Articulação Sindical”*. Como já vimos, o período de 1984-1986 é extremamente rico no que tange a organização da formação político-sindical cutista, sendo a tentativa de apagá-lo um sintoma da mudança de rumos ocorrida no período posterior. Em segundo, o texto faz diversas referências ao “projeto sindical cutista”, oriundo de um espaço de “reflexão e capacitação crítica”. *Nesse momento foram deixados de lado os princípios do estatuto da CUT, a qual deveria ser classista, de luta, de massa, uma CUT anticapitalista, para nortear a formação no “projeto sindical cutista”*. Este “projeto sindical cutista” teria que ser constituído através de novas propostas, pois

“as práticas reativas e reivindicativas que representaram um avanço na estratégia da Central nos anos 80 não são mais suficientes para o embate contra os representantes do capital no anos 90. (...) É neste contexto que se encontram os desafios para a implantação de um projeto sindical que extrapole a cultura economicista da ação sindical vigente, apontando uma prática que combine ações mobilizadoras nos campos sindical e institucional, tendo como um dos seus principais eixos o pleno direito do *exercício da cidadania*”¹⁹².

Ou seja, o eixo político que norteava a consolidação das mudanças de rumo da formação político-sindical da CUT, foi a substituição da *luta classista* pelo *exercício da cidadania*. A nova formação cutista colocava-se, portanto, em prol da constituição de instrumentos que viabilizem uma nova Central, com outro pano de fundo enquanto concepção. A formação da CUT perdia seu caráter político-sindical, para tornar-se apenas sindical-instrumental, voltada para as demandas cotidianas das direções na organização dos sindicatos, convertendo seu objetivo estratégico de superação da ordem capitalista em uma disputa de rumos para outros modelos de

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

¹⁹² CUT. Plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação da CUT (1994).

desenvolvimento. Uma demonstração clara dessa mudança de eixo é a grande queda que ocorreu na realização dos cursos de “Concepção, Estrutura e Prática Sindical” (CEPS), “carro chefe” da formação geral/política da PNF, entre o IV e o V CONCURSOS:

Tabela 13 - *Número de Participantes do CEPS no âmbito das atividades da Política Nacional de Formação da CUT (1990-1993)*

Ano	Número de Participantes no CEPS	Índice
1990	855	100
1991	674	78
1992	259	30
1993	143	16

Fonte: CUT. Plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação da CUT(1995).
Elaboração própria.

Após o V CONCURSO, com uma nova Secretaria Nacional de Formação eleita, ocorreram mudanças na concepção dos seus programas. A partir de então a formação sindical cutista deixou de ser balizada pelos programas de formação e passou a ser fundada naquilo que foi denominado de “Núcleos Temáticos”. No 9º ENAFOR, indicaram-se problemas na estrutura dos programas, trazendo como forma de viabilizar uma nova estratégia de formação a criação de Núcleos Temáticos. Este Núcleos

“se propõem como espaços de estudo, pesquisa e reflexão, elaboração e sistematização de conteúdos, constituídos enquanto instrumentos da PNF, que se organizam a partir de eixos temáticos-problemáticos relacionados com o projeto da CUT e sua Política Nacional de Formação. Se definem por recorte de temas (em torno dos quais orbitam, por afinidade, vários sub-temas) que de algum modo se constituem, para os sujeitos políticos da CUT e da PNF, (...) como desafios suscitados no próprio cotidiano da prática sindical cutista”¹⁹³.

Como podemos verificar, os Núcleos Temáticos, principais bases de uma nova política de formação, não tem finalidade de executar atividades de formação, mas construir novos objetivos para estas. Um espaço de elaboração de propostas para remodelagem da formação sindical cutista.

¹⁹³ CUT. Plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação da CUT (1995).

Assim, até 1994 a discussão em torno da Formação Profissional estava mais ligada ao campo das “Políticas Sociais” da CUT, em especial no terreno da Educação, do que em relação à Secretaria Nacional de Formação. Entretanto, o V CONCURTO tornou-se um marco na mudança desta política, já que para além da legitimação dada à execução de cursos de Formação Profissional, a partir deste Congresso foi a concepção de Formação Profissional da Confederação Nacional dos Metalúrgicos que se tornou hegemônica na CUT. Como nos afirma José Santos de Souza:

“(...)na realidade, tratava-se apenas de uma transição imposta pela ameaça do desemprego, que desloca o eixo central do debate educacional do campo político – educação básica para garantir a “cidadania plena” – para o campo econômico – educação profissional para a garantia de emprego e renda. Não é à toa que, a partir desta época, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) passou a dar a direção ao debate educacional no interior da CUT, enquanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) manteve-se ocupada com suas lutas imediatas por melhores salários. **O que ocorreu, na prática, é que o projeto de formação profissional da CNM acabou se transformando no modelo político-pedagógico da CUT**”¹⁹⁴.

Podemos avaliar, portanto, que as mudanças ocorridas na formação político-sindical da CUT, no período de 1987-1994 deram-se devido a diversos fatores de ordem interna, sendo os mais notáveis:

1) *Mudança de linha política na Secretaria Nacional de Formação.*: Com a eleição de Jorge Lorenzetti no final de 1986, o qual era ligado ao campo “Articulação Sindical”, a linha da política de formação da Central foi substancialmente modificada. A Secretária anterior, Ana Lúcia, era proveniente da base sindical, e não tinha nenhum vínculo político-partidário: seu mandato a frente da SNF foi marcado pela preocupação em uma formação ampla e densa, de cunho classista e anticapitalista. A estabilidade da SNF com o comando de Jorge, que ficou no cargo por 8 anos, possibilitou que a “Articulação Sindical” ditasse quase que exclusivamente os rumos da política de formação da CUT no período. Ou seja, a Secretaria Nacional de Formação tinha uma

¹⁹⁴ SOUZA, José dos Santos. “*Trabalho, Qualificação e Ação Sindical no Brasil no Limiar do Século XXI: disputa de hegemonia ou consentimento ativo?*” Doutorado em Sociologia. UNICAMP, 2005. pág 58. “A propósito, essa mesma tendência ocorre no âmbito da aparelhagem estatal no mesmo período. No primeiro governo FHC, o Ministério do Trabalho assume para si a política de educação profissional, que antes era gestada pelo Ministério da Educação”.

espécie de “blindagem” no que tange as disputas ocorridas no âmbito da Central, sendo por esta pouco influenciada.

2) *Entrada das Escolas conveniadas para a estrutura interna da CUT.*

Após 1987 as Escolas de Formação que construíam convênios com a CUT, vão tornando-se gradativamente orgânicas, aumentando a estrutura da política de formação cutista, como também o poder de influência da SNF nos seus rumos. As primeiras Escolas, como o Instituto Cajamar, foram criadas por fora da estrutura da Central, e em grande medida tinham influência direta da “Articulação Sindical”. No momento em que este campo político tornou-se dirigente da Secretaria, as Escolas foram se tornando orgânicas da CUT, o que fortaleceu ainda mais a concepção de formação sindical da “Articulação Sindical”.

3) *A mudança do eixo político estratégico da CUT, da luta classista para o exercício da cidadania.* No V CONCURT, em 1994, consolida-se uma nova concepção dos objetivos gerais da Central. Para seu setor dirigente, era necessário superar uma visão “sectária” e extremamente “operária” de Central, pois era preciso dialogar com o resto da sociedade, disputando sua hegemonia em todos os segmentos. Dessa forma, a CUT, para consolidar este novo viés, tinha que superar a concepção de uma *Central operária*, para tornar-se uma *Central cidadã*, a qual deveria lutar pela ampliação de direitos e por uma cidadania plena para todos.

Nesse sentido, temos no período a transição de uma formação político-sindical de cunho classista, para uma sindical-instrumental pautada pelo exercício da cidadania plena. Ocorreu um aprofundamento dessa perspectiva com a eleição de uma nova Secretária para a SNF em 1994, como também mudanças importantes, sendo a principal delas *o início do processo de subordinação da política de formação sindical-instrumental a formação profissional.*

Para esta nova postura da CUT, baseada na atuação nos espaços de pacto-social, a Central deveria garantir uma nova direção que viabilizasse esta concepção política. Em junho de 1994, a CUT participava de 16 conselhos tripartites organizados pelo Governo Federal, dentre eles o Conselho Nacional do Trabalho, Conselho Nacional da Assistência Social, Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, Conselho Nacional de Previdência Social, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, entre outros. Para a Presidência da CUT, então, foi eleito Vicente de Paulo da Silva, o “Vicentinho”.

Desde 1991, por ter colocado o sindicato que atuava fora da greve geral, Vicentinho passou a receber elogios da grande imprensa e de algumas lideranças patronais, interessadas em pressionar a CUT para uma atuação moderada¹⁹⁵. Nos meses posteriores a greve geral, Vicentinho procurou se diferenciar no interior da Central, pregando uma linha mais conciliadora, tendo como interlocutor a mídia grande, a qual tratou de promovê-lo, elogiando sua “visão moderna”. No IV CONCUR, devido à crise na votação da proporcionalidade qualificada, Vicentinho ameaçou publicamente rachar a Central, se as correntes de oposição insistissem em contestar a votação ocorrida. Quando foi então eleito presidente, Vicentinho procurou remover o foco de tensão entre a CUT e o Governo, a qual tinha como ponto central as lutas contra as privatizações.

A chapa que elegeu Vicentinho foi única, tendo em vista a busca de certa unidade no interior da CUT para superação dos traumas que deixaram o IV Congresso. Dentro da Chapa eleita, a composição entre as correntes sindicais deu-se da seguinte forma:

Tabela 14 - *Composição da Chapa Eleita ao V CONCUR – Membros da Executiva Nacional*

Correntes Sindicais	Efetivos	Suplentes
Articulação Sindical, Unidade Sindical (PPS)	14	4
Fórum do Interior, DS	2	2
Corrente Sindical Classista (PC do B)	4	0
PSTU-Convergência Socialista, PLP e outros	2	2
O Trabalho, TM e Força Socialista	1	0

Neste V CONCUR ocorreu também a eleição de uma nova Secretaria Nacional de Formação, tendo agora a frente Mônica Valente, psicóloga e militante do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Público de Saúde do Estado de São Paulo. É o

¹⁹⁵ BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999. Pág. 178

fim da participação de Jorge Lorenzetti a frente da SNF, na qual esteve durante 8 anos (1986-1994).

3. A CUT social-liberal e a hegemonia capitalista (1995-2000)

Em 1995 temos a posse de FHC enquanto Presidente da República. Como nos diz Décio Saes:

“O atual governo brasileiro resultou da vitória eleitoral em 1994 de uma ampla frente única conservadora, da qual participavam: a) os segmentos diversos (na sua maioria, porém não na sua totalidade) das classes dominantes; b) a maioria da classe média; c) um contingente importante das classes populares. Essa frente política apresentava um duplo aspecto. De um lado, era orientada pelo objetivo principal de derrotar eleitoralmente a esquerda. De outro lado, era dirigida pela corrente política neoliberal; tal corrente exercia a hegemonia no seio da frente política conservadora, o que significa que a aglutinação de todos os setores conservadores – burgueses, pequeno-burgueses ou populares – da sociedade capitalista brasileira, com vistas a derrotar eleitoralmente a esquerda, fazia-se em torno do programa político neoliberal.¹⁹⁶”

A aplicação do ajuste neoliberal tinha relação direta com a vitória de FHC nas eleições de 1994, como também com as mudanças mais gerais ocorridas na passagem da década de 1980 para 1990. Não podemos menosprezar que o Brasil vivia na década de 1990, em consonância com o resto do mundo, um novo momento no que tange as lutas dos trabalhadores. As mudanças que ocorreram apenas tiveram viabilidade devido à nova conjuntura: foram as condições históricas gerais do período que viabilizaram a ofensiva das classes dominantes através do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Podemos delimitar algumas dessas condições, como: 1) o novo cenário internacional forjado pela crise na queda da taxa de lucro na primeira metade de década de 1970 e suas conseqüências, como citamos no capítulo anterior. 2) o processo de mundialização do capital, que tendeu a projetar nas filiais das corporações transnacionais novas estratégias de produção, também denominadas por alguns de “acumulação flexível”¹⁹⁷. 3) A crise do movimento socialista e revolucionário no Brasil, decorrente por um lado, das derrotas políticas do PT (e da CUT) nas eleições de 1989 e 1994, e por outro, do declínio do prestígio da União Soviética que culminou com a queda do muro de Berlim.

¹⁹⁶SAES, Décio. República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Boitempo: 2001. Pág 85.

¹⁹⁷

A ofensiva do capital no terreno da produção, também denominada reestruturação produtiva, aproveitava-se da situação de descenso das lutas das classes subalternas para realizar uma nova hegemonia, aumentando o controle sobre os trabalhadores¹⁹⁸. Quais seriam as características da reestruturação produtiva no caso brasileiro?

Como nos afirma Segundo Paulo Sergio Tumolo¹⁹⁹, nos últimos anos, o mercado bibliográfico tem sido inundado por uma literatura abundante a respeito das transformações produtivas que vêm ocorrendo em escala global. Contudo, é necessário reconhecer que, mesmo assim, o conhecimento desse fenômeno no Brasil é ainda insatisfatória.

Em primeiro lugar, entre as áreas que mais abrangem o fenômeno estudado, não se encontra a história: sociologia (mais especificamente a sociologia do trabalho), economia do trabalho, economia política, administração de empresas, educação e trabalho e engenharia são os campos do conhecimento que mais produzem pesquisas sobre a reestruturação produtiva. Em segundo, temos que ter clareza que este é um fenômeno relativamente novo, que começa sua difusão em meados dos anos 1970, e somente na década de 1980 observa-se uma maior proliferação de pesquisas sobre o processo de trabalho e modificações ocorridas através da reestruturação produtiva. Em terceiro, mesmo com o aumento das pesquisas sobre o assunto, não chegamos ainda a grandes consensos, ou obras de síntese. No que tange a forma da reestruturação produtiva no Brasil, o grande consenso é o “dissenso”: aqui a marca é uma “heterogeneidade generalizada”, que dificulta o estabelecimento de comparações e conexões. Devido à maioria dos trabalhos centrarem-se nos estudos de caso, são poucos aqueles que constroem uma análise que dê conta das tendências gerais, ou, pelo menos, que defina melhor a articulação dos casos isolados com os processos mais amplos. No geral, os estudos não passam de relatos descritivos das transformações por que passam as empresas pesquisadas.

No que tange as relações de trabalho e as organizações sindicais, praticamente todas as pesquisas apontam a ocorrência da intensificação do ritmo de trabalho e a diminuição de postos, o aumento do controle social correlacionado com a repressão à ação sindical combativa, como também mecanismos de “participação subordinada” dos trabalhadores em certas áreas de organização e decisão das empresas,

¹⁹⁸ ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2000. Pág 185

¹⁹⁹ TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação Produtiva no Brasil. Um balanço crítico Introdutório da produção bibliográfica. Educação e Sociedade, São Paulo, ano XXII, no 77, dezembro 2001.

em geral relacionadas à segurança do trabalho e recursos humanos/recrutamento de pessoal. Existe, por parte das empresas, uma política de fomento do sindicalismo de resultados como contraposição ao sindicalismo combativo.

Dentro desse panorama, Ricardo Antunes foi um dos precursores do estudo do processo de reestruturação produtiva no Brasil. Em seu livro “Adeus ao Trabalho?”, constrói um panorama da produção acadêmica sobre o assunto, criticando as concepções que, no calor dos acontecimentos, acabaram por sobrevalorizar as modificações ocorridas no processo produtivo. No âmbito mais geral, seu livro é um questionamento as teses gerais de outro autor, André Gorz, que em 1980 publica “Adeus ao Proletariado”. Nele o sociólogo francês defende que, devido à tendência de redução do operariado industrial nas sociedades capitalistas avançadas, estaríamos em um momento de declínio do proletariado. Um ensaio tão instigante quanto problemático, o qual teve grande repercussão, em especial por tentar questionar, na raiz, a possibilidade de revolução do trabalho.

Para Antunes, a partir de 1980 presenciamos, em especial nos países centrais, profundas transformações do trabalho, em especial nas suas formas de inserção na estrutura produtiva. Entretanto, o que se denomina por reestruturação produtiva não solapou o mecanismo fundamental de reprodução do capital, que é a extração de mais-valia, mas reorganizou-a sob novas bases. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção de capital. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise do último século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou sua forma de ser.

Nesse sentido, os traços básicos da reestruturação produtiva, que o autor prefere caracterizar mais especificamente como *toyotismo*, é a existência de uma produção variada, em contraposição a produção em massa e em série do fordismo. Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no menor tempo possível, é necessário que a produção se sustente num processo produtivo “flexível”, que permita um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas na Toyota). Do mesmo modo, o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo. Entretanto, só é possível uma produção “flexível”, se também os direitos trabalhistas foram “flexibilizados”, de modo a dispor da força de

trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor e seu aumento de demanda. Estrutura-se a produção a partir do menor número possível de trabalhadores, ampliando-os necessariamente através de horas extras, contratos temporários ou subcontratação. Mas, como no diz Ricardo Antunes:

“Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão mercadoria que resultam da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante.”²⁰⁰

Edmundo Dias, em seu texto “Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes”²⁰¹ defende um conceito ampliado de reestruturação produtiva. Para o autor a gestão do processo produtivo nada mais é do que a forma condensada da política das classes dominantes. Condensada porque impõe, no processo de trabalho, a desigualdade real existente, mantendo os laços de subordinação/exploração. Nesse sentido, busca eliminar a possibilidade autônoma do trabalhador coletivo, pois ele mesmo pode propiciar a recusa ao capitalismo. A reestruturação produtiva, “contrariamente às análises dominantes, não é um conjunto de técnicas de gestão e de produção mas, fundamentalmente, um modo de vida. Mais que propaganda ela é condição do domínio do capital, uma ideologia construidora do real”²⁰². É a fórmula privilegiada de resposta capitalista à sua crise, a qual necessita, conjuntamente, limitar cada vez mais os direitos sociais e os gastos estatais. De uma democracia que antes, na época “social-democrata”, incluía os trabalhadores relativamente, hoje é revelada a quase nula possibilidade de acesso real ao mundo da política e do bem estar social, quando não abertamente à pura sobrevivência. Para Edmundo dias, portanto, não podemos descolar o mundo da fábrica daquele que o engendra. Parafraseando Gramsci, “a hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”²⁰³.

²⁰⁰ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995. Pág 84

²⁰¹ DIAS, Edmundo. “Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes” in: Outubro, No 1.

²⁰² Id, ibidem. Pág. 52

²⁰³ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, A Política e o Estado Moderno. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Pág. 381.

Francisco José Teixeira²⁰⁴ vai também por este caminho. Para o autor, temos que ter como objetivo central a delimitação dos marcos teóricos da reestruturação produtiva. Partindo essencialmente de Marx, pretende-se fazer uma crítica a diversas visões, como as dos famosos teóricos da reestruturação produtiva, representados por Alvin Tofler e Peter Drucker, daqueles que defendem o fim do capitalismo e da teoria do valor, como Habermas e Giannotti, ou mesmo os teóricos da Escola da Regulação, como Aglietta. Para ele, ao contrário do que imaginam Habermas e Giannotti, as transformações por que passa o modo de produção capitalista caminham na direção de uma racionalização brutal do trabalho vivo, enquanto fonte produtora de valor. Neste sentido, a cientifização dos processos de produção não dispensou o trabalho vivo, enquanto fonte de produção de riqueza. A nova forma de organização do trabalho, como também a terceirização, repõem, em novas bases, as leis de circulação simples de mercadorias; uma reposição de formas antigas de pagamento que foram dominantes nos primórdios do capitalismo e até mesmo na época do apogeu da grande indústria: a forma transfigurada do salário por peça, como meio de pagamento que serviu de alavanca para o prolongamento do tempo de trabalho e rebaixamento dos salários, no período de crescimento que se estendeu entre 1797 e 1815. Nessa reorganização da produção, trabalhador torna-se, ele próprio, uma fonte potencializada de auto-exploração. Visto que seu salário depende da quantidade de mercadorias produzidas por unidade de tempo, é de seu interesse aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível. Este seria o mecanismo fundamental da radicalização do trabalho abstrato na sociedade contemporânea.

Cláudio Katz, em seu texto “Evolução e Crise do Processo de Trabalho”²⁰⁵, tem uma visão bem crítica em relação as conclusões que chegaram a maioria das pesquisas no âmbito da reestruturação produtiva, e mais especificamente, no toyotismo. Para ele, não houve uma grande mudança, de um suposto taylorismo despótico, coercitivo e repetitivo para formas voluntárias, “qualificadoras” e gratificantes de trabalho no toyotismo. Não é casual que Ohno – o teórico mais citado do toyotismo – seja um declarado admirador de Taylor. Para o Katz, o sistema fabril do

²⁰⁴ TEIXEIRA, Francisco José Soares. “Modernidade e crise: reestruturação produtiva ou fim do capitalismo?” In: Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho. Cortez Editora, Ceará, 1998.

²⁰⁵ KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy e COGGIOLA, Osvaldo. Novas Tecnologias – Crítica da atual Reestruturação Produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

pós-guerra que se ergueu no Japão recriou formas primitivas do taylorismo norte-americano, pois

“a essência do taylorismo não é o caráter repetitivo das tarefas mas o controle patronal do processo de trabalho, e este traço é dominante na produção japonesa. Sob o toyotismo, a fabricação baseada no “tempo compartilhado” pelo grupo implica um controle gerencial sobre tempos e movimentos tão intenso como a designação fragmentária individual de tarefas.”²⁰⁶

As peculiaridades do toyotismo não inauguram uma época pós-taylorista, pois preservam ou reforçam o controle patronal. Ou seja, para Katz, sem a destruição dos sindicatos por categoria e sua substituição por organizações debilitadas e circunscritas ao âmbito de cada empresa, muitas vezes pactuadas com a direção patronal, as inovações da reestruturação produtiva não teriam ido adiante.

Com o choque de competitividade imposto pelas políticas neoliberais nos anos 1990, o processo de reestruturação produtiva ganhou impulso, efetivando-se através de formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores.

No que tange ao Brasil, são poucos os textos que avaliam o processo de reestruturação produtiva de forma específica. Como nos dias Antunes, em outro texto de sua autoria que remete as características existentes em nosso país:

“A flexibilização e a desregulamentação dos direitos do trabalho, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, indicando que o se o fordismo parece ainda dominante em vários ramos produtivos e de serviços, quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, ele cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, conseqüência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e estão sendo fortemente assimiladas no setor produtivo brasileiro. Se é verdade que a baixa remuneração da força de trabalho – que se caracteriza como elemento de atração para o fluxo de capital externo produtivo em nosso país – pode se constituir, em alguma medida, como elemento obstaculizador para o avanço tecnológico nestes ramos produtivos, devemos acrescentar, por outro lado, que a combinação obtida através da superexploração da força de trabalho com padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, vem se constituindo como um traço

²⁰⁶ Idem, *ibidem*. Pág 35.

constitutivo e marcante do capitalismo implantado em nosso país. Para os capitais nacionais e transnacionais produtivos interessa a mescla entre força de trabalho "qualificada", "polivalente", multifuncional", apta para operar com os equipamentos informacionais, articulando com salários bastante reduzidos, sub-remunerados, em patamares muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores nas economias avançadas e em condições de trabalho amplamente flexibilizadas²⁰⁷.

Este amplo processo de mudanças ocorridas no mundo do trabalho relacionava-se diretamente com as políticas de Estado e com transformações na forma de atuação de diversos agentes sociais, e tinham impactos marcantes na passagem da década de 1980 para a primeira metade da década de 1990. Se na década de 1980 a renda apropriada pelos 50% mais pobres no Brasil era correspondente a 14% da renda nacional, a média em 1996 caiu para apenas 12%²⁰⁸; entre 1985 e 1989 o tempo médio em que os desempregados procuravam emprego era de dezessete semanas por ano, entre 1990 e 1995 esse período passou para 22 semanas²⁰⁹. Na grande São Paulo, a taxa média de desemprego total entre 1985 e 1989 era de 9,8%, a qual subiu para 13,2% no período entre 1990 e 1995²¹⁰. Além disso, temos o forte crescimento do mercado informal e do subemprego, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 16 - *Crescimento do mercado informal de trabalho no Brasil (1990-1995)*

	Trabalhadores por conta própria	Trabalhadores não remunerados	Trabalhadores empregados sem carteira assinada	Trabalhadores empregados com carteira assinada
1990	14.000.000	4.900.000	13.800.000	23.500.000
1995	15.700.000	6.900.000	15.500.000	20.600.000
Variação	+12,1%	+40,8%	+12%	-12,4%

Fonte: BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999. Pág 94. Elaboração Própria.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso através de diversas medidas tinha enquanto objetivo aprofundar a agenda neoliberal no Brasil, implementando

²⁰⁷ ANTUNES, Ricardo. As formas Diferenciadas da Reestruturação Produtiva no Brasil. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004.

²⁰⁸ BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999. Pág 101.

²⁰⁹ Idem, ibidem. Pág 91

²¹⁰ Idem, ibidem. Pág 91

mudanças que caminhavam nessa direção. Sua postura era assumir no parlamento a defesa de uma ampla reforma constitucional que quebrava os monopólios estatais, a contra-reforma em torno da Previdência social e da Administração Pública, e a abertura da economia nacional ao capital internacional através da assinatura de diversos protocolos com a Organização Mundial do Comércio, expandindo a participação dos bancos e empresas estrangeiras no país²¹¹. Assim, esse novo ciclo impôs novas bases materiais da hegemonia do capital, especialmente no campo da produção pelo aumento da competição inter-empresarial, forjando a necessidade de criação de novos métodos, novas tecnologias e novos tipos de controle sobre o processo de trabalho²¹².

Como estas transformações influenciaram a indústria metalúrgica do ABC Paulista, berço de fundação da CUT? As políticas adotadas pelos sindicalistas cutistas frearam a tendência mais geral de enfraquecimento dos trabalhadores, ou ao contrário, debilitaram ainda mais a classe? Um balanço importante que nos ajuda a responder estas questões se expressa nos resultados do acordo das montadoras, já que este era colocado enquanto exemplo da necessidade da CUT “modificar sua atuação devido aos novos tempos”. Apesar de não ter sido diretamente conduzido pela CUT, o acordo das montadoras teve a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, um dos sindicatos que mais influenciavam a direção da Central. Vicentinho, o novo presidente da CUT eleito no V CONCUR em 1994, foi presidente daquele sindicato entre 1987 e 1993 e Presidente fundador do sindicato unificado dos metalúrgicos do ABC no mesmo ano. Em primeiro lugar, podemos analisar as flutuações no faturamento do Setor automotivo:

Tabela 17 – Faturamento *Líquido do Setor Automotivo no Brasil (1989-1994)*

²¹¹ SAES, Décio. República do Capital... Op. cit. Pág 85.

²¹² ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo... Op. cit.. Pág 185

	Automóveis	Autopeças (US\$ milhões)	Máquinas Agrícolas	Total
1989	11.381.196	15.544	2.522.856	29.448.052
1990	8.486.949	12.244	1.539.308	22.270.257
1991	8.723.709	9.848	1.388.946	19.960.635
1992	10.834.280	10.122	1.511.862	22.468.142
1993	12.551.751	13.222	1.477.879	27.251.630
1994	15.256.006	14.800	2.100.729	32.156.735

Fonte: GALVÃO, Andréia. Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Campinas, IFCH, Unicamp, 1996. Pág 112

Como nos mostra a tabela, houve o crescimento do faturamento líquido do setor automotivo em cerca de 60% entre 1991 e 1994, sendo que o segmento das indústrias de automóvel cresceu quase 75%, e os segmentos de autopeças e máquinas agrícolas, 51%. Este crescimento do faturamento foi resultado do aumento da produção e das vendas, no mesmo período, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 18 - *Meta e Realização da produção de Automóveis (1991-1995)*

Ano	Meta	Resultado
1991	-	960.219
1992	-	1.073.861
1993	1.200.000	1.391.435
1994	1.350.000	1.581.389

1995	1.500.000	1.635.541
------	-----------	-----------

Fonte: GALVÃO, Andréia. Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Campinas, IFCH, Unicamp, 1996. Pág 117

Ocorreu então um crescimento de 70,33% no número de veículos produzidos no Brasil no período em questão. Além disso, ocorreu a diminuição dos empregos no conjunto dos metalúrgicos do ABC em 13,19% entre 1989 e 1995, como também a produtividade por veículos passou de 8,8 veículos por trabalhador em 1991 para 14,8 em 1994. Para Andréia Galvão²¹³, os objetivos que mais interessavam aos trabalhadores, como o aumento de 4 mil postos de trabalho nas montadoras, de 90 mil em toda a cadeia e recuperar os salário com aumento real de 20% entre abril de 1993 e abril de 1995 não foram cumpridos, enquanto os interesses dos capitalistas foram largamente contemplados, superando inclusive todas as expectativas. Com todos esses resultados, e com a queda de -44,2% do salário real entre 1990 e abril de 1995 entre os trabalhadores das montadoras, e -46,3% no setor de autopeças, a avaliação dos metalúrgicos do ABC era de quem ganhou com o acordo foram o Governo e os Empresários, e não os trabalhadores. Para eles, quem mais ganhou com o acordo da câmara automotiva foram os empresários (95%) e Governo (80,7%); apenas 40% dos metalúrgicos do ABC acreditavam que os trabalhadores também ganharam com o pacto estabelecido. Na categoria dos metalúrgicos como um todo a porcentagem de trabalhadores que acreditava que o pacto das montadoras rendeu frutos aos metalúrgicos foi ainda menor: 23,3%²¹⁴.

Para além da política econômica baseada no Plano Real, que previa corte de gastos públicos, endividamento externo e juros altos como mecanismos de atração de capitais para manter a estabilidade monetária, o processo de privatização no governo FHC foi um dos pilares centrais do ajuste neoliberal no Brasil, concentrando-se na quebra de monopólios estatais – exploração de petróleo, das telecomunicações, da distribuição de gás canalizado -, na venda de empresas de eletricidade, na concessão de exploração de rodovias e ferrovias, e na venda de bancos estaduais. A privatização da Vale do Rio Doce, por exemplo, foi efetuada, pelo cálculo de especialistas, a um preço

²¹³ GALVÃO, Andréia. Participação e Fragmentação: A prática Sindical dos Metalúrgicos no ABC nos anos 90.

²¹⁴ Idem, ibidem. Pág 120

que representava uma fração irrisória da empresa²¹⁵. A Usiminas, siderúrgica de alta produtividade e lucratividade, tinha seu patrimônio avaliado por alguns consultores em doze bilhões de dólares, mas foi vendida por apenas um bilhão e meio. E para o pagamento destas privatizações, foram aceitas “moedas podres”, como as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, os Títulos da Dívida Agrária, Títulos da Dívida Externa, entre outras. Além disso, o BNDES participou ativamente das compras, como no consórcio que adquiriu a CPFL, financiando 50% do preço da estatal, garantindo os investimentos da empresa no período pós-privatização, utilizando enquanto garantia as ações das empresas que acabavam de ser privatizadas. Ou seja, *a privatização foi uma política de Estado, na qual foram utilizados seus aparelhos para viabilizar a incorporação do patrimônio das empresas públicas pelos grandes bancos e grupos empresariais.*

Como resposta a este processo, em 1995 ocorreram manifestações importantes contra as contra-reformas constitucionais, como as que defendiam a abertura do petróleo, das telecomunicações e do gás para exploração do capital privado. Em abril de 1995, a CUT-SP reuniu, na Praça da República, 15 mil manifestantes no Dia Nacional de Lutas Contra as Reformas Constitucionais. No dia 3 de maio, diversos sindicatos cutistas do setor público federal organizaram uma greve geral contra as privatizações, a quebra de monopólios estatais e a reforma da previdência. Dentro das greves de maio de 1995, destaca-se a greve dos petroleiros, a maior da história da categoria com 32 dias de duração. Os petroleiros terminaram o ano de 1994 sem acordo de trabalho, mesmo após duas greves nacionais (em setembro e em novembro) para pressionar a Petrobrás a repor as perdas salariais da categoria, que já chegava a 100%. Em plenária nacional convocada pela Federação Única dos Petroleiros, em janeiro de 1995, a categoria decide unificar a luta com outras categorias do setor público: eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e os servidores federais. Entretanto, o movimento unificado, vai perdendo força e os petroleiros acabam sustentando a greve sozinhos por 32 dias. Mais de 90% da categoria cruzam os braços nas refinarias, nas plataformas, nos terminais de distribuição e nas unidades administrativas da Petrobrás. Apesar da legitimidade das reivindicações da categoria, que exigia o cumprimento dos acordos de 1994, o Tribunal Superior do Trabalho julga a greve abusiva em seu sétimo dia, como também tentava intimidar os sindicatos com o anúncio em 11 de maio a primeira lista de 25 demitidos, em sua maioria sindicalistas. A

²¹⁵ BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999. Pág 178

repressão só aumentava, chegando ao ponto que no dia 24, o Exército ocupou as refinarias de Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP). No dia seguinte, os petroleiros receberam seus contracheques zerados. Após a construção do dia nacional de solidariedade, em 31 de maio, com a campanha “Somos Todos Petroleiros”, foi aberta uma frente de negociações parlamentar na perspectiva de intermediar a relação com a Petrobrás, comprometendo a empresa a cancelar as punições e parcelar os dias parados. Assim, em 2 de junho a FUP indicou o fim da greve em todo país, a qual abriu espaço ao questionamento direto das feições do novo governo de FHC, já que sua face repressiva ficava cada vez mais evidente: a utilização do exército, as multas de R\$2,1 milhões aos sindicatos, a demissão de 75 petroleiros e as punições a mais de 1 mil trabalhadores (a maioria com suspensões de quase um mês) foram parte do saldo de uma das mais importantes ações do sindicalismo brasileiro, que ainda demonstrava disposição e força para barrar os avanços neoliberais. Porém, justamente no momento em que essas manifestações apontavam para um crescimento, a direção da CUT começou a abandonar o processo de luta contra as privatizações. Esta mudança começou já no ano início do ano, com as reuniões da Executiva da Central e suas deliberações em torno das “reformas neoliberais” do Governo de Fernando Henrique.

No “*Informa CUT*” de abril de 1995, a Central divulgava as resoluções da Executiva que ocorreu um pouco tempo antes, em março. Na resolução, a CUT avaliava que o governo FHC retomava a pauta do Governo Collor, do FMI e do Banco Mundial, colocando propostas que representavam ataques às conquistas da Constituição de 88 e aos direitos trabalhistas, bases do modelo Neoliberal. Nesse sentido, para CUT era necessário:

“(…)e urgente a reversão desse modelo e a adoção de uma outra agenda de mudanças, que garanta uma estabilização com crescimento econômico e distribuição de renda. Não queremos retrocesso nas conquistas de 88. Não aceitamos a pauta de mudanças neoliberais propostas por FHC, que visa retirar conquistas dos trabalhadores. A CUT tem sua pauta de reformas que visam ampliar a cidadania, os direitos dos trabalhadores e a eficiência do serviço público, e quer apresentá-la, debatê-la com toda a sociedade e lutar para que ela se efetive”²¹⁶.

Ao mesmo tempo que a CUT fortemente criticava a política neoliberal de FHC, propondo a construção em conjuntos com os sindicatos, demais Centrais Sindicais

²¹⁶ CUT. *Informa CUT* – Abril/1995. Pág 5

e entidades da sociedade civil de uma “Frente pela Cidadania e Direito dos Trabalhadores”, com o objetivo de frear o avanço das classes dominantes, sua tática na conjuntura era apresentar uma “outra proposta na sociedade e lutar para que ela se efetivasse”, ou em outros termos, divulgar a “nova previdência que desejamos ver construída nos próximos anos”. Essas propostas constavam no mesmo informativo, como um caderno especial que divulgavam a reforma do Governo, e reforma defendida pela CUT, denominada “Dignidade para quem fez e faz o país”.

A questão fundamental é que o debate em torno da Reforma da Previdência voltou a “pauta” naquele período devido à política incisiva do Governo na retirada de direitos, e não através do crescimento nas lutas dos trabalhadores. Por causa da nova conjuntura, não existia a possibilidade se constituir vitórias na conquista de direitos: o primordial era barrar as contra-reformas em curso impostas pela agenda neoliberal. Entretanto, a CUT, ao mesmo tempo em que dizia que era necessário “impedir o retrocesso”, também defendia que “[ia] para o debate na expectativa de se construir junto aos trabalhadores uma nova previdência”. Esta postura, de se colocar contra as propostas, mas ao mesmo tempo defender alternativas “viáveis”, abria espaço, na prática, para negociação em torno da Reforma do Governo. Esta perspectiva avançou dois dias depois da greve geral dos funcionários públicos federais, quando a Direção Nacional da central, reunida no instituto Cajamar, decidiu, por iniciativa da corrente “Articulação Sindical”, abrir negociações com o governo em torno das contra-reformas constitucionais. Dos 90 sindicalistas presentes na reunião, 55 deles defenderam a tese vencedora, 28 defenderam o combate às contra-reformas, e 7 abstiveram-se. Esta decisão demonstrou uma inflexão ainda maior da CUT para uma estratégia de conciliação de classes, negociando com o governo não através de mobilizações, mas a partir da perspectiva de disputar suas propostas dentro de um marco meramente institucional. Na resolução da Direção Nacional defendia-se que

“Para quebrar a estratégia do governo e abrir caminho para a discussão e viabilização em torno de reformas populares dando prosseguimento às resoluções da Executiva Nacional de março: é preciso difundir e discutir junto ao conjunto dos trabalhadores, aos movimentos populares, aos partidos políticos, às entidades democráticas da sociedade civil, aos empresários, ao Congresso e ao governo, nossa pauta alternativa de reformas, de conteúdo populares e democrático”²¹⁷.

²¹⁷ CUT. Informa CUT maio/1995 No 253 – pág 4

Foi esta postura que fundamentou a ida de Vicentinho para negociar, com o governo FHC, no ano seguinte, a Contra-Reforma da Previdência. Além disso, o debate em torno da Formação Profissional, o qual tinha relação direta com as contra-reformas neoliberais que estavam sendo impostas, avançava no interior da CUT.

Como analisamos no capítulo anterior, a posição sobre Formação Profissional tinha consonância com as posturas da Central em torno da reestruturação produtiva e das mudanças realizadas na Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF), especialmente a partir de 1993, quando se definiu como o eixo central da formação cutista “a defesa da cidadania” para os trabalhadores. O fundamental seria realizar o balanço dos 10 anos da CUT, e analisar as necessidades existentes para superar “os desafios que estão colocados para a consolidação definitiva da CUT como instrumento estratégico de defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia e da cidadania no Brasil”²¹⁸. Esta remodelagem estava baseada na transformação do curso básico de formação política da Central, o CEPS, que devia superar sua lógica “reivindicativa”, combinando “ação reivindicativa com ação propositiva, de elaboração de um projeto para a sociedade na perspectiva de transformações estruturais, o que se apresenta hoje como uma necessidade urgente para o movimento sindical cutista.”²¹⁹ O Plano Nacional de Formação de 1994 seguia na mesma direção, defendendo que as práticas “reativas” deveriam ser superadas. A nova conjuntura de ofensiva do capital no país, que trazia consigo um forte investimento em novas tecnologias e na gestão do trabalho, colocava novos desafios para a CUT:

“(…) é neste contexto que se encontram os desafios para a implantação de um projeto sindical que extrapole a cultura economicista da ação sindical vigente, apontando uma prática que combine ações mobilizadoras nos campos sindical e institucional, tendo como um de seus principais eixos o pleno exercício da cidadania”²²⁰.

Além disso, não podemos esquecer que as Escolas de Formação da CUT, as quais se tornaram orgânicas e transformaram-se no eixo central de Formação da Central, tinham suas atividades quase que totalmente financiadas através de parcerias com agências sindicais internacionais, no interior da perspectiva de filiação da CUT à CIOSL em 1992, como podemos ver na tabela abaixo:

²¹⁸ CUT. Plano Nacional de Formação (1993) – pág 2

²¹⁹ Idem. Pág 4

²²⁰ CUT. Plano Nacional de Formação (1993) pág 16

Escolas	Financiamento
Escola Sindical do Norte (Belém)	Mais da metade dos recursos provenientes de DGB-Alemanha, Icco-Holanda; Cisl, Itália. Parte dos recursos diretamente dos governos desses países.
Escola Sul (Florianópolis)	Receitas sindicais, das CUTs do Sul, taxas de inscrição, venda de serviços. Cooperação internacional da Alemanha e Itália
Instituto Cajamar (SP)	Recursos de três livrarias “Cajá”, da prestação de serviços técnicos e de receitas oriundas de vídeos; Financiamento internacional do Icco-Holanda , Christian Aid-EUA, Fastem Opfer, Entreaide et Fraternité, Iscos-Cisl, Développement et Paix, Brot fur die Welt.
Escola Sindical 7 de Outubro (BH)	Iscos-Cisl
Escola Sindical Quilombo dos Palmares (Recife)	Iscos-Cisl

Fonte: MORA, Eliane Arenas. O caminho da subsunção da Política nacional de Formação da CUT às Diretrizes de Sociabilidade Neoliberais. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Pág 112

Como afirma Armando Boito, a influência que o sindicalismo conciliador europeu realizou sobre os novos rumos da CUT, especialmente em relação às mudanças de concepção da corrente Articulação Sindical, não deve ser menosprezada:

“Na elaboração de sua nova estratégia, a Articulação não apenas inspirou-se no sindicalismo católico e social-democrata europeu, ela contou com a assessoria direta de tais sindicatos. (...) Nós podemos

admitir a hipótese de que as relações políticas da corrente Articulação Sindical com a social-democracia europeia e com essa igreja pesaram na guinada para o centro empreendida pelo sindicalismo cutista”²²¹.

O fortalecimento da Força Sindical, que tinha relações muito próximas com o Governo FHC, a nova conjuntura de reestruturação produtiva e difusão através da mídia da necessidade da “qualificação” para garantir a “empregabilidade”, a aproximação com o sindicalismo social-democrata europeu, como também certa dose de pragmatismo dos sindicalistas, acabaram por fortalecer no interior da própria CUT a possibilidade de realização de cursos de Formação Profissional²²².

Mesmo que vários sindicatos filiados à CUT já realizassem atividades de Formação Profissional em seu interior, como denuncia a deliberação do V CONCUR, a Central nunca havia desenvolvido, até então, cursos que abrangessem a Formação Profissional para além de uma formação de cunho sindical. Em agosto de 1995, na 7ª Plenária Nacional, a mudança de rumos é consolidada.

3.1 A 7ª Plenária Nacional: A CUT e a implementação da Formação Profissional através dos recursos do FAT

A 7ª Plenária (1995) teve no ponto “Formação Profissional” um dos seus textos de deliberação mais elaborados. Ele inicia com uma análise cuidadosa, tecendo críticas aos discursos e propostas apresentadas pelas classes dirigentes na área de educação, relacionando-as com o processo de reestruturação produtiva. Em outro

²²¹ BOITO, Armando Jr. Política Neoliberal... Op. cit. Pág 215

²²² “Estas demandas foram percebidas de forma diferenciada pelos diversos sujeitos políticos no interior da CUT, o que deu origem a atuações com ênfases variadas em um ou outro campo, muitas vezes calcadas em doses elevadas de pragmatismo. Assim, diversos sindicatos e estruturas cutistas, principalmente do setor privado, se viram pressionados a realizar ações e experiências envolvendo qualificação profissional, sem, contudo, clareza de concepção e objetivo, sem critérios na escolha de conteúdos, métodos e parceiros, com a perda de controle do processo educativo” LIMA, Almerico. Rumo ao Sindicato Cidadão? – Qualificação Profissional e Políticas Públicas em Tempos de Reestruturação Produtiva, Salvador, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/UFBA.. Retirado de OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002. Pág 453

momento, no tópico denominado “Escolas Sindicais”, a deliberação realça o alarmante quadro de desemprego no país, e neste contexto a CUT:

“tem defendido que o atendimento aos desempregados deve estar na base de qualquer política de emprego, e não deve estar restrito ao pagamento do benefício do seguro-desemprego, mas obrigatoriamente deve incluir a requalificação profissional e a intermediação de empregos, permitindo ao trabalhador desempregado voltar a trabalhar de forma digna.²²³”

Dessa forma a

“requalificação profissional é um serviço de fundamental importância no quadro atual, em particular para os atingidos por desemprego decorrente de alguma modernização tecnológica.²²⁴”

Em primeiro lugar, é necessário frisar que *em certas passagens dessa deliberação*, a CUT já não diferenciava Formação Profissional de requalificação profissional, utilizando os termos enquanto sinônimos. Existiu um importante debate na Central, em especial na Comissão de Educação, sobre a relação entre Educação e Trabalho, demonstrando que o processo de formação do trabalhador não podia estar deslocado de uma perspectiva crítica e humanista, e não meramente técnica. A partir deste momento, entretanto, a tendência era deslocar o eixo de “Formação Profissional” para “Requalificação Profissional”, do campo da “Educação” para o de “Formação”, e no que se refere à atuação das Secretarias, mudar de “Políticas Sociais” para a “Secretaria Nacional de Formação”.

Além disso, devido à existência de um governo neoliberal e privatizante, a CUT não poderia apenas “reivindicar” uma formação profissional através de políticas públicas estatais; a alternativa para a expansão do público estaria na execução, por ela mesma, de cursos de formação profissional. *Assim, a CUT em suas deliberações sobre “Formação Profissional” já na 7ª Plenária diferenciava o conceito de “público” de “estatal” na perspectiva de incluir agentes da sociedade civil enquanto parte da “esfera pública”*. O questionamento do caráter de classe do Estado, que anteriormente se dava através da reivindicação de espaços de controle social das políticas públicas, foi deixado de lado com uma nova atuação baseada na fiscalização dos fundos públicos e acesso aos seus recursos. A “esfera pública” se expandiria na medida em que a CUT

²²³ CUT. Resoluções da 7ª Plenária Nacional (1995). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

²²⁴ Idem, *ibidem*.

aprofundasse sua atuação no âmbito institucional dos fóruns tripartites, fiscalizando e direcionando as atuações governamentais, assim como na disputa pela utilização dos recursos dos fundos públicos:

“O projeto democrático e popular, alternativa ao anacrônico projeto neoliberal na resolução da crise social, de cuja construção a CUT tem participado junto com os movimentos populares e partidos democráticos, *deve ter como ponto nuclear a ampliação da esfera pública e a constituição de mecanismos democráticos de controle social dos fundos públicos*. No campo educacional, em particular, o avanço contra o neoliberalismo implica em trazer o conflito para a esfera do público, em publicizá-lo. É dessa maneira que poderemos efetivar, como alternativa histórica, a proposta de uma educação democrática que traduza as necessidades do conjunto da sociedade”²²⁵.

Esta nova visão fazia parte de uma reformulação pela CUT dos seus objetivos estratégicos e da sua concepção de Estado. Deslocava-se a necessidade de superação do capitalismo por uma sociedade socialista, para o “aperfeiçoamento da democracia” na perspectiva do exercício pleno da cidadania. Os conceitos de “cidadania” e “democracia” não eram vinculados ao conceito de classe trabalhadora no interior de uma perspectiva socialista e revolucionária, mas enquanto parte de um “outro projeto de desenvolvimento” no interior do capitalismo. A potencialidade questionadora da defesa de uma verdadeira democracia, só possível na sociedade socialista, era deixada de lado através de formulações que centravam seus objetivos em reivindicações imediatas e políticas redistributivas:

“Central Única dos Trabalhadores tem, entre seus objetivos permanentes e estratégicos, o aperfeiçoamento constante da democracia, que se baseia na distribuição das riquezas e da renda nacionais e na garantia do exercício pleno da cidadania, através da efetivação de direitos elementares, políticos e sociais, tais como: os direitos de expressão e organização, direito ao emprego e salário, à saúde e educação, à assistência e previdência social, à habitação e saneamento básico e aos transportes coletivos, dentre outros. **A consecução dos objetivos apontados passa pela necessidade de se promover ampla revisão de conceitos e de valores, com destaque para a reformulação do papel do Estado e sua relação com a sociedade organizada.** Impõe o reordenamento de regras e alterações de posturas culturais. Pressupõe mudanças nas relações de poder entre os diversos atores sociais.”²²⁶

²²⁵ Idem, *ibidem*.

²²⁶ Idem, *ibidem*. Grifos nossos.

Outro aspecto importante era a defesa pela CUT da necessidade de realizar cursos de Formação Profissional devido à urgência da aproximação da Central com outros segmentos da sociedade, especialmente os desempregados. Para contrapor-se a forte crise sindical, que diminuía o poder de pressão dos sindicatos e suas taxas de filiação, e com o crescimento do desemprego, a CUT necessitava ampliar seu diálogo com outros setores para além do mundo formal do trabalho, em especial os trabalhadores do mercado informal, precarizados, e desempregados. Assim, ao mesmo tempo em que a CUT denunciava “a falácia ideológica, veiculada no discurso de setores governamentais e empresariais, de resolver o problema do desemprego através da educação e do ensino profissional”²²⁷, reafirmava enquanto sua estratégia de aproximação desse setor a realização de cursos de requalificação profissional. Partindo desta análise de ampliação da relação com os desempregados na perspectiva de uma CUT cidadã, esta decide por:

“Organizar através da Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Formação e Secretaria de Política Sindical, um plano de trabalho para implementar a política de Formação Profissional da CUT na estrutura da Central (Escolas de Formação, estrutura vertical etc.).”²²⁸

A política nacional de Formação Profissional da CUT, a qual seria implementada a partir dessa nova resolução, tinha como base as experiências existentes nos sindicatos, especialmente nos Metalúrgicos do ABC. Em relação aos conteúdos, em certo momento do texto a Central defendia uma formação profissional crítica a “requalificação adaptativa”, diferentemente da defesa, no mesmo texto, da “importância da requalificação profissional como serviço fundamental”. A definição dos conteúdos programáticos era alvo de contradições e divergências no interior da resolução: ao mesmo tempo em que valoriza o saber crítico sobre o processo de trabalho, reivindicava a obtenção de certificados escolares pelo Ministério do Trabalho por cursos realizados pela própria CUT, o que tornava a Central parte das agências de requalificação profissional legalmente aceitas:

“Conteúdos de ensino: Não podemos realizar a requalificação adaptativa dos trabalhadores às relações de trabalho. Os cursos devem propiciar a apropriação crítica de conhecimentos científicos e tecnológicos e de saberes mais gerais sobre o homem e a sociedade, imprescindíveis na conformação da cidadania. Nessa perspectiva, e de forma particular, os cursos devem difundir conhecimentos sobre os processos. (...)É fundamental que os cursos obtenham aprovação legal através do

²²⁷ Idem, *ibidem*

²²⁸ Idem, *ibidem*.

fornecimento de créditos e certificados escolares reconhecidos pelo Ministério da Educação e do Trabalho, de maneira a serem também considerados e valorizados pelas empresas nas negociações, convenções e contratos coletivos”²²⁹.

O debate em torno dos conteúdos da formação profissional e da sua realização pela CUT tinha relação direta com a reconfiguração da formação sindical da Central na primeira metade da década de 1990, especialmente, após o início da implementação da nova estratégia formativa da CUT em 1995, baseada nos Núcleos Temáticos. A criação dos Núcleos Temáticos tinha enquanto objetivo viabilizar uma nova estratégia de formação, a qual era centrada nas necessidades do público alvo nas práticas sindicais cotidianas. Estes núcleos:

“se propõem como espaços de estudo, pesquisa, reflexão, elaboração e sistematização dos conteúdos, constituídos enquanto instrumentos da PNF, que se organizam a partir de eixos temáticos-problemáticos relacionados com o projeto da CUT e sua Política Nacional de Formação. Se definem por recorte de temas (em torno dos quais orbitam, por afinidade, vários sub-temas) que de algum modo se constituem, para os sujeitos políticos da CUT e da PNF, como questões, problemas, nós críticos, enfim, como desafios suscitados no próprio cotidiano da prática sindical cutista”²³⁰.

Os Núcleos temáticos, enquanto nova base da Política de Formação cutista, não tinham enquanto objetivo executar atividades de formação, mas construir espaços de estudo e elaboração de pesquisas sobre o cotidiano sindical. Os eixos-temáticos dos núcleos foram definidos na 10ª Reunião do CONAFOR (Coletivo Nacional de Formação), sendo eles: 1) Gestão Sindical; 2) Educação do Trabalhador; 3) Transformações no mundo do Trabalho; 4) Organização sindical cutista e Organização no Local de Trabalho (OLT); 5) Sistema democrático de relações de trabalho e negociação coletiva; 6) Integração econômica mundial e Mercosul; 7) Sindicato, estado e sociedade; 8) Relações sociais de gênero. Como podemos perceber, não mais existia a preocupação com uma formação estratégica do sindicalista, que tinha nas concepções político-ideológicas de um sindicalismo combativo e transformador seu principal norte. Gradativamente, o aspecto instrumental da formação ganhava força, com o objetivo de consolidação dos dirigentes sindicais enquanto conhecedores do aparelho sindical e da

²²⁹ Idem.

²³⁰ Deliberações do 8º ENAFOR – Retirado de: TUMOLO, Paulo Sergio. Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista. São Paulo, Ed Unicamp, 2001. Pág 187

dinâmica do processo de trabalho. *A centralidade dos conhecimentos institucionais e administrativos ganhava cada vez mais peso em relação aos aspectos político-ideológicos na política de formação da CUT.* Como nos afirma Paulo Sergio Tumolo, com os Núcleos Temáticos, houve um fortalecimento do caráter instrumental e individualista da formação:

“(...)o que pode ser constatado nos objetivos expressos pela nova estratégia, calcada nos núcleos temáticos e na configuração das atividades de formação propostas a partir de então. (...) Um dos principais motivos da inversão lógica da estratégia formativa foi buscar organizar a formação sindical, não mais através de programas que eram oferecidos aos *sujeitos políticos*, mas, inversamente, estes últimos é que devem solicitar, aos agentes de formação, a formação que lhe convém, de acordo com suas necessidades e interesses. (...) O resultado dessa estratégia formativa tem sido a pulverização das muitas variadas atividades de formação solicitadas pelos diversos sujeitos políticos, de acordo com as demandas conjunturais”²³¹.

Ocorreu um movimento paralelo de pulverização da formação política da CUT e centralização da Formação Profissional. Buscava-se avaliar as experiências já existentes realizadas pelos sindicatos cutistas, unificando através de um Plano de Trabalho Nacional a Formação Profissional, como também homogeneizando a atuação da CUT nos fóruns que envolviam o ensino/formação profissional, como as Câmaras Setoriais, Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade e Programa de Atualização Científica e Tecnológica da Indústria, e nas Comissões Estaduais de Emprego²³²:

“Encaminhar no sentido de **uniformizar a intervenção** nas Comissões Estaduais de Trabalho e Emprego de modo a garantir efetivamente o funcionamento tripartite dessas comissões; que a bancada dos trabalhadores seja constituída pelas organizações representativas no estado ou região; o consenso na intervenção e voto da bancada dos trabalhadores, viabilizando o exercício do direito de veto pela bancada”²³³.

A preocupação em torno da atuação da CUT nos diversos conselhos, especialmente aqueles vinculados aos dos Fundos Públicos, norteava toda a resolução sobre formação profissional da 7ª Plenária. Para a Central, os fundos públicos deveriam

²³¹Idem, ibidem. Pág 189-190

²³² CUT. Resoluções da 7ª Plenária Nacional (1995). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

²³³ Idem, ibidem. Grifos nossos.

ser disponíveis para o conjunto da sociedade, e não apropriados privadamente pelo empresariado:

“Os fundos públicos, hoje apropriados privadamente pelo empresariado, devem estar disponíveis ao conjunto da sociedade para que possam ser utilizados na organização de diferentes modalidades de formação profissional, com a participação dos trabalhadores na gestão e implementação dessas políticas. Reivindicamos a constituição de conselhos tripartites paritários (trabalhadores, governo e empresários): para a gestão das agências de formação profissional (Senai, Senac, SESI, Sesc, Senar, Senat), ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular de âmbito municipal, estadual, nacional e regional, visando rigoroso controle fiscal e formalização de processos sistemáticos de avaliação dos serviços prestados”²³⁴.

Esta deliberação forçou o aumento da relação da CUT com a institucionalidade, em especial na participação nos fóruns tripartites²³⁵. O mais importante destes é o CODEFAT, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi criado em 1990 pela Lei 7998/90 que regulamenta o artigo 239 da Constituição de 1988, em pleno governo Collor. Trata-se de um fundo contábil, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social(MTPS), formado com recursos provenientes do PIS/PASEP²³⁶ destinados ao custeio do Programa do Seguro Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico e requalificação profissional. Para se ter uma idéia da grandiosidade deste fundo, em 2000, o FAT totalizava, aproximadamente, sessenta bilhões de reais, constituindo-se como o maior fundo público não orçamentário do país e um dos maiores do mundo. Para efeito de comparação, podemos lembrar que este valor é 5 vezes o da venda da Companhia Vale do Rio Doce e 2 vezes o patrimônio do Banco Mundial²³⁷. Em conjunto com a criação do Fundo, foi instituído seu Conselho Deliberativo, o CODEFAT. A CUT iniciou sua participação no CODEFAT em 26 de Julho de 1990, sendo seu representante Antonio

²³⁴ Idem, ibidem. Grifos nossos.

²³⁵ Os Fóruns tripartites são espaços de deliberação nos quais participam representantes dos trabalhadores, empresários e governo.

²³⁶ O Fundo PIS-PASEP é resultante da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP. São mantidos pelas pessoas jurídicas - com exceção das micro e pequenas empresas, que são obrigadas a contribuir com uma alíquota variável (de 0,65% a 1,65%) sobre o total das receitas.

²³⁷ Annual Report 2000 – The World Bank
<http://www.worldbank.org/html/extpb/annrep2000/content.htm>

Carlos de Andrade, naquele momento Secretário de Política Social da Central, e membro da Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social (FENASPS). O Conselho era composto por 7 membros, 2 representantes diretos do Governo (Ministério do Trabalho e da Previdência Social- MTPS e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), 2 representantes dos empresários (Confederação Nacional da Indústria- CNI e Confederação Nacional do Comércio – CNC) e 2 representantes dos sindicatos (Central Única dos Trabalhadores – CUT e Central Geral dos Trabalhadores – CGT)²³⁸, além do Presidente Adolfo Furtado, na época Secretário Nacional do Trabalho, indicado pelo Ministro do Trabalho Antônio Magri²³⁹. Dos recursos do FAT, 60% são destinados ao Sistema Público de Emprego – SPE, e 40% são aplicados no BNDES. Excetuam-se do domínio do CODEFAT os 40% destinados ao BNDES, apesar deste ter que prestar contas ao Conselho. Ou seja, o CODEFAT não tem interferência sobre as verbas do FAT aplicadas diretamente no BNDES.

No geral, a participação da CUT no CODEFAT na primeira metade da década de 1990 é sem grande entusiasmo, mantendo seus princípios de “disputa das concepções e dos recursos públicos”, como também reivindicando um maior controle sobre o Sistema “S”. Esta atuação modificou seus rumos a partir da Resolução 80 do CODEFAT, em 1994, que instituiu as Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego, com o objetivo de transferir ao poder local as decisões dos recursos do FAT e sua fiscalização, na perspectiva do Programa de Geração de Renda (PROGER), criado no mesmo ano²⁴⁰. Estas comissões reproduziam a estrutura do CODEFAT, sendo os assentos governamentais ocupados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho e afins, a cadeira dos empresários ocupada pelos representantes das estaduais e a bancada dos trabalhadores ocupada pelos representantes estaduais das centrais sindicais. Nas Comissões Municipais a composição variava ligeiramente, já que na maioria dos casos as grandes corporações empresariais não se interessavam por esta esfera de participação, e na maioria dos municípios a representação dos trabalhadores poderia ser feita pelos sindicatos locais, e não apenas pelas centrais sindicais. As Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego aumentaram a estrutura institucional do FAT, o qual

²³⁸ Ata da 3ª Reunião Ordinária do CODEFAT - 26 de julho de 1990

²³⁹ Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CODEFAT - 21 de junho de 1990

²⁴⁰ AFFONSO, Cláudia, (2001). A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Pág 92

deixou de ter uma deliberação centralizada dos seus recursos por meio do CODEFAT.

A CUT via a criação destas comissões como um avanço, já que:

“o Codefat, por sugestão dos trabalhadores, aprovou que o repasse dos fundos só acontecerá nos estados onde forem criadas Comissões Estaduais Tripartites de Emprego, que têm a função de planejar, coordenar e fiscalizar as atividades do Sine no estado.²⁴¹”

Assim,

“as CUTs Estaduais devem tomar todas as iniciativas necessárias para a constituição das Comissões Tripartites Estaduais de Emprego nos seus estados. É fundamental que os membros da Executiva Estadual, ou pessoas que recebam essa delegação da mesma, façam parte da Comissão Tripartite.²⁴²”

Ou seja, a partir de 1994, a CUT iniciou um processo de organização de grande parte da sua estrutura, como as CUTS Estaduais, Secretarias de Formação Estaduais e Executivas, para participação em Comissões tripartites vinculadas ao FAT. É necessário lembrar que este quadro inseriu-se no contexto do V CONCUR, no qual a Central ratificou uma posição de não execução da Formação Profissional; entretanto, neste mesmo Congresso, não se criticou a realização da Formação Profissional por sindicatos filiados à CUT que, agora, através das Comissões Municipais de Trabalho e Emprego, podiam disputar livremente os recursos do FAT. Além do enorme aumento da participação institucional da CUT e dos seus sindicatos filiados nas comissões Tripartites, a tendência era que, através da atração das Comissões Estaduais e Municipais, se olhasse para esses espaços não apenas como locais de disputa política e fiscalização, mas também por disputa de recursos. Esta perspectiva teve um avanço significativo na 7ª Plenária Nacional de CUT, em 1995. Seguindo a mesma linha do V CONCUR, a Plenária aprovou que o importante era:

“Avaliar as experiências de formação profissional realizadas pelos sindicatos filiados à CUT, com o objetivo de aproveitar aquelas que possam contribuir para o avanço das propostas pedagógicas, das metodologias e conteúdos de ensino.²⁴³”

A Plenária deliberou que era necessário utilizar as experiências já realizadas pelos sindicatos filiados à CUT para a partir destes exemplos iniciar a organização de uma política unificada de Formação Profissional pela Central. No

²⁴¹ CUT. Resoluções da 7ª Plenária Nacional (1995). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

²⁴² Idem, ibidem.

²⁴³ Idem, ibidem.

campo específico da Formação Profissional com recursos do FAT, a 7ª Plenária construiu desdobramentos em relação às deliberações do V CONCUR: ampliação do atendimento ao desempregado, com destaque para as ações através da requalificação profissional gerenciada pelas comissões estaduais tripartites de emprego, e pelo programa de geração de emprego e renda, o PROGER²⁴⁴. A presença da CUT no CODEFAT ganha então um sentido mais forte, ampliado. Tratava-se também de disputar as verbas para os Estados, para garantia de possibilidade de disputa de recursos através das Comissões Estaduais e Municipais, como também garantir na base dos sindicatos uma atuação condizente com a política de formação profissional da CUT, respeitando a boa utilização das verbas e tendo como referência a experiência da Comissão Tripartite de São Paulo. Integrava-se a atuação da CUT na esfera nacional, pelo Codefat, com a atuação das CUT's Estaduais e com os sindicatos da base, numa atuação centralizada da política de formação profissional :

“Os sindicatos devem ser orientados pelas CUTs Estaduais a apresentar projetos dentro dos parâmetros [aqui definidos] e daqueles indicados pelos representantes dos trabalhadores na Comissão Tripartite de São Paulo no documento: *O que o sindicato deve providenciar para viabilizar o plano de trabalho*. É de fundamental importância zelar pelo bom uso dos recursos já que se trata de dinheiro que deve efetivamente servir para atender os desempregados. A CUT deve ser inflexível em denunciar todo e qualquer desvio de recursos ou uso espúrio ou malversação dos mesmos. É importante que as pessoas responsáveis nas Estaduais da CUT façam um acompanhamento permanente sobre o andamento desse trabalho nos sindicatos – para o qual pode ajudar a formação de algum grupo de trabalho permanente que integre os sindicatos interessados”²⁴⁵.

Além disso, valorizava-se na resolução certa trajetória da atuação da CUT no Codefat, a qual encaminharia através do conselho propostas em torno da ampliação do atendimento aos desempregos e criação de programas de emprego e renda. A Central não restringiria suas reivindicações a políticas compensatórias, já que o fundamental era a volta do trabalhador ao mercado de trabalho de “forma digna” através de cursos de qualificação profissional, mecanismos de intermediação de mão-de-obra e aumento dos investimentos produtivos para geração de mais empregos. Entretanto, devemos destacar que não existe uma forte crítica no texto ao recebimento

²⁴⁴ AFFONSO, Cláudia, (2001). A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Pág 153

²⁴⁵ CUT. Resoluções da 7ª Plenária Nacional (1995). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

de recursos públicos por entidades da sociedade civil para execução de serviços na área de educação. No âmbito do Sistema Nacional de Empregos (SINE) não existiam escolas de Formação Profissional públicas, sendo necessária sempre a contratação de terceiros. *Ao invés de criticar a terceirização por parte do Ministério do Trabalho da política de Formação Profissional, a CUT defendia a necessidade da luta pela existência de licitações para que a própria Central pudesse disputar os recursos com o “Sistema S”.* A proposta da Central em torno dos “Centros Públicos de Ensino Profissional” ficava assim extremamente debilitada, pois não se questionava na raiz da questão: a política de privatização da formação profissional através da doação de recursos públicos às entidades da sociedade civil:

“A requalificação profissional é um serviço de fundamental importância no quadro atual, em particular para os atingidos por desemprego decorrente de alguma modernização tecnológica. No âmbito do Sine não há escolas próprias para esses cursos, sendo necessário contratar as escolas de terceiros para tal. Aqui reside um grande problema, pois as agências da “rede” Senai, Senac, Senar e Senat podem ser dispensadas de licitação por “notória especialização”. Consideramos que essas agências já recebem recursos arrecadados pela previdência social, não se devendo remunerá-las duplamente. A orientação da CUT é para que não se aceite nos estados a dispensa de licitação em qualquer hipótese, inclusive para os cursos oferecidos pelos sindicatos.”²⁴⁶

Nesse sentido, é importante avaliarmos até que ponto a CUT, ao assumir para si a execução de cursos de formação profissional, não se esvaziava enquanto defensora de uma educação pública de qualidade²⁴⁷. *Ao defender que existia uma “esfera pública” que incluiria entidades da sociedade civil, a Central legitimava a política neoliberal de terceirização das políticas públicas através das ONGS, entidades filantrópicas e agências, sendo dirigida intelectualmente e moralmente pelas classes dominantes.* Já que o Estado não seria o espaço de disputa do público, a CUT enquanto entidade da sociedade civil poderia legitimamente aplicar políticas de cunho “democratizante”, em direção a “expansão da cidadania”. Entretanto, acreditamos que o Estado, apesar de servir para a manutenção da hegemonia das classes dominantes, não tem enquanto base de organização exclusivamente a relação entre essas e suas frações: por ser a condensação material de uma dada correlação de forças entre as classes, a

²⁴⁶ Idem, *ibidem*.

²⁴⁷ TUMOLO, Paulo Sergio. *Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista*. São Paulo, Ed Unicamp, 2001. Pág 197

forma de organização do Estado e de suas políticas públicas tem relação direta com a capacidade de organização dos trabalhadores em um determinado período. Mesmo que não sejam aplicadas *apenas* políticas que favoreçam as classes subordinadas, para manutenção de sua hegemonia as classes dominantes necessitam ceder, de forma mediada através do Estado, certas conquistas para as classes subalternas, visando à estabilização de um dado patamar de consenso. Como nos diz Poulantzas:

“As divisões internas do Estado, o funcionamento concreto de sua autonomia e o estabelecimento de sua política através das fissuras que caracterizam-no, não se reduzem às contradições entre as classes e frações do bloco no poder: *dependem da mesma maneira, e mesmo principalmente, do papel do Estado frente às classes dominadas*. Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. (...) O Estado concentra não apenas a relação de forças entre as frações do bloco no poder, *mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas*. (...) Na realidade, as lutas populares atravessam o Estado de lado a lado, e isso não acontece porque uma entidade intrínseca penetra-o do exterior. Se as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica”²⁴⁸.

As conquistas de direitos sociais no interior do Estado partem da atuação das lutas populares e da capacidade organizativa das classes subalternas, sendo parte integrante da sua conformação. Ao deixar de lado às reivindicações para tornar-se parte da implementação de políticas sociais, a CUT reforçava a fragmentação de suas lutas e a subordinava suas iniciativas às diretrizes burguesas, através de prestação de serviços sociais financiados por recursos públicos²⁴⁹. Este processo de *refuncionalização da CUT*, a qual gradativamente deixa de ser um aparelho privado de contra-hegemonia para servir a manutenção da ordem, construiu-se, portanto, tanto pela perda de autonomia diante do Estado, quanto pela reconfiguração teórica de sua análise sobre aquele. Ao perder grande parte de sua autonomia diante do Estado, a CUT iniciou a aplicação no interior da sociedade civil do programa neoliberal, expandindo o consenso social em torno destas políticas através da co-responsabilização pela oferta de “serviços públicos não estatais”. Como nos diz Claudia Affonso:

²⁴⁸ POULANTZAS, Nico, O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro, Graal: 1978. Pág 143

²⁴⁹ NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. Pág 121

“afastam-se os ideais que, nos anos 1980, viram na sociedade civil organizada um potencial de transformação social, autonomia e representação dos interesses populares, de aversão às representações político-institucionais e instaura-se uma concepção segundo a qual a sociedade civil é uma esfera pública não estatal de cidadania, como espaço de interação social que, também homogeneamente, aglutina esforços na direção do bem comum, do interesse público”²⁵⁰.

Além disso, não podemos perder de vista a necessária autonomia perante o Estado. Na CUT, gradativamente a autonomia experimentou um deslizamento de sentido, de autonomia de classe para uma autonomia em torno de demandas específicas de grupos organizados, deixando de lado o autofinanciamento. A autonomia de classe que deveria estar sempre vinculada à capacidade de prover a existência de suas próprias organizações, desvinculando-se das práticas dominantes de compra e venda de capacidades, das formas de subordinação e de hierarquia baseadas em cálculos empresariais, acabou por se adaptar ao status quo²⁵¹. Idealizava-se então a democracia:

“(...) como “reino de uma sociedade filantrópica”: e cosmopolita, para a qual todos colaborariam, sem conflitos de classes sociais. (...) O projeto de contra-reforma empresarial, entretanto, fortemente amparado em aparelhos privados de hegemonia (e na mídia), se consolidava e se aproveitaria dessas contradições para seduzir e converter os setores populares, neutralizando-os frente ao ataque desferido contra direitos universais”²⁵².

Dentre os ataques aos direitos universais, estava a contra-reforma da previdência proposta pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso. O governo previa a derrota da sua proposta, pois o ano era eleitoral e tinha em sua memória os processos de mobilização da CUT, como o Dia Nacional de Lutas contra as Reformas Constitucionais, além da greve geral francesa, em dezembro de 1995 contra a contra-reforma da previdência daquele país, que havia repercutido no Brasil. Propunha, então, uma ampla negociação, da qual a CUT aceitou a participar, suspendendo a realização de uma nova campanha que estava prestes a iniciar.

A proposta do governo implicava em perdas certas e imediatas para os trabalhadores. Em troca, havia a promessa de “benefícios para conjunto da sociedade”

²⁵⁰ AFFONSO, Claudia. Relações (des)educativas entre o sindicalismo propositivo e o Estado no Brasil (1990-2000): contradições de uma experiência [tese]. Niterói-RJ/UFRJ, 2007. Pág 131

²⁵¹ FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: Debates e síntese do seminário fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007.

²⁵² Idem, ibidem.

no futuro. A primeira rodada de "negociações" aconteceu em 11 de janeiro de 1996. A principal divergência foi a proposta de substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição. A princípio, entre as centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) apenas a Força Sindical aceitou a proposta governista. Mas na continuação das "negociações" Vicentinho comprometeu-se a defender os termos do acordo na direção nacional da CUT - inclusive a aposentadoria por tempo de contribuição. Apenas quatro dias após o início das "negociações", os presidentes das três centrais sindicais se comprometeram, perante os ministros Paulo Paiva (Trabalho) e Reinhold Stephanes (Previdência), a formalizar o acordo em cerimônia com a presença do presidente da República. A atitude de Vicentinho desencadeou um intenso debate na CUT e no PT.

Em uma plenária nacional realizada em 21 de janeiro de 1996, representantes de 17 sindicatos e federações de servidores públicos federais filiados à CUT aprovaram a retirada da central das "negociações" com o governo. E no começo de fevereiro de do mesmo ano, dirigentes sindicais do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (RJ) assinaram uma nota em conjunto com dirigentes sindicais da Corrente Sindical Classista (CSC) e do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) condenando o acordo: "É absolutamente inaceitável que uma instância de direção, que reunirá apenas a cúpula da central, decida sobre a questão em pauta (o acordo com o governo) (...) Uma decisão tomada por maioria apenas na direção nacional fere os princípios fundamentais da nossa central, como a democracia e a soberania da base"²⁵³.

Em fevereiro de 1996, chegou a ser assinado entre o governo e a direção da CUT um acordo sobre a Contra-Reforma da Previdência, o qual só retirava direitos dos trabalhadores e contrariava pontos básicos da plataforma cutista sobre a matéria. Todos os partidos de esquerda, como o PT, e alguns outros partidos de proveniência trabalhista, anunciaram publicamente que votariam contra a proposta oriunda do acordo. Vendo-se politicamente isolado e abandonado pelo seu próprio partido, o presidente da CUT, Vicentinho, apenas 24 horas antes da votação do projeto enviado a Câmara, rejeitou o acordo.

Em entrevista a Revista Teoria e Debate em junho de 1996, Vicentinho reclamou da postura do PT no processo de discussão da Reforma da Previdência:

²⁵³ BERTOLINO, Osvaldo. Os atropelos de Vicentinho – CUT 24 anos. Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe.(mimeo)

“As divergências internas sempre ocorrem, então debatemos e prosseguimos a votação, porque a CUT é uma instância. Podemos até procurar unanimidade, mas cumprimos o que é decidido em votação. As críticas são legítimas, as divergências são naturais e importantes. A diferença neste caso foi que tivemos um debate público com o nosso partido. **Não me agrada, por exemplo, receber elogios a partir de críticas ao Partido dos Trabalhadores, considero isso uma agressão porque acho que devemos tratar as questões entre nós**”²⁵⁴.

Vicentinho era visto como “exemplo” e recebia “elogios” dos meios de comunicação por se “afastar” das posições defendidas pelo PT, que naquele momento estava contra a proposta de contra-reforma de FHC. Os debates que anteriormente eram internos ao PT e a CUT extravasavam para toda a sociedade, e Vicentinho que, num primeiro momento parecia aparentemente “isolado”, começa a se tornar gradativamente um dos principais exemplos das novas práticas cutistas.

Neste mesmo ano ocorreu a 8ª Plenária Nacional da CUT (1996), de 28 a 30 de agosto, em São Paulo, contando com 357 delegados (259 homens – 72,55% e 98 mulheres – 27,45%). Naquele momento a CUT sentia fortemente as dificuldades da nova conjuntura de crise econômica, reestruturação produtiva, desemprego e contra-reformas neoliberais. Além disso, fazia-se uma avaliação negativa da greve nacional unificada dos servidores federais, ocorrida em 1995, já que a greve não fora realmente unitária, mantendo na luta poucas categorias; apenas os petroleiros que destoaram através de uma forte mobilização. Era um momento de dificuldades para a CUT no âmbito externo. E internamente, a forte polêmica voltava a tona através dos debates em torno da atuação da CUT na Contra-Reforma da Previdência.

A Articulação Sindical defendia que “não havia dúvidas que com a participação da CUT nas negociações, a nossa postura em defesa dos direitos dos trabalhadores e de combate aos privilégios, nos fortaleceram”²⁵⁵. Apesar de reconhecer as dificuldades na negociação, a Articulação Sindical mantinha a defesa da atuação da CUT no último período enquanto correta do ponto de vista a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Para a Alternativa Sindical Socialista, negociar a agenda política com o governo de Fernando Henrique Cardoso era “cair na armadilha que pode levar ao

²⁵⁴ Entrevista: Vicentinho - A autonomia necessária. Revista Teoria e Debate, No 31.

²⁵⁵ CUT. 8ª Plenária Nacional (1996) - Textos para Debate. Retirado de AFFONSO, Cláudia. A CUT Conselheira: Tripartismo e Formação Profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. Pág 157

esfacelamento da unidade do campo democrático e popular, retirando da cena o principal empecilho à aplicação das reformas neoliberais”²⁵⁶. Além disso, a ASS acreditava que a maioria da Executiva Nacional da CUT foi incapaz de perceber a possibilidade de ascenso das mobilizações e disposição de greve dos trabalhadores, perdendo a oportunidade de liderar um enfretamento mais amplo ao neoliberalismo.

A Corrente Sindical Classista (CSC) criticava frontalmente a “postura propositiva”, pois esta acreditava na idéia de “chegar uma solução política com o neoliberalismo, traduzida na consigna do sindicalismo propositivo a qualquer custo, tido como uma exigência da modernidade (...) calcado no idealismo político e no desprezo pela correlação de forças e avaliação equivocada do projeto neoliberal”²⁵⁷.

Para o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), existia um fio condutor das diversas atuações da CUT no último período: uma nova ação sindical baseada no “tripartismo” e no “propositivismo”:

“Desde a tentativa de estabelecer o pacto social com o governo Collor; a adoção das câmaras setoriais como mecanismo privilegiado de ação sindical, a recusa – em plena greve dos petroleiros e outros setores públicos – de assumir com clareza a luta contra as reformas de FHC (...), as manifestações contra o desemprego realizada com os empresários, a assinatura de uma proposta conjunta de reforma tributária com a FIESP, a busca de negociar pontualmente a qualquer custo as reformas que o governo quer fazer na Constituição (como a Previdência) (...); em todas essas políticas há um fio condutor: uma nova concepção de ação sindical muito diferente daquela que nos norteava quando fundamos a CUT. Vai se consolidando uma concepção de ação sindical baseada no tripartismo e no propositivismo, características do sindicalismo de conciliação de classes, e não do sindicalismo comprometido com a luta contra a exploração e transformação da sociedade”²⁵⁸.

O tema era alvo de fortes divergências na CUT, sendo avaliado por diversas correntes como o ponto mais alto de uma trajetória que modificava os acordos programáticos existentes na fundação da Central. A atuação na negociação da Reforma da Previdência no início de 1996 era analisada pelas correntes minoritárias da CUT como algo que ia na contra-mão de um sindicalismo combativo e classista: *as divergências na Central deixavam de ser táticas, para tornarem-se estratégicas, em torno de concepções mais gerais sobre o sindicalismo e seus princípios norteadores*. O consenso geral que existia no decorrer na década de 1980, de que todos na CUT eram

²⁵⁶ Idem, *ibidem*.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*. Pág 158

classistas, fora quebrado; além disso, existiam poucos pontos de consenso entre a Articulação Sindical e as demais correntes, especialmente a ASS e MTS, que em suas teses propunham quase que substitutivos globais aos textos da maioria. Este consenso diminuía ainda mais através da aprovação de resoluções que guardavam poucos pontos comuns com as correntes minoritárias: as propostas da minoria não eram apropriadas sequer de forma marginal nos textos deliberados, como podemos verificar na resolução aprovada sobre a negociação na Reforma da Previdência:

“(…) a questão fundamental da previdência foi preservada, a partir das negociações com a CUT, mantendo-se a previdência pública e o regime contributivo e de repartição. (...) O fato de termos a nossa proposta de reforma nos permitiu a ofensiva nas negociações, inclusive prolongando-as e mudando o fórum de negociações para o Congresso, apesar das tentativas do governo, da imprensa e das outras centrais de dar por fechado um acordo já na primeira reunião. (...) Não há dúvida de que a participação da CUT nas negociações, a nossa postura em defesa dos direitos dos trabalhadores e de combate aos privilégios nos fortaleceram. Além disso, retiramos o debate do Congresso e o trouxemos para a sociedade”²⁵⁹.

O tema da reestruturação produtiva também assumiu maior importância na 8ª Plenária, sendo alvo de deliberação na Plenária um texto elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Reestruturação Produtiva, criado em encontro anterior. Neste texto, as várias faces do processo foram encaradas. Sua origem nas respostas à crise capitalista dos anos 1970, suas várias características (automação, informatização, terceirização, mudanças na organização da produção e do trabalho e na gestão das empresas), sua chegada ao Brasil, com maior força, nos anos 1990 em associação com as políticas neoliberais, entre outras. Entre as respostas colocadas ao processo, foram destacadas: uma política de emprego, que busque o pleno emprego e a maior qualidade do mesmo; a implantação do sindicato no local de trabalho e a capacitação/formação dos militantes para o entendimento dos novos processos.

A parte de diagnóstico da resolução tinha uma postura mais enfática e crítica do que a parte de encaminhamentos e orientações. No diagnóstico sobre as mudanças tecnológicas a CUT avaliava que:

“Diante de tal quadro, é indispensável que nossa Central se oriente por uma filosofia de resistência, em defesa dos direitos e interesses dos assalariados e combate à ofensiva do capital. Ao mesmo tempo, é preciso

²⁵⁹ CUT. Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT (1996) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

que se diga que os problemas acarretados pela reestruturação produtiva não serão solucionados a contento nos marcos do sistema capitalista. A tendência objetiva desta reestruturação é produzir o desemprego em massa, além da precarização das relações de trabalho. (...) Por essa razão, a CUT entende que, conjuntamente com a luta em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores, devemos intensificar a propaganda por uma nova sociedade, uma sociedade socialista”²⁶⁰.

A intervenção da Central no objetivo estratégico de “fortalecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores dentro da empresa, no ramo, entre as categorias, em nível nacional e internacional”, deveria levar em consideração os três planos:

- “a) O legal: por exemplo, o projeto de lei que regulamenta o art. 7º da CF no que diz respeito à proteção do trabalhador frente à automação e outros;
- b) O institucional: por exemplo, através da atuação dos representantes da Central nos fóruns que discutem políticas públicas (como Codefat, PBQP e Mercosul) no sentido de colocar a pauta sindical;
- c) A relação direta de negociação, por exemplo, quando os sindicatos, através da mobilização, buscam impedir ações unilaterais das empresas e conseguir cláusulas nos acordos/convenções que protejam os trabalhadores frente às mudanças organizacionais e tecnológicas.²⁶¹”

Apesar de se colocar nos termos da resolução pela “rejeição da ideologia da “parceria” trabalhador-empresa, reafirmando o caráter conflitivo da relação capital-trabalho”, a CUT na prática *valorizava enquanto desenvolvimento de sua estratégia de atuação a atuação legal, institucional e a negociação com os empresários.*

Na 8ª Plenária (1996) também a requalificação profissional foi defendida enquanto política ativa de geração de emprego e renda, registrando novamente a permeabilidade do discurso da CUT em relação ao projeto empresarial e governamental. Para a CUT, portanto, era necessário:

“discutir, de forma mais ampla, uma reforma do sistema do seguro-desemprego para instituir, progressivamente, o sistema público de emprego, integrando as ações nas áreas do seguro, da requalificação e formação profissional, e da intermediação e recolocação da mão-de-obra.²⁶²”

Adicionalmente, a Plenária aprovou diversas lutas como : a) Dia Nacional de Manifestações em torno da palavra de ordem “Reage, Brasil! Contra as políticas neoliberais de FHC”, que envolvia além da CUT a Central de Movimentos

²⁶⁰ Idem, Ibidem.

²⁶¹ Idem, Ibidem.

²⁶² Idem, ibidem.

Populares - CMP, UNE, MST, CNBB, OAB, ABI, partidos políticos, centrais sindicais e outros setores; b) Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania, envolvendo as mesmas entidades; c) Campanha Salarial Nacionalmente Articulada, prevista para o segundo semestre de 1996, em torno da defesa de salário, emprego, reforma agrária e respeito aos direitos sindicais; d) Ato Público, em Brasília, no dia 03 de setembro, em favor da Previdência pública; e) Grito dos Excluídos, organizado pela CNBB, em setembro; comício, marcado para o dia 13 de outubro “Pela Dignidade e Cidadania” e contra o desemprego causados pelas políticas de FHC”. A Plenária aprovou também recusa da CUT em relação a Medida Provisória de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados (PTLR), a qual seria parte da estratégia empresarial de remuneração flexível, pois “a PTLR vem se constituindo para os empresários, dentro da lógica neoliberal, como remuneração estratégica, no sentido da total flexibilização das relações de trabalho. Conforme tendências internacionais, as empresas começam também a repensar a política salarial, tentando separar a remuneração fixa (salário-base) da remuneração por desempenho individual ou de um grupo específico (que inclui também formas de participação acionária). O que se pretende com isso é associar o pagamento de salários à ampliação dos ganhos da empresa (reforçando o discurso empresarial de parceria) ²⁶³”.

Ainda em 1996 foi organizado aquilo que viria a se tornar a matriz da nova vertente de atuação no âmbito da política de formação da CUT, o curso de formação de dirigentes “Ação sindical sobre emprego, o trabalho e a educação do trabalhador”, realizado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), em intercâmbio com os metalúrgicos da Suécia e parceria com as Escolas Sindicais SP, 7 de Outubro e Sul²⁶⁴. O projeto foi construído no interior do programa “Integrar”, partia da referência de uma nova concepção de formação na CUT, que devia superar “a visão ilustrada da formação sindical, calcada na transmissão de ideologias”²⁶⁵. Segundo a própria CNM:

“A idéia do Programa Integrar surgiu ainda em 1994: durante a avaliação de um curso de matemática realizado pela CNM/CUT, ainda nos velhos moldes. Concluiu-se que a entidade não poderia compactuar com o entendimento tradicional de formação profissional. Era preciso uma proposta alternativa. O Congresso Nacional da CNM/CUT de 1995 decidiu que a Confederação deveria assumir o tema da formação

²⁶³ Idem, *ibidem*.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*.

²⁶⁵ CUT/Escola Sindical São Paulo. “A crise brasileira no final do século XX: perspectivas para o movimento sindical”. Série Debates e reflexões No6.1999.

profissional em sua agenda, e desenvolver uma experiência piloto que norteasse sua ação. Foi então elaborado o Programa Integrar, aprovado pelos órgãos financiadores em 1996”²⁶⁶.

Entre os diversos objetivos gerais que o programa delimitava, estavam a perspectiva de desenvolver entre os trabalhadores a consciência de que podem e devem lutar pela sua reinserção no mundo do trabalho; situar a certificação de primeiro grau escolar no compromisso de estudo e de participação grupal e comunitária; **evidenciar a nova feição do sindicato, hoje comprometido com a formulação de políticas para a formação profissional na direção da cidadania**; levar à compreensão de que o desemprego será mais bem enfrentado se houver um satisfatório domínio do conhecimento e um esforço organizado coletivamente para iniciativas de geração de emprego e renda²⁶⁷. Além disso, enquanto objetivos específicos, o programa tinha:

“1)Assegurar a adultos trabalhadores, excluídos do sistema formal de educação, oportunidade apropriada de desenvolvimento pessoal e profissional, conjugando formação para o emprego com certificação em nível de Ensino Fundamental e com geração de alternativas de trabalho e renda.

2)Construir propostas e alternativas de formação para o trabalho que superem a prática de cursos isolados e a formação compartimentada e limitada pelo contorno do equipamento.

3)Contribuir para a formação da cidadania, capacitando os desempregados para o exercício de seus direitos”.

4)Capacitar e organizar os desempregados para desenvolver projetos de geração de trabalho e renda numa perspectiva solidária de desenvolvimento sustentável.²⁶⁸”

Assim, a função primordial do Programa era associar formação profissional com certificação de 1º grau: rapidamente o projeto se irradiou por várias partes do Brasil, sendo este o primeiro de grande porte realizado por entidades da CUT. Um grande número de dirigentes sindicais – especialmente os responsáveis pela Formação Sindical, além de assessores e educadores foram mobilizados. Na Secretaria Nacional de Formação da CUT, nas sete Escolas Orgânicas, nas Secretarias de Formação das CUT’s Estaduais, nas escolas mantidas pelos sindicatos, nos programas definidos pelas Confederações e Federações cutistas, os novos projetos ampliaram as equipes e as atividades realizadas.

²⁶⁶ CNM – O projeto Integrar nacional (Slides de apresentação do Programa).

cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/conf/2000/gestfp/pon/cut.ppt -

²⁶⁷ Idem, ibidem.

²⁶⁸ Idem, ibidem.

Chegando a 1997, era perceptível que a virada para a segunda metade da década de 1990 mantinha a acentuada queda nas mobilizações dos trabalhadores: se no período 1985-90 a média anual de greves verificada tinha sido de 2.203, entre 1991 e 1996 tal média teria caído para menos de 900. Os conteúdos das negociações coletivas sofreram grande mudança: se antes estavam concentradas nas reivindicações salariais, como em 1993 com 61,5%, em 1993, adquiria cada vez maior ênfase os pontos relacionados ao desrespeito à lei ou acordos trabalhistas, os quais passaram de 23,7%, em 1993, para 43,0%, em 1997 (ano em que as demandas salariais caíram para 32,4%). Mesmo os sindicatos mais organizados se viram pressionados, através de negociações coletivas tendendo a uma maior descentralização, a fazer concessões. Ganhavam evidência as negociações sobre PLR, e em alguns setores, como o automobilístico, começavam a ocorrer acordos de flexibilização da jornada de trabalho através dos “bancos de horas”.

O Governo de FHC dava continuidade ao Plano Real promovendo ajustes econômicos, como o aumento da taxa de juros, para desaquecer a demanda interna, e a desvalorização do câmbio, para estimular as exportações e equilibrar a balança comercial. Surgiam também fortes sinais de recessão: inadimplência, queda no consumo e demissão em massa. Com a elevação do custo dos financiamentos, aumentava a expectativa de recessão e de agravamento do desemprego. Entretanto, podemos avaliar que apesar das grandes derrotas sofridas no período entre 1989-1997, o ritmo de aplicação da política neoliberal no Brasil foi seguramente mais lento do que aquele realizado por outros governos neoliberais na América Latina, como Argentina, México e Chile²⁶⁹. Estas resistências explicariam então a forte tendência do governo de Fernando Henrique em conduzir o fortalecimento do poder Executivo e do Presidencialismo através da edição sem limites de Medidas Provisórias. “Por meio da edição de medidas provisórias, o governo federal contorna a questão da competência dos “poderes” e logra até mesmo transformar certos temas da Reforma Constitucional em matérias a serem exclusivamente tratadas – pela via da “regulamentação” – pelo Executivo (é o que ocorreu na abordagem da questão da abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros).²⁷⁰” Entre 1995 e 1997 foram editadas 105 novas medidas provisórias e reeditadas 1.648, todas do governo FHC e de seus antecessores.

²⁶⁹ SAES, Décio. República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Boitempo: 2001. Pág 90

²⁷⁰ Idem, ibidem. Pág 91

Em três anos de governo, a média de edição/reedição de medidas provisórias era superior a uma ao dia.

Entretanto, apesar da resistência relativa ao neoliberalismo, se compararmos com os outros governos que tiveram a mesma perspectiva na América Latina, não podemos descartar o avanço do consenso em torno da apologia do mercado e da empresa privada na década de 1990 como base da constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil. A condenação do Estado e das empresas públicas como se fossem “fontes de desperdício”, de burocratismo e privilégios, expandiu-se no interior da sociedade civil, tornando-se “senso comum” mesmo que de forma desigual e as vezes contraditória²⁷¹. Se no início do Governo Fernando Henrique ocorreu um “consenso ativo” em torno das idéias neoliberais, com grande apoio popular em torno das privatizações, do “ajuste fiscal”, e das reformas administrativas, na qual as políticas de governo dirigiam intelectual e moralmente as massas, conforme as conseqüências perversas dessas políticas chegavam à tona (como o aumento do desemprego), as falácias dos governantes não resultavam em concretude, e o poder de compra forjado do início do plano real diminuía, ocorreu uma transição gradativa para um “consenso passivo”. Um novo momento na qual as massas iniciam um questionamento difuso das conseqüências dessas políticas, mas devido à incapacidade de mobilização e organização, mantêm-se dominadas, não conseguindo construir uma verdadeira contra-hegemonia. O mantra de que “não existe alternativa” ecoava forte no mundo do trabalho, e a CUT sofreu pesadamente suas conseqüências.

3.2 O VI CONCURTO

Em 1997 ocorreu então o VI CONCURTO, chamado “Herbert de Souza-Betinho”, entre 13 e 17 de agosto. Contou com 2.266 delegados (27,57% de mulheres; 26,17% da área da Educação, 10,14% da Administração Pública, 11,64% de Rurais, 9,95% de Metalúrgicos, 8,97% do setor Financeiro, 8,22% do setor Seguridade Social e 24,91% dos demais setores), representando 19.451.589 trabalhadores na base. Participaram ainda 71 representantes de delegações internacionais provenientes da CIOSL, ORIT, FSM, totalizando Centrais Sindicais de 21 países. Desde o IV CONCURTO, a Central não divulgava mais, nos números do Congresso, a relação entre os

²⁷¹BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999. Pág 219

delegados da Base e da direção dos sindicatos. Uma das modificações importantes foi que, ao contrário dos outros Congressos, nos quais existiam um caderno de teses por cada tendência, neste VI CONCUR esta tradição foi substituída por uma tese única da Direção Nacional da CUT. Esta política delimitava uma atuação ainda mais agressiva da “Articulação Sindical”, que tomava exclusivamente para si a possibilidade de demonstrar quais rumos deveriam ser propostos para a Central, excluindo as outras correntes inclusive no campo de proposições.

O VI CONCUR fez uma análise das razões objetivas para as dificuldades de mobilização sindical, as quais seriam devido: a reestruturação produtiva, especialmente nos setores eletro-mecânico e químico, que lideravam o crescimento industrial; a precarização dos serviços públicos e a privatização das empresas estatais, a crise do sistema financeiro; baixo crescimento econômico; o ataque político e ideológico contra os sindicatos; e desemprego elevado e a precarização do trabalho.

Sobre a conjuntura nacional, a CUT denunciava o caráter subordinado da burguesia nacional no interior da ordem econômica, como também a diminuição dos investimentos sociais através da modernização neoliberal. Em relação ao plano Real, a Central avaliava que a drástica redução das taxas de inflação proporcionou à coalizão política, responsável pela sustentação do governo de FHC, maior legitimidade à continuidade do ajuste neoliberal; entretanto, pela sua lógica interna, o plano seria como “um gigante com pés de barro”, que teria fôlego garantido nas privatizações, na política de abertura e num clima internacional que ainda viabiliza um fluxo positivo de capitais entre o imperialismo e o Brasil. Porém, tinha igualmente seus limites. Se a “mudança de ventos” ocorresse, e se revertesse o fluxo de capitais, a “casa cairia”.

Em relação ao balanço organizativo da Central, foram lembrados o esgotamento do modelo corporativo da estrutura sindical oficial e a consolidação da CUT como alternativa à velha estrutura sindical herdada do varguismo e da ditadura militar. Entretanto, o VI Congresso reconheceu a manutenção de algumas dificuldades no interior do sindicalismo cutista para uma superação completa da herança corporativa. O estímulo à fusão de sindicatos passou a ser uma das tarefas prioritárias da Central, mesmo que uma parte considerável dos dirigentes sindicais ainda não tenha se sensibilizado para a necessidade da construção de sindicatos que naquela visão seriam

“amplos e representativos”, apontando para a transformação de todos os sindicatos e federações “filiados” à CUT em sindicatos e federações “orgânicos” à CUT²⁷².

A Central também aprovou uma série de propostas em torno da política industrial e geração de emprego e renda. Nesta resolução destacam-se três pontos: 1) A manutenção da defesa do aumento da produtividade como caminho para melhoria dos benefícios sociais. 2) A defesa da abertura da economia para o capital externo desde que feita através de uma “reestruturação com justiça social” e 3) A criação de um grande Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional. Na discussão sobre produtividade, a CUT defendia que:

“A elevação da produtividade industrial deve resultar em benefício social e não em demissão em massa de trabalhadores e crescente precarização e informalização do mercado de trabalho. Essas políticas devem estar subordinadas aos objetivos de geração de empregos, distribuição de renda e fortalecimento da estrutura produtiva e a preservação do meio ambiente.²⁷³”

Ao invés de questionar o caráter de classe da reestruturação produtiva, e seu objetivo de elevação da produtividade através do aprofundamento do investimento tecnológico, da subordinação dos trabalhadores e do aumento do desemprego, a Central avaliava que seria equivocado se colocar “contra” o processo como um todo, sendo a postura correta propor soluções e possíveis caminhos alternativos *no interior da sua margem de manobra*. Esta concepção de um sindicalismo conciliador e social-liberal, que atuaria no interior das margens de manobra do projeto estratégico neoliberal, demonstrava-se ainda mais claro no ponto da resolução sobre abertura da economia aos capitais externos:

²⁷² A proposta de unificação dos sindicatos cutistas em “sindicatos orgânicos” partiu da 7ª Plenária Nacional da CUT, ocorrida em 1995. Segundo a resolução “A caminho do sindicato orgânico” era necessário: 1. Incentivar o uso coletivo de estruturas dos sindicatos filiados, como assessorias técnicas, imprensa e gráfica, jurídico etc. 2. Desencadear um processo de fusão de sindicatos que reforce a unificação por ramos, em âmbito regional, estadual e nacional, com forte organização por local de trabalho. 3. Realização de um amplo debate, com diversos seminários, até 1º semestre de 1996, para discussão dos seguintes pontos: a) Discussão prévia nos ramos, no sentido de propor uma nova divisão territorial em vista da fusão dos atuais sindicatos em bases regionais ou estaduais e sobre sindicatos não filiados à CUT; b) Definir os critérios a serem seguidos num processo de discussão política nas bases sobre a importância da fusão de sindicatos; c) Discussão dos princípios básicos de um Estatuto de modelo sindical cutista, contendo regras de convivência democrática, processo eleitoral, consulta aos trabalhadores, regras de filiação, entre outros, tendo como referência os Estatutos da CUT; d) No processo de discussão sobre o sindicato orgânico da CUT, deverá ter um papel fundamental a construção de uma política que vise a unificação dos cutistas, preservada a pluralidade de opiniões. Essa política deve se expressar na busca de mecanismos que garantam a composição proporcional entre as diversas visões cutistas, de acordo com seu peso na categoria.

²⁷³ CUT. Resoluções do VI CONCUR (1997). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

“A abertura externa, para cumprir um papel positivo para o país e contribuir para a modernização e reestruturação com justiça social, deve ser realizada de forma gradual, seletiva e vir acompanhada por políticas de desenvolvimento (industrial, agrícola, tecnológica e de capacitação profissional) que sejam capazes de modernizar os setores, antes de concluir-se pela sua franca exposição à concorrência internacional. A política de abertura deve orientar-se pela escolha do perfil produtivo desejável e possível para o futuro, contando com o envolvimento de toda a sociedade”²⁷⁴.

Nesta deliberação, a CUT defendia então que a internacionalização da economia brasileira poderia cumprir um papel positivo do ponto de vista dos trabalhadores, desde que existissem certos métodos na forma de sua implementação. O texto deixa bem claro que o importante não seria propor uma nova organização da produção, na qual o trabalho tivesse centralidade e não os ditames do capital, e atuar no interior da conjuntura nessa perspectiva; aqui *o fundamental é propor soluções que amenizariam os impactos e cadenciariam o ritmo das mudanças que seriam inexoráveis*. Seria, portanto, fato inquestionável a necessidade de “modernização” do parque industrial brasileiro, pois a incapacidade de geração de empregos estava associada:

“ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar (...). Desse forma, a atitude sindical frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica deve ultrapassar os preceitos de aceitação passiva, ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças”²⁷⁵.

A CUT então defendia a importância da “modernização tecnológica” das indústrias como forma de superação do desemprego, aplicando enquanto sua a estratégia das classes dominantes, sendo dirigida intelectual e moralmente pela burguesia. A definição deste paradigma enquanto social-liberal se justifica na medida em que a CUT era uma Central que provinha da tradição socialista, e que utilizava de sua legitimidade no interior das massas para propagação do projeto neoliberal, defendendo certos desvios de rota e adaptações táticas no interior das suas margens de manobra.

As deliberações do VI CONCUR (1997) deram outro tom a construção de um novo imaginário no interior da Central, que legitimaria a mudança de rumos imprimida pela “Articulação Sindical”. A manutenção da visão “meramente de

²⁷⁴ Idem, *ibidem*.

²⁷⁵ Idem, *ibidem*.

resistência”, típica da década de 1980, e identificada com as correntes de oposição, não seria apenas um equívoco como era defendido anteriormente, mas uma postura *conservadora*:

“Antes, a palavra de ordem era apenas a resistência, e a luta sindical era antes de tudo uma luta democrática. Agora, é preciso prosseguir na resistência, mas apresentando claramente as nossas propostas de classe, e contrapondo-as às propostas das elites brasileiras. Na atual conjuntura, a pura e simples negação das reformas propostas pelas elites, equivale a uma posição *conservadora, de manter o status quo*, herdado dos militares e apenas parcialmente modificado pela Constituição de 1988.”²⁷⁶

Além disso, no ponto “Resistência propositiva e disputa de hegemonia” da Resolução “Estratégia”, a CUT defendia de forma superficial a elaboração de alternativas que apontassem para um modelo diferente de sociedade:

“Contra essa onda reacionária, é preciso resistir, repudiando o modelo anterior e apontando para um modelo diferente, comprometido com a democracia, liberdade, solidariedade, justiça social e com os interesses e necessidades da maioria da população. Isso exige dos trabalhadores e dos setores democráticos da sociedade a elaboração e apresentação de alternativas, como um conjunto de propostas, tratando de Política Industrial, Política Agrária e Agrícola, além de políticas voltadas para a cidadania, priorizando emprego, educação e formação profissional”²⁷⁷.

Como forma de viabilizar essa alternativa, no ponto “Mobilização, cidadania e negociação” da mesma resolução, defendia-se uma relação de “abertura, transparência e participação popular” com o governo, pois eram

“(…)com essas preocupações que combinamos, *desde a fundação da Central*, a mobilização dos trabalhadores com a ocupação de espaços institucionais (Codefat, o Conselho Curador do FGTS, o Conselho de Seguridade Social e o Conselho Nacional do Trabalho), de negociação ampla com o governo e o patronato, disputando, em contraposição às organizações e propostas patronais, influência junto à sociedade. Inicialmente, lutando pela definição do princípio da representatividade como requisito básico de representação, ao lado da abertura para negociação na definição de todas as políticas que sejam do interesse da classe trabalhadora.”²⁷⁸

²⁷⁶ CUT. Resoluções do VI CONCUR (1997). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

²⁷⁷ Idem, *ibidem*.

²⁷⁸ Idem, *ibidem*. Grifos nossos.

Dessa forma, no que tange a Estratégia da CUT, o VI CONCURT aprofundava ainda mais a perspectiva da participação dos fóruns tripartites, *recriando a memória da Central como se esta atuação sempre estivesse na concepção cutista de sindicalismo, desde sua fundação*. A ampla defesa da ocupação dos espaços institucionais, mesclada com a mudança no horizonte estratégico da Central, que deixava de lado a luta de classes, o classismo e o socialismo, para reivindicar “políticas voltadas para a cidadania”, demonstram que a Central Única dos Trabalhadores consolidou neste Congresso *uma reelaboração de sua concepção sindical, em direção a um sindicalismo de cunho social-liberal e conciliador*. Aqui, as mudanças que se deram primeiramente no terreno prático, chegaram também de forma clara e objetiva no terreno teórico-ideológico das resoluções congressuais, conformando um todo único e coerente. Se num primeiro momento a CUT tinha transformações nas suas práticas, mas mantinha resoluções que apontavam para superação da ordem e amplas campanhas de mobilização, chegamos a um segundo momento que fecha este ciclo de transição, da prática em direção à teoria. Entretanto, é importante deixar claro que existia uma teoria por detrás da prática desde o início: a questão é que a correlação de forças interna da CUT e a manutenção de resquícios de democracia sindical não possibilitavam a aplicação em totalidade do projeto da Articulação Sindical. *As posições da CUT não eram apenas as posições da maioria da sua direção: eram a resultante da correlação de forças interna com as correntes minoritárias, e da posição que a Central ocupava na cena política como oposição ao governo de FHC*. Assim, as posições que a CUT defendia resultavam da interação entre os diversos setores da Central num quadro em que era obrigada a fazer oposição²⁷⁹. Na medida em que a correlação de forças na sociedade piorava do ponto de vista dos trabalhadores, em paralelo com o aumento do domínio da Articulação Sindical sobre a CUT, a tendência era que as deliberações da Central avançassem na organização e centralização de políticas que, apesar de serem pautadas pela maioria da direção, eram apenas difusas na prática, como no caso da Formação Profissional no interior da perspectiva do “sindicalismo cidadão”.

Por outro lado, apesar da consolidação do perfil social-liberal da CUT, os diversos determinantes que influenciavam nos rumos de suas resoluções ainda

²⁷⁹ Grande parte de nossas análises tiveram como referência comparativa àquelas realizadas em torno das mudanças que ocorreram no PT provenientes do texto: BORGES NETO, J. M. Governo Lula - Uma opção neoliberal. In: João Antônio de Paula. (Org.). Adeus ao Desenvolvimento - A opção do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, v. , p. 67-89.

mantiveram a defesa da superação do capitalismo por uma sociedade socialista enquanto marco da Central, mesmo que contraditória com a lógica geral dos textos:

“Não parece viável uma solução intermediária no contexto do sistema. Por isto, o socialismo coloca-se como a única saída progressista para a humanidade, a única alternativa à degradação social. (...)A conclusão de que a única saída para os trabalhadores é o socialismo não significa que a resistência ao neoliberalismo deva ser abandonada. Pelo contrário, só participando ativamente nas batalhas concretas, cotidianas, em defesa dos anseios e reivindicações das massas, e elaborando uma alternativa unitária das forças populares será possível elevar o nível de consciência dos assalariados e criar as condições subjetivas necessárias para a batalha maior, visando a ruptura revolucionária do sistema capitalista e a conquista do socialismo”²⁸⁰.

O VI CONCUT (1997) foi um marco contraditório. Ao mesmo tempo em que foi consolidada através do caminho imposto pela maioria da direção da CUT uma concepção de sindicalismo social-liberal, outros fatores influenciavam para que a Central ainda tivesse um papel importante na conjuntura na perspectiva dos trabalhadores como: 1) A manutenção da CUT enquanto uma Central de Massas, que apesar da drástica diminuição de sua democracia sindical e das mudanças em sua atuação, ainda era a principal referência dos trabalhadores combativos e do movimento social classista. 2) A resistência das correntes minoritárias que se mantinham nos marcos do classismo e da combatividade, que tensionavam na teoria e na prática os novos rumos que estavam colocados. 3) O papel da CUT na conjuntura em oposição ao Governo de FHC. Assim, eram diversas as determinações que moldavam a CUT, o que colocava a Central, de forma contraditória com ampla parte de suas práticas e defesas ideológicas, ainda no apontamento de mobilizações numa frente anti-neoliberal:

“A conjuntura atual aponta para a necessidade de uma maior articulação das organizações populares da chamada sociedade civil, cabendo à CUT um papel de destaque. Isto exige da Central o estabelecimento de prioridades no campo da relação com as organizações da sociedade civil, como CNBB, CPT, MST, ABI, OAB, UNE, organizações não-governamentais e partidos políticos comprometidos com os interesses populares e organizações de base do movimento popular. (...)Um combate efetivo ao neoliberalismo e à deterioração social exige mobilização e articulação permanente com os movimentos sociais, atraindo os setores técnicos e acadêmicos envolvidos com essas questões e comprometidos com os interesses da população”²⁸¹.

²⁸⁰ CUT. Resoluções do VI CONCUT (1997). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

²⁸¹ Idem, *ibidem*.

A manutenção da unidade da CUT na perspectiva de uma frente única dos trabalhadores era baseada não mais nos acordos estratégicos existentes em seu interior, mas no papel que a Central tinha na luta de classes. Se estruturalmente a Central caminhava para o social-liberalismo, conjunturalmente ainda tinha relativa importância para as classes subalternas. Ocorreu uma transição na qual a Articulação Sindical deixou de dirigir intelectual e moralmente a CUT para dominá-la, movimento esse realizado em paralelo com o aumento da influência do programa burguês no interior do sindicalismo combativo. Esta transição, que foi realizada mesclando fortes rupturas e imposições (como nos casos de fraudes, diminuição da democracia sindical, não respeito à votação da proporcionalidade qualificada), com mutações lentas e graduais (através da expansão da utilização do imposto sindical e das políticas assistencialistas, da aceitação de certos “princípios ideológicos” do programa das classes dominantes, etc), gestou-se de forma orgânica; tanto a CUT era influenciada negativamente pela nova conjuntura, quanto esta piorava do ponto de vista dos trabalhadores devido às escolhas realizadas pela Central.

No ponto “Política Nacional de Formação” das deliberações do referido Congresso, a CUT fez a análise de que vinha reestruturando sua atuação “a fim de atender aos novos desafios colocados para nossos sindicatos e nossa Central”²⁸². E para cumprir este desafio, era preciso a realização de alguns objetivos estratégicos, como “ajudar a CUT a intervir com mais qualidade nos espaços institucionais tripartites ou outros conselhos públicos”²⁸³, ou mesmo:

“no aprofundamento de nossa formulação sobre a questão da Formação Profissional, no campo da ação sindical, da negociação sindical, e, em especial, da formação sindical, onde todo o acúmulo político-metodológico da PNF deve ser utilizado”²⁸⁴.

A resolução recomendava ainda que a Secretaria Nacional de Formação auxiliasse na consolidação de uma política financeira para as atividades de formação sindical, dentro de um quadro mais geral de “auto-sustentação” da CUT. Especialmente a partir deste ano (1997) grande parte da Política Nacional de Formação foi financiada com recursos do FAT para a Formação Profissional, através do PLANFOR, direcionando esforços das Escolas Sindicais da CUT para este fim.

²⁸² Idem, *ibidem*.

²⁸³ Idem, *ibidem*.

²⁸⁴ Idem, *ibidem*.

Na deliberação sobre “Formação Profissional”, o VI CONCURTO reafirmou as deliberações da 7ª Plenária, e que a CUT deve continuar articulando nacionalmente as ações de suas instâncias horizontais e verticais, como também das entidades filiadas no que tange ao tema. Esta articulação deveria visar o desenvolvimento de uma estratégia nacional de formação, pautada por:

- “a) a capacitação de dirigentes para ações e negociações no campo da Formação Profissional;
- b) a qualificação de formadores (atuantes na área da Formação Profissional), dentro dos princípios metodológicos praticados na Rede de Formação da CUT;
- c) a preparação dos representantes cutistas nos fóruns institucionais;
- d) o aprofundamento do debate nas instâncias horizontais e verticais sobre a perspectiva cutista para a Formação Profissional no país;
- e) a consolidação de iniciativas de intercâmbio internacional com centrais e outras entidades que desenvolvem projetos relacionados nessa área etc.²⁸⁵”

Sobre a participação da Central nos espaços institucionais, manteve-se a política de fortalecer a atuação nas Comissões de Emprego, articulando-a com o “Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores”, além de :

“Definir uma política de captação de recursos públicos (principalmente do FAT) para o desenvolvimento de projetos de Formação Profissional, por parte de suas instâncias verticais e horizontais.²⁸⁶”

Dessa forma, o VI CONCURTO (1997) faz uma inflexão ainda maior em sua política de formação. O que estava antes colocado de forma vaga na 7ª Plenária de 1995, agora foi descrito e consolidado como uma nova perspectiva política da Central. A ênfase na participação dos fóruns tripartites foi ratificada, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, como também uma política específica de formação para os conselheiros que atuam nesses espaços. *Ou seja, a perspectiva sindical-instrumental da formação da CUT deixou de priorizar a organização dos sindicatos e das lutas em direção a construção de subsídios para a ação institucional dos dirigentes.* Além disso, foi consolidada a atuação da CUT enquanto executora de atividades de Formação Profissional, seja na qualificação de formadores, ou mesmo na realização de projetos, inclusive com iniciativas com Centrais Sindicais de outros países. E sobre a forma de

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

²⁸⁶ Idem, *ibidem*.

viabilização do financiamento destas atividades, a deliberação também é muito clara: construir uma *política de disputa de recursos provenientes FAT*.

A consolidação dessa nova concepção sobre a relação entre Formação Profissional e Formação Sindical estava no bojo da redefinição dos marcos teórico-práticos da CUT com o Estado, dentro da construção de “espaços públicos não-estatais”, como demonstra a resolução “Propostas para uma política de cidadania”:

“Quanto ao papel do Estado em relação às políticas sociais, é importante notar que a realidade hoje existente impõe a sua redefinição. Acostumamos a enxergar o Estado como o único agente responsável pela definição e execução dessas políticas. Na perspectiva de um embate mais ideológico, Estado e mercado sempre surgiram como únicas alternativas de viabilização do bem-estar social. No entanto, *a dinâmica atual tem-nos mostrado que outros atores sociais podem e devem contribuir nas definições, implementações, controle e eficácia das políticas públicas*”²⁸⁷.

Para a CUT a co-responsabilização na prestação de serviços sociais faz parte da visão de que sociedade civil é uma esfera pública não estatal de cidadania, sendo, portanto legítimo o recebimento de recursos estatais para efetivação de programas que teriam “função pública”, como a Formação Profissional. A Central propagandeava, na teoria e na prática, a agenda neoliberal de “concertação social”, ou em outros termos, o pacto social entre as classes.

O VI Congresso em grande parte do tempo esteve tomado pela disputa sobre quem seria o novo Presidente. Não entre a Articulação e as forças minoritárias, mas no interior do próprio segmento majoritário. Após a determinação de Vicentinho em concorrer às eleições, semanas antes do Concut, setores articulados em torno da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo ameaçaram não apoiá-lo, defendendo a indicação do então secretário geral da CUT e diretor daquele Sindicato, João Vaccari Neto²⁸⁸. O impasse se estendeu por todo o Congresso, com declarações feitas à imprensa de ambas as partes. Apenas momentos antes da eleição da nova Direção, chegou-se a um acordo, com Vicentinho como presidente e Vaccari como vice. Ao todo concorreram 5 chapas, tendo a Articulação obtido 52% dos votos. A grande quantidade de chapas, impulsionada também pela não necessidade de um patamar mínimo de votos para participação na direção, demonstrava a fragilidade das correntes minoritárias na

²⁸⁷ CUT. Resoluções do VI CONCUR (1997). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

²⁸⁸ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002. Pág 332

Central: um grande contraste com a formação no IV Concut de uma chapa unitária de toda oposição, que dividiu o congresso meio a meio. Nesse sentido, Vicentinho foi reeleito como Presidente, além da eleição de um novo secretário para a Secretária Nacional de Formação, Altemir Tortelli, membro da Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Depois do VI CONCURTO ocorreu o 12º Encontro Nacional de Formação, realizado em Novembro de 1997, no qual o tema mais discutido, alvo de uma polêmica aberta e demarcada, foi a Formação Profissional. Entretanto, apesar das grandes divergências, a CUT já havia buscado recursos do FAT para a realização de atividades de Formação Profissional, deixando de lado as possíveis deliberações do 12º ENAFOR. Segundo Mônica Valente, ex-Secretária da SNF, o “projeto da CUT foi apresentado no início do ano (1997), foi aprovado em agosto e o dinheiro chegou em outubro.²⁸⁹” Este novo projeto tinha como referência de Formação Profissional as atividades realizadas pelo “Integral”, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que associava formação profissional com certificação de primeiro grau, como afirmou Altemir Tortelli no 12º ENAFOR, novo Secretário da SNF recém-empossado²⁹⁰. O que era então o “Integral”, a primeira grande parceria nacional da CUT com o FAT?

3.3. O Programa “Integral”: a grande Parceria Nacional entre a CUT e o FAT

O Integral correspondia ao Convênio MTb/Sefor/Codefat 0011/97 CUT, sendo proposto ao CODEFAT enquanto “Programa Integral de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e de Formação de Formadores em Educação Profissional”. Tinha basicamente três áreas de atuação: 1) Articular as ações e projetos desenvolvidos pelas estruturas verticais e horizontais da CUT no campo da requalificação profissional, integrando-os uma política pública de empregos 2) Programa de Formação de Formadores, o qual tinha como público-alvo os educadores de programas de formação profissional; 3) Programa de Capacitação de Conselheiros, que queria atingir os conselheiros de emprego vinculados aos sindicatos cutistas e as CUT’s Estaduais. Nos dois últimos programas, contou-se com o suporte para sua execução das sete Escolas Sindicais da CUT e das CUT’s

²⁸⁹ Entrevista de Mônica Valente. Retirado de Paulo Tumolo. Op cit, pág 230

²⁹⁰ Idem, ibidem

Estaduais. Dessa forma, o “Integral” não se tratava propriamente de um programa de formação profissional; era voltado para estruturar em âmbito nacional uma grande rede de formação profissional, a qual seria sustentada pelos professores capacitados pelo programa, como também através da possibilidade de disputa de novos recursos nos Conselhos Estaduais e Municipais de Emprego, tendo em vista a Capacitação de Conselheiros²⁹¹. *O Integral tinha enquanto estratégia consolidar uma ampla estrutura de formação profissional cutista, que teria sua gestão e programa pedagógico dirigidos pela Secretaria Nacional de Formação (SNF).*

Com este Programa, a CUT objetivava:

- “Participar e contribuir com o debate sobre a constituição de um sistema público de emprego e de formação profissional e de alternativas de geração de emprego e renda;
- Partindo das experiências desenvolvidas no âmbito da CUT contribuir para a formulação de propostas de formação profissional e de alternativas de geração de emprego e renda;
- Articular ações sindicais no campo da formação profissional, orientando a atuação dos cutistas frente as políticas e iniciativas públicas e frente aos projetos de requalificação profissional desenvolvidos pelas estruturais verticais e horizontais da CUT.²⁹²”

O programa de “Articulação de ações e projetos em requalificação profissional” tinha previsto a realização de seminários dos ramos (estruturas verticais da CUT) e a criação de uma câmara técnica de sistematização e socialização destas experiências e iniciativas. O “Capacitação de Conselheiros” ofereceu mil vagas em 1998 e mil vagas em 1999, para dois tipos de percurso formativo: um curto (40 horas) e um longo (128 horas). Nos dois casos a estrutura foi modular, combinando oficinas, seminários e módulos de formação à distância. Entre os objetivos destacavam-se: a capacitação de conselheiros para uma efetiva participação nos programas sociais de trabalho, o desenvolvimento de metodologias para a “democratização do Estado” baseada na ênfase no tripartismo. No que tange a Formação de Formadores em Educação Profissional, foram oferecidas 500 vagas em 1998 e 500 vagas em 1999, para o curso de 120 horas, organizado em 3 módulos, com os seguintes objetivos: desenvolver um programa de formação profissional promovendo o avanço conceitual e

²⁹¹ OLIVEIRA, Roberto Vêras. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualizações – Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. [tese USP] pág 461

²⁹² “Projeto Formação Integral” in: CUT. Plano Nacional de Formação – 1998. Pág 26

operacional das experiências de Formação Profissional da CUT e de outras iniciativas correlatas da sociedade; elaborar e implementar um banco de dados de formadores²⁹³.

Em relação ao Curso de Capacitação de Conselheiros, a base do seu

paradigma
era a visão
cutista de
formação
sindical:

Ano	Quantidade de Comissões	Índice = 100
1996	625	100
1998	1520	243,2
1999	2.432	389,12

“A formação sindical promovida pela CUT busca potencializar a capacidade, profundamente humana, de conhecer de forma crítica, com a perspectiva de construir uma sociedade humana e justa, base de seu projeto político-sindical.²⁹⁴”

No interior dessa visão, era constituído um percurso formativo, dividido em 6 eixos temáticos: 1) A institucionalidade do campo trabalho educação 2) Mudanças Contemporâneas: Trabalho, Desenvolvimento, Estado e Democracia; 3) A realidade local: Trabalho, Desenvolvimento, Estado e Democracia; 4) Espaço Público de ação Sócio-Política e Cultural; 5) Análise crítica de experiências concretas de funcionamento das Comissões; 6) Concepções e Projetos de Formação Profissional. Para termos idéia da importância desse Curso de Capacitação, podemos verificar o enorme crescimento dos Conselhos Municipais de Emprego entre 1996 e 1999:

Tabela 20 - *Expansão das Comissões Municipais de Emprego (1996-1999)*

²⁹³ Idem. Pág 26 e 27

²⁹⁴ CUT. Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego, 1999. Pág 122

Fonte: CUT. Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego, 1999. Pág 55

Apenas no Estado de São Paulo, no final de 1998, existiam 295 comissões municipais de emprego, envolvendo 1.834 entidades e mais de 5 mil pessoas²⁹⁵.

Em relação ao “Programa de Formação de Formadores em Educação Profissional”, os registros do processo de sistematização o caracterizam como:

“um momento específico *na ação de formação sindical profissional dentro da Central Única dos Trabalhadores*. (...) é um outro tempo para a formação cutista e profissional no país (...). Cada experiência, a seu modo, procura responder a necessidade de uma formulação multidimensional, *superando em muito a dicotomia entre educação geral, político-sindical e profissional*. Busca-se intensamente promover uma formação integral, atenta ao desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano.²⁹⁶”

A intenção do curso era “reconstruir a concepção de formação profissional como direito, conformando um acúmulo político-metodológico para a ação sobre a educação do/a trabalhador/a”²⁹⁷. E dentro dos princípios político-metodológicos do Programa avaliava-se que era necessário, entre outros, “capacitar para a produção de novos conhecimentos que se articulem de forma crítica, autônoma e soberana no âmbito das transformações que caracterizam o mundo contemporâneo”²⁹⁸.

Em 1998, além da realização dos Cursos dentro da perspectiva do Programa Integral, foi construído no mês de outubro o Encontro Estadual dos Conselheiros de Trabalho Cutistas de São Paulo, em Cajamar, através da Secretaria Nacional de Formação, com o objetivo de “unificar as ações nas questões que dizem respeito à disputa por um novo Sistema Público de Emprego, no qual a Qualificação Profissional é um dos principais temas.²⁹⁹”. Além disso, a Executiva Nacional da CUT no final daquele ano aprovou uma iniciativa pioneira de criação da Central de Atendimento Integrado ao Trabalhador, com o objetivo de transformá-la em experiência-piloto de desenvolvimento “do espaço público não estatal”, executando assim um programa específico de intermediação de mão-de-obra.

²⁹⁵ Idem, ibidem. Pág 56

²⁹⁶ CUT/SNF. Formação de Formadores: alicerce do projeto de educação dos trabalhadores (2000).

²⁹⁷ Idem, ibidem. Pag 28

²⁹⁸ Idem, ibidem. Pag 46

²⁹⁹ Nota Convocatória para o Seminário sobre Ação Sindical em Qualificação Profissional – 8 e 9 de Outubro de 1998- Cajamar/SP. Retirado de op. Cit, pág 97.

O “Integral” foi a primeira parceria nacional da CUT com o FAT, coordenada pela Secretaria Nacional de Formação através de sete escolas orgânicas e das CUT Estaduais. Tratou-se, portanto, de dois projetos com a nomenclatura Formação Integral, que absorveram cerca de 3 milhões de Reais dos recursos do FAT, com o objetivo de habilitar mil formadores para formação profissional e 2 mil conselheiros das comissões. Adicionalmente, a construção do Programa Integral através de um convênio de âmbito nacional com o FAT revela uma relação com a institucionalidade distinta do que era realizado anteriormente, demonstrando outro patamar de articulações políticas nesta área. Como exemplo dessa forma de atuação, temos a atuação do Presidente do CODEFAT no final de 1997, Delúbio Soares de Castro, representante da CUT no Conselho, que sugeriu o aumento das verbas do FAT de cerca de 360 milhões de reais para 1 bilhão de reais, já que assim a CUT poderia disputar um montante maior de recursos.

No que tange a conjuntura, apesar do avanço do ajuste neoliberal, esta política estava longe de ter esgotado suas possibilidades no Brasil. Este programa não dependia apenas de “projetos” das forças sociais envolvidas, pois representava um encontro de interesses e estratégias das classes dominantes, especialmente as frações ligadas aos grandes oligopólios empresárias e ao mercado financeiro. As crises cambiais de 1995, 1997 e 1998 forçaram o governo a acelerar o processo de privatizações, o corte de gastos sociais e a retirada de direitos dos trabalhadores. Como nos diz Armando Boito Jr:

“Nessas crises, por exigência de sua própria política, o governo foi levado a promover sucessivos “choques de juros”, que, se não são parte integrante e inseparável da política neoliberal, têm, dadas as características do capitalismo periférico brasileiro, acompanhado a aplicação do programa neoliberal no Brasil.^{300c}

A política econômica neoliberal, refém dos capitais externos, para conseguir manter seus ajustes, necessitava cortar ainda mais os investimentos nas áreas sociais, *reagindo às crises em uma perspectiva de avanço da sua política*.

Na eleição de 1998, a burguesia repetiu o que fizera na eleição de 1994: unificou-se em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para derrotar Lula e “exorcizar” a possibilidade de um candidato mais à esquerda no poder. Mas, passada a eleição, começavam a surgir indícios de que o período pós-eleitoral seria diferente do

³⁰⁰ BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Xamã, 1999. Pág 12

anterior. Em 1994 a unidade das classes dominantes em torno da plataforma neoliberal prolongou-se após as eleições, criando um forte bloco de poder que viabilizou os ajustes almejados. Em 1998, multiplicavam-se os indícios de que as contradições no interior da burguesia poderiam trazer dificuldades para uma aplicação totalizante do neoliberalismo, pois já começavam a ocorrer mudanças também no seio das classes subordinadas.

O neoliberalismo conseguiu construir uma base de apoio proveniente das classes subordinadas, moldando as críticas existentes ao aparelho do Estado e a falta de políticas públicas, para um apoio do seu projeto de contra-reformas como possível alternativa à crise. Os trabalhadores, se aos poucos viam minada a resistência ao neoliberalismo, em grande medida devido à débil atuação de seus espaços de organização de classe (mesmo porque se dizia que a privatização visava liberar recursos para as áreas de saúde e educação e para diminuir a dívida externa), começavam a perceber na prática os seus efeitos, questionando seus males. Além disso, o forte crescimento do desemprego e da economia informal, gerado pelo ajuste neoliberal também aumenta o descontentamento das classes subordinadas. Ao mesmo tempo, portanto, que temos o enfraquecimento da organização dos setores populares, existe uma mudança na conjuntura, na qual estes deixam de aceitar passivamente o imaginário do neoliberalismo enquanto solução viável para a crise. O ajuste neoliberal encontra então um desgaste cada vez maior.

Em 1998 e 1999 temos a atuação dos trabalhadores na Volks e na Ford, através essencialmente das comissões de fábrica, questionando a crise que se abatia sobre as empresas, tendo reflexos imediatos em políticas que iam contra os setores populares. Apesar da iniciativa de mobilização, o sindicato não propôs mobilizações do conjunto da categoria, aceitando o modelo de negociação por empresa, facilitando assim a atuação das grandes montadoras. A forma de atuação agora, principal bandeira dos líderes sindicais do ABC, era a diminuição de impostos. Como nos diz Marcelo Badaró:

“(...)para supostamente defender empregos, tais lideranças apontaram como saída para a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas, ainda que a custo de compensar a queda na procura por automóveis novos com redução de arrecadação de impostos que, teoricamente, deveriam beneficiar ao conjunto da população, através dos serviços públicos. A isto chama de “sindicato cidadão”³⁰¹.

³⁰¹ MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. Pág 96

A CUT escondia-se atrás do rótulo de sindicalismo cidadão para encontrar outra roupagem para sua política de conciliação. É interessante destacar que a utilização do termo “cidadão” vem em uma conjuntura na qual as classes dominantes tentam deturpar seu significado, como objetivo de legitimar as retiradas de direitos e gastos sociais, na perspectiva da utilização do “voluntariado” e do fortalecimento das ONG’s.

Como balanço do ajuste neoliberal no período, temos o forte aumento do desemprego, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 21 - Taxas de Desemprego % Brasil (PME/IBGE) e São Paulo (PED/DIEESE)

Ano	Brasil	São Paulo
1989	3,4	8,7
1990	4,3	10,3
1991	4,8	11,7
1992	5,8	15,2
1993	5,3	14,6
1994	5,1	14,2
1995	4,6	13,2
1996	5,4	15,1
1997	5,7	16,0
1998	7,6	18,3
1999	7,8	19,5
2000	7,1	17,7

Existiu, no período da década neoliberal, o aumento de mais de 100% do desemprego no Brasil. E em conjunto com o desemprego, ocorreu um forte arrocho

	População total residente em favelas	População residente em favela/ População total
1950	169.305	7,13%
1960		
1970		
1980		
1991		
2000		

TABELA 9		
Valor real do salário mínimo		
Médias anuais - 1989 a 1999		
Anos	Salário mínimo	
	R\$	Índice
1989	237,86	100,00
1990	165,69	71,76
1991	173,05	74,64
1992	140,51	64,05
1993	167,31	72,16
1994	147,21	60,90
1995	138,72	60,26
1996	147,96	61,23
1997	144,20	62,19
1998	157,21	65,22
1999	157,83	65,48

salarial:

Esta conjuntura de queda no emprego e diminuição dos salários teve enquanto consequência o crescimento das favelas:

Tabela 22 - População residente em favelas na cidade do Rio de Janeiro (1950-2000)

Fontes: Ribeiro, L. *Segregação, Desigualdade e Habitação: A Metrópole do Rio de Janeiro* e IBGE. Elaboração própria.

Tabela 8. Favelas do município de São Paulo, 1980-2000

	1980	1991	1996	2000
Favelas	188	629	574	612
Domicílios	71.258	146.891	176.905	-
População	335.344	711.032	747.322	909.628
% da pop municipal	3,95%	7,46%	7,60%	8,72%

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e Contagem da População de 1996

Um grande número dos domicílios existente nas favelas foi construído por regimes de cooperação como o “mutirão”, utilizando dias de folga e fins de semana. A habitação é construída, portanto, através de trabalho não pago. Como nos aponta Francisco de Oliveira, embora aparentemente:

“esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribuiu para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir salários reais pagos pelas empresas”³⁰².

De forma correlacionada a este processo, temos a queda da mobilização dos trabalhadores, podendo ser visualizada através da forte diminuição das greves:

Tabela 23 - Greves no Brasil (1989-1999)

Ano	Número de Greves
1989	3943
1990	2357
1991	1399
1992	554
1993	653
1994	1034
1995	1056
1996	1258
1997	630
1998	580
1999	553

Fonte: MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício da Leitura, 1998 e IPEA. Elaboração própria.

E como forma de viabilização de toda esta política, baseada na entrada de capitais externos, o Governo aumentou enormemente a dívida externa e interna:

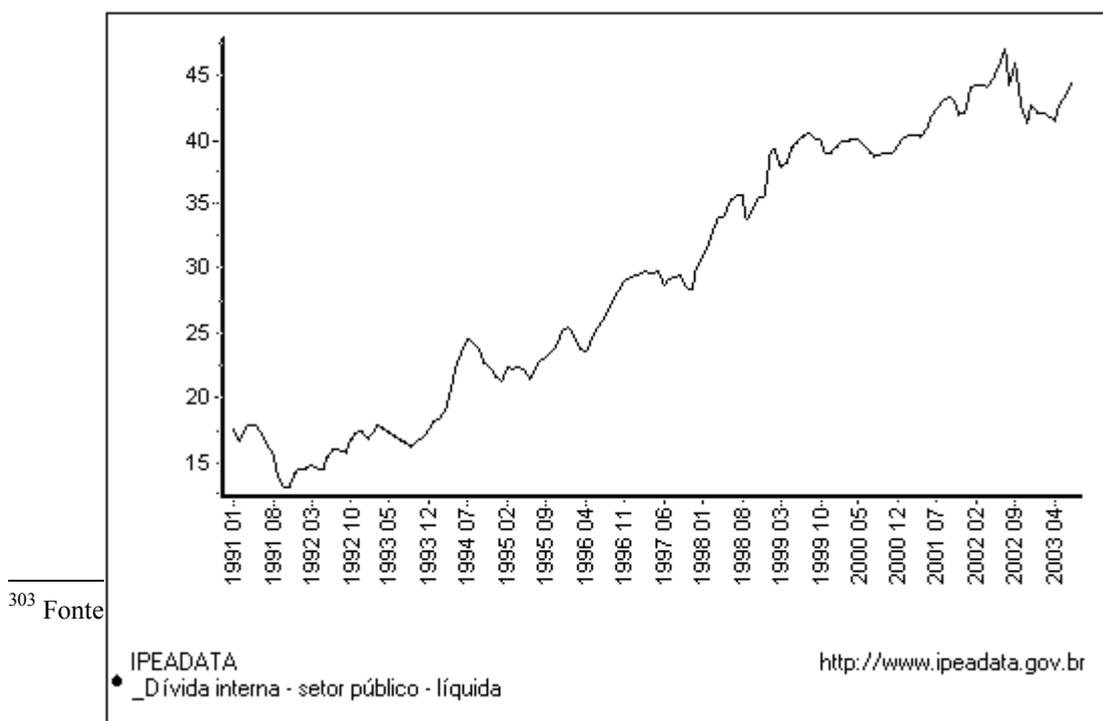
³⁰² OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. Pág 59

Tabela 24 - Evolução da Dívida Externa Brasileira – em dólares (1970-1999)³⁰³

1970	1980	1990	1999
5,3 bilhões	53,8 bilhões	120,9 bilhões	239,0 bilhões

Fonte: JUBILEU SUL. Dados da Realidade Brasileira. p.1

Tabela 25 - Dívida Interna – Setor Público – Porcentagem do PIB (1991-2003)



Os mecanismos de dívida, interna e externa, complementam-se, viabilizando a lucratividade dos capitalistas do setor financeiro, subordinando o governo ao dinheiro volátil, baseado no mercado especulativo³⁰⁴.

Foi dentro deste panorama de avanço do ajuste neoliberal, mas que em conjunto trouxe o seu próprio desgaste e um forte endividamento do Estado, que se iniciava o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. O ano de 1999 seria conturbado, e nele a CUT teria grande parte da sua forma de organização e atuação remodelada.

3.4 A 9ª Plenária Nacional

O período preparatório da 9ª Plenária Nacional da CUT, ocorrida em agosto de 1999, foi marcada por intensa agitação. Sua data foi adiada 3 vezes, ocorrendo a redação de 3 cadernos de textos diferentes para debate³⁰⁵. Naquele momento, a importância do tema da "Formação Profissional e Sistema Público de Emprego" era tanta que os textos preparatórios para a 9ª Plenária eram quase que integralmente dedicados a essa discussão. Embora tenha-se buscado o consenso, este foi impossível: as diversas tendências que compunham a Central polarizaram suas posições no campo da política de Formação Profissional. Inicialmente foi lançado o caderno "Textos em Debate", sendo duas dessas dedicadas ao tema "Formação Profissional".

A tese da "Articulação Sindical" avalia o Projeto de Formação Integral da CUT, que teve como objetivo a capacitação de conselheiros municipais e estaduais de emprego e a Formação de Formadores em Educação Profissional:

"O desenvolvimento de tais programas tem demonstrado a importância da atuação da CUT nesse campo, tanto no sentido de qualificar a ação

³⁰⁴ "O governo federal encerrou o ano de 1999 com uma dívida pública federal no valor de 414 bilhões de reais. E sobre essa dívida o governo está oferecendo títulos públicos, para cobrir a taxa de juros de 19% ao ano. E assim emite títulos, paga juros, para poder ir rolando a dívida. Segundo levantamento realizado, cerca de 61% dos títulos públicos federais, com correção cambial, colocados no mercado são comprados por bancos estrangeiros. Ou seja, o capital internacional especulativo vem ao Brasil aplicar seu dinheiro em Letras do tesouro nacional, que tem garantia contra desvalorização cambial, ou seja o governo se compromete a pagar 19% de juros líquidos, mais a correção cambial do real, se houver. Estabelece-se assim um vínculo permanente entre a dívida externa (entrada de capital financeiro de curto prazo) com a dívida interna. E os dois mecanismos além de se completarem, servem unicamente para transferir recursos nacionais para o exterior." (Estado de sp 18.2.00) Fonte: JUBILEU SUL. *Dados da Realidade Brasileira*. p.3

³⁰⁵ AFFONSO, Cláudia, (2001). A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Pág 167

dos conselheiros quanto na elaboração de metodologias que apontem uma nova prática pedagógica.³⁰⁶”

E quais seriam, então, as ações desenvolvidas na base desta “nova prática pedagógica”?

“Neste sentido, as ações e projetos desenvolvidos pelo movimento sindical e popular buscam desenvolver uma política de Formação Profissional contínua para os trabalhadores empregados, e desenvolver iniciativas de elevação de escolaridade através de ações em qualificação profissional, especialmente para aqueles setores mais afetados pela exclusão do mercado de trabalho (desempregados, jovens, mulheres, idosos).³⁰⁷”

A “Articulação Sindical”, em seu texto base para a 9ª Plenária Nacional da CUT, defendia a construção de uma “nova prática” para a política de formação da Central, mais especificamente *subordinar a formação sindical à formação profissional*. Os eixos prioritários da Secretaria Nacional de Formação deixaram de ser a preparação de atividades voltadas para a formação sindical-instrumental para ter como objetivo a capacitação de conselheiros e a construção de cursos de Formação Profissional. A concepção em torno desta Formação Profissional também se modificava, tendo muitos pontos de proximidade com o discurso oficial do governo FHC em torno do PLANFOR:

“Neste sentido as ações e projetos desenvolvidos pelo movimento sindical e popular buscam desenvolver iniciativas de elevação de escolaridade através de ações em qualificação profissional, especialmente para aqueles setores mais afetados pela exclusão do mercado de trabalho (desempregados, jovens, mulheres, idosos). Estas iniciativas vêm no sentido de avanços conceituais e metodológicos na integração educação e trabalho, orientando a atuação dos cutistas frente as políticas em educação profissional”³⁰⁸.

No mais, a Articulação Sindical defendia que era “a partir da política de Formação Profissional [que] podemos avançar na montagem de um SPE [Sistema Público de Emprego] democrático que integre as políticas ativas e passivas de emprego”³⁰⁹.

³⁰⁶ CUT. 9ª Plenária Nacional “Textos em Debate”. Retirado de idem, ibidem. Pág 168

³⁰⁷ Idem, ibidem. Pág 168

³⁰⁸ Idem, ibidem. Pág 169

³⁰⁹ Idem, ibidem. Pág 170

As teses da oposição, como a ASS (Alternativa Sindical Socialista) e MTS (Movimento por uma Tendência Socialista) criticavam esta concepção. Como exemplo temos a recusa do MTS a participação nas comissões tripartites, já que esta participação:

“não ajuda a lutar contra o desemprego. Ao colocar como horizonte a parceria, acaba com a única forma de lutar contra o desemprego, que é levar os trabalhadores a acreditarem em sua própria força e na luta.³¹⁰”

A ASS criticava diretamente o PLANFOR, o qual estaria “claramente integrado às demais medidas do governo FHC”, por defender que o “desemprego crescente e a segmentação do mercado de trabalho [são entendidos] apenas como decorrência das transformações tecnológicas e atribuído aos baixos níveis de escolaridade da população trabalhadora, que acaba sendo responsabilizada pela sua empregabilidade”³¹¹. Entretanto, no que tange a discussão sobre o FAT, o texto era muito genérico; ao mesmo tempo em que questionava as metodologias utilizadas, não deixava claro sua posição em torno do tema:

“Diante da situação crítica, no que diz respeito especificamente às demandas dos trabalhadores por ações de qualificação profissional com recursos do FAT, constitui urgente necessidade a definição de uma política pública de Formação Profissional como parte do SPE que inclua seguro desemprego, requalificação e re-emprego e que a partir de novas premissas conceituais e metodológicas, direcione e operacionalize a organização de processos educativos pelas diferentes agências formadoras, públicas e privadas.³¹²”

As resoluções aprovadas na 9ª Plenária construíram um grande conjunto que abarcava diversos temas. O entendimento que guiava a ampla gama de deliberações estava na perspectiva do “sindicalismo propositivo”, que deveria ter apontamentos em quase todas as áreas de políticas públicas; ao mesmo tempo, as resoluções transformavam-se quase em um caderno de textos, perdendo muito do seu foco político, especialmente sobre os temas polêmicos.

No que se refere à Política Internacional, a CUT defendia que sua política para a “América Latina deveria ter como orientação básica o combate ao neoliberalismo e a busca de soluções para desafios comuns”³¹³, orientados através do apoio ao Grito Continental dos Excluídos, que ocorreria em 12 de Outubro, e à Jornada Mundial de

³¹⁰ Idem, *ibidem*. Pág 170

³¹¹ Idem, *ibidem*. Pág 172

³¹² Idem, *ibidem*. Pág 173

³¹³ CUT. Resoluções da 9ª Plenária Nacional (1999) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

Lutas Contra a Rodada do Milênio, marcada para 30 de Novembro. O ponto central desta resolução era o repúdio à ALCA, a qual tinha como objetivo “transformar todo o Hemisfério em um verdadeiro quintal norte-americano, com total liberdade de mercado para seus capitais, produtos e uma superexploração da classe operária”³¹⁴.

Em relação às Políticas Sociais, a Central tinha enquanto pilar a defesa do SUS “como a melhor política de saúde para nosso país. Queremos a universalidade, a equidade, a integralidade e a gratuidade das ações do SUS, sob efetivo controle social”³¹⁵. Em relação à Educação, deliberou-se que a CUT legitimava “o Plano Nacional de Educação construído [num] espaço democrático, expressando a vontade da sociedade brasileira organizada. O Plano encontra-se no Congresso Nacional, onde foi apresentado antes da versão elaborada pelo Ministério da Educação. Falta, contudo, desenvolver uma campanha nacional envolvendo todas as entidades para massificar o Plano, tornando-o acessível à população e ao conjunto dos trabalhadores”³¹⁶.

No Plano de Lutas a CUT tinha como objetivo organizar a Marcha dos 100 Mil sobre Brasília, prevista para o dia 26 de agosto, o Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, a Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública, no dia 6 de outubro, o Dia de Luta pela Despenalização do Aborto na América Latina e Caribe no dia 28 de setembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de novembro e preparação de uma grande “paralisação nacional” para outubro: “Essa paralisação nacional deverá envolver toda a sociedade, desempregados, movimento popular, trabalhadores – dispostos ao enfrentamento com o governo FHC”³¹⁷.

Na resolução sobre a “Política Nacional de Formação”, a Central radicalizava a perspectiva do “sindicalismo propositivo” como unificadora de suas propostas. A reestruturação produtiva devia ser negociada, e por isso a formação que norteava essa nova concepção sindical tinha como fundamento uma estratégia formativa que capacitava para a luta através da gestão de políticas públicas e da atuação sindical na qualificação profissional:

“Diante das complexas mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, que demandam intervenções cada vez mais qualificadas e propositivas por parte dos dirigentes e lideranças cutistas, coloca-se como imperativo para a PNF desenvolver ações, em sua estratégia formativa, que os capacite para a luta pela negociação da reestruturação produtiva desde os locais de trabalho; para a luta pela democratização e

³¹⁴ CUT. Resoluções da 9ª Plenária Nacional (1999) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

³¹⁵ CUT. Resoluções da 9ª Plenária Nacional (1999) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

³¹⁶ Idem, *ibidem*.

³¹⁷ Idem, *ibidem*.

gestão das políticas públicas; para a atuação sindical em qualificação profissional, bem como para sua contratação nos processos de negociação coletiva e amadurecimento de proposições mais amplas que possibilitem um diálogo mais profícuo com a sociedade”³¹⁸.

O importante era unificar as experiências existentes, construindo um avanço na nova perspectiva da PNF, que devia “enfrentar o desafio de, a partir das experiências em curso, avançar nas reflexões, formulações e implementação de estratégias formativas que articulem as dimensões da formação sindical – formação profissional e educação formal”³¹⁹. No mais, a defesa da constituição de “espaços públicos estatais” foi inserida num contexto de reescrita da memória da CUT, como se desde a década de 1980 ela defendesse o recebimento de recursos públicos por entidades da sociedade civil para realização de serviços sociais. A implementação dessa política possibilitaria inclusive o caráter público do Estado, como demonstrava a resolução “As bases para a construção do Sistema Público de Emprego no Brasil”, na deliberação sobre Formação Profissional:

“A construção de espaços públicos não estatais é convergente com os princípios que sempre nortearam a ação da Central e de todo o campo democrático-popular no processo Constituinte de 1988, ancorados na crítica da natureza privatista do Estado brasileiro. Isto nos levou a propor novas formas e mecanismos decisórios sobre as políticas públicas, resgatando o caráter público do Estado e propondo soluções alternativas às políticas governamentais predominantes (ou à ausência delas)”³²⁰.

Nas deliberações da 9ª Plenária (1999) no ponto “Formação Profissional”, a CUT construiu como principal tarefa a centralização das atividades e recursos nesta área, pois “A soma das iniciativas e esforços em desenvolvimento deve apontar para uma maior organização da CUT na atuação em educação e qualificação profissional, e convergir para a sinergia necessária entre as entidades sindicais cutistas.”. O objetivo foi dar maior organicidade a SNF no âmbito da Formação Profissional, coordenando os diversos cursos realizados pelo país; naquele momento a CUT vê-se enquanto parte da execução da política pública de emprego e renda:

“As experiências de desenvolvimento de novas metodologias de educação profissional e do próprio desenvolvimento de programas de educação e formação profissional são as iniciativas pioneiras do

³¹⁸ Idem, *ibidem*.

³¹⁹ Idem, *ibidem*.

³²⁰ Idem, *ibidem*.

movimento sindical cutista no seu envolvimento direto na execução de políticas públicas de emprego, renda e educação.³²¹”

Ou seja, a CUT continua a defender em seu discurso a democratização das políticas públicas de emprego e renda, só que não apenas interferindo na distribuição e utilização dos recursos pelo Estado através das comissões tripartites, mas também através da execução de atividades. A CUT devia então construir “espaços públicos não-estatais” organizados pela sociedade civil para execução das atividades formação profissional. E para viabilizar a construção da formação profissional e da reconstrução da “esfera pública”, era necessária a afirmação da atuação institucional da CUT nos conselhos Tripartites e da busca pelos recursos do FAT, o que era tratado como uma legítima “disputa de hegemonia”:

“A afirmação da atuação institucional da CUT nas Comissões de Emprego deve convertê-las em espaços legítimos de disputa de hegemonia, a partir da qual a realização de ações e projetos no âmbito da formação profissional, financiado com recursos do FAT, ganham maior importância. Temos clareza que a configuração de uma nova institucionalidade no campo educacional, particularmente da formação profissional, no Brasil, ainda que permeada e muitas vezes impulsionada por interesses governamentais e patronais, constitui-se atualmente em espaço de disputa ideológica e conformará as ações em educação e formação profissional nas próximas décadas”³²².

3.5 O Plano Nacional de Qualificação da CUT

Também em 1999, a CUT firmou, em âmbito nacional, um convênio único com o MTE/Sefor, por meio do Projeto Nacional de Qualificação Profissional – CUT Brasil, que envolveu sete programas de educação, formação profissional e desenvolvimento solidário, dos quais três eram regionais (Sul, Norte e Nordeste); dois eram aprofundamento do Integrar (CNM) e do Integral (SNF/Rede Nacional de Formação), um da Contag e um a cargo da Secretaria Nacional de Formação da CUT, o Integração, que atuou, inicialmente, com dez ramos produtivos, com as Estaduais da CUT e com a Rede Nacional de Formação, realizando formação para trabalhadores, formação para dirigentes e formação para negociação e contratação coletiva da educação e formação profissional.

³²¹ CUT. Resoluções da 9ª Plenária Nacional (1999) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

³²² CUT. Resoluções da 9ª Plenária Nacional (1999) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

O Plano Nacional de Qualificação da CUT, o PNQ-CUT foi inicialmente formulado por um dos programas do “Integral” de 1997 e que teve início em 1998. O objetivo do projeto do “Integral” era “Articular as ações e projetos desenvolvidos pelas estruturas verticais e horizontais da CUT no campo da requalificação profissional, integrando-os uma política pública de empregos”. *A preocupação em unificar uma formulação sobre Formação Profissional, através da Secretaria Nacional de Formação, devia-se também ao fato de que, a partir de 1999, o FAT apenas repassaria os recursos de forma centralizada através da CUT Nacional, e não mais pelas Confederações, como foi o caso em 1998, no qual a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM)-CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)-CUT receberam R\$5.000.000,00 e R\$2.000.000,00 respectivamente.*

Segundo este Plano Nacional de Formação da CUT de 1999, o Programa “Integração” (seu “carro-chefe”) tinha como objetivo dar um “salto de qualidade em sua formulação para o conjunto das entidades cutistas e sua ação sindical; conceitos como a qualificação profissional e suas relações com o sistema público de emprego; e o aprofundamento e apropriação de instrumentos para a negociação da qualificação profissional”³²³. A defesa realizada era de um aprofundamento dos rumos tomados a partir do V CONCURT, em 1994:

“Diante deste quadro, com base nas resoluções dos seus 5º Congresso (1994) e 7ª Plenária (1995) e 9ª Plenária (1999) Nacionais, a CUT dá continuidade às ações em educação profissional, abrangendo não só os conhecimentos necessários ao desempenho de atividades altamente demandadas pelas empresas, bem como em conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania. Deste modo, procura-se que os trabalhadores (as) tomem iniciativas e decisões, não somente para atender suas necessidades urgentes e imediatas, mas sobretudo para ser incorporada a sua prática cotidiana, no trabalho, na vida social; através da formulação e implementação de ações visando a capacitação para gestão de alternativas de geração de trabalho, emprego e renda”³²⁴.

O Integração estava organizado em três subprogramas: 1) Formação e Qualificação para Trabalhadores; 2) Qualificação Continuada para Gestão 3) Negociação

³²³ CUT. Plano Nacional de Formação (1999). Pág 173

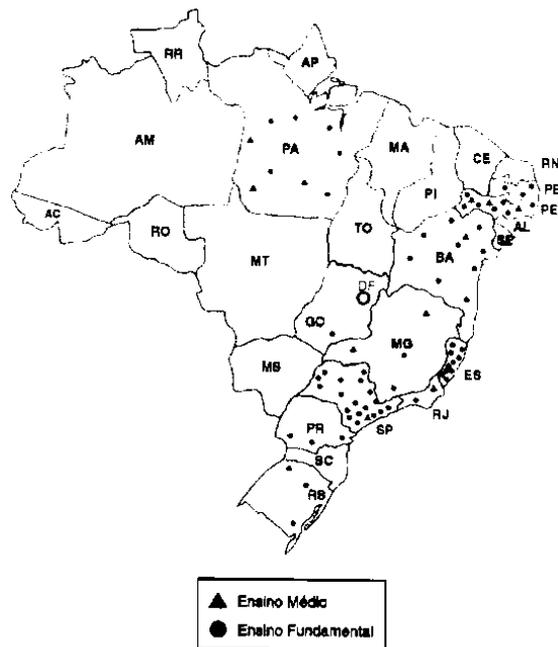
³²⁴ CUT. Plano Nacional de Qualificação CUT-Brasil. Retirado de AFFONSO, Cláudia. Relações (Des)educativas entre o Estado e o Sindicalismo Propositivo no Brasil (1900-2000). 2007. Tese (Doutorado em Educação) - UFF. Pág 193

e Contratação em Qualificação Profissional. O primeiro subprograma tinha um público muito amplo, enquanto os outros dois eram voltados para dirigentes e assessores sindicais.

O subprograma do “Integração” voltado diretamente para a Formação Profissional construiu uma grande parceria, através da Secretaria Nacional de Formação, com as 7 Escolas Nacionais da CUT e 13 confederações ou federações nacionais: Contracs – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços; CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Vestuário; CONTAC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação; FNU – Federação Nacional dos Urbanitários; FASER - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil; CNQ - Confederação Nacional do Ramo Químico; CNTSM - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral; CNTT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte; CNTSS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social; FITTEL - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações; FENADADOS - Federação Nacional dos Empregados em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares; SINPAF – Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; CONTICOM – Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira. Já que, a partir do “Integral”, ocorreu a capacitação de mil professores em Formação Profissional (500 em 1998 e 500 em 1999), existia disponível toda estrutura necessária (material e humana) para a efetivação de um grande programa nacional. Apenas nesse programa, foram constituídas 120 turmas de ensino fundamental e 57 turmas de ensino médio espalhadas por 11 estados, totalizando 5.400 alunos, com 530 professores envolvidos. Os cursos foram desenvolvidos em 12 módulos para o Ensino Fundamental, totalizando uma carga horária de 816 horas, e, em 15 módulos para o Ensino Médio, totalizando uma carga horária de 1.030 horas³²⁵. No mapa abaixo, podemos verificar a amplitude do Programa de Formação Profissional do “Integração”:

Tabela 26 - *Abrangência do Programa Integração de Formação Profissional*

³²⁵BARBARA, Maristela Miranda; MIYASHIRO, ROSANA; e GARCIA, Sandra Regina de. Educação Integral dos Trabalhadores: Práticas em construção (CUT). Pág 24



Fonte: BARBARA, Maristela Miranda; MIYASHIRO, ROSANA; e GARCIA, Sandra Regina de. Educação Integral dos Trabalhadores: Práticas em construção (CUT). Pág 25

Em relação aos outros dois programas, o programa de “Qualificação Continuada para Gestão” desenvolveu na 1ª Fase seminários regionais com os ramos produtivos, formação para gestão de projetos e ações com qualificação profissional através de oficinas formativas regionais, desenvolvimento e implementação de banco de dados para todo o Programa, elaboração de estudos, cadernos curriculares, e uma Revista. Já o “Negociação e Contratação em Qualidade Profissional” desenvolveu seminários regionais, oficinas metodológicas, elaboração de processos formativos e roteiro para experiências piloto, além de oficinas formativas regionais. É importante destacar que todos os subprogramas tiveram participação direta das Confederações e Federações Nacionais³²⁶ (estruturas verticais da CUT), como também das Escolas Sindicais, com a Gestão Política e Pedagógica Nacional ficando a cargo da Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF).

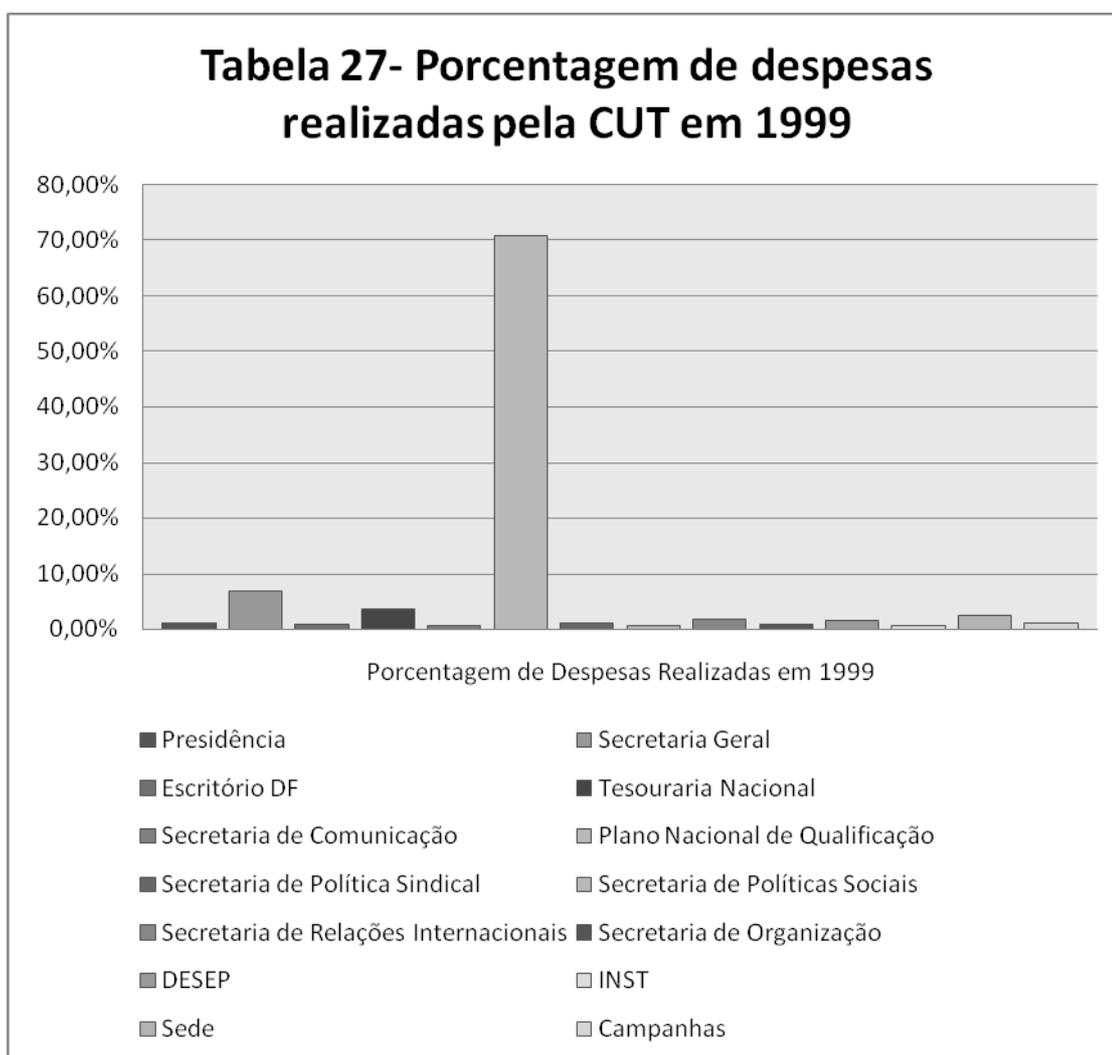
Para a Secretaria Nacional de Formação, a constituição de um Programa de Formação Profissional desse porte estava gerando mudanças no interior de sua própria estrutura, pois os “projetos têm apresentado nova questões para debate na Rede Nacional de Formação, exigindo novas reflexões sobre as bases organizativas da Política Nacional de Formação (PNF)”. A preocupação em torno da eficiência, dos

³²⁶ A divisão das Federações e Confederações era realizada basicamente pelos ramos produtivos correspondentes.

critérios de seleção e aprovação, do acompanhamento, e da busca de financiamento, tornou-se primordial:

“Esta nova realidade, colocada pelo desenvolvimento dos Projetos, tem requerido maior atenção para alguns desafios: a busca do financiamento orgânico da CUT; a necessidade de critérios de seleção e aprovação de Projetos.; a necessidade de condições de acompanhamento e avaliação que possibilitem o estabelecimento de uma gestão eficiente, por parte da SNF-CUT”³²⁷.

A política de Formação Profissional cutista partiu do Integrar, construído pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos, em 1996, o qual foi a base para a formulação do Integral, em 1998, e consolidou-se através do PNQ-CUT e seu “Integração”, em 1999. Para o projeto “Integração” foi disponibilizado pelo FAT R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), o que representava 70% dos gastos totais da CUT no ano em questão, como podemos ver nos dados abaixo:



³²⁷ CUT – Diretrizes e Estratégia da Política Nacional de Formação (1999-2000). Pág 17

Podemos afirmar que em 1999, através do Plano Nacional de Qualificação da CUT, *a Central consolidou uma Política Nacional de Formação Profissional gerenciada pela Secretaria Nacional de Formação, envolvendo grande parte da estrutura da CUT em sua implementação.* O objetivo anterior, de sistematizar as experiências existentes em Formação Profissional, unificando em uma política nacional, foi alcançado, como demonstra o balanço realizado pelo Seminário “A CUT e os Novos Desafios da Formação Sindical e da Educação”, realizado pela Central no mesmo ano.

Este seminário foi composto por diversas mesas, as quais tiveram como fruto a publicação de cadernos específicos, divididos por temas. No caderno 3, denominado “A CUT e os novos desafios da formação sindical e da educação”, temos textos de Jorge Lorenzetti, Secretário de Formação da CUT de 1986 a 1994, Mônica Valente, Secretária entre 1994 e 1997, e de Almir Tortelli, o qual teve sua gestão de 1997 a 2000. Em seu texto, Almir Tortelli avaliou como três as diretrizes fundamentais da Política de Formação da CUT: 1) Como a formação da CUT pode contribuir para consolidar uma nova forma de organização da central?; 2) Como efetivamente a formação da CUT pode contribuir no processo de debates, de formulações, sobre um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil?; 3) A questão da educação, casada com a política Nacional de Formação da CUT³²⁸.

Para Tortelli, a forma de unificação dessas diretrizes seria através da formação cidadã:

“O grande desafio que está colocado para nós é saber como uma central sindical como a CUT vai disputar na sociedade a sua concepção, a sua visão, a sua lógica de pensar o desenvolvimento e a economia, de pensar a distribuição da riqueza, se não conseguir pensar o indivíduo como um todo. Não estou me referindo só ao dirigente ou trabalhador sindicalizado, mas como indivíduo cidadão, porque a nossa concepção de ação sindical é pensar a central sindical como central cidadã.³²⁹”

A base dessa concepção estaria na superação da CUT como Central apenas dos trabalhadores, com a construção de uma nova visão da “integralidade do indivíduo como cidadão, mais do que simplesmente sindicalista ou trabalhador

³²⁸TORTELLI, Almir. “A formação Política e os desafios a serem enfrentados”. In: CUT. Caderno 2: Formação Profissional: experiências sindicais, alternativas e reflexões. Pág 106

³²⁹ Idem, ibidem. Pág 106

sindicalizado³³⁰”. As formas de aproximação com os desempregados e sub-empregados, numa perspectiva de incorporação desses segmentos numa agenda cidadã, seriam através da execução e ampliação de serviços sociais financiados com recursos dos fundos públicos: “Por que não pensar em massificar a idéia do “Integrar” Metalúrgico para o conjunto das categorias, na perspectiva de formação de segundo e terceiro grau?³³¹”, indagava o Secretário Nacional de Formação. Parafrazeando Paulo Sergio Tumolo, estaríamos no período da consolidação da “terceira fase” da CUT, caracterizada “por uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que perde o caráter classista e anticapitalista em troca do horizonte da *cidadania*”³³². No mais, é importante destacar que o texto “Breve resgate histórico”, de Alex Sgreccia, que fazia parte do caderno editado pelo Seminário Nacional, simplesmente *ignorava a existência da Política de Formação na CUT anterior a 1986, começando seu “histórico” a partir da primeira gestão de Jorge Lorenzetti, da Articulação Sindical*. A direção majoritária da CUT reescrevia a memória da Central, para que a partir desse “novo histórico” se legitimasse um novo imaginário no interior das disputas internas, legitimando a consolidação de sua transição para o sindicalismo social-liberal.

A Política de Formação Profissional, que era a mais conhecida atuação da CUT na prestação de serviços sociais, no interior de sua concepção de “espaços públicos não-estatais”, não estava sozinha. Existiam também outras “frentes”, que apesar de menor aporte financeiro comparativamente, também tinham grande relevância no interior da refuncionalização da CUT, recebendo grandes quantias através dos fundos públicos e de parcerias. A partir de 1999, a Central iniciou sua participação também na área de intermediação de mão-de-obra, através da criação, em setembro, da Central de Trabalho e Renda (CTR).

3.6 A CUT e a atuação na área de intermediação de mão-de-obra: a fundação da Central de Trabalho e Renda como “espaço público não-estatal”

A CTR foi lançada inicialmente em Santo André, com o objetivo de tornar-se uma experiência modelo da atuação da CUT no interior da intermediação de

³³⁰ Idem, *ibidem*. Pág 106

³³¹ Idem, *ibidem*. Pág 109

³³² TUMOLO, Paulo Sergio. *Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista*. São Paulo, Ed Unicamp, 2001. Pág 221

mão de obra. A escolha da região do ABC não foi ocasional, já que o Sindicato de Metalúrgicos do ABC tinha participação direta na construção da CTR. Além desse, apoiavam a iniciativa os sindicatos dos Químicos, Bancários e das Costureiras do ABC. Segundo João Marcelo, em seu texto “As políticas públicas de Emprego no Brasil: Rumo a uma nova Institucionalidade”, um dos documentos base utilizados pela CUT na discussão sobre um Sistema Público de Emprego, a Central de Trabalho e Renda:

“visava efetivar um sistema público de emprego, integrado e articulado, de *natureza pública não estatal*. Neste objetivo estratégico, expressa-se um conceito estruturador dessa experiência. Historicamente, o Estado brasileiro foi apropriado privadamente, ou seja, não se tornou realmente público. Essa forma de constituição do Estado impediu o surgimento de uma cultura política autenticamente republicana. Por isto, o fato de ser Estado não significa necessariamente ser público e muito menos democrático. Quando a CTR integra formalmente no Conselho de Gestão representantes do movimento sindical, do poder público municipal e da Comissão de Trabalho e Emprego de Santo André; quando existe um esforço permanente de interação com o setor privado, a comunidade local e organizações governamentais, na tentativa de compor uma rede de compromissos em torno de ações de combate ao desemprego; e quando ocorre total transparência sob todos os aspectos da vida desta experiência, sem dúvida supera-se o comportamento privatista na relação com a coisa pública e contribui-se para recriar um novo significado do que pode vir a ser um serviço público”³³³.

A formação da CTR foi orçada em R\$4.760.642,00, dos quais o Ministério do Trabalho/FAT foi responsável pela liberação de 3.967.202, e uma parceria realizada entre a CUT Nacional, os sindicatos e a Prefeitura de Santo André, arcaram com R\$793.400,00. É necessário frisar que a Central de Trabalho e Renda constituía-se enquanto uma estrutura nova, impulsionada pela CUT, e que com ela fazia diversas parcerias, mas que ao mesmo tempo tinha certa autonomia relativa. Em 1999, a Prefeitura de Santo André era comandada por Celso Augusto Daniel, do PT. *Estava iniciando-se a conformação de uma ampla estrutura, através da CUT, de agências e entidades por ela dirigidas, com o objetivo de realizar serviços sociais através de recursos dos fundos públicos.*

Uma das propagandas realizadas pela CTR demonstra de que forma era sua abordagem em torno do problema do desemprego:

“CTR: Onde o emprego procura você!
Aqui na Central de Trabalho e Renda você:

³³³ MARCELO, João. “As políticas públicas de Emprego no Brasil: Rumo a uma nova Institucionalidade” in: CUT. Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: A experiência de 1998 e 1999.” Pág 61

Concorre a um emprego;
Se inscreve em cursos de educação profissionais;
Recebe orientação profissional e de geração de renda;
Se habilita para o recebimento do Seguro-Desemprego;
Solicita saque do Fundo de Garantia;
Tira sua carteira de trabalho.

Os nossos serviços são gratuitos e estão disponíveis para todos os trabalhadores desempregados.

Documentos necessários para o cadastro:

- Carteira de Trabalho;
- RG³³⁴

Além de oferecer a população serviços integrados e articulados de habilitação ao seguro desemprego, oferta de vagas oferecidas pelas empresas, orientação para o trabalho, cursos de formação profissional e encaminhamento para programas de geração de trabalho e renda (especialmente por meio do crédito a pequenas iniciativas individuais ou coletivas dos desempregados em gerar renda para o sustento das suas famílias), a CTR promovia encontro coletivos com os empregadores da Região, além de disponibilizar uma linha de serviços voltada ao empregador, onde era possível a realização direta de recrutamento e seleção de profissionais cadastradas pela Central de Trabalho e Renda. Também iniciava a construção de programas próprios, como o “Programa de Orientação para o Trabalho”, onde “através de ciclos de palestras e vivências de grupo sobre temas relacionados com as tendências do mercado de trabalho, motiva-se o trabalhador a resgatar a sua auto-estima e tornar-se um agente ativo na descoberta de novas habilidades e na busca de sua própria ocupação.³³⁵” Na atuação no campo de “geração de renda”, a CTR identificava através de seu banco de dados as possibilidades dos cadastrados e acionava programas relacionados com o micro-crédito e com a assistência técnica de pequenos empreendimentos, pelo PROGER, Banco do Povo e pela Incubadora de Cooperativas de Santo André. Com apenas dois anos de trabalho, a CTR atendeu “387,9 mil trabalhadores do banco de dados, captou 18.834 vagas e recolocou no mercado de trabalho 8.163 profissionais. Entre os atendidos, 76,3 mil receberam encaminhamento para disputa de novas vagas, 68,9 mil foram convocados, 11,1 mil conquistaram colocação, 5,1 mil requisitaram seguro-desemprego

³³⁴ Propaganda Realizada pela CTR no jornal da Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos – 24/5/2002;

³³⁵ MARCELO, João. “As políticas públicas de Emprego no Brasil: Rumo a uma nova Institucionalidade” in: CUT. Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: A experiência de 1998 e 1999.” Pág 63

e 165.112 permanecem cadastrados nos bancos de emprego”³³⁶. A sua estrutura cresceu de forma rápida e intensa, pois em abril de 2002, já contava com 4 postos de atendimento (São Paulo Capital, Santo André (SP), Jandira (SP), Diadema (SP)), 111 profissionais, 8 mil empresas cadastradas, com a média de 1,5 mil atendimentos diários³³⁷. A manutenção da Central de Trabalho e Renda tinha um custo anual em torno de R\$4.000.000,00.

Para a CUT, a criação da CTR estaria nos marcos de sua atuação, já que “sempre se pautou pela luta contra a exclusão social, apresentando propostas e soluções para os principais problemas nacionais, regionais e dos trabalhadores. (...) Essa parceria tripartite [na construção da Central de Trabalho e Renda] é a garantia do desenvolvimento de um novo espaço público de atendimento aos desempregados da região, reunindo os atores organizados da sociedade civil, governos e empresários, com a responsabilidade de oferecer serviços de qualidade.”³³⁸

A CUT, entretanto, participava ainda da construção de atos pelo país. Em 26 de agosto de 1999 ocorreu uma grande Marcha à Brasília, com “a participação de milhares de trabalhadores, empregados e desempregados, militantes de partidos políticos e do movimento popular, (...) para exigir do Governo geração de emprego, Reforma Agrária, respeito aos direitos sociais e rompimento com o FMI. A chamada Marcha dos Cem Mil conseguiu sacudir a população brasileira e mostrar ao Governo que é preciso mudar já”³³⁹. Em sete de Setembro ocorreu o Grito dos Excluídos, com atos em 1.300 cidades, com forte participação da CUT. E em seis de Outubro de 1999, a Coordenação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) organizou um grande ato em defesa da Educação Pública em Brasília, sendo o maior ato nacional de um ramo específico. Segundo o Presidente da CNTE, Carlos Augusto Abicalil, “O presidente da República (FHC) nos respondeu que não serão (sic) aos gritos que se resolverão os problemas. Nós afirmamos que os sussuros do FMI e do BIRD – talvez mais agradáveis aos seus ouvidos – não são capazes de apagar as vozes roucas das ruas e não estancam a

³³⁶ Diário do Grande ABC – “Central de Trabalho espera mais R\$ 800 mil”. Como parte da matéria, ainda tínhamos: “A Central de Trabalho e Renda da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que comemorou nesta segunda seu aniversário de dois anos, aguarda a liberação de aproximadamente R\$ 800 mil da Secretaria de Estado das Relações do Trabalho para iniciar um programa de 55 cursos de capacitação profissional, que será realizado entre setembro e dezembro deste ano, com objetivo de formar 4,5 mil pessoas. O programa é similar ao executado no ano passado e visa diminuir a diferença entre a qualificação exigida pelos empregadores e a apresentada pelos candidatos à recolocação no mercado de trabalho”.

³³⁷ Correio Brasiliense 18/04/ 2002 – “Com a ajuda do sindicato”.

³³⁸ CUT. Informa CUT- Novembro/1999 pág 12

³³⁹ CUT. Informa CUT- Novembro/1999 pág 3

vontade de parcelas cada vez maiores da população e da opinião pública – tão cara aos gestores e mandatários contemporâneos – de gritar: BASTA!”³⁴⁰.

Ainda em 1999 ocorreu a 1ª Conferência de Política Nacional de Formação da CUT, impulsionada pela Secretaria Nacional de Formação (SNF-CUT). Nela participaram 717 pessoas, provenientes da CUT, de ONG’s, de Universidades e Agências, e de Centrais Sindicais de 12 países da Europa, África, América do Norte e América Latina. Segundo Almir Tortelli, Secretário Nacional de Formação da CUT, as principais questões que permearam a conferência foram:

“A estratégia e o horizonte do movimento sindical cutista com os projetos de formação profissional em curso; articulação da implementação de tais projetos com a luta em defesa da educação pública para todos; a compreensão que temos do processo de disputa de hegemonia em curso na sociedade brasileira; as contradições presentes na luta pela democratização da gestão das políticas públicas entre o processo de desresponsabilização do estado e o papel da sociedade civil; as tarefas prioritárias que cabem na política Nacional de Formação da CUT”³⁴¹.

3.7 - 1ª Conferência da Política Nacional de Formação da CUT

A 1ª Conferência da Política Nacional de Formação da CUT (1999) foi resultado de um processo de discussões em 17 Conferências, Estaduais e Regionais, as quais contaram com a participação de 1500 pessoas de todo o país. Nas Conferências Estaduais, além dos sindicalistas da CUT, participaram também representantes de Universidades Estaduais e Federais, e de ONG’s. Para organização da Conferência foram constituídas 11 equipes: Equipe de Sistematização, de Comunicação, Secretaria Geral do Evento, Monitores/Apoio, Recepção de Convidados Internacionais, Recepção de Convidados Nacionais, Credenciamento, Translado, Cultural, Coordenação, Enfermaria e Creche. Na Conferência Nacional em si ocorreram três grandes debates, 21 oficinas e 18 seminários. Entre as conclusões dos Grupos de Trabalho, destaca-se aquele que definia a concepção de “formação cutista”, a qual deixava de lado a formação político-ideológica, ou mesmo preocupações instrumentais; o centro seria a formulação de “novos saberes” através da “prática cultural” já existente:

“A formação cutista é entendida como uma prática cultural, onde as experiências reais de trabalhadores e trabalhadoras constituem as bases para a construção de novos saberes, daí é que fazem parte de suas preocupações as relações éticas, raciais, de gênero, entre outras, na busca de disputa de hegemonia na sociedade.”

³⁴⁰ CUT. Informa CUT- Dezembro/1999 pág 339

³⁴¹ CUT. Revista da Secretaria Nacional de Formação No 9 – Dezembro de 1999.

Esta era um concepção muito diferente daquela realizada na Formação Política da CUT no início de sua implementação. Como exemplo emblemático de outra visão temos a atuação da Secretária da Secretaria Nacional de Formação eleita no I CONCUR em agosto de 1984, Ana Lúcia da Silva, a qual defendia que “a política de formação da CUT tinha que se estruturar a partir dos princípios de criação da Central e que indicavam uma CUT classista, de luta, de massa, uma CUT anticapitalista, que se entendia como instrumento na luta pela destruição do capitalismo e criação de uma sociedade socialista.”³⁴²

Nesta Conferência Nacional, os Grupos de Trabalho também deliberaram o “aprofundamento da cooperação e do intercambio internacional na formação cutista”, e a disposição em pensar formas de utilização do “Ensino à distância”, já que “de certa forma, a CUT já desenvolve Educação à Distância, com metodologia própria, através de diversas atividades formativas que as Escolas sindicais desenvolvem”³⁴³. O GT sobre “Formação Profissional” avaliou “positivamente as experiências de Formação Profissional no interior da Central”, pois essas têm contribuído para a “disputa de hegemonia da sociedade”, apesar de ainda existirem polêmicas que necessitariam de “reflexão contínua”, como a relação com o FAT:

“A Formação Profissional tem contribuído para a disputa da hegemonia na sociedade. Neste sentido, avalia-se positivamente as experiências de Formação Profissional no interior da Central, pois contribuem para a construção da estratégia da CUT, contudo, muitos aspectos se demonstraram polêmicos e merecem reflexão contínua, dentre eles a questão metodológica, a necessária crítica ao conceito de empregabilidade, a relação com o FAT (quem usa, quem fiscaliza?) e a articulação da Formação Profissional com a defesa da escola pública e a democratização da gestão do Sistema “S”³⁴⁴”.

O Grupo de Trabalho que se tornou uma “novidade” nessa Conferência foi o nominado “A Construção de Alternativas no Campo da Geração de Emprego e Renda e a Formação da CUT”. A partir de 1999, a CUT iniciou sua trajetória na atuação em torno de serviços assistenciais de intermediação de mão-de-obra e cooperativismo, numa perspectiva de ampliação de um “Sistema Público de Emprego”. Para a Central,

³⁴² Entrevista de Ana Lúcia da Silva à Paulo Sergio Tumolo. TUMOLO, Paulo Sergio. Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista. São Paulo, Ed Unicamp, 2001. Pág 144.

³⁴³ CUT. Revista da Secretaria Nacional de Formação No 9 – Dezembro de 1999. Pág 23

³⁴⁴ Idem. Pág 23

as mudanças recentes no capitalismo, como a globalização e a reestruturação produtiva, trouxeram novos desafios para o movimento sindical. Dentre os desafios:

“(...)temos o da discussão de um modelo de desenvolvimento que, além da crítica ao modelo hegemônico, aponte outras dimensões. Incluem-se aí o associativismo, o cooperativismo, o desenvolvimento sustentável e solidário, desde que articulados com um projeto estratégico que combine o desenvolvimento local e regional, e também aponte para a perspectiva de mudanças macroeconômicas, com destaque para as políticas distributivas, de financiamento, tributárias, fiscal, de câmbio, entre outras”³⁴⁵.

No final do Encontro foi aprovada a “Carta de Belo Horizonte” que dentre diversas afirmações (em geral genéricas), defendia que a “a experiência construída pela Política Nacional de Formação da CUT-PNF constitui-se em uma significativa referência para a construção de projetos alternativos de políticas públicas que articule educação básica e educação profissional, o que credencia a CUT como importante interlocutora neste debate público nacional”³⁴⁶.

Em relação aos participantes da 1ª Conferência da Política Nacional de Formação da CUT, 32% eram de sindicatos ou federações estaduais, 26,8% participavam de base municipal ou regional, 18% de CUT’s estaduais, 16,1% de sindicato, federação ou confederação nacional, 2% de Universidades e entidades de consultoria, e 2,2% de ONG’s. É importante destacar que apesar de serem numericamente pequenos nesta Conferência, o setor de “entidades de consultoria, universidades e ONG’s” tinha papel fundamental na organização e estruturação da Política de Formação da CUT, tanto em relação a pesquisas quanto na proposta de metodologias³⁴⁷. Além disso, quase ¼ dos participantes da Conferência eram ligados à área de Educação (24%), como também mais de 50% dos ativistas presentes tinham graduação completa; 19% do total dos sindicalistas presentes tinham pós-graduação. Isso indica que *a Central incorporou o processo de assessoria e pesquisa nas novas áreas da política de formação (formação profissional, capacitação de conselheiros, cooperativismo e intermediação de mão-de-obra) através da seleção de um grande número de profissionais especialistas no interior do “mundo cutista”*. Desde os primeiros projetos financiados pelo FAT, a Política de Formação da CUT não era mais vista como algo de “amadores”. Muita coisa estava em jogo. E a adesão a este novo

³⁴⁵ Idem, ibidem. Pág 24

³⁴⁶ CUT. Revista da Secretaria Nacional de Formação No 9 – Dezembro de 1999. Pág 25

³⁴⁷ Um exemplo dessa importância era a atuação da UNITRABALHO, que veremos a seguir.

projeto no interior daqueles que atuavam na “formação” era muito grande, pois apenas 13,7% dos presentes na Conferência declararam que a Política Nacional de Formação da CUT não estaria “respondendo adequadamente às novas demandas sindicais”³⁴⁸. Além disso, após a Conferência, em dezembro de 1999, o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) deliberou um novo caráter das Parcerias Nacionais, as quais só poderiam utilizar 4% dos recursos para projetos especiais (como a Capacitação de Conselheiros), além da supervisão e avaliação/acompanhamento externo. Todo o restante do montante de recursos (96%) deveria ser utilizado exclusivamente para “ações em qualificação profissional”. Esta deliberação aprofunda ainda mais a relação da CUT com o FAT no que tange a captação de recursos para a Formação Profissional, já que, a partir daquele momento, quase que a totalidade da verba deveria ser utilizada para este fim.

3.8 – Unitrabalho: construindo a rede de assessoria e pesquisa da CUT em formação profissional

Dentre esta rede de assessoria e pesquisa em torno da formação política da CUT, destacava-se a Unitrabalho. Segundo a própria fundação, a “Unitrabalho é uma rede universitária nacional que agrega 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos e tem com o objetivo contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação”³⁴⁹. A Unitrabalho não produz pesquisas e parcerias exclusivamente com a CUT, apesar de a relação ser muito próxima: como exemplo temos a fundamental participação Jorge Lorenzetti, que foi Secretário Nacional de Formação da CUT durante oito anos (1986-1994), como um dos fundadores da Unitrabalho em 1996. A Unitrabalho é um tema que deve ser melhor pesquisado, já que seus vínculos com a CUT, a magnitude dos recursos que recebe, e seu papel na formulação de programas na área de cooperativismo e intermediação de mão-de-obra são complexos. Não temos dados suficientes para analisar mais amplamente qual foi a influência da Unitrabalho neste processo, o que impossibilita afirmações conclusivas.

³⁴⁸ CUT. Revista da Secretaria Nacional de Formação No 9 – Dezembro de 1999. Pág 38

³⁴⁹UNITRABALHO. Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários. Pág 3

A Fundação possuía quatro programas de âmbito nacional: Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, Emprego e Relações de Trabalho, Trabalho e Educação e Saúde do Trabalhador.

O programa “Trabalho e Educação” tinha como centro de sua estruturação a Formação Profissional, que procurava “articular as necessidades dos trabalhadores brasileiros e o conhecimento acumulado pelas universidades agregadas à Rede”, tendo em vista “as rápidas e profundas transformações nas relações de trabalho que vêm produzindo um cenário sócio-econômico caracterizado por altos índices de desemprego e trabalho informal”³⁵⁰. Este programa foi um dos pilares do processo de pesquisa e elaboração em torno do “Integrar”, projeto pioneiro de Formação Profissional produzido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos em 1996. Foi a Unitrabalho que realizou uma pesquisa nacional voltada diretamente ao diagnóstico da Formação Profissional no ramo metalúrgico, que deu resultado ao livro “Diagnóstico da Formação Profissional – Ramo Metalúrgico” (1999), em conjunto com a CNM, como também o “Programa de Formação e Requalificação para o Trabalho de 1997 e 1998, em conjunto com o “Integrar” do Rio Grande do Sul. Foi também a Unitrabalho que produziu em parceria com a CUT Nacional e a Escola Sindical Sul, os cadernos de apoio político-pedagógico às atividades de “Formação de Formadores para Educação Profissional” e de “Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho em Emprego”, de 1997 a 1999, e os manuais dos próprios Conselheiros. Ou seja, *todo o processo de consolidação do Integrar na Confederação Nacional dos Metalúrgicos, como também da política Nacional na Formação Profissional da CUT entre 1997 e 1999, foi realizado através da assessoria direta da Unitrabalho na pesquisa, formulação e organização desses programas.*

Em que tange ao “Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável” da Unitrabalho, esse seria constituído “como um espaço plural de pesquisa e atividade prática de extensão consubstanciado na luta pela construção de novas relações de trabalho, que promovam o desenvolvimento sustentável e a autonomia dos trabalhadores por meio de empreendimentos econômicos solidários”³⁵¹. Este programa atuaria “por meio das universidades integradas à rede junto a segmentos da comunidade, com os centros de pesquisa, informação, formação,

³⁵⁰ UNITRABALHO – Programa “Trabalho e Educação”. Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/paginas/programas/trabalhoeducacao.html> Acessado em 20/12/2008

³⁵¹ UNITRABALHO - Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários. Pág 3

produção e planejamento no campo da economia solidária, contribuindo para a criação de consciência empreendedora e, conseqüente, transformação social com melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores”³⁵².

Foi baseando-se nesta concepção que a Unitrabalho participou, em conjunto com a ONG Holandesa ICCO e o Dieese, no Grupo de Trabalho sobre economia solidária aprovado pela Executiva Nacional da CUT, em 1998. Este GT deu origem, em setembro de 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT)³⁵³. No material produzido por esse Grupo de Trabalho, temos os princípios orientadores da Agência, que seriam:

“a gestão democrática e solidária do trabalho e da produção; a distribuição de renda; o desenvolvimento social e sustentável; a educação permanente dos trabalhadores e o respeito à diversidade étnica, cultural e regional, ambiental e de gênero. O objetivo geral da Agência de Desenvolvimento Solidário é gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável”³⁵⁴.

3.9 A CUT e a atuação na área do cooperativismo: a fundação da Agência de Desenvolvimento Solidário

A Agência de Desenvolvimento Solidário iniciou suas atividades com a estrutura de um escritório nacional e de escritórios regionais e estaduais, desenvolvendo atividades em parceria com a Unitrabalho e o Dieese. Existia o objetivo de ampliar essas parcerias, através do processo de diálogo crescente com outras entidades, como a Anteag, a Fase, a Abong e a Cáritas³⁵⁵. No âmbito internacional, o objetivo era construir parcerias com a ICCO e a Agriterra (Ongs da Holanda), o Instituto de Estudos Sociais (Universidade da Holanda) e o Rabobank (Banco Cooperativo da Holanda). A ADS baseava seu processo de estruturação através de um plano trienal, composto pelos programas: 1) Programa de Crédito Solidário; 2) Programa de Educação; 3) Programa de

³⁵² Idem. Pág 3

³⁵³ ZARPELON, Sandra Regina. A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o Cooperativismo da CUT. Mestrado em Ciência Política. UNICAMP, Campinas: 2003. Pág 50

³⁵⁴ “Grupo de Trabalho de Economia Solidária da CUT – A Agência de Desenvolvimento Solidário” In: CUT. Sindicalismo e Economia Solidária – Reflexões sobre o projeto da CUT. Pág 61

³⁵⁵ Idem, ibidem. Pág 62

Pesquisa; 4) Programa de Incubação e Formação de Redes de Economia Solidária; 5) Ação Institucional.

O objetivo do Programa de Crédito Solidário era “organizar meio para facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito. Este programa deve iniciar-se por um processo de organização de uma rede nacional de crédito solidário, buscando integrar as instituições existentes entre si e à Agência, e construir uma estratégia nacional de ação na área de crédito solidário”. Para a ADS, a política de microcrédito deveria ser executada através de “convênio com órgãos públicos e privados, brasileiros e do exterior, para fazer o repasse de recursos para o financiamento dos empreendimentos solidários”³⁵⁶. O objetivo era a conformação de cooperativas de economia e crédito mútuo, cooperativas de crédito rural, e sociedade de crédito, financiamento e investimento.

O “Programa de Educação” da ADS tinha o objetivo de articular os programas de “economia solidária” baseados no cooperativismo, e a formação profissional realizada no âmbito da CUT, através da Secretaria Nacional de Formação. Segundo o documento, o Programa de Educação em Economia Solidária deveria “proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada para a ampliação de autonomia e da capacidade de gestão.” Existia o objetivo também de criação de cursos de pós-graduação, em parceria com Universidades brasileiras e com o Instituto de Estudos Sociais (ISS-Holanda), para a “formação de agentes, analistas e formuladores de políticas em economia solidária e gestores de empreendimento solidários”. Além disso, haveria uma política de intercâmbio com as Universidades Holandesas ISS e Wangeningen.

Nesse sentido, *a formação profissional em economia solidária estava sendo implementada através da parceria direta com a Secretaria Nacional de Formação da CUT*. A ADS nascia de forma articulada “com os projetos de formação profissional da CUT, financiados por recursos públicos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)³⁵⁷. Na Região Sul, as atividades de formação profissional da ADS/CUT para área rural eram desenvolvidas através do projeto Terra Solidária; na Região Nordeste, estavam articuladas com o “Projeto Regional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário”, como também com os Projetos Estaduais do Ceará, Bahia e Pernambuco; na região Norte, as políticas de formação profissional e pesquisa estavam

³⁵⁶ Idem, ibidem. Pág 63

³⁵⁷ Idem, ibidem. Pag 63

imbricadas com o “Projeto Regional Vento Norte” e com o “Projeto Raízes” nos Estados do Pará, Acre, Rondônia, Roraima, e Amazonas.

Em relação ao Programa voltado para Pesquisa, em parceria com a Unitrabalho, o fundamental era “construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem a definição de estratégias e políticas da Agência (ADS)”, com vistas a “subsidiar a caracterização de iniciativas solidárias e desenvolver metodologias aplicadas ao acompanhamento e à avaliação permanente da transformação dessas experiências em paradigmas para o desenvolvimento da ADS/CUT”³⁵⁸. O Programa de Pesquisa ainda estava orientado para “contribuir na definição das estratégias de crédito de incubação e de mercado”, como também na elaboração de materiais sobre “as instituições de apoio ao desenvolvimento tecnológico, gerencial e organizacional aplicadas aos empreendimentos solidários”. A ADS também tinha pesquisas específicas para a área legislativa referente à criação, solvência e incentivos fiscais para o cooperativismo.

O “Programa de Incubação e Formação de Rede de Economia Solidária” tinha o intuito de implantar projetos pilotos na área, especialmente no interior da rede de incubadoras universitárias. Buscava-se um “processo de mobilização, formação em economia solidária, legalização e organização do empreendimento e acompanhamento (assistência técnica, jurídica, financeira e administrativa)”³⁵⁹. O primordial era apoiar a criação de empreendimentos em economia solidária e viabilizá-los através da constituição de redes articuladas. Era também estratégia do programa o processo de criação do selo de produtos e serviços em Economia Solidária, em conjunto com uma política de marketing no mercado brasileiro³⁶⁰.

Por fim, o Programa de “Ação Institucional” tinha como objetivo “realizar o acompanhamento permanente do andamento dos debates parlamentares sobre as questões relativas à economia solidária, à formulação de propostas para a legislação (...) e ao acompanhamento, análise e formulação de propostas de políticas públicas para a economia solidária (políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais e setoriais e abertura comercial, etc)”³⁶¹.

A ADS teve o início de sua construção no final de 1999, colocando-se enquanto iniciativa “piloto” de um grande projeto cutista na área de economia solidária,

³⁵⁸ Idem, ibidem. Pág 64

³⁵⁹ Idem, ibidem. Pág 64

³⁶⁰ Idem, ibidem. Pág 64

³⁶¹ Idem, ibidem. Pág 64

que progressivamente fortaleceu-se, chegando ao ano de 2003 a atuar em 27 complexos cooperativos, totalizando 197 “empreendimentos na área de economia solidária”, envolvendo 16.274 trabalhadores diretamente³⁶². Enquanto Agência, seu norte era assessorar as cooperativas, através da construção de encontros e projetos de ação comum, como também incentivar a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos em “economia solidária”, baseados no cooperativismo. Além disso, a CUT queria também constituir uma rede própria de cooperativismo: em paralelo a iniciativa de constituição da ADS, a Central formou a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL), através do apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Sindicato dos Químicos do ABC.

3.10 A CUT e a fundação da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL)

A UNISOL teve iniciada a sua construção ainda em 1999, mas foi fundada em março de 2000. A necessidade de sua criação parte da tentativa de extensão para além do ABC, das experiências vividas desde os meados da década de 1990 junto a empresas da região que estavam com fortes dificuldades financeiras e administrativas, nas quais ocorreram iniciativas de co-gestão com os trabalhadores, baseadas no cooperativismo. Teve como parte de sua gestação a deliberação do 2º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1996, quando foi decidido que os trabalhadores cooperadores poderiam ser sócios do sindicato, esvaziando a diferenciação que existia entre assalariado formal e cooperativado³⁶³. A partir deste ano, o Sindicato também passou a manter relações com cooperativas italianas. Esta inserção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no mundo dos cooperativados teve influência direta da conformação da co-gestão na Conforja S/A Conexões de Aço. Em meados de 1995 foi implantado o projeto de co-gestão na empresa, que duraria até o início do segundo semestre de 1997, como alternativa para contornar a crise econômico-

³⁶²ZARPELON, Sandra Regina. A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o Cooperativismo da CUT. Mestrado em Ciência Política. UNICAMP, Campinas: 2003 Pág 52. Os trabalhadores envolvidos eram divididos nas áreas de: Agricultura (8.159), Alimentação (143), Artesanato (128), Comércio Varejista (800), Confecções (30), Indústria de Móveis (1.500), Indústria de Plástico (178), Indústria Metalúrgica (222), Indústria têxtil (426), Maricultura (1818), Pesca (2.000), e Reciclagem (16.274). Estas referências futuras são consideradas enquanto exemplos para o leitor da magnitude que ganhou a “economia solidária” no âmbito do sindicalismo CUT, já que o recorte de nossa pesquisa tem o ano de 2000 enquanto marco final.

³⁶³ Idem, Ibidem. pág 56

financeira e de descontrole gerencial da fábrica. Essa saída deu-se devido ao aumento crescente do endividamento da empresa, que em 1994 teve como receita bruta 40,613 milhões de dólares, com prejuízo na ordem de 3,796 milhões de dólares. No mesmo ano, o ativo da empresa era avaliado em US\$ 128 milhões e seus débitos totalizavam cerca de US\$ 111 milhões (90%)³⁶⁴. A empresa teve sua falência decretada em março de 1998, gerando a constituição de quatro cooperativas que mantinham a gestão da empresa: Copertratt (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação de Metais), Cooperlafe (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Laminação de Anéis e Forjados Especiais), Coopercon (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Conexões Tubulares) e da Cooperfor (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria)³⁶⁵. Estas quatro cooperativas constituíram-se o “carro chefe” da UNISOL.

No plano nacional, a constituição de cooperativas na área metalúrgica teve influência tímida a partir do 3º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) em 1995, no qual temos a resolução que apontava para a realização de um “seminário sobre sistema de auto-gestão, a partir das experiências vividas pelos trabalhadores”, considerando “que nos últimos anos várias empresas têm sido desativadas”, colocando-se como alternativa aos trabalhadores dessas empresas a possibilidade “de assumi-las no sistema de auto-gestão”³⁶⁶. Foi a partir de 1999, no 5º Congresso Nacional, que o cooperativismo começou a ser fortemente impulsionado pela CNM, pois em seu caderno de resoluções constava um diagnóstico da situação do cooperativismo no Brasil, explicitando sua tendência de expansão, exaltando a cooperação internacional, defendendo que a expansão do cooperativismo “precisa ser estimulada e valorizada em termos estratégicos pela CUT, inclusive pelo fato de as cooperativas de trabalhadores [representarem] uma forma concreta de organizar a produção e a distribuição de bens em oposição aos fundamentos da economia capitalista, apoiada na exploração da mais-valia do lucro burguês”. Entretanto, ao mesmo tempo em que defendia uma certa “radicalidade classista” em suas propostas

³⁶⁴ ODA, Nilson Tadashi. Gestão e trabalho em cooperativas de produção: Dilemas e Alternativas à participação. Dissertação de mestrado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo abril/2001. Pág 59

³⁶⁵ As empresas do grupo Conforja atuavam em diversos ramos de atividades, sendo o mais importante o fornecimento de conexões e anéis de aço à Petrobras.

³⁶⁶ CNM-CUT. 4 Congressos Nacional dos Metalúrgicos. Retirado de: ZARPELON, Sandra Regina. A esquerda não socialista ... Op. cit. Pág 56

sobre cooperativismo, a CNM-CUT enfatizava a necessidade de formação profissional específica para este novo campo de atuação, através da “conquista da cidadania”:

“7º) Intensificar a formação dos trabalhadores cooperados, objetivando mudar as suas práticas culturais numa perspectiva de conquista de cidadania e de envolvimento dos sindicatos no trabalho de requalificação de mão-de-obra”³⁶⁷.

A UNISOL tornou-se então um dos pilares fundamentais da política de cooperativismo e “economia solidária” da “rede CUT”, nacionalizando as experiências neste campo realizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tornando-as “exemplo” para novos programas que seriam realizados pelo país. *A política de cooperativismo cutista, assim como antes ocorreu com a formação profissional e o projeto “Integrar” da Confederação Nacional dos Metalúrgicos em 1996, teve grande parte de sua implementação baseada nas experiências realizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.* Para além dos metalúrgicos do ABC, outro grande “farol” da atuação no cooperativismo pela CUT eram os programas de cooperativas agrícolas da CONTAG (como demonstram os projetos da Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS), possivelmente a área que detinha maior montante de recursos e projetos no interior da “rede cutista de economia solidária”.

Dessa forma, *para além de sua política de Formação Profissional financiada por recursos dos fundos públicos, a CUT construiu gradativamente uma grande rede de execução de serviços assistencialistas.* Através da Central de Trabalho e Renda (CTR), da Unitrabalho, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e da UNISOL, a Central impulsionou a constituição de um conglomerado que tinha como principal sentido de existência a captação de recursos, na perspectiva da expansão da “esfera pública” através da co-responsabilização pela oferta de “serviços públicos não estatais”. Assim como ocorreu com a emergência da Formação Profissional, as políticas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tiveram influência primordial no redirecionamento da Central para as áreas de intermediação de mão-de-obra e cooperativismo, irradiando suas experiências para que se tornassem o parâmetro da atuação da CUT. Ou seja, *grande parte das mudanças ocorridas na CUT na perspectiva de um sindicalismo social-liberal foi impulsionada por sindicatos de sua base e de suas confederações: o processo de burocratização não partia apenas de*

³⁶⁷ Idem, *ibidem*. Pág 58

“cima”, mas em grande medida da própria base. Não existiu uma dicotomia entre uma CUT burocratizada e social-liberal, que forçava a mudança dos sindicatos, e uma base “combativa” que resistia às mudanças, mas, ao contrário, transformações que ocorreram

	Apoio Operacional para o Pagamento de Seguro Desemprego	Intermediação de emprego	Total	Índice=100
1998	-	-	-	-
1999	1.064.601	1.064.601	2.192.202	100
2000	2.152.452	1.430.914	3.583.366	163

na base de certos sindicatos e confederações que tinham grande peso na CUT acabaram por impulsionar a mudança de rumos da Central como um todo. A Central recebia então recursos do FAT para além daqueles vinculados à Formação Profissional, aumentando o atrelamento em relação ao governo. Como exemplo, temos o crescimento dos recursos doados pelo FAT à CUT para ações de intermediação de emprego:

Tabela 28 - Recursos do FAT transferidos para a CUT para ações de intermediação de emprego (1999-2000) (em reais R\$)

Fonte: CUT. Emprego e Renda No 3 – Maio de 2000. Elaboração Própria.

Ocorreu um crescimento de 63% dos recursos do FAT doados à CUT para ações de intermediação de mão de obra entre 1999 e 2000³⁶⁸. É importante destacar que a CUT começou a receber recursos apenas no ano de 1999, enquanto a Força Sindical, além de contar com recursos desde 1998 (R\$900.000,00 recebidos pelo

³⁶⁸ Para além desses valores, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) recebeu do FAT R\$2.370.978,00 em 1999 e R\$1.562.780,00 para o ano de 2000 para ações de intermediação de mão-de-obra, constituindo-se uma verba “a parte” daquela que era destinada diretamente para CUT Nacional. Fonte: Ministério do Trabalho – Sumário Executivo do CODEFAT. Abril 2000.

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), recebeu no ano de 1999 R\$2.135.700,00 e no ano de 2000 R\$3.330.000,00, montantes sempre maiores do que os da CUT. Além disso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, vinculado à Força Sindical, recebeu em 1999 R\$12.722.600,00 e em 2000 R\$11.471.700,00, um valor muito superior ao recebido pela CUT. Ou seja, apesar de iniciar sua atuação em intermediação de emprego e seguro desemprego nesses anos, a CUT não estava sozinha: a Força Sindical ainda mantinha uma influência muito superior nesta área³⁶⁹. No mais, precisaríamos de uma maior série histórica para realizarmos afirmações conclusivas sobre o tema.

Em 21 de março de 2000 a Executiva Nacional da CUT reuniu-se, e teve, entre outras deliberações, a indicação de uma “Jornada Nacional de Lutas”, que deveria culminar em um grande ato no dia 1º de maio. Esta jornada deveria priorizar como eixo estratégico de campanha a denúncia das ameaças de retirada dos direitos estabelecidos no Artigo 7º da Constituição Federal, a luta pela valorização dos salários, especialmente o salário mínimo, e a campanha pela redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, como instrumento de combate ao desemprego³⁷⁰. Além disso, a CUT nacional também deliberou o lançamento da “Campanha Nacional em Defesa dos Serviços Públicos”. E no segundo semestre do mesmo ano, ocorreu o 7º Congresso Nacional da CUT, o VII CONCUR.

3.11 O VII CONCUR: a CUT social-liberal

O VII CONCUR foi realizado na cidade de Serra Negra, em SP, de 15 a 19 de agosto de 2000, contando com a presença de 2.309 delegados, sendo 1609 homens (69,77%) e 697 mulheres (30,23%). Como nos diz Roberto Vêras³⁷¹, as principais polêmicas estabelecidas neste Congresso traziam as marcas das divergências históricas. O conflito e a disputa interna na CUT eram muito grandes, especialmente porque as ações encaminhadas pela direção majoritária eram baseadas, em grande medida, por uma concepção de sindicalismo social-liberal. Porém, *atuações cotidianas da CUT ainda traziam contigo lutas contra o governo de FHC e o ajuste neoliberal*.

Este CONCUR trazia consigo também a marca das contra-reformas neoliberais, as quais conseguiram avançar na diminuição dos direitos e na flexibilização da legislação trabalhista. Como exemplos dessas medidas tivemos a instituição do

³⁶⁹ Idem, ibidem.

³⁷⁰ CUT – Informa Cut – Abril de 2000 – Pág 5

³⁷¹ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002. Pág 453

trabalho por tempo determinado pela lei 9.601/1998, a quebra do regime jurídico único dos servidores públicos pela Emenda Constitucional 19/1998, a legalização do banco de horas e do trabalho por tempo parcial pela Medida Provisória 1.709/1998, a suspensão do contrato individual de trabalho permitida através da Medida Provisória 1726/1998, dentre outras³⁷². A Central, em sua deliberação sobre “Conjuntura Nacional” avaliava o Governo FHC como expressão de “uma nova aliança das elites conservadoras tradicionais, que há décadas controlam as decisões, a renda, a propriedade e as instituições no país”³⁷³. Seu Governo tinha como política o aprofundamento da agenda neoliberal, “seguindo o receituário imposto pelo FMI e impondo uma política econômica de desmonte do Estado e redensnacionalização da economia, resultando na extinção de setores produtivos inteiros, gerando cada vez mais desemprego, o individualismo e a cultura antiassociativa para minar a organização e a resistência dos setores populares”³⁷⁴. Assim, para a CUT “os anos 1990 serão lembrados pela fome, a miséria, o desemprego, a violência, o arrocho salarial (com o caso extremo do funcionalismo público com cinco anos sem reajuste de salários), a degradação dos serviços públicos, a concentração da riqueza e da renda, a desnacionalização da economia, a perda do que sobrava de soberania nacional, a transferência de patrimônio público para o grande capital (sobretudo internacional)”. Dessa forma, entre as deliberações tínhamos o avanço na política do “Fora FHC”:

“Conscientes de que a crise não tem solução nos marcos do neoliberalismo, que só pode agravá-la, a CUT deve erguer com firmeza a bandeira do “Fora FHC”, aprovada pela 7a Plenária Nacional, e também lutar por um novo modelo de desenvolvimento econômico nacional, que contemple as necessidades e os interesses dos trabalhadores e do povo e aponte para uma solução mais definitiva dos problemas econômicos e sociais”³⁷⁵.

A CUT continuava com a perspectiva de oposição de esquerda à FHC, organizando atividades de mobilização contra seu programa. Mas, apesar de ainda se constituir enquanto uma frente única dos trabalhadores, a Central consolidou neste Congresso uma concepção sindical assistencialista e conciliadora. Na deliberação “Estratégias para as ações políticas da CUT”, a Central via a “Economia Solidária”

³⁷² FERRAZ, Marcos. Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, pág 114

³⁷³ CUT. Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT (2000). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

³⁷⁴ Idem, *ibidem*.

³⁷⁵ Idem, *ibidem*.

como uma estratégia inovadora para o combate ao desemprego e a exclusão social, pois “diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão na qual a última relação que tem com os trabalhadores desempregados é a homologação da rescisão do contrato de trabalho. A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas”³⁷⁶.

Na resolução “Economia Solidária”, a CUT deliberou pela primeira vez em um Congresso Nacional uma política única de implementação no interior da Central de ações no campo do cooperativismo e intermediação de mão-de-obra. O objetivo era legitimar a “rede CUT” construída em torno dessas políticas, avançando na integração dos sindicatos da base na “incubação” de novos empreendimentos. Como passo importante nesta perspectiva estava a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a qual seria referendada neste Congresso, tendo como objetivos: “a geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; o fomento aos valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias”³⁷⁷. Defendia-se, também, uma política de crédito da CUT via ADS, que seria um “instrumento de apoio aos empreendimentos solidários, conciliando aumento de produção e produtividade com ampliação do trabalho, adequado manejo do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida” e a criação de um programa de educação e de pesquisas em economia solidária, a qual deveria “proporcionar a formação de uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar novos processos de desenvolvimento tendo por base a economia solidária e o avanço em conceitos e práticas sindicais e sociais capazes de potencializar os compromissos mais imediatos e de classe da organização dos trabalhadores e dos setores marginalizados e excluídos”³⁷⁸.

³⁷⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷⁷ Idem, *ibidem*.

³⁷⁸ CUT. Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT (2000). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

Para implementação do “Programa de educação em economia solidária”, tinha-se enquanto objetivo “realizar levantamento, em nível nacional, das atuais experiências de economia solidária”, como também ampliar a relação da CUT com a ADS e a Unisol Cooperativas, para que assim fosse possível a “constituição de novos negócios”, através de linhas de crédito especiais concedidas pelo BNDES:

“Buscar atuar com outras iniciativas já em curso, como a Unisol Cooperativas – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo –, criando a partir do plano regional uma intervenção em escala nacional que concretize as mudanças necessárias na legislação, por meio das mobilizações e pressões políticas. Viabilizar, com a participação da ADS, linhas de crédito, principalmente junto ao BNDES, que tenham tratamento diferenciado (juros, carência etc.) nos casos nos quais os trabalhadores, organizados em cooperativas autênticas³⁷⁹, tenham a intenção de adquirir empresas em dificuldades econômicas, bem como para a constituição de novos negócios, com o claro objetivo de manter e/ou gerar trabalho, renda e desenvolvimento social”³⁸⁰.

Como afirma Marcos Ferraz, a formação da ADS e sua incorporação pelo VII CONCUR implicavam em formas de despolitização do sindicalismo. Dentre estas formas, destacar-se-iam duas:

“A primeira compreende que a ação da ADS corresponde a políticas compensatórias e não organizaria uma luta de oposição ao capital. A segunda verifica uma autonomização do corpo técnico da ADS que a retira do campo decisório, propriamente político, dos dirigentes da Central”³⁸¹.

Esta concepção tinha eco nas correntes minoritárias, como afirma um dos sindicalistas da oposição à direção majoritária, Jorge Luis Martins:

“O problema da Agência de Desenvolvimento Solidário, na verdade, é que ela rebaixa a discussão histórica do movimento operário. Da necessidade de se construir cooperativas populares, de autogestão, passa-se a uma forma de política compensatória frente à reestruturação produtiva e ao desemprego estrutural”³⁸².

Neste VII CONCUR (2000) a Central incluiu mais diretamente a discussão em torno da Formação Profissional e do FAT dentro da “construção de um sistema público de emprego”. A Central defendia que a Formação Profissional, e os recursos provenientes do FAT seriam apenas parte da luta por “verdadeiro sistema

³⁷⁹

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ FERRAZ, Marcos. Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, pág 149

³⁸² Jorge Luis Martins. Entrevista concedida à Marcos Ferraz. Retirado de: idem, ibidem. Pág 149

público de emprego capaz de articular um conjunto de iniciativas e programas fornecidos de modo integrado ao trabalhador, fundado em princípios e recortes metodológicos que estimulem a plenitude do desenvolvimento cidadão”. A CUT, portanto, seria constituinte desse amplo projeto que unificaria diversas ações nas áreas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional e microcrédito. A estruturação de um “verdadeiro sistema público de emprego” só seria possível se a Central levasse em consideração uma nova visão sobre a relação entre sociedade e Estado, que estariam sintetizadas em três dimensões fundamentais:

“1) a primeira é o envolvimento direto de entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda, que por si só representa uma grande inovação, nesta década, para as relações do sindicato com a sua base social e com os desempregados, mas representa também a criação de mecanismos dirigidos a desenvolver maior controle social; 2) a segunda dimensão é a oferta articulada dos programas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, educação e requalificação profissional, microcrédito, incubadoras de empresas, cooperativas de produção e populares e de iniciativas de estímulo ao primeiro emprego;3) a terceira dimensão é o papel complementar que as iniciativas de espaços públicos não estatais devem ter com a execução das políticas estatais de empregos dos municípios e dos governos estaduais. O Estado deve participar da execução de todas as iniciativas e dividir a responsabilidade com os atores organizados da sociedade, especialmente os sindicatos dos trabalhadores, na definição, acompanhamento, avaliação e sugestões de mudanças de rumos das políticas e programas”³⁸³.

A CUT além de propor propostas alternativas no interior dos marcos existentes do neoliberalismo, vê-se então enquanto parte executora das políticas públicas, em conjunto com o Estado. Ou seja, *a CUT propunha-se não mais a reivindicar demandas ao Estado, mas ajudá-lo, enquanto parceira, na execução das políticas públicas. A Central tinha como estratégia de atuação a convivência com o neoliberalismo, disputando o tempo, a forma e a intensidade de sua aplicação dentro das margens de manobra possíveis.* Foi a partir do VII CONCUR que própria Central passou a intitular-se “Cut cidadã”, avaliando que a principal marca da última gestão (1997-2000) foi consolidar uma nova agenda para o sindicalismo brasileiro:

“A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. (...)Uma nova agenda capaz de

³⁸³ CUT. Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT (2000). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário e que, em função de suas diferenças, seja de idade, sexo, raça, procedência, escolaridade etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão. Assim, nossa atuação é condicionada pela combinação da luta institucional com as lutas de massa e pela atuação em novas frentes, agregando à nossa pauta sindical elementos essenciais para a conquista da plena cidadania”³⁸⁴.

Como nos afirma Eliane Mora, esta concepção de cidadania tinha um conteúdo de classe, uma “cidadania sempre procurada em companhia dos setores burgueses democráticos no espaço de sociedade civil, pois não é só o Estado ou o mercado que devem ser os responsáveis pela execução das políticas que conduzam à cidadania”³⁸⁵, forjando uma cultura de “assimilação da visão de mundo difundida pelo neoliberalismo da Terceira Via, acrescida do método afirmativo/propositivo que garante a desorganização da classe. Como se a melhor forma de combater o projeto político/ideológico hegemônico fosse assimilá-lo, ressignificá-lo e/ou “radicalizá-lo” e difundi-lo para a classe”³⁸⁶. O conteúdo de classe da “CUT cidadã”, portanto, era uma concepção de sindicalismo social-liberal.

A afirmação dessa política gerou diversas disputas internas também neste Congresso, especialmente em temas como a proposta de constituição do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da CUT, a criação da Central de Trabalho e Renda, as negociações com o MTE para o financiamento, com recursos do FAT, do Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT (PNQP), a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, dentre outros³⁸⁷. Estava “no ar” deste VII CONCUR também o debate sobre o Banco de Horas, no qual o “Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defendia sua adoção em acordos com as empresas desde que sob determinados critérios, como o da garantia da redução da jornada de trabalho, enquanto que as correntes minoritárias se posicionavam em posição totalmente contrária”³⁸⁸. A resolução do Congresso sobre o tema tinha como título “A CUT posiciona-se contra o banco de horas e as horas extras”, pois se acreditava que “que o mecanismo conhecido como Banco de Horas – nome dado à flexibilização da jornada de trabalho – faz parte de uma ofensiva mais geral de desregulamentação das relações de trabalho visando reduzir o

³⁸⁴ Idem, *ibidem*.

³⁸⁵ MORA, Eliane Arenas. O caminho da subsunção da Política nacional de Formação da CUT às Diretrizes de Sociabilidade Neoliberais. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Pág 208

³⁸⁶ Idem, *ibidem*. Pág 208

³⁸⁷ FERRAZ, Marcos. Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário... Op. Cit. pág 411

³⁸⁸ Idem. *Ibidem*. Pág 411

‘custo do trabalho’, que hoje se desenvolve em escala mundial em nome da necessidade de ‘competitividade das empresas’ diante do mercado ‘globalizado’”³⁸⁹.

A disputa na CUT mantinha-se forte, apesar da Articulação Sindical ter consolidado seu domínio, *tornando a refuncionalização da Central um processo gradativo e irreversível*. Como exemplo de questionamento neste VII CONCUR temos o “Movimento por uma Tendência Socialista”, o MTS, o qual avaliava que a CUT vivia um “retrocesso na última década. É preciso resgatar a idéia da luta e da contestação”³⁹⁰, pois “o caráter de luta, de contestação à ordem, que caracterizou o nascimento e os primeiros anos de vida da CUT foi paulatinamente substituído por uma postura de rendição frente ao avanço da globalização e do neoliberalismo”³⁹¹. Como parte dessa nova visão de sindicalismo, destacava-se “a negociação, a busca de uma conciliação de interesses com as empresas e com o governo a qualquer custo”, a “ausência das lutas”, e as políticas de qualificação/requalificação profissional³⁹².

A política de requalificação profissional implementada pela CUT através dos recursos do FAT era defendida amplamente pela corrente dominante na Central, como afirmou em entrevista o Presidente da CUT na época, Vicentinho:

“A formação da CUT não é a mesma de 10 anos atrás. Não só por estarmos desenvolvendo uma série de programas de Formação Profissional, mas também por que a CUT não é a mesma. A central mudou, cresceu. (...) Acho que a decisão da CUT em utilizar as verbas do FAT para realizar projetos de qualificação profissional foi bastante acertada. Enfrentamos hoje um grande inimigo que é o desemprego. É importante construirmos propostas para tentar combatê-lo. (...) Afinal, esse dinheiro é do trabalhador e não do governo”³⁹³.

Defendia-se, também a participação da CUT em espaços tripartites, avaliando que a consolidação do CODEFAT e dos Conselhos Estaduais e Municipais de emprego eram “importantes avanços democráticos”, como afirmou o representante da CUT no CODEFAT, Delúbio Soares:

“A participação de representantes da CUT no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) constituiu-se um dos mais importantes avanços democráticos na gestão das políticas públicas de emprego, renda e crédito. (...) O avanço democratizante possui uma vertente essencial na constituição dos conselhos estaduais e municipais

³⁸⁹ CUT. Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT (2000). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

³⁹⁰ MTS – Teses do MTS para o 7º CONCUR. Pág 8

³⁹¹ Idem, Ibidem. Pág 8

³⁹² Idem, Ibidem. Pág 11

³⁹³ Vicente Paulo da Silva – Entrevista: “A PNF e a CUT”. Retirado de: CUT. Revista Forma e Conteúdo No 10 – Agosto de 2000. Pág 4

de emprego – que, aliás, decorreu de iniciativas da representação cutista. Esses conselhos possuem também composição tripartite e paritária, reproduzindo o modelo do Codefat no plano subnacional, permitindo a constituição de uma rede (ainda pouco articulada) que perpassa todos os atores envolvidos nas políticas de emprego, tornando-as paulatinamente menos sujeitas às interferências dos executivos estaduais e municipais. (...) Praticamente todas as políticas ativas de mercado de trabalho executadas com recursos do FAT foram concebidas, propostas e tiveram sua implementação assegurada exatamente pelos esforços das representações cutistas. (...) A experiência do Codefat com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho denota enorme potencial de desenvolvimento social e econômico que pode provir da democratização das políticas públicas. Essa trajetória, tão recente e incipiente entre nós, pode prosperar à medida que os governantes e a sociedade puderem conquistar uma nova concepção de projeto nacional.³⁹⁴”

A defesa da CUT no Codefat estava dentro da perspectiva do aumento gradativo do recebimento de recursos através do FAT, ano após ano, para realização de atividades e cursos em qualificação profissional. Em agosto de 2000, o “Integrar”, programa “piloto” de formação profissional realizado pela CUT, através da Confederação Nacional de Metalúrgicos (CNM), chegou a abranger mais de 250 mil trabalhadores, atuando em 17 estados e 45 municípios³⁹⁵. Como outro exemplo da magnitude da formação profissional realizada pela CUT (como também das mudanças que ocorreram na segunda metade da década de 1990), temos a construção, por parte da Escola Sul, de um complexo empresarial composto, dentro outros, por um hotel comercial, denominado “Canto da Ilha”.

A Escola Sindical Sul era sediada em Florianópolis, e foi criada em 1989/1990 como consequência de amplo processo de debate entre as CUT’s estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De 1991 até 1996, a Escola funcionou em algumas salas de um edifício no centro da capital de Santa Catarina, buscando a partir de então a construção de uma sede própria: para esse objetivo, desenvolveu-se parcerias com a DGB (Alemanha) e CGIL (Itália). A Escola Sindical Sul era organicamente vinculada à CUT, sendo parte integrante da realização de sua Política Nacional de Formação³⁹⁶.

³⁹⁴ Delúbio Soares de Castro e Bernardo Gouthier Macedo. A participação da CUT no CODEFAT e a democratização das políticas de emprego, renda e crédito. Retirado de: CUT. Revista Forma e Conteúdo No 10 – Agosto de 2000. Pág 54

³⁹⁵ CUT. Revista Forma e Conteúdo No 10 – Agosto de 2000. Pág 20

³⁹⁶ TUMOLO, Paulo Sergio. Da Contestação à Conformação – A Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista. São Paulo, Ed Unicamp, 2001. Pág 212

Através destes convênios, a Escola conseguiu construir sua sede própria, para em 1996 iniciar, com financiamento do BNDES, a construção de um Hotel comercial, restaurante, bar, uma agência de turismo e uma escola comercial na área de turismo e hotelaria, com cerca de 5 mil metros quadrados de área construída:

“O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou ontem um contrato de financiamento com a Central Única dos Trabalhadores. O empréstimo, no valor de R\$1,2 milhão, será destinado à conclusão das obras da escola de formação profissional denominada Associação Escola Sul, em Santa Catarina. É a primeira vez na história do BNDES que o banco concede financiamento a uma entidade sindical. O investimento total no projeto soma R\$3,6 milhões e vai gerar sessenta empregos diretos. Os R\$2,4 milhões restantes serão cobertos pelo sindicato alemão DGB (29%), doações de sindicatos filiados à CUT (14%), Governo do Estado de Santa Catarina (12%), campanha de solidariedade de trabalhadores (8%) e Prefeitura de Florianópolis (5%). O projeto está instalado no balneário de Ponta das Canas, em Florianópolis, com cerca de 5 mil metros quadrados de área construída. O centro terá também uma estrutura hoteleira. A Associação Escola Sul está criando uma empresa, Centro de Formação e Turismo Ltda., para gerenciar todas as atividades do centro de formação profissional, incluindo serviços de hotelaria e agenciamento de viagens”³⁹⁷.

Utilizando as instalações do próprio hotel, a Escola Sul formava garçons, cozinheiros, maîtres, camareiras e recepcionistas especializadas em atendimento hoteleiro: “Beneficiada geograficamente com belíssimas praias, vales e montanhas, além de estar localizada no centro do Mercosul, Santa Catarina tem recebido um número cada vez mais crescente de turistas, tanto em férias quanto a trabalho. Esse movimento faz com que cresçam as iniciativas hoteleiras e de turismo naquele estado. *E a Escola Sul da CUT está qualificando os trabalhadores para esse mercado*”³⁹⁸ Qual seria, então, o projeto político-pedagógico dessa formação profissional voltada para o mercado hoteleiro em “plena expansão”?

“Desde os Anos 80, Florianópolis vem recebendo um número cada vez maior de turistas. Durante muitos anos, o atendimento ao turista foi amador. *Com a construção do Hotel Canto da Ilha, na Escola Sul da CUT, esta realidade está mudando.* Receber o hóspede no saguão, fazer um coquetel, conhecer profundamente os frutos do mar e a cozinha litorânea e saber em detalhes a história de Florianópolis e de Santa

³⁹⁷ Gazeta Mercantil. 28/08/96. Retirado de: Idem, ibidem. Pág 215

³⁹⁸ MATTE, Débora. A formação da CUT de Norte a Sul do Brasil. Secretaria Nacional de Formação da CUT, 2000. Pág 36 Grifos nossos.

Catarina são matérias curriculares para os alunos do curso de Hotelaria e Turismo. O hotel-escola forma um novo profissional, qualificado num ambiente apropriado e com todas as aulas práticas necessárias ao bom desempenho da função”³⁹⁹.

A CUT construiu através da Escola Sindical Sul, um complexo hoteleiro com o objetivo de arrecadar recursos através da venda de mercadorias e serviços, como estadia, agenciamento de turismo e cursos de formação profissional na área de hotelaria e turismo. Como nos diz Paulo Sergio Tumolo, “é curioso constatar que a CUT, central sindical que nasceu com o intuito de lutar contra e quiçá superar a exploração dos trabalhadores, optou em recorrer justamente à exploração dos trabalhadores de suas empresas – através da produção e venda de mercadorias – para supostamente financiar a formação dos trabalhadores”⁴⁰⁰. O “Manual do funcionário” que vendia sua força de trabalho para o complexo hoteleiro da CUT deixava claro o controle sobre o comportamento pessoal dos trabalhadores:

“Trate as pessoas por SENHOR ou SENHORA; - Ao se dirigir a uma pessoa, fale sempre em voz baixa; - Não arrume o cabelo ou uniforme em áreas públicas; - Não pare em áreas públicas ou mesmo em áreas de serviço para “bater papo” com colegas; - Nunca fique sentado enquanto estiver falando com Hóspede ou Cliente ; - Não visite outros departamentos, áreas públicas ou andares, a não ser que seu trabalho assim o requeira; - SORRIA SEMPRE. Procure não trazer os seus problemas para o trabalho, afinal, não será aqui que você poderá resolvê-los; - Use sempre palavras de cortesia: “OBRIGADO”, “POR FAVOR”, “SINTO MUITO”, “ÀS SUAS ORDENS”⁴⁰¹.

No ano 2000, a CUT investiu R\$42 milhões em seu Plano Nacional de Qualificação, com o objetivo de ampliar suas ações em Formação Profissional; destes, R\$35 milhões eram provenientes do FAT e R\$7 milhões de recursos próprios⁴⁰². Estes dados demonstram o crescente atrelamento da CUT ao Estado através da captação de recursos provenientes de fundos públicos, com podemos verificar na tabela abaixo:

³⁹⁹ Idem, ibidem. Pág 37

⁴⁰⁰ TUMOLO, Paulo Sergio. Da contestação ... Op. Cit. Pág 216

⁴⁰¹ Manual do funcionário do Hotel “Canto da Ilha”. Retirado de: Idem, ibidem. Pág 232-233

⁴⁰² MATTE, Débora. A formação da CUT de Norte a Sul do Brasil. Secretaria Nacional de Formação da CUT, 2000. Pág 7

Tabela 29 – *Progressão dos recursos transferidos pelo FAT para CUT para qualificação profissional, intermediação de mão de obra e seguro desemprego (1998-2000)*

Ano	Quantidade de Recursos do FAT para a CUT para qualificação profissional	Quantidade de Recursos do FAT para a CUT para programas de intermediação de mão de obra e seguro desemprego	Soma dos total dos Recursos provenientes do FAT para a CUT (1998-2000)
1998	R\$8.000.000,00	-	R\$8.000.000,00
1999	R\$21.000.000,00	R\$2.192.202,00	R\$23.192.202,00
2000	R\$35.000.000,00	R\$3.583.366,00	R\$38.583.366,00
Total	R\$64.000.000,00	R\$5.775.568,00	R\$69.775.568,00

Fonte: MATTE, Débora. A formação da CUT de Norte a Sul do Brasil. Secretaria Nacional de Formação da CUT, 2000. Pág 7

Em três anos, a CUT aumentou o seu recebimento de recursos do FAT em 772,19%. A transição de um sindicalismo classista para um de cunho social-liberal teve relação direta com o Estado, sendo esse mediador da refuncionalização da Central. Se por um lado a CUT mantinha forte críticas aos condutores do Estado (governantes), a sociedade política em si era vista cada vez mais enquanto “campo em disputa”, através dos espaços tripartites e da influência em torno dos recursos provenientes dos fundos públicos e de parcerias. Dessa forma, mesmo a atuação conjuntural da Central, que se

pautava pela crítica ao governo FHC e de grande parte de suas medidas, acabava por ser influenciada pela mudança de seus princípios norteadores. Para os setores minoritários que se mantinham no campo classista, a Central perdia grande parte de sua função estratégica (que gradativamente sucumbia diante do pacto social), para avaliá-la pelo papel tático e conjuntural.

Como exemplo dessas mudanças no âmbito dos princípios estratégicos, temos o texto “*Trabalhadores, Empresários, Estado: todos juntos na formação profissional?*”, de autoria de Marco Antonio Nascimento Pereira, economista e assessor da Equipe da Unitrabalho responsável pela pesquisa em torno da formação profissional no Brasil que fez parte do projeto Integrar-nacional, da CNM/CUT. Neste artigo, publicado no Caderno “Formação profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões” pela CUT em 1999⁴⁰³, o autor defendia que, aparentemente, governos, entidades de trabalhadores e empresários “caminham para uma associação crescente em torno de objetivos em grande medida comuns, quanto a formação profissional”⁴⁰⁴. Um dos aspectos “verdadeiros” dessa impressão estaria na utilização dos “três agentes” (trabalhadores, governo e empresários) do conceito de “empregabilidade”. Mas quais seriam, então, os pressupostos comuns entre estes “três segmentos” no que tange à “empregabilidade”?

“Quais os pressupostos do conceito de *empregabilidade*? Qualquer que seja a pessoa ou força política que o adote, as idéias subjacentes são que:

- Os empregos estão caminhando definitivamente para sua virtual desaparecimento ou, ao menos, para uma grande redução quantitativa;
- Cabe aos trabalhadores, para não se situarem em uma postura reacionária ou conservadora, procurarem se adaptar a essa nova situação (os trabalhadores acrescentam: essa adaptação deve estar associada com a luta por uma política econômica voltada para o crescimento e para a geração de empregos, assim como à resistência aos abusos patronais e à redução dos postos de trabalho);
- Essa adaptação passa prioritariamente pela requalificação dos trabalhadores, de modo que eles, frente à nova realidade do mercado de trabalho, estejam preparados para ocupar qualquer uma das oportunidades de trabalho existentes ou que venham a surgir;
- A prioridade, desse modo, tanto para os próprios trabalhadores (no caso destes, em associação com a luta por outra política econômica e com lutas defensivas, como visto acima) como para os governos e os

⁴⁰³ CUT. Formação profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões. São Paulo: CUT, 1999.

⁴⁰⁴ PEREIRA, Marco Antonio Nascimento. “Trabalhadores, Empresários, Estado: todos juntos na formação profissional?” in: CUT. Formação profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões. São Paulo: CUT, 1999. Pág 16

demais, é tornar empregável o maior número possível de trabalhadores.⁴⁰⁵”

Para o autor, esse conceito não foi forjado pelos trabalhadores, e sim pelos empresários e governos⁴⁰⁶. Mas, isso não significa, a priori, que o conceito de “empregabilidade” jogaria a culpa do desemprego apenas sobre o trabalhador, retirando a responsabilidade dos governos e empresários: ao contrário, o conceito de empregabilidade é um entendimento natural dos governos e “*empresários esclarecidos*” dos desafios colocados pela conjuntura:

“Isso não quer dizer, porém, ainda segundo essa visão, que os empresários e governos não têm responsabilidade alguma sobre a questão. No mínimo, cabe a eles contribuir para os trabalhadores se requalifiquem, tornando-se empregáveis. (...) Não se trata de uma tramóia do governo ou de empresários. Trata-se, isto sim, de um desdobramento natural do entendimento que os governos e empresários (esclarecidos) têm do papel da formação profissional”⁴⁰⁷.

O movimento sindical estaria confrontado com a possibilidade de “perder” os trabalhadores de sua base para os empresários, as entidades patronais de formação profissional e o Estado através de duas políticas: “[1]em decorrência de os trabalhadores verem nos empresários (e suas entidades) e no Estado agentes capazes de lhe fornecerem a requalificação que os ajudará a enfrentar a ameaça permanente do desemprego; [2] e cultural e ideológica, em decorrência da capacidade multiplicada que empresários e Estado têm hoje para disseminar e consolidar uma visão individualista, anti-coletiva e anti ou não-sindical entre os trabalhadores”⁴⁰⁸. O movimento sindical deveria realizar ele mesmo as políticas de formação profissional, disputando sua concepção teórica e prática; senão, sua base poderia “sucumbir” diante da atuação do Estado e dos “empresários esclarecidos”, *“Não existia uma política de confronto de ações e de idéias, mas de disputas em torno do mesmo referencial geral, o qual era tomado enquanto “correto” e “inexorável”*. O movimento sindical não podia “fechar os olhos” para essa nova conjuntura. A realidade era dura, e uma “regra básica da ação sindical é procurar partir sempre das necessidades e reivindicações efetivamente existentes, de fato sentidas e expressas (com maior ou menor nitidez) pelos trabalhadores”⁴⁰⁹. “Do ponto de vista dos trabalhadores”:

⁴⁰⁵ Idem, ibidem. Pág 17

⁴⁰⁶ Idem, ibidem. Pág 17

⁴⁰⁷ Idem, ibidem. Pág 18

⁴⁰⁸ Idem, ibidem. Pág 19

⁴⁰⁹ Idem, ibidem. Pág 20

“Tornar-se empregável”, no sentido mais geral de requalificar-se para ficar mais apto a enfrentar as transformações em curso no mercado de trabalho – essa reivindicação de qualquer trabalhador individual não é apenas realista como inteiramente legítima. Como tal, trata-se de uma reivindicação pela qual o movimento sindical deve e precisa agir”⁴¹⁰.

Levando em consideração as vontades existentes, e partindo de uma perspectiva de fortalecimento “da solidariedade e da ação coletiva dos trabalhadores em busca de soluções coletivas para seus problemas”, o autor defendia que “agindo dessa forma, não há porque não buscar recursos junto aos órgãos governamentais e estabelecer com eles determinadas formas de parcerias”⁴¹¹.

O texto em questão era de um importante assessor de formação profissional da CUT, que apesar de não representar em totalidade da concepção da corrente dominante da Central, demonstrava certa proximidade política. *A publicação do referido texto em um caderno editado pela CUT era uma demonstração de que, em certa medida, suas teses eram corroboradas pela corrente dominante.* A própria existência desse texto, por si só, demonstrava que a Central sistematizava gradativamente, do ponto de vista teórico, uma concepção estrategicamente dirigida pelas classes dominantes, não questionando o conteúdo de classe de suas políticas.

Mas a corrente dominante também tinha contradições e disputas por espaços. Como no Congresso anterior, também no VII CONCUR, inexistia consenso no interior da Articulação Sindical sobre qual seria o seu candidato à presidente da CUT, constituindo três candidaturas: João Felício (da Apeoesp/SP), João Vaccari (Sindicato dos Bancários de SP) e Mônica Valente (Sindisaúde/SP). A solução foi encontrada em uma assembléia no próprio Congresso. Dos 1.266 delegados ligados à Articulação presentes, foi definida a indicação de João Felício com 66% dos votos contra 26% para João Vaccari e 8% para Mônica⁴¹². Neste mesmo VII CONCUR Altemir Tortelli foi reeleito para a Secretaria Nacional de Formação.

⁴¹⁰ Idem, ibidem. Pág 20

⁴¹¹ Idem, ibidem. Pág 22

⁴¹² OLIVEIRA, Roberto Vêras. Sindicalismo e Democracia no Brasil... Op. Cit. Pág 412

Conclusão

Esta pesquisa teve seu foco modificado na medida em que o próprio processo de análise, e posteriormente síntese, se deram. Se num primeiro momento, tínhamos enquanto um dos objetivos a realização de debates teóricos em torno de alguns conceitos (como Estado, burocracia, transformismo social, aristocracia operária, etc), com o desenrolar dos trabalhos percebemos que o fundamental seria que estes conceitos, (sempre que necessários) aparecessem no desenrolar da análise em si; centramos nossos esforços, portanto, na análise das fontes, buscando a construção de certa cronologia das mudanças e permanências forjadas na/pela CUT no período em questão. Um dos fatores que influenciou fortemente esta escolha foi a falta de trabalhos no terreno da História sobre a Central Única dos Trabalhadores: apesar de ser um objeto consolidado no âmbito das pesquisas realizadas nas áreas de Sociologia do Trabalho e Educação, são poucas aquelas concebidas na área de História que tiveram a CUT como objeto principal. Além disso, levamos também em consideração que um debate conceitual de “maior fôlego” necessitaria de um conhecimento prévio de certa envergadura, o qual não dispomos neste momento.

O movimento sindical atua em terreno “pantanososo”: ao mesmo tempo em que se propõe (em princípio) a ser um espaço de organização autônoma dos trabalhadores, tem que conviver com uma estrutura “legal” que o força, em certo sentido, a manter-se atrelado ao Estado. Esta contradição entre propor-se independente e, ao mesmo tempo, conviver com uma estrutura sindical corporativista e conciliadora, ao que tudo indica, teve peso fundamental nas mudanças ocorridas com a CUT. A *estrutura* sindical brasileira, mesmo após o fim da ditadura militar, mantinha fortes tendências corporativistas, *mesmo no interior do sindicalismo cutista*. Uma demonstração clara deste fato foi a posição expressada pelos delegados presentes no 4º CONCUR (1991) sobre o imposto sindical: apenas 31% dos delegados presentes afirmaram que devolviam o dinheiro do imposto sindical, ao invés de utilizá-lo.

Precisamos destacar que se na década de 1980 a conjuntura política favorável de ascenso das lutas e das greves “oxigenava” a CUT, quando chegamos à década de 1990, as tendências mais gerais de burocratização se afirmaram, *já que a constituição de uma estrutura sindical realmente autônoma e democrática foi muito aquém do necessário*. Estas tendências só se afirmaram com a força que tiveram, pois (como acreditamos que demonstram as pesquisas sobre a CUT) mesmo nos momentos de maior avanço das lutas existiram medidas e desvios de rota que foram na contra-mão da conjuntura em que se encontravam as lutas sociais no Brasil. Ou seja, como afirmamos em outros momentos desse trabalho, *se por um lado a manutenção da postura combativa da CUT contribuiu para o crescimento das mobilizações e greves, por outro, as transformações da sua estrutura organizativa e da concepção de mundo de alguns de seus dirigentes caminhavam no sentido da desmobilização e do descolamento da Central da participação efetiva dos trabalhadores*. Estes dirigentes, se em determinados momentos não tinham a capacidade de aplicar em totalidade sua política no interior da CUT (devido a diversos fatores como a correlação de forças interna, a posição da Central na conjuntura, a existência ainda de certa democracia sindical, etc), assim o fizeram em “sindicatos grandes” como nos Sindicatos dos Metalúrgicos da região do ABC, nos quais tinham uma influência bem maior. As posições e atuações da Central não se refletiam mecanicamente em sua base, mas, ao contrário, existiam grandes diferenças em suas práticas políticas⁴¹³.

As mudanças que ocorreram não foram uniformes, e em grande medida foram guiadas pelas políticas realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como no caso da Formação Profissional e nas atividades de Intermediação de Mão de Obra e Cooperativismo. O “Integrar”, projeto piloto de Formação Profissional implementado pelo sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1996, tornando-se um dos pilares da atuação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) nessa área, foi a experiência que a CUT utilizou como base para formulação de seu próprio plano de atuação em Formação Profissional. Além disso, a constituição da Central de Trabalho e Renda/CTR (especializada em políticas de intermediação de mão-de-obra), como também a formação da Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS (base da atuação cutista no cooperativismo) e a UNISOL tiveram peso central dos metalúrgicos do ABC e da sua Confederação Nacional. Dessa forma, “experiências piloto” foram gestadas nos

⁴¹³ Um exemplo marcante deste fato foi também a discussão sobre o imposto sindical: a CUT tinha uma posição contra a utilização do imposto, mas a maioria dos sindicatos de sua base o utilizava, desrespeitando a deliberação da Central.

Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, que posteriormente tornaram-se o padrão de atuação da CUT nas áreas citadas, irradiando sua política por todo o país. *A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, dominado pela Articulação Sindical, foi marcante para as transformações que ocorreram na CUT.* Em muitos momentos, a Central como um todo era dirigida pelas políticas defendidas por aquele sindicato, especialmente após a constituição do “sindicato unificado” dos metalúrgicos do ABC e nas duas gestões de “Vicentinho” (1994-2000) como Presidente da CUT (ex-presidente do referido sindicato).

Acreditamos, portanto, que mesmo nos momentos em que ocorriam lutas de massa, as raízes mais profundas do fenômeno burocrático já existiam. O fenômeno histórico de crescimento dos sindicatos (como ocorreu no pós-ditadura) acabou tendo também como consequência a formação de toda uma direção sindical profissional, além da possibilidade de maior organização da classe trabalhadora. Esta direção, dependendo do contexto histórico em que se insere (em especial em momentos de refluxo do movimento de massas, da falta de “oxigênio” nas lutas), pode tornar-se relativamente autônoma, descolada das classes que supostamente representam e organizam:

“A especialização de sua atividade profissional como dirigentes sindicais, assim como o horizonte, naturalmente estreito, das lutas isoladas de uma etapa pacífica, fortalece a tendência dos funcionários sindicais para a burocracia e para a estreiteza de objetivos, que se manifestam em toda uma série de tendências que podem ser fatais para o futuro da organização sindical”⁴¹⁴.

A burocracia seria formada no momento em que a função de dirigentes políticos tornou-se parte da divisão social do trabalho, ou seja, especializou-se enquanto atividade profissional. Isso, por si só, não determinaria uma tendência à “burocratização”, isto é, uma preponderância dos aspectos profissionais e das necessidades de reprodução da vida social em detrimento dos aspectos políticos e ideológicos; mas, a formação da burocracia, por si só, traria consigo esse “germe”, esta possibilidade em se tornar o seu próprio contrário, um avanço das lutas ao invés de um espaço organizativo autônomo. Quais seriam, então, os demais fatores que engendrariam o descolamento dos dirigentes políticos das classes subalternas, contribuindo para o processo de “burocratização”?

⁴¹⁴ LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, Partidos e Sindicatos. In : BOGO, Ademar. Teoria da Organização Política. São Paulo, Expressão Popular: 2005. Pág 331

Em primeiro lugar, *temos o refluxo do movimento de massas e a posterior conjuntura de “estabilidade”*. Os períodos de maior condensação das lutas sociais e dos conflitos entre as classes gerariam, através de sua dinâmica, uma expansão das organizações no seio da sociedade civil. Entretanto, a partir do momento em que as classes subalternas não mantêm um efetivo processo de contra-hegemonia, as tendências gerais da forma de organização da sociedade no capitalismo como a divisão social do trabalho, hierarquização, e divisão entre concepção e execução, tornam-se preponderantes, descolando os antigos dirigentes sindicais de suas bases.

Outro aspecto importante *é a parcialidade das lutas empreendidas pelos sindicatos*. No curso “normal” dos conflitos entre as classes na sociedade burguesa, a luta econômica encontra-se fragmentada em uma série de lutas isoladas, seja em setores da produção ou mesmo em cada empresa. Os dirigentes sindicais acabam absorvidos pela lógica da luta econômica, supervalorizando a mínima conquista econômica como sinônimo da eficácia da luta sindical, ou mesmo como demonstração da representatividade (ou força) do sindicato⁴¹⁵. Este “apelo” ao econômico faz com que os sindicalistas, como também a base atuante dos sindicatos, perca o horizonte mais amplo da necessidade de emancipação das classes subalternas, esquecendo paulatinamente a capacidade de crítica diante a estrutura do capitalismo e a forma de reprodução das relações sociais fundamentais. Com o horizonte reduzido às pequenas conquistas, as lutas econômicas acabam fragmentando ainda mais as classes subalternas, ao invés de se constituírem como um passo necessário da elevação do seu patamar ideológico e organizativo. Temos aqui, portanto, mais um dos fatores que podem “debilitar” e “fragmentar” as classes subalternas, criando grupos sociais diferenciados em seu interior.

Esta sobrevalorização das lutas econômicas acaba também por gerar *a supervalorização dos sindicatos*. Os sindicatos transformam-se em o espaço mais importante da luta de classes (ou mesmo o único), deslocando as lutas específicas das demandas mais gerais. Neste processo, os dirigentes sindicais tendem a deixar de lado o marxismo (como também alguns dos seus princípios básicos: independência de classe, luta de classes, o Estado como aparelho das classes dominantes, etc) em direção a uma “teoria sindical”, partindo das necessidades dos próprios sindicatos e de seu horizonte mais restrito⁴¹⁶. Como consequência deste fato, os sindicatos que antes eram combativos

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*. Pág 331

⁴¹⁶ Idem, *ibidem*. Pág 325

e autônomos perante as classes dominantes, acabam por se diferenciar muito pouco dos sindicatos burgueses tradicionais, objetivando, a cada luta cotidiana, uma solução através do pacto social. A revolução é esquecida e as lutas ficam restritas as pequenas conquistas e reformas cotidianas, que não vão de encontro à sociedade capitalista e sua lógica de mercantilização da vida⁴¹⁷. Ocorre, portanto:

“(…)a supervalorização da organização, que se transforma gradualmente de meio em fim, uma coisa preciosa à qual os interesses da luta devem estar subordinados. Daí, também surge a necessidade de paz, reconhecida abertamente, que se reduz diante do risco e dos supostos perigos que ameaçam a estabilidade dos sindicatos.⁴¹⁸”

A crença na necessidade da estabilidade da sociedade e das conquistas graduais por parte dos trabalhadores torna-se uma das premissas ideológicas fundamentais para a burocracia. Uma burocracia que deixou de lado as lutas das classes subalternas, tornando-se agente social dos dominantes no interior dos dominados. “Funcionários de carreira” que, ao abandonar a perspectiva revolucionária, temem mais a greve de massas que a morte, pois esta poderia fazê-los perder a estabilidade de suas posições, conquistada nas negociações com o patronato e o Estado⁴¹⁹. Estas mudanças de ordem político-ideológica redefinem em grande parte o projeto de classe destes agentes sociais, os quais reproduzem no cotidiano de sua ação militante práticas e concepções das classes dominantes. A transformação de sua atuação (gerada a partir de uma mentalidade e de laços psico-sociais novos) produz um “ambiente” suscetível para que, gradativamente, o programa histórico das classes subalternas seja remodelado em direção à manutenção dos princípios gerais da atual sociedade; isto é, não podemos “separar”, de um lado, os aspectos da estrutura social, e de outro, os elementos ideológicos/psicológicos dos agentes sociais em questão. Estamos diante da erupção de certos “privilégios burocráticos” que podem modificar a atuação destes dirigentes, tanto do ponto de vista prático quanto teórico.

Mandel destaca momentos diferenciados neste processo de modificação orgânica dos dirigentes das classes subalternas. Para o autor, *o primeiro momento dos privilégios burocráticos seria baseado em maior medida nos aspectos psico-sociais e*

⁴¹⁷ “Eu francamente admito que tenho muito pouca inclinação ou interesse pelo que é usualmente chamado de ‘objetivo final do socialismo’. Este objetivo, independente do que seja, não significa nada para mim, o movimento é tudo” Frase atribuída a Bernstein, mas sem referência exata. Tornou-se um dos símbolos da concepção dos reformistas social-democratas. Retirado de: KORSH, Karl. O fim da ortodoxia marxista. 1937.

⁴¹⁸ LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, Partidos e Sindicatos. In : BOGO, Ademar. Teoria da Organização Política. São Paulo, Expressão Popular: 2005. Pág 331

⁴¹⁹ KOHAH, Nestor. *Rosa Luxemburgo, a flor mais vermelha do socialismo*. Pág 4

ideológicos do que em relação aos ganhos meramente materiais. Apesar da existência real de melhorias materiais/econômicas no sentido “estrito”, o grande diferencial destes privilégios estaria, sobretudo, em algumas novas “liberdade individuais”. Para os operários, abandonar o trabalho de produção comum (especialmente em períodos de maior degradação do ambiente de trabalho, maior carga horária, horas extras, etc) representa uma ascensão social, apesar de não representar uma situação “ideal”. Não podemos falar, neste momento inicial, de “aburguesamento” nem de transformação em uma “camada social privilegiada”; entretanto, estes “dirigentes profissionais”, que conquistaram uma “licença sindical”, já vivem muito melhor do ponto de vista social, que os operários em geral. No plano psicológico e ideológico, por exemplo, é evidente que

“se torna infinitamente mais agradável, para um socialista ou comunista convicto, lutar todo o dia pelas suas idéias e por objetivos que são seus, em vez de se manter no trabalho horas seguidas com todos os gestos mecânicos sabendo que finalmente vai contribuir para enriquecer a classe inimiga. É incontestável que esse fenômeno de ascensão social contém em potencial um fator importante de burocratização: aqueles que ocupam estes postos desejam continuar a ocupá-los, o que leva a defender essa situação de funcionários permanentes contra aqueles que pretendem substituí-los.”⁴²⁰

Se num primeiro momento, estes privilégios são bem pouco materiais e mais psico-sociais/ideológicos, num segundo momento este panorama modifica-se. A questão material assume uma amplitude maior quando as organizações de massa começam a ocupar certas posições no interior da sociedade capitalista, como quando um dirigente sindical torna-se parlamentar, ou quando um dirigente sindical pode negociar a nível elevado um acordo as organizações patronais, e, em certa medida, conviver com elas. O processo de “democratização formal” da sociedade, que, em grande medida, é resultado do ascenso das lutas e de determinadas conquistas dos subalternos, acaba também por “mesclar” um numero maior de espaços de convivência íntima entre os dirigentes das classes subalternas e as classes dominantes⁴²¹.

Especialmente em períodos de certa estabilidade de um regime burguês representativo, ocorrem cada vez mais espaços de interpenetração, gerando uma “inclinação” para certas “tentações”. A prática social destes agentes sociais modifica-se,

⁴²⁰ MANDEL, Ernest e ANDERSON, Perry. A burocracia no movimento operário. Cadernos Democracia Socialista – Volume V. São Paulo: Editora Aparte Pág 4

⁴²¹ Um importante exemplo desse processo foi a constituição dos diversos conselhos que a CUT participava, especialmente o CODEFAT, e os Conselhos Municipais e Estaduais de Emprego.

pois seus espaços de sociabilidade, seus valores e sua ética, acabam por se conciliar com as concepções das classes dominantes. Além disso, o desaparecimento de certos obstáculos conscientemente levantados contra os perigos de posições privilegiadas abre o caminho a essa tendência de uma forma mais nítida⁴²². Entretanto, temos que ter a clareza que este grupo social, apesar das grandes modificações no âmbito de ganhos materiais e em relação à concepção de mundo, não corresponde a uma “nova classe dominante”. Pelo contrário. Aliás, este grupo social nem mesmo pode ser considerado enquanto “parte da classe burguesa”:

“Os burocratas reformistas não fazem parte da classe burguesa. Saíram da classe operária e das organizações do movimento operário. Defendem os seus interesses logo que institucionalizam a colaboração de classe. Estes interesses coincidem historicamente com a defesa da ordem burguesa. Não correspondem necessariamente, em cada momento, à defesa dos interesses imediatos da maioria, ou seja, o conjunto da grande burguesia.”⁴²³

Devemos definir uma classe social tendo em vista sua posição no interior da produção da vida (em especial em relação à extração de sobre-trabalho) e não meramente pelo interesse que defende. No caso destes “burocratas reformistas”, mesmo que defendam historicamente o projeto de classe das classes dominantes, sendo assim dirigidos intelectual e moralmente por elas, não podemos defini-los enquanto uma “nova classe” ou mesmo enquanto parte da “classe burguesa”. Este debate é um dos mais ricos e polêmicos em torno do conceito de “burocracia”, em especial após as experiências pós-capitalistas ocorridas no Leste Europeu (emblematicamente na URSS) e na China.

Do ponto de vista político-ideológico, a condição necessária para o desenvolvimento de uma maior consciência de classe é a própria luta social e a auto-organização dos trabalhadores. No interior da experiência das massas, é o sucesso das lutas contra o capital que tornam os trabalhadores suscetíveis às idéias revolucionárias. Quando os trabalhadores não estão engajados em lutas de massa ou sofrem derrotas, eles tornam-se mais abertos para idéias conservadoras e reacionárias. Estas idéias conservadoras podem desenvolver-se em diversos terrenos, como em preconceitos

⁴²² “(...) numa sociedade onde, mais do que nunca, o dinheiro é o rei, a tentação de se adoçar a si mesmo é muito grande; certos dirigentes escapam-se, muito bem, e sucumbem.” MANDEL, Ernest. Natureza do Reformismo social-democrata. Pág 5 http://combate.info/index.php?Itemid=41&id=48&option=com_content&task=view

⁴²³ idem, ibidem. Pág 4

raciais e econômicos, opressões de gênero ou homofobia, ou mesmo através da maior competição entre os diversos segmentos existentes no interior da classe trabalhadora.

A totalidade da classe trabalhadora não pode estar permanentemente ativa na luta de classes. Isso ocorre, basicamente, pois essa classe está separada da efetiva posse dos meios de produção e é compelida a vender sua força de trabalho aos capitalistas para garantia de sua reprodução social, para manutenção de sua vida. Ou seja, enquanto houver capitalismo, a classe trabalhadora apenas se engajará em lutas de massa *enquanto classe* em momentos extraordinários, revolucionários ou pré-revolucionários, que, devido à estrutura desta sociedade, correspondem a períodos curtos no tempo. No geral, são segmentos específicos da classe trabalhadora que se mantêm ativos nas lutas contra o capitalismo, e não a classe como um todo.

A divisão social do trabalho, combinada com o refluxo do movimento de massas, acaba por tornar a “direção sindical” uma espécie de “especialização”, já que as bases dos trabalhadores, por não participar de nenhum tipo de luta ou atividade sindical, não detêm o “conhecimento” necessário sobre o próprio sindicalismo, sobre as alternativas, sobre a organização da sociedade, etc. A forma de organização cada vez mais centralizada e burocratizada desses sindicatos propicia esta especialização, tornando o monopólio do saber um dos pilares fundamentais da divisão entre novos dominadores e uma nova massa dominada. *O elemento de direção intelectual e moral das classes subalternas deixa, pouco a pouco, o cenário, cedendo espaço para uma dominação entre desiguais.*

A consolidação desta burocracia sindical como um segmento social específico da classe trabalhadora acaba por condicionar sua prática política e visão de mundo. A preservação do aparato sindical torna-se seu objetivo fundamental, em detrimento do crescimento das lutas e das vitórias para a classe. Este “fetichismo da burocracia” tem como parte do seu ideal o “substitucionismo”, a crença de que os trabalhadores devem obedecer a seus líderes, os quais sabem “o que é melhor”. Ou seja, mesmo elementos gerais da estrutura social, como a divisão social do trabalho, produzem de forma mediada suas conseqüências para o movimento sindical, nunca de forma “direta” ou puramente “econômica”. Este é um ponto que gostaríamos de destacar: *mais do que meramente “ganhos materiais”, o fenômeno de surgimento da burocracia sindical tem relação com a descontinuidade da luta de classes e da visão de mundo das classes subalternas em um determinado período histórico.* Para nós, a vinculação direta entre ganhos materiais e burocratização está mais próxima da visão

liberal, que acredita que a economia (entendida como a relação entre custo-benefício) determina o conjunto das relações sociais, do que uma visão marxista revolucionária, que vê o mundo enquanto um todo complexo e denso, formado por múltiplas determinações⁴²⁴.

Se a CUT manteve-se claramente classista no período que vai de sua fundação em 1983 até 1991 (IV CONCUR), entre 1991 e 1994 (IV e V CONCUR's) temos um período de transição em direção a um sindicalismo conciliador. O período regido por esses dois Congressos Nacionais (inclusive os congressos em si) foi pautado por intensas disputas no interior da Central, iniciando a quebra do consenso geral de que todos na CUT seriam classistas e socialistas. Nesta época a CUT tinha cada vez mais contradições, pois ao mesmo tempo em que realizava lutas contra o ajuste neoliberal e mantinha-se uma frente única de massas, começava a reformular sua atuação. Um marco fundamental dessas transformações foram as deliberações da 7ª Plenária Nacional, em agosto de 1995. Com os próximos dois congressos em 1997 e 2000 (VI e VII CONCUR's), e a nova perspectiva de atuação da Central através da constituição de “espaços públicos não-estatais”, e recebimento de recursos através do FAT para implementação de atividades de Formação Profissional, intermediação de emprego, cooperativismo e acesso ao crédito, a CUT consolidou sua transição, tornando-se uma central social-liberal. Estas transformações tiveram relação direta com as mudanças na conjuntura (queda do muro de Berlim e descrença na alternativa socialista, vitória de Collor sobre Lula da Silva em 1989, expansão do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva, vitória e reeleição de FHC, aumento do desemprego e declínio das greves, etc), como também com a disputa realizada internamente.

Do ponto de vista das relações internas entre as correntes sindicais, a Articulação Sindical, no período entre 1983 e 1991, dirigiu intelectual e moralmente a CUT, baseando sua atuação na maioria conseguida na base (imprimindo essa maioria nas votações) e nos consensos possíveis realizados com as correntes minoritárias. As divergências existentes já eram grandes nessa época (como na votação no III CONCUR em 1988 sobre o “funil” para eleição dos delegados ou a ratificação da participação nas câmaras setoriais e a filiação à CISOL em 1992), mas ainda mantinham-se pontos de convergência entre a maioria e a minoria. A partir do IV CONCUR, com o novo cenário formado pelo “funil”, que gerou a forte diminuição de delegados na base, como também

⁴²⁴ WOOD, Ellen. “A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo” in: WOOD, Ellen. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo: 2003.

devido ao golpe na votação da proporcionalidade qualificada e nas fraudes existentes nas delegações ao Congresso, os espaços de “democracia sindical” foram diminuindo na Central, e gradativamente novas formulações foram ganhando densidade. *A Articulação Sindical, no período entre o IV e o V CONCUR's, entrou numa fase de transição na qual deixou de dirigir a CUT, para então dominá-la.* A chapa única que aconteceu no V CONCUR (1994) tinha maior relação com a necessidade de superação da “crise” instaurada no Congresso Nacional anterior (que terminou inclusive com agressões físicas), e afirmação da aposta de todos ainda na CUT, do que com o avanço em uma maior unidade programática.

Especialmente a partir do IV CONCUR (1991), o acordo geral de que todos na CUT eram classistas foi gradativamente quebrado, diminuindo o consenso que antes existia entre a maioria e minoria, parte fundamental da direção intelectual e moral conduzida pela Articulação Sindical. A quebra de consenso e “sufocamento” dos espaços de democracia sindical foram dois aspectos de um mesmo processo de mudanças que ocorreram no interior da Central. Estas transformações tiveram relação também com o posicionamento estratégico da CUT, já que na passagem para tornar-se corrente dominante internamente na Central, a Articulação Sindical foi pouco a pouco sendo dirigida intelectual e moralmente pela burguesia, aplicando como seu o programa das classes dominantes. Um sindicalismo social-liberal, pois a CUT era uma Central que provinha da tradição socialista, e que acabava por utilizar sua legitimidade no interior das massas para propagação do projeto neoliberal, defendendo certos desvios de rota e adaptações táticas no interior das suas margens de manobra.

É importante destacar o peso fundamental que detinham as forças minoritárias (como a “CUT pela Base” e a “Convergência Socialista”) e sua capacidade de influência em torno das decisões da CUT. O IV Congresso Nacional (1991) foi um exemplo da capacidade de polarização que as correntes que mantiveram a postura classista conseguiram realizar no interior da Central, chegando inclusive a ganhar uma votação e dividir a Executiva Nacional ao meio. Além disso, as correntes minoritárias, mesmo que perdessem as votações, influenciavam nas resoluções da maioria, que acabava mesclando elementos das propostas minoritárias para manutenção de certo consenso no interior da CUT. Esta influência das correntes minoritárias passava também por grandes sindicatos de base, confederações e CUT's Estaduais, que mantinham acesa a chama das lutas, impulsionando a Central para frente, e resistindo às políticas implementadas pela maioria. Mesmo com a dominação da CUT pela

Articulação Sindical, o que tornava inviável uma mudança estrutural que reconduziria a Central de volta ao classismo e ao socialismo, as correntes sindicais classistas mantiveram seu papel de questionamento, fazendo propostas alternativas e mobilizando suas bases. *A manutenção do papel conjuntural da CUT enquanto uma frente única de massas na década de 1990, apesar da concepção e da prática da Articulação Sindical, só foi possível graças correlação de forças interna forjada pela postura política das correntes minoritárias, as quais se mantinham na defesa do classismo e do socialismo.* A contradição da consolidação da CUT enquanto social-liberal, e a necessidade da existência de uma ferramenta de luta anti-neoliberal, que resistisse aos ataques das classes dominantes, era acirrada pelo papel que tiveram as correntes minoritárias, impulsionando a Central a ter uma postura de oposição de esquerda ao programa conservador.

A CUT, para consolidar este novo viés, se propunha a superar sua concepção de Central operária, para tornar-se uma Central “cidadã”. O esvaziamento da perspectiva de independência de classe teve enquanto “roupagem” o “sindicalismo cidadão”, o qual se apropriou de termos em disputa no interior do imaginário da sociedade (como cidadania, democracia, igualdade, solidariedade, justiça, etc) de forma resignificada, como parte de sua transição em direção a um sindicalismo conciliador.

Não podemos esquecer-nos do papel que a Força Sindical teve nas mudanças do sindicalismo brasileiro. Se CUT foi gradativamente descolando-se da base, e construindo políticas voltadas para o pacto-social, a Força Sindical teve, desde sua fundação em 1991, uma atuação neoliberal, sendo pioneira na utilização de recursos para implementação de formação profissional, intermediação de mão-de-obra e seguro desemprego. A influência que a Força Sindical teve nas mudanças que ocorreram no sindicalismo brasileiro, especialmente aquele de matriz anteriormente classista, precisa de pesquisas de maior envergadura⁴²⁵. No que tange a Política de Formação da Central, ocorreu inicialmente a transição de uma formação político-sindical de cunho classista, para uma sindical-instrumental pautada pelo exercício da “cidadania plena”. Ocorreu um aprofundamento dessa perspectiva com a eleição de uma nova Secretária para a SNF⁴²⁶ em 1994 (V CONCURTO), além do início do processo de subordinação da política de formação sindical-instrumental à formação profissional. É importante destacar a tentativa de apagar da memória da CUT o período anterior a ocupação desta secretaria

⁴²⁵ A exceção nessa área corresponde ao belo trabalho de Vito Giannotti: GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Maud, 2002

⁴²⁶ Secretaria Nacional de Formação da CUT.

pela “Articulação Sindical”. Como já vimos, o período de 1984-1986 é extremamente rico no que tange a organização da formação político-sindical cutista, sendo a tentativa de apagá-lo um sintoma da mudança de rumos ocorrida no período posterior.

Desde a eleição de Jorge Lorenzetti no final de 1986, a SNF manteve-se sob controle da “Articulação Sindical”. Temos a reeleição de Jorge em 1988 e 1991, depois um mandato de Mônica Valente (1994-1997), e em seguida a eleição de Altemir Tortelli (1997-2000), com sua reeleição no ano de 2000. Foram, portanto, 14 anos de manutenção da mesma diretriz política na área de formação da CUT, o que fez com que a *Secretaria tivesse certa blindagem em relação às disputas internas ocorridas*. Mesmo que estas disputas influenciassem nos rumos da Política de Formação, pois seus resultados possibilitaram a manutenção da hegemonia da “Articulação Sindical” na CUT, o debate específico em torno do tema teve uma diretriz clara, referenciada em um processo longo de aprofundamento de suas características, sem grandes reviravoltas ou mudanças de rumos. Devemos também destacar que a “Articulação Sindical” detinha quase que totalidade das Secretarias Estaduais de Formação, nas CUT’s Estaduais. Podemos avaliar, portanto, que as transformações ocorridas na CUT, indo em direção a execução de cursos de Formação Profissional, teve a influência de alguns fatores, como: 1) Participação nos fóruns tripartites vinculados ao FAT, como o CODEFAT e as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. 2) Abertura da possibilidade de execução de atividades na área de formação profissional. 3) A perspectiva da democratização do Estado através da criação de espaços “públicos não estatais”. 4) A manutenção da participação da “Articulação Sindical” na Secretaria Nacional de Formação durante 14 anos (1986-2000).

Desde o V CONCURTO, em 1994, no qual as atividades de formação profissional nos sindicatos filiados a CUT deviam ser “avaliadas enquanto experiências”, passando pela realização do “Integrar” pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos em 1996, pelo “Integral” construído pelo CUT em 1997/1998, até consolidar-se no programa “Integração” em 1999, a Central foi progressivamente aumentando sua participação na execução de cursos de Formação Profissional. Além da mudança de concepção, no qual um dos centros de atuação para superação do desemprego torna-se a requalificação profissional do trabalhador, a CUT tendeu a atrelar-se ao Estado, pois foi a partir dos recursos provenientes do FAT, em sua grande maioria, que os cursos de formação profissional foram realizados.

A CUT, em consonância com sua diretriz de “Central Cidadã” consolidou no final da primeira metade da década 1990 a busca pela construção de espaços “públicos não estatais”, os quais em geral são articulações de entidades da sociedade civil com financiamentos estatais. Já que o Estado, por si só, era neoliberal e privatista, a própria CUT, enquanto representante legítima da sociedade civil poderia realizar políticas públicas na área de emprego, visando a ampliação da atuação estatal e sua democratização. A Central deixou de prioritariamente cobrar a execução de políticas públicas pelo Estado para ver-se enquanto melhor realizadora das mesmas políticas, lutando pela ampliação do recebimento de recursos estatais na área de intermediação de mão de obra, cooperativismo e requalificação profissional.

Dessa forma, a força do aumento das mobilizações das classes subalternas na década de 1980 oxigenou a CUT e seus espaços em prol de uma postura combativa e firme, como também a queda das greves teve grande impacto na transmutação da Central; no geral, tendemos a dar maior peso na correlação de forças o fator subjetivo da ação das classes subalternas do que a atuação dos dirigentes da CUT e seus espaços de organização. Isto não significa a diminuição do peso da CUT enquanto agente social transformador, mas que essa se molda através da influência direta das mudanças na moral e na mobilização das classes subalternas. Não devemos, portanto, deslocar a CUT da classe que a organiza; *mais do que organizar as classes subordinadas, a Central é organizada por elas, sendo reflexo da capacidade de construção de um projeto contra-hegemônico em um determinado período.*

Buscamos também não cair no erro de derivar da diminuição relativa do emprego nas indústrias o enfraquecimento da CUT. Uma das teses colocadas é a de que, devido à “desindustrialização” as Centrais Sindicais com perfil mais operário, estando aí incluída a CUT, tenderiam inexoravelmente a perder sua capacidade de mobilização. Esta proposta traz como “pano de fundo” a impossibilidade da resistência dos trabalhadores em uma conjuntura adversa, já que o desemprego debilitaria a classe de uma tal forma que esta não conseguiria mais reagir, sendo então a diminuição das lutas uma consequência linear do aumento do desemprego. É fato que o aumento do desemprego em geral, e particularmente nas indústrias, enfraqueceu a CUT, pois aumentou a competição entre os trabalhadores, dividindo ainda mais as classes subalternas. A Central não conseguiu reagir ao impacto do ajuste neoliberal no mundo do trabalho, tendo grandes dificuldades para englobar os setores precarizados e informais da classe trabalhadora, sendo este um dos principais motivos para diminuição

das mobilizações. Entretanto, e é aí que se encontra um dos aspectos fundamentais, a CUT, além de não conseguir realizar na magnitude necessária a defesa dos trabalhadores empregados, possibilitando através das lutas a permanência dos seus postos de trabalho, não teve propostas organizativas para os segmentos que flutuam entre o mercado formal e informal de trabalho. *Existiu uma tendência geral da CUT caminhar em direção aos espaços formais e institucionais, enquanto o mundo do trabalho tornava-se cada vez mais “ilegal” e informal, pois o avanço das classes dominantes criava um novo “código real”, que desprezava o “código legal” na medida em que este garantia conquistas aos trabalhadores.* A retirada de direitos e precarização do trabalho não ocorreram apenas na promulgação das contra-reformas no Congresso Nacional, mas a partir da mudança na forma organizativa do mundo do trabalho e de sua hierarquia, fruto da existência de uma nova correlação de forças entre as classes. A CUT, ao invés de aproximar-se dos segmentos precarizados através das lutas efetivas, incorporando suas demandas em novas formas de atuação, buscou resolver o “problema do desemprego” por medidas respaldadas em instâncias institucionais como a requalificação profissional e intermediação de mão-de-obra, incluindo aí o recebimento de volumosos recursos do governo através do FAT.

Especialmente no que tange a construção dos “espaços públicos não-estatais” pela CUT, acreditamos que nossa pesquisa foi muito incipiente, tendo em vista a magnitude do tema. É necessário o aprofundamento para trabalhos posteriores que congreguem um período maior de tempo de análise, pois a CUT inicia sua atuação nessa área em 1998/1999, e nossa pesquisa tem como marco final o ano de 2000. Nesse sentido, nossa pesquisa teve como objetivo contribuir para um levantamento inicial do objeto em discussão, como na atuação da CUT na área de cooperativismo. Não foi possível debater mais profundamente os projetos mais gerais nessa área, como também as diferentes visões sobre o cooperativismo e a economia solidária. A grande “rede” que a CUT forjou através de recursos provenientes dos fundos públicos precisa de uma pesquisa mais aprofundada.

Portanto, não precisamos ser imediatistas na análise dos processos históricos, tentando envolver os ciclos processuais curtos em espectros de análise mais amplos. O enfraquecimento da força mobilizadora do sindicalismo não pode nos fazer esquecer da importância histórica da CUT enquanto exceção que confirma a regra: mesmo em conjunturas adversas, é possível realizar o novo através da luta. Devemos não só buscar compreender o processo de conversão da CUT, mas também os motivos

que fizeram dela um dos pilares fundamentais do projeto contra-hegemônico de organização autônoma dos trabalhadores na história do capitalismo no Brasil.

Bibliografia

- AFFONSO, Cláudia. A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 1990. Niterói, UFF, 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Campo de Confluência Trabalho e Educação.
- AFFONSO, Cláudia. Relações (Des)educativas entre o Estado e o Sindicalismo Propositivo no Brasil (1900-2000). 2007. Tese (Doutorado em Educação) – UFF.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. História de uma década quase perdida : 1979-1989 [Tese da UFF]. Niterói, RJ : : s.n., , 2000.
- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2000
- ANDERSON, Patricia. Câmaras Setoriais: Histórico e Acordos Firmados: 1991/1995. Rio de Janeiro, IPEA, 1998
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, UNICAMP/Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. As formas Diferenciadas da Reestruturação Produtiva no Brasil. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. A CUT entre o Classismo e a Social Democracia. In: Para Onde Vai a CUT?
- BOITO Jr., Armando. Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã, 1991.
- BOITO JR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In Crítica Marxista, no. 3. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BORGES NETO, J. M. Governo Lula - Uma opção neoliberal. In: João Antônio de Paula. (Org.). Adeus ao Desenvolvimento - A opção do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005
- COELHO, Eurelino. Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 2005
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- DIAS, Edmundo. O Outro Gramsci. São Paulo, Xamã Editora, 1996.
- DIAS, Edmundo. “Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes” in: Outubro, No 1.
- DREIFUSS, René. O jogo da direita. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1989.
- FERRAZ, Marcos. Da cidadania salarial à agência de desenvolvimento solidário. O sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo.

- FONTES, Virginia. A sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: Lutas Sociais e Luta Teórica na Década de 1980. In Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Org LIMA, Júlio César França e NEVES, Lucia Maria Wanderley. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006.
- FONTES, Virgínia. Reflexões Im-pertinentes: História e Capitalismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005
- GALVÃO, Andréia. “A CUT na Encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo.” In: Revista Idéias, Ano 9 (1). Campinas, IFCH, Unicamp.
- GALVÃO, Andréia. Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Campinas, IFCH, Unicamp, 1996.
- GIANNOTTI, V. História da luta dos trabalhadores no Brasil, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT, por dentro e por fora. Petrópolis, Vozes, 1990.
- GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. Para onde vai a CUT? São Paulo, Scritta, 1993.
- GIANNOTTI, Vito. Collor a CUT e a PIZZA. São Paulo: Scritta, 1993
- GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. Cut Ontem e Hoje – o que mudou das origens ao IV CONCURTO. São Paulo: Vozes, 1991.
- GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Mauad, 2002
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere (vol. 2). Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere (vol. 3). Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000
- GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola. 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy e COGGIOLA, Osvaldo. Novas Tecnologias – Crítica da atual Reestruturação Produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.
- LENIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. In Obras Escolhida. Lisboa: Edições Avante, 1997
- _____ Os revolucionários devem atuar nos sindicatos reacionários? In: Esquerdismo, doença infantil do comunismo. Edições Símbolo, São Paulo: 1978.
- LIMA, Antônio Almerico. “A CUT e o FAT: apontamentos para uma análise da atuação recente”. In: CUT, Forma e Conteúdo, agosto de 2000.
- MARX, Karl e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 1977.
- MARX, Karl. O Capital. Vol. I, tomo 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. O Capital. Vol. I, tomo 2, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

- MATTOS, Marcelo Badaró. “Classes Sociais e Luta de Classes”. In: História Pensar e Fazer. Niterói, UFF, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1995-1988). Niterói, Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002
- MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virginia Maria. História do Brasil recente (1964-1992). 4 ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 1999
- MORA, Eliane Arenas. Disputa de projetos e as políticas de formação da CUT. Desde a fundação ao IV CONCURT. Niterói, UFF, 2000. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Campo de Confluência Trabalho e Educação.
- MORA, Eliane Arenas. O caminho da subsunção da Política nacional de Formação da CUT às Diretrizes de Sociabilidade Neoliberais. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense.
- NEVES, Lúcia M.W (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias para educar o consenso. SP, Xamã, 2005.
- ODA, Nilson Tadashi. Gestão e trabalho em cooperativas de produção: Dilemas e Alternativas à participação. Dissertação de mestrado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo abril/2001.
- OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. São Paulo,Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualização - Do novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia-USP. São Paulo, 2002.
- POULANTZAS, Nico, O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro, Graal: 1978.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT, São Paulo, Scritta e Fapesp, 1997
- RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- ROMERO, Daniel . Marx e a Técnica. Um Estudo dos Manuscritos de 1861-1863. 01. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005
- ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro,EDUERJ: Contraponto, 2001.
- SOUZA, José dos Santos. “Trabalho, Qualificação e Ação Sindical no Brasil no Limiar do Século XXI: disputa de hegemonia ou consentimento ativo?” Doutorado em Sociologia. UNICAMP, 2005.
- TEIXEIRA, Francisco. (Org). Neoliberalismo e Reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.
- TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A Conversão da CUT e a relação com o FAT (1980-2000). Monografia apresentada ao Departamento de História da UFF. Niterói, 2006.

- TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *A Conversão da CUT e a relação com o FAT (1990-2000)*. In: Revista História e Luta de Classes. ADIA, Marechal Rondon: 2008
- THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, Unicamp, 2001.
- TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp, 2002.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o Cooperativismo da CUT*. Mestrado em Ciência Política. UNICAMP, Campinas: 2003.

Fontes:

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . A CUT e os Novos Desafios da Formação Sindical e da Educação, São Paulo: 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Avaliação Externa da Política de Formação da CUT. São Paulo, Editora Xamã, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: A Experiência da CUT de 1998 e 1999, Florianópolis: 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES .Forma & Conteúdo no. 1, 1990

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo no. 2, 1990

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo no. 3, 1990

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo no. 4, 1991

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo no. 5, 1993

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo no. 6, 1994

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo no. 7, 1999

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo Edição Especial, 1999

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Forma & Conteúdo no 10, 2000

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Formação de Formadores para Educação Profissional: A Experiência da CUT 1998/1999, Florianópolis: 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. “Quem luta também educa”.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Informa-CUT. São Paulo, n. 225, set: 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . InformaCUT, São Paulo, n. 250, janeiro: 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . InformaCUT, São Paulo, n. 257, setembro: 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . InformaCUT, São Paulo, n. 259, dezembro: 1995.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . InformaCUT, n. 266 : 1995.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o Projeto da CUT, São Paulo: 1999

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 4º CONCUT. Teses. 4 a 8 de setembro de 1991. São Paulo, 1991.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do I CONCUT. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do II CONCURTO. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do III CONCURTO. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do IV CONCURTO. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do V CONCURTO. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do VI CONCURTO. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 1ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 2ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 3ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 4ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 5ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 6ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 7ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 8ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Resoluções da 9ª Plenária. 1999. In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. A Formação e os Desafios da CUT. São Paulo, Coletânea de Documentos, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Projeto de Formação de Formadores para a Educação Profissional, Capacitação de Conselheiros e Produção de Projetos Especiais. São Paulo, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Manual de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego. São Paulo, Secretaria Nacional de Formação, 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação 1988. São Paulo, 1988.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação 1989. São Paulo, 1989.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação 1990. São Paulo, 1990.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação

1991. São Paulo, 1991.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1992. São Paulo, 1992.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1993. São Paulo, 1993.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1994. São Paulo, 1994.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1995. São Paulo, 1995.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1996. São Paulo, 1996.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1997. São Paulo, 1997.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1998. São Paulo, 1998.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
1999. São Paulo, 1999.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Qualificação
Profissional (PNQP). São Paulo, novembro de 1999.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Plano Nacional de Formação
2000. São Paulo, 2000.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Formação de Formadores para
Educação Profissional: a experiência da CUT 1998/1999. Convênio MTE/CODEFAT
024/99. Santa Catarina, 1999.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. “Memória da 1ª Conferência da
Política Nacional de Formação da CUT”. In: Forma e Conteúdo. Revista da Secretaria
Nacional de Formação, nº 9, dezembro de 1999.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. “A experiência da CUT em 1998”.
Revista para o curso de capacitação de conselheiros das Comissões Estaduais e
Municipais de Trabalho e Emprego. São Paulo, Secretaria Nacional de Formação, 1999.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. “1ª Conferência da Política Nacional
de Formação: A educação do trabalhador na construção da cidadania”. Forma e
Conteúdo. Revista da Secretaria Nacional de Formação, nº 7, outubro de 1999.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. “A Formação de Norte a Sul”.
Secretaria Nacional de Formação, Forma e Conteúdo, nº 10, agosto de 2000.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Capacitação de Conselheiros das
Comissões de Trabalho e Emprego: a experiência da CUT 1998/1999. Convênio
MTE/CODEFAT 024/99. SC, 1999.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Política Nacional de Formação:
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Projeto Integral : Caderno I e II de
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Relatório do Seminário da CUT
Nacional sobre Formação Profissional. São Paulo, 1997.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Relatório final de pesquisa

Diagnóstico da atuação da CUT nas Comissões Estaduais de Trabalho e Emprego em CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Escola São Paulo. “CUT: 20 anos”. Cadernos de Formação. São Paulo, 2001.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Textos em debate : 8ª Plenária Nacional. São Paulo, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES . Textos em Debate: 9ª Plenária Nacional. São Paulo, 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Escola Sindical 7 de Outubro. Outras falas: Educação do Trabalhador. Belo Horizonte, agosto de 2000, nº 3.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Escola Sindical São Paulo. “Relações CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Integração. Negociação e gestão na qualificação profissional. Dez, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Núcleo Temático Educação do CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Secretaria Nacional de Formação. Formação de Formadores: alicerce do projeto de educação dos trabalhadores. São Paulo, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Secretaria Nacional de Formação. Política Nacional de Formação da CUT – Secretaria Nacional de Formação. Apresentação em power point.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Secretaria Nacional de Formação. “A intervenção da CUT nas políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda dos trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas”. São Paulo, CUT/Unitrabalho, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS. Programa Integrar: Formação e Qualificação para o Trabalho, São Paulo: 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS. Geração de Emprego e Renda: Cooperativismo e Outras Perspectivas, São Paulo, Programa Integrar: 1999.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. Resolução nº 63, 28 de junho de 1994.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. Resolução nº 80, 19 de abril de 1995.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. Resolução nº 194, 23 de setembro de 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR - PLANFOR 1996/99 – Plano Nacional de Educação Profissional, Brasília, 1997.

SOARES, Delúbio . Os fundos públicos e a democratização das políticas de emprego. Revista Panorama brasileiro, 1999. (p. 135-139)

SOARES, Delúbio. “A criação do CODEFAT representou a intervenção da sociedade no poder público”. Entrevista publicada em CUT. A experiência da CUT em 1998. Convênio MT e/SEFOR/CODEFAT 024/99 –CUT.

SOARES, Delúbio. “A participação da CUT no CODEFAT e a democratização das políticas de emprego, renda e crédito”. In: CUT, Forma e Conteúdo, nº 10, agosto 2000,

p. 54-65.

SOARES, Delúbio. “Lutar pela democratização do Sistema “S””. Entrevista concedida a CUT/Escola Sindical. São Paulo, Série Formação Sindical em debate, n. 4, 2000.

SOARES, Delúbio. As políticas de emprego e as ações do CODEFAT. Brasília, julho de 1998, mimeo.

SOARES, Delúbio.. O CODEFAT a democratização das políticas públicas de emprego. Brasília, 1999, mimeo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)